



Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas

Alda Britto da Motta,
Cecilia Sardenberg
e Márcia Gomes
(Organizadoras)

Um diálogo com Simone de
Beauvoir e outras falas

Alda Britto da Motta, Cecilia Sardenberg e Márcia Gomes
(Organizadoras)

Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas

Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher - NEIM
FFCH/UFBA
2000

Coleção Bahianas - vol. 5

Comissão Editorial

Alda Britto da Motta
Ana Alice Alcântara Costa
Cecilia M.B. Sardenberg
Elizete Passos
Enilda R. do Nascimento
Ivia Alves
Sílvia Lúcia Ferreira

Revisão

Alda Britto da Motta
Cecilia Sardenberg
Márcia Gomes
Maria José Bacelar

Editoração Eletrônica:

Fast Design “Estevam M. Moreira Neto”

Catálogo

Andréa Rita Checcucci Gueudeville Silveira

Capa

João Damásio Sardenberg de Oliveira
Ricardo Vagner Tosta

Impressão e Acabamentos

Fast Design

D 536 Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas/ Organizado por Alda Britto da Motta, Cecilia Sardenberg e Márcia Gomes. - Salvador: NEIM/UFBA, 2000. 338 p. - (Coleção Bahianas; 5)

1. Beauvoir, Simone, 1908 - 1986. 2. Feminismo 3. Feminismo - História 4. Mulher - Literatura 5. Mulher - Condições Sociais. 4. Mulher - História 5. Relações de Gênero I. Motta, Alda Britto, org. II. Sardenberg, Cecilia, org. III. Gomes, Márcia, org.

CDD - 305.4

Impresso no Brasil - Novembro de 2000

Tiragem: 1.000 exemplares.

A Simone, que percebeu o gênero *avant la lettre*..

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PARTE I: DIALOGANDO COM SIMONE	
CONFERÊNCIA	
O SEGUNDO SEXO À LUZ DAS TEORIAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS <i>Heleieth Saffioti</i>	15
O EXISTENCIALISMO E A CONDIÇÃO FEMININA <i>Elizete Passos</i>	39
A MORAL DA AMBIGUIDADE EM SIMONE DE BEAUVOIR <i>Jaciara Gomes dos Santos</i>	49
NATUREZA, CULTURA E IDENTIDADE EM BEAUVOIR E EM PAGLIA <i>Heliana Ometto Nardin</i>	59
UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE MARGARET MEAD E SIMONE DE BEAUVOIR <i>Cecília M. B. Sardenberg</i>	75
SIMONE DE BEAUVOIR E A CRÍTICA FEMINISTA <i>Raimunda Bedasee</i>	109
ABORTO E VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM DIÁLOGO COM SIMONE DE BEAUVOIR <i>Vera Lúcia Costa Souza e Sílvia Lúcia Ferreira</i>	127
A SIMONE, COM CARINHO <i>Alda Britto da Motta</i>	143

Parte II: OUTRAS FALAS

FEMINISMO NA BAHIA: A FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO
FEMININO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Ana Alice Alcântara Costa e Jaciara Sena Brandão 153

A ESCRITORA E A REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA: TEXTOS DE ESCRITORAS BAIANAS

Ívia Alves 167

A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA BAHIA OITOCENTISTA

Nancy Rita Vieira Fontes 185

RELAÇÕES DE GÊNERO EM *O JOGO DE IFÁ*

Lúcia Leiro 191

NO CENÁRIO DA GUERRA: AS MULHERES E A LITERATURA

Lina Maria Brandão Aras e Walney da Costa Oliveira 199

PRESENÇA: REVISTA PARA MOÇAS-UM LUGAR PARA LETTORAS E ESCRITORAS DO PÓS-GUERRA

Ayêska Paulafreitas 217

DEMANDAS URGENTES NA EXPERIÊNCIA POPULAR

Iracema Brandão Guimarães 231

ENTRE A EXCEÇÃO E A REGRA: A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NA POLÍCIA CIVIL BAIANA

Maria Cândida dos Anjos Bahia e Maria Aparecida Ferraz 251

A TRAJETÓRIA DE LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA DE SALVADOR PELA
CRIAÇÃO DA DELEGACIA DE PROTEÇÃO À MULHER

Silvia de Aquino 273

VISIBILIZANDO O “INVISÍVEL”: A PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS NUMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (1960-1969)

Zelinda Barros 289

GÊNERO, AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

Sylvia Maria dos Reis Maia e Sabrina Uzeda Cruz 299

ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO

André Luiz Queiroz Sturaro 313

A NOVA ÉTICA DO NASCIMENTO NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Maria Renilda Nery Barreto 325

SOBRE OS AUTORES 335

APRESENTAÇÃO

Em outubro de 1999, ano em que o mundo feminista comemorava os 50 anos de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia, em sintonia com o Movimento também comemorou, prestando sua parcela de homenagem a Simone, dedicando-lhe, e à sua obra, um evento e grande parte das discussões realizadas no seu Encontro Anual, o V Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero.

O registro dessa homenagem, ao mesmo tempo reavaliadora da obra para o Feminismo e afetiva – pelo efeito de demonstração do seu vanguardismo existencial e inspiração para todas nós, principalmente para as que leram Simone muito cedo – é este livro, o quinto da Coleção Bahianas, também do NEIM/UFBA.

O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, é sem dúvida alguma uma das principais obras de referência nos estudos sobre mulher e relações de gênero. Publicado originalmente na França, em 1949, quando a Europa ainda se recuperava das feridas abertas pela Segunda Guerra Mundial, o livro é um amplo tratado sobre a “questão da mulher” na perspectiva existencialista. Apresentado em dois volumes, faz a crítica, no primeiro, ao determinismo biológico, às abordagens psicologizantes e ao materialismo histórico, argumentando que *mulher* é uma construção social, historicamente determinada, construída no pensamento ocidental como “o outro”. Iniciado com a famosa frase, “*não se nasce mulher; torna-se mulher*”, o segundo volume analisa como se dá esse “tornar-se” na França do pós-guerra, e como se manifesta a subordinação da mulher nesse contexto.

Note-se, porém, que em *O Segundo Sexo* Simone de Beauvoir não poupa críticas sequer às feministas da época. Mas não hesitou em declarar-se “feminista” na década de 70, até “feminista radical”, como referiu em entrevista ao *Le Monde*: “eu sempre disse que era feminista na medida em que feminismo, para mim, significa que eu reclamo uma identidade de situação entre o homem e a mulher, e de igualdade radical entre o homem e a mulher”. Engajando-se avidamente no Movimento de Libertação da Mulher da França, assinou, inclusive, o manifesto em favor do aborto que causou grande controvérsia nos meios acadêmicos franceses.

Já em *O Segundo Sexo*, Simone aborda questões bastante polêmicas ainda hoje, a exemplo da desconstrução do “mito da maternidade” como destino feminino. Nessa perspectiva, Simone de Beauvoir contrapõe-se à antropóloga americana Margaret Mead, cuja obra, *Macho e Fêmea*, da mesma época, faz o “elogio da maternidade”, com base numa perspectiva liberal, culturalista.

Não foi, então, por acaso que *O Segundo Sexo* teve maior impacto, sendo traduzido para mais de 30 idiomas e publicado em vários países, constituindo-se, ainda hoje, em alvo de críticas e fonte de reflexão e inspiração feministas por todo o mundo.

De fato, apesar de ser escrito para a geração de mulheres que vivenciou a Segunda Grande Guerra, *O Segundo Sexo* fala também às gerações posteriores, mantendo-se bastante atual em grande parte de suas considerações e análises. Isso não implica em dizer que, nessas últimas cinco décadas, o pensamento feminista não tenha avançado significativamente. Ao contrário, desde a retomada do Movimento nos anos 60 e, mais particularmente, a partir de meados dos anos 80, novas formas feministas de pensar e analisar as relações de gênero e a condição feminina têm tido lugar.

Também por isso mesmo, revisitar *O Segundo Sexo* e dialogar com Simone de Beauvoir à luz das novas perspectivas foi a proposta do V Simpósio, para

comemorar o cinquentenário daquela publicação. Nesse sentido, uma série de tópicos e questões foram expostos e discutidos em mesas redondas, conferências e grupos de trabalho, e aqui documentados.

Entretanto, essas exposições e debates não se circunscreveram a elementos diretamente presentes ou discutidos em *O Segundo Sexo*. E não poderia ser diferente, porque Simone foi abundante e múltipla: nas formas de expressão escrita – filosofia, literatura de ficção (romances, contos), ensaios, manifestos políticos, memórias; nas temáticas – em que o ser mulher e ter uma idade permeia trajetórias ou tangencia essa produção toda; e até, enquanto esteve viva, nos seus exemplos pessoais, no reflexo das representações do seu “eu” vanguardista no nosso cotidiano... (com licença de Goffman).

Os trabalhos, aqui, diretamente sobre *O Segundo Sexo* e/ou outras produções de Simone de Beauvoir, que constituem a Parte I deste livro, ecoam essa multiplicidade exatamente na diversidade de enfoques: vão do paradigma filosófico subjacente às suas práticas de vida e de expressão teórico-ética (trabalhos de Elizete Passos e Jaciara Gomes Santos), ao confronto com as teorias e a crítica feministas (na conferência de Heleieth Saffioti e no texto de Raimunda Bedasee), às comparações possíveis e diretas com outras escritoras, sua contemporânea Margaret Mead e nossa contemporânea Camille Paglia (Cecilia Sardenberg e Heliana Ometto Nardin), passa pelo debate específico sobre a dupla questão radical do aborto e da violência doméstica (Vera Lúcia Costa Souza e Silvia Lúcia Ferreira), até interpelar, ainda, a mestra sobre questões de gênero e idade e despedir-se com carinho (Alda Britto da Motta).

Valendo registrar-se, ainda, as diferenças de expressão e “temperatura” afetiva e geracional nas referências das diferentes autoras: algumas a “Simone”, outras a “De Beauvoir”...

A Parte II veicula Outras Falas. Falas constituídas hoje, enfoques feministas contemporâneos. Entretanto, constituem, sempre, diálogos, ainda que indiretos, com as pioneiras – e, portanto, também com Simone de Beauvoir. Refletem o momento social e discussões teóricas e lutas que se estão dando em torno dele. Aqui, duas temáticas avultam: antes de tudo, a ampliação da visão feminista e das reivindicações também feministas em vários âmbitos da vida social; em segundo lugar, as expressões culturais, principalmente literárias, de gênero, não raro na chave feminista.

Fosse um momento anterior a este evento, um pouco mais recuado no tempo, estaríamos mais aparentemente “simoneanas”, discutindo acaloradas as questões relativas aos trabalhos das mulheres como projeto possível de igualdade e emancipação social; ou apontando, empiricamente, o “não se nasce mulher” com exemplos e denúncias da educação diferenciada. Mas progredimos bastante nas

lutas e na abertura da sociedade, e se estas questões não estão plenamente resolvidas, há, entretanto, outras premências e busca de caminhos a atrair as atenções.

O fato é que aqui encontramos uma série de falas sobre a construção social do feminismo, inclusive a sua recuperação na História (trabalho de Ana Alice Costa e Jaciara Sena Brandão), a renovada discussão sobre o direito à diferença (Maria Cândida dos Anjos Bahia e Maria Aparecida Ferraz), e as lutas atuais das mulheres pela reprodução quotidiana e por direitos de cidadania (trabalhos de Iracema Brandão Guimarães e Sílvia de Aquino).

Encontramos também uma série de trabalhos na área de literatura, um dos campos atuais de maior expansão dos estudos feministas e da importante crítica cultural. (Tendência aqui representada nos textos de Ívia Alves, Nancy Rita Vieira Fontes, Lúcia Tavares Leiro, Lina Maria Brandão Aras, Walney da Costa Oliveira, Ayêska Paula Freitas).

Mantém-se como temáticas atuais importantes a questão da diferenciação racial interior às relações de gênero (trabalho de Zelinda Barros) e das questões de gênero relacionadas ao meio ambiente (Sylvia Maria dos Reis Maia e Sabrina Uzeda Cruz) e o registro histórico da própria educação diferenciada (Maria Renilda Nery Barreto). Por fim, interessante proposto por um homem, o assédio sexual no trabalho (André Luiz Queiroz Sturaro).

Alda, Cecília e Márcia

Salvador, Bahia

Novembro de 2000

PARTE I:
DIALOGANDO COM SIMONE

CONFERÊNCIA

O SEGUNDO SEXO À LUZ DAS TEORIAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS

Heleith Saffioti

Eu vou tentar alinhar com vocês algumas idéias a respeito, não da obra da Simone de Beauvoir como um todo – é uma obra muito extensa – mas sim sobre *O Segundo Sexo* mais especificamente. Vocês poderão me interromper toda vez que sentirem necessidade, não é preciso esperar que eu termine.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, Simone começou a escrever esse livro, que demorou bastante para ser concluído, porque demandava muita pesquisa bibliográfica. Ela não realizou nenhuma pesquisa empírica porque nem lhe cabia fazer isso; ela não era antropóloga, não era socióloga, enfim ela se punha muito mais como escritora e como filósofa. Portanto, não lhe cabia trabalhar com dados primários. Mas a pesquisa de dados secundários demorou muito tempo; demandava muito tempo. Ela ficou de 1946 a 1948 trabalhando no livro, mas não só nisso; fazia outras coisas também. Ela trabalhava alguns meses no livro e em outras coisas. Mas ela levou de 46 a 48 para reunir aquela massa de dados, para organizá-la e escrever o livro.

Aquele momento era um momento extremamente difícil para a França. Como vocês sabem, a França teve um governo colaboracionista dos nazistas, o Governo Pétain, estabelecendo-se o governo no exílio de De Gaulle na Inglaterra. A França foi invadida pelo nazistas, e os franceses foram obrigados a “comer rato”; não havia o que comer. Eles passaram por uma humilhação tenebrosa para um povo que estava habituado a ser o irradiador da cultura universal; era um momento de muita carência. Muita coisa havia sido destruída, os laços internacionais também ficaram prejudicados, alguns muito prejudicados, as transações comerciais sofreram muito em consequência da guerra. Só mesmo uma pessoa “fora de esquadro” como Simone para se lembrar de escrever sobre mulher.

Quando eu digo isso, falo por experiência própria, mas com muita modéstia; não estou querendo me comparar com a Simone, porque ela foi uma grande criatura, sem dúvida. Agora, as circunstâncias em que ela e eu produzimos não foram totalmente semelhantes porque o Brasil, felizmente, não enfrentou nenhuma guerra. Mas do ponto de vista de não haver condições para se pensar a mulher ou pensar as relações entre homens e mulheres, as situações eram semelhantes. Por isso que eu digo: eu sei por experiência própria o que é produzir uma obra numa sociedade que não está pronta a recebê-la¹.

Isso explica em grande parte as reações negativas que surgiram na própria França contra *O Segundo Sexo*. Não que elas tenham surgido só no momento da publicação do livro em 1949. Elas surgiram depois também e, mesmo atualmente, com muito vigor. Em janeiro de 1999, houve um colóquio internacional em Paris em comemoração aos 50 anos de *O Segundo Sexo*. Foram poucas as feministas francesas que compareceram ao colóquio. Além de tudo, houve boicote por parte das autoridades, inclusive autoridades femininas que tinham sido convidadas para falar, para abrir a primeira seção, que não compareceram. Portanto, até hoje esse livro desperta reações negativas. Felizmente, desperta também reações positivas e eu penso que hoje falarei muito mais sobre o que o livro apresenta de positivo, do que sobre o que tem de negativo. Aliás, eu não vejo muita coisa negativa no livro, mas procurarei ser justa e mencionar coisas que eu li ou que eu ouvi, idéias que me chegaram, de modo a dar a vocês um retrato mais ou menos fiel do que acontece atualmente.

Diz-se e escreve-se, com muita frequência, que Simone copiou Sartre, que ela usa as categorias existencialistas analíticas do existencialismo criado por Sartre, não apenas sugerindo, mas dizendo explicitamente que ela foi uma filósofa de segunda categoria, que ela foi a sombra de Sartre, que, enfim, ela não apresentava as condições de inteligência, cultura, sabedoria, traquejo ao escrever que apresentava Sartre. Eu não partilho dessa opinião, embora reconheça que haja muita semelhança entre *O Segundo Sexo* de Simone e o *O Ser e o Nada* de Sartre.

Deixe-me fazer um parêntesis aqui. Quando nós falamos da Simone, dizemos a Simone, da Simone e quando nós nos referimos a Sartre, é de Sartre; nós não o tratamos com a intimidade com a qual tratamos Simone. Eu aqui estou fazendo um exercício de dar a ambos o mesmo tratamento, sem colocar o artigo antes do nome dela. Vamos ver se eu consigo ir até o fim. Pode ser que eu deslize, escorregue enfim.

Bom, eu não partilho da opinião de que Simone era uma filósofa de segunda categoria em relação a Sartre. Por exemplo: vamos tomar o conceito de liberdade. Em Sartre, o sujeito é livre para alcançar a liberdade, ou seja: parece que as condições históricas nunca o impedem de formular um projeto (no existencialismo é importantíssimo o projeto). Então o sujeito – que para Sartre é individual, não é coletivo, mas até poderia ser coletivo – estabelece um projeto e ele vai, através desse projeto, exercer a liberdade. Mas, para estabelecer o projeto, ele já a exerceu; então, rigorosamente, a realidade circundante não impede o sujeito de realizar e de formular qualquer projeto que ele bem entenda. Se nós pensarmos bem, é uma liberdade que paira acima de qualquer circunstância histórica e é por isso que se diz que a liberdade em Sartre é ontológica. Ele separa a ontologia da política; uma coisa é o ontológico, outra coisa é o político. O político sim, depende das circunstâncias, mas o ontológico não. E para ele, a liberdade se situa no plano do ontológico.

No caso de Simone, a liberdade é circunstanciada, ou seja: ela usa muito o conceito de situação, e a situação apresenta um grau de determinismo sem que seja uma camisa de força. No caso das mulheres, as circunstâncias históricas determinam um destino feminino, mas não é um destino para a mulher universal, como muita gente pensa, porque ela vai circunstanciando toda sua análise. Por exemplo, vamos tomar a questão do aborto. Ela mostra como as mulheres ricas, francesas, que tinham dinheiro para viajar e para pagar o aborto, iam à Suíça fazer aborto ou, posteriormente, à Inglaterra, e as mulheres pobres não podiam praticar o mesmo tipo de decisão, na medida em que não tinham recursos para custear nem a viagem, nem o próprio aborto. Portanto, Simone toma as nuances quer de classe, quer de etnia. A etnicidade foi um fenômeno que sempre preocupou o casal; Sartre escreveu sobre os judeus, Simone tinha essa preocupação. A acusação de que ela se dirige e fala sobre a mulher universal não é correta.

Mais uma vez, por experiência própria, eu sei que quando a gente escreve uma obra de certo fôlego para balançar a sociedade, não é possível ficar pensando a não ser na análise circunstanciada. Na teoria, não dá para pensar mulheres nessas ou naquelas condições, porque nesse terreno a gente fala em “a mulher”, pois a sociedade precisa ouvir isso. Há uma questão de interlocução com a sociedade que o escritor ou a escritora estabelece.

A meu ver, quando Simone escrevia “a mulher”, ela não se referia a um padrão universal que teria derivado do humanismo iluminista, como ocorreu com Sartre. Em *O Segundo Sexo*, ela não põe a liberdade no plano ontológico. Ela circunstancia essa liberdade, ela circunstancia as realizações da mulher, as relações sociais. Portanto, parece-me que não é justo classificá-la dessa maneira e rotulá-la como buscando uma verdade universal válida para todas as épocas e todas as sociedades. Mais do que isto, Simone exercitou de uma maneira muito precoce a análise das interrelações gênero, etnicidade e classe, tendo muito presentes essas três contradições; ela realmente opera na análise com as três.

Mas, voltando à sociedade francesa. Naquele momento, quando Simone publicou *O Segundo Sexo*, a França queria se reconstruir, ela não queria ouvir falar de mulher. Começa por aí a ousadia, o caráter de desbravamento da obra, porque era preciso desbravar no mínimo uma picada, senão a grande avenida que ela desbravou e isso era muito difícil, sobretudo para uma mulher.

Aí entra uma questão de coerência. Eu penso que Simone foi uma pessoa muito coerente; ela não quis se casar, ela quis viver uma relação amorosa que hoje ainda causa espécie; cada um na sua casa. Mas, realmente, não existe coisa mais saudável. Os últimos 12 anos e meio do meu casamento que durou 43 – só acabou porque eu perdi meu marido este ano – foram vividos assim, cada um na sua casa. É o único casamento civilizado que existe, não há o cotidiano para aborrecer, para desgastar a relação, as pessoas voltam a ser namoradas. Eu acredito que Simone e Sartre tenham vivido essa relação de namorados, senão durante todo o tempo, durante muito tempo. Aproveito para dizer que para eles esse casamento aberto – que nisso era diferente do meu – não foi vivido pacificamente. Ambos tiveram relações afetivas fora do casamento e isso sempre foi problemático. Isso deriva da vida que eu tive, eu não sei qual era a interpretação dela, nem a dele, a minha interpretação é a seguinte: fidelidade não é propriamente uma questão de moralidade, ou melhor, de moralismo. Fidelidade é uma questão de honestidade que não deixa de ser moral, mas aí entra na moralidade, não no moralismo. Todas as vezes que uma relação outra aconteceu na vida deles, houve muito mal-estar. Nem Simone nem Sartre conseguiu viver tranquilamente as escapadas do outro. Considero que a coisa caísse no terreno da honestidade, porque ambos foram muito honestos, tanto quanto já se falou, já se escreveu, portanto, tanto quanto me consta, os dois foram honestos. E aí, quando a coisa tange à honestidade, é que se complica muito a relação de infidelidade – ainda que o contrato entre eles fosse esse, de casamento aberto. De qualquer forma, isso machuca o outro, isso causa uma série de feridas e depois o período de reparação das feridas também é doloroso e aí é doloroso para ambos. Eu não estou falando contra quem vive tranquilamente esse tipo de relação; deve ter

aprendido mais do que Simone e Sartre porque eles não conseguiram viver dessa forma. Mas eu penso que houve muita coerência na vida da Simone, entre a vida pessoal dela e a vida de escritora.

Vamos tomar *A Ética da Ambigüidade* – só vou dar uma pinceladinha porque eu não vou examinar outros livros dela. Mas *A Ética da Ambigüidade* foi um livro que precedeu *O Segundo Sexo* e que é bastante interessante, porque as mulheres são socializadas para serem ambíguas. Eu penso que isto é uma glória, porque não há nada mais rico do que a ambigüidade. É a ambigüidade que nos permite essa especialização que nós temos de negociar. Então, vejam vocês: com a dominação masculina tão dramática como nós temos, se nós não conhecêssemos o terreno da ambigüidade, nós não saberíamos negociar para sobreviver, porque é bem isso, a mulher negocia para sobreviver. Há uma historiadora alemã, que mora nos Estados Unidos, de quem eu gosto muito – ela se chama Gerda Lerner. Escreveu uma obra bem grande e um dos livros dela tem um capítulo que se chama *Survivre est Aussi Résister* – e que eu estou traduzindo por *Sobreviver é Também Resistir*. Agora, como é que nós sobrevivemos, como é que nós resistimos? Negociando.

Atualmente, já aconteceram alguns casos de mulheres que foram esturpadas e negociaram com o esturpador o uso do preservativo. A delegada da Delegacia de Mulheres de Campinas fez uma cartilha sugerindo que as vítimas negociassem pelo menos isso, para não se contagiarem com doenças venéreas, HIV, etc. Mas ela foi considerada louca. A primeira reação que outras mulheres e homens tiveram foi pensar: “essa delegada é maluca, onde já se viu a vítima negociando com o esturpador”. Pois não é que as mulheres começaram a negociar e o resultado da negociação tem sido positivo? É lógico que a mulher tem que carregar o preservativo porque o esturpador não faz isso, o difícil.. Mas gente, vocês estão rindo! Bem, o mais difícil é negociar com o companheiro estável o ter na bolsa o preservativo. Aí é que reside o problema, porque o marido não aceita que a mulher carregue o preservativo. Ele já fica imaginando.. A insegurança masculina é tão grande, eu chamo isso de impotência, não sexual – a sexual pode ou não ocorrer. Trata-se de uma impotência muito maior que torna qualquer ser humano inseguro. Então, se a mulher leva na bolsa um preservativo, essa impotência masculina se exaspera. Segundo eu penso, a violência é cometida quando se vive a impotência e não quando se vive a potência – as duas faces do poder. E, aí, vejam bem: é importante a ambigüidade para a mulher negociar quando o homem está vivendo a impotência e, portanto, é violento. Ela tem que negociar para sobreviver, e ela negocia permanentemente.

Um outro ponto importante dessa negociação e, portanto, da ambigüidade é, por exemplo, o que ocorre com as chamadas “trabalhadoras do sexo”. Elas negociam com o cliente, negociam com o companheiro estável quando for o

caso, negociam identidades. Existem muitas mulheres que têm um casamento estável e que praticam a prostituição e que estão sempre negociando identidades; ora é uma identidade que está na sombra e outra é ressaltada, ora o inverso. Mas as identidades não são singulares, não são únicas, são múltiplas e essa negociação ocorre para felicidade geral das mulheres, porque se não fosse assim, a situação seria muito pior do que já é.

Daí porque essa ambigüidade, que significa, digamos, o caldo de cultura da socialização feminina, é importante e positiva. Eu não considero isso negativo, porque para conviver com a dominação masculina é necessária a ambigüidade. Agora, vocês poderiam me dizer: bem, mas essa ambigüidade acarreta maior impotência para o homem; e eu sou obrigada a concordar com isso. Mas não é função do dominado solapar o dominador? Quer dizer, eu acho que está dentro do horizonte do dominado realizar a sabotagem do dominador, porque senão o dominado não sobrevive; é solapando, é impedindo que se exacerbe essa dominação que os dominados ou a categoria dominada consegue sobreviver nos interstícios. Isso é muito importante; e é importante, porque essa fase histórica do gênero – e aqui é possível que vocês caiam da cadeira – é uma fase de dominação masculina, a qual tradicionalmente se denomina de patriarcado. Mas pode se chamar também de regime androcêntrico, falocêntrico, o que vocês quiserem, desde que fique expressa a direção do vetor da dominação. Porque o gênero é uma categoria muito mais ampla.

Vamos admitir que a sociedade humana, a humanidade, depois que houve a mutação dos hominídeos para os seres humanos, vamos admitir que se tenham passado 250 mil anos. Claro que toda sociedade constrói o feminino e o masculino, mas não necessariamente de forma hierárquica. E existem antropólogas aqui que sabem muito bem que as sociedades de caça e coleta são sociedades em que homens e mulheres dividem o poder. Do ponto de vista do gênero existe igualdade, e se isso existe na sociedade de caça e coleta, isso significa um poder partilhado – o poder continua a ser central na concepção de gênero, mas ele pode ser partilhado.

Já está provado através dos estudos históricos que, na sociedade de caça e coleta, a mulher provê no mínimo 60% das necessidades da comunidade; a comida, por exemplo, em mais de 60% é oferecida pelas atividades de coleta desenvolvidas pelas mulheres. Os homens caçam, mas a caça não é uma atividade cotidiana, é uma atividade que ocorre uma ou duas vezes por semana; ele provê cerca entre 30 a 40% das necessidades da comunidade. Por aí já se vê que a situação da mulher não é a mesma em todas as sociedades e que a dominação masculina é um caso específico, um caso histórico dentro de um esquema de divisão do poder mais igualitário. A datação varia. Por exemplo, se nós tomar-

mos o sociólogo Allan Johnson, ele situa a construção do patriarcado há 6.500, 7.000 anos atrás. Já Gerda Lerner põe essa construção como tendo ocorrido durante 2.500 anos, tendo começado em 3.100 a.C e tendo terminado essa construção, ou seja, tendo se consolidado o patriarcado no ano 600 a.C.

Vejam, pois, vocês, é importante atentar para o seguinte: os estudos históricos sobre a mulher são muitos recentes e ainda resta muita coisa a fazer. Há feministas que contabilizam Simone pelo fato de *O Segundo Sexo* apresentar uma certa superficialidade nas considerações históricas, pelo fato de conter até erros históricos. Mas como é que a pessoa que não é historiadora, como é que ela pode intuir que os fatos foram a, b, c, z, se os historiadores ainda não levantaram os dados, não fizeram as interpretações? Era o que acontecia quando Simone escreveu *O Segundo Sexo*. É muito fácil botar o dedo em riste e acusar hoje, mas quando a criatura escreveu o livro, realmente não havia elementos maiores do que aqueles que ela usou. Ela usou o que foi possível, havia uma certa etnografia que foi utilizada; tudo que pudesse ser lido, ela leu. Simone procedeu dessa maneira, ela absorveu. A história está se fazendo agora, quer dizer, está se fazendo a história escrita, a análise histórica, e é importante que ela seja feita, que ela seja escrita, porque a história é um elemento empoderador, talvez o mais forte. Uma categoria social que não conhece a própria história não pode se empoderar. Isso é fundamental e a Gerda Lerner trabalha muito nesse sentido. Ela tem um livro intitulado *A Criação do Patriarcado* em que ela faz essa datação que eu expus a vocês, e que se diferencia da proposta por Allan Johnson. Podemos ficar ou com ela ou com ele ou com o meio termo, não importa muito se o regime tem 7.000 anos ou se ele tem 2.500 ou 600 ou 2.600 anos ou 3.500, não importa muito; o que importa é pensar que o poder já foi igualmente dividido e que atualmente não o é. Importa saber que as conseqüências disso, tanto para homens quanto para mulheres, são ruins. Os homens entram em síndrome do pequeno poder, as mulheres também o fazem com seus subordinados, que, em geral, são crianças, e não resulta bem, nem para os adultos, nem para as crianças, nem para os velhos, para ninguém. O que se deve perseguir é uma divisão equitativa do poder, a fim de que as relações amorosas no sentido geral, incluindo também a amizade, possam ocorrer em clima adequado.

Mas o que eu queria dizer e acabei desviando um pouco, é sobre a importância da ambigüidade; é através dela também que as mulheres solapam a dominação masculina. É importante prestar atenção no seguinte: o patriarcado, o androcentrismo, a falocracia, seja lá o nome que se der, desde que se deixe claro que são os homens que dominam – porque o conceito de gênero deixa aberta essa possibilidade – o vetor pode ser tanto este que nós conhecemos quanto ao inverso, quanto não haver vetor, quer dizer, o poder ser partilhado. Mas o

importante é pensar o seguinte: na verdade, esse regime não deriva de um contrato entre homens e mulheres; ele deriva de um contrato entre homens e por isso ele é baseado no medo e no controle. O medo de que outros homens invadam o terreno deste que é o sujeito atualmente, que é o que está pensando, que é o que está agindo e, portanto, a necessidade que o medo impõe de cada homem controlar cada um e todos os demais homens. Então, vejam bem: é o regime do desassossego. Ficar vigiando os outros o tempo todo é uma tarefa insana, que deixa o que vigia só fazendo isso. Quer dizer, os homens só pensam mesmo no controle dos outros homens.

Eu tenho uma explicação para a “lei da cadeia” que se baseia nisso. A minha hipótese do estupro que o homem sofre – estupro, eu estou falando saindo do código penal brasileiro, no qual não há estupro de homem, mas eu estou pensando numa concepção mais ampla de estupro que abranja toda e qualquer penetração, oral, anal ou vaginal. Segundo essa concepção, os homens também sofrem estupro e nós sabemos que, quando um homem estupra uma mulher, sobretudo se for criança e a própria filha é um agravante, ele será currado na prisão. A minha hipótese para isso é a seguinte: a mulher estuprada não estava sexualmente disponível para o estuprador, mas era uma mulher sexualmente disponível para outros homens; ou seja, não recaía sobre ela nenhum interdito para que ela estabelecesse uma relação amorosa, inclusive sexual com esses homens que curram o preso. Então, vejam bem, na verdade é uma invasão de território, porque o acordo, o pacto, o contrato social é feito entre os homens e é por isso que esse regime é baseado no medo e no controle. Eu não digo que as mulheres deixam de ser controladas; a primeira coisa na qual o regime pensa é no controle da sexualidade feminina. Mas, para nós, aqui, falar nisso é chover no molhado; o regime patriarcal controla a sexualidade feminina. Claro que controla também a masculina, porque a feminina controlada tem que encontrar uma outra controlada da mesma maneira. Mas os graus de liberdades são diferentes para uma e para outra sexualidade. Eu estou repisando isso porque, recentemente, faz quando, uns dois meses, eu estava num seminário e um jornalista, aliás de bastante renome, disse o seguinte: que o capital não se interessava pelo controle da sexualidade. Então, é necessário ainda dizer que a sociedade no seu todo se interessa sim, e muito, pelo controle da sexualidade, sobretudo a feminina.

Bom, vamos retomar o leito do rio... Simone, a meu ver, iniciou os estudos de gênero e ela disse, ela escreveu uma frase: “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”. Essa frase, na verdade, reúne o único consenso que existe entre feministas a respeito de gênero. Todo mundo diz: gênero é uma construção social. Muitas vezes, porém, quem diz nem sabe o que isso significa; mas todo mundo está de acordo que o gênero não é biológico, que ele é social. Esse é o

único acordo; não existe consenso sobre mais nada; cada uma pensa o gênero de uma maneira diferente: umas são pós-modernas, outras são humanistas, outras partem da diferença sexual, outras são indiferentes à diferença sexual, enfim, há feministas, teorias feministas e não “a teoria feminista”, não “o feminismo” no singular. A liberdade de pensar quando não se tem modelo – isso é o que acontece – é muito saudável; cada pessoa tem a liberdade de pensar o que bem entender e depois, quem sabe, quando essas idéias amadurecerem, haverá um corpo mais coeso de teorias ou, então, talvez uma teoria feminista. Mas eu duvido muito, exatamente por causa das interseções de classe, de etnicidade que impedem a existência dessa homogeneidade. Por falar em homogeneidade, nós todos, seres humanos, talvez até por facilidade, tendemos a homogeneizar tudo para o quê olhamos e tudo aquilo que nós desejamos analisar. Assim, se fala em prostitutas como se todas elas fossem iguais e não o são; se fala em mulheres como se todas fossem iguais, mas sabemos que não o são. Simone não cometeu esse erro. É muito importante mostrar que ela lançou o conceito, sem ter a palavra “gênero”, mesmo porque, em francês, não existe esta palavra com o significado de *gender*.

Vejam, por exemplo, o GEDISST, que é um grupo de estudos sobre divisão sexual e social do trabalho, na França. A revista do GEDISST, cujo título era *Cahiers du GEDISST*, mudou de nome recentemente, saiu agora publicado o primeiro número com o título *Cadernos do Gênero – Cahiers du Genre* (n.24, 1999) – porque, até há pouco, as francesas não admitiam a palavra gênero; e com certa razão, porque em francês não tem o mesmo significado que em inglês.

Bom, Simone não dispunha do termo gênero, mas ela conceituou gênero, ela mostrou que ninguém nasce mulher mas se torna mulher e, por conseguinte, ninguém nasce homem, mas se torna homem, ou seja: ela mostrou que ser homem ou ser mulher consiste numa aprendizagem. As pessoas aprendem a se conduzir como homem ou como mulher, de acordo com a socialização que receberam, não necessariamente de acordo com o seu sexo. Tanto é assim, que ela tem um capítulo sobre a lésbica. Por falar nisso, devido a esse capítulo de *O Segundo Sexo*, Simone não foi boicotada apenas na França, o foi no mundo todo. O Brasil é um país muito *sui generis*; no Brasil se traduziu muito rapidamente o livro, rapidamente para um país subdesenvolvido, porque a União Soviética obstaculizou a tradução do livro e não conheceu o livro. Só depois, em 1993, quando já não havia mais União Soviética, que o livro foi traduzido na Rússia. Em árabe, o único país que o traduziu foi o Egito e eliminou o capítulo sobre a lésbica. Então, até hoje, as que lêem só árabe não conhecem esse capítulo do livro. *O Segundo Sexo* não foi traduzido para todas as línguas, portanto, há países em que as feministas não conhecem o livro porque não podem ler outros idiomas, ou seja, o boicote, a reação negativa continuam.

Há um trabalho da Julia Kristeva (que é pós-estruturalista) em que ela classifica as maneiras de se lidar com a mulher no sentido feminista. Para ela, teria havido uma primeira onda feminista, da qual Simone foi a expressão máxima. Quer dizer, foi a primeira onda, porque não havia outras em 1949 e a essa onda, ou as representantes dessa onda, ela chama de “feministas iluministas”. Para Kristeva, esse feminismo teria um caráter humanista, com a concepção humanista derivada do iluminismo. Isso é bastante verdadeiro, não há dúvida nenhuma; então, vamos dar uma examinada rápida nisso.

Vocês, que leram *O Segundo Sexo*, sabem que a razão que preside esse livro é a razão cartesiana; Simone opera por dicotomias. Mas na França, naquele momento – e ainda hoje – todo mundo era cartesiano. Seria muita pretensão exigir que uma pessoa, escrevendo em 1949, não operasse mais por dicotomias. Aliás, é muito recente a rebelião de feministas; esse movimento é muito mais expressivo nos Estados Unidos do que na França; é um movimento de rebeldia contra a razão cartesiana. Não é gratuito o fato de ser muito mais forte nos Estados Unidos, na Inglaterra, em outros países – mesmo no Brasil é bastante expressivo esse movimento – do que na França, porque a França tem Descartes na raiz do pensamento, então será muito difícil extirpar esse tipo de razão do pensamento francês.

Se é verdade que Simone opera por dicotomia, é preciso observar e analisar a obra no contexto em que ela foi produzida; não é possível descontextualizá-la, quer dizer, possível é, mas não é honesto descontextualizar a obra e naquele contexto ela só poderia fazer isso.

Voltemos agora à classificação de Kristeva. Segundo ela, depois da onda do feminismo iluminista vem uma onda que ela chama de a onda da “diferença sexual”. Nesse caso, se pensa o gênero, se pensa a mulher sempre vinculada a uma condição natural, ou seja, a sua condição biológica; é em virtude de uma diferença sexual que se constrói o ser mulher, que se constrói o ser homem.

Pessoalmente, eu não gosto da dicotomia corpo e gênero, o biológico e o social, eu não gosto disso. Eu tento juntar as duas coisas da seguinte maneira: na origem, a sociedade nem existia; na origem, havia a matéria inorgânica; depois, através de mutações, surgiu a matéria orgânica. À medida que a vida vai se desenvolvendo, a história vai acontecendo, os seres humanos vão adquirindo potencialidades e usando essas potencialidades para, por exemplo, criar cultura. Segundo Lévi-Strauss, o estabelecimento do tabu do incesto é a data da emergência da sociedade; do ponto de vista de Claude Meillassoux, isso é discutível, porque ele não admite a universalidade do tabu. Mas, de qualquer forma, eu acho que ninguém tem nada contra a afirmação de que a sociedade só nasce de fato com a criação de cultura. Na sociedade humana, tudo é simbólico e tudo que o ser humano faz é simbólico; nós vinculamos aos objetos, às relações, a tudo, nós vinculamos

símbolos; então, toda atividade propriamente social é atividade simbólica, nós estamos sempre simbolizando.

À medida que a história foi transcorrendo já com os humanos, na medida em que nós fomos fazendo história, nós fomos nos distanciando crescentemente da origem inorgânica primeira e, posteriormente, orgânica. Para nós aqui o que interessa é a matéria orgânica, é o físico. Hoje nós estamos tão longe, porque entre o físico e o social de hoje já aconteceram tantas mediações, e ocorrem ainda, que nós estamos muito longe do biológico, do físico. Mas ele continua sendo o referente social. Vejam bem, o pensamento só existe através do corpo; a simbolização, o fenômeno da simbolização só existe através do corpo. Depois que o corpo morre, ninguém mais simboliza coisa nenhuma; morreu, acabou. Para os religiosos, tem uma vida eterna, uma vida *post mortem*, mas isto é uma outra questão. Talvez o gênero não exista aí, eu não sei se ainda continua discriminando mulher, não sei, nunca fui para lá, não pretendo ir tão cedo.

Mas, enfim, as mediações são tão numerosas que dificultam a colocação do biológico junto com o social. De qualquer forma, é importante saber que o referente é biológico. Eu penso, por exemplo, que a ideologia se corporifica; temos ideologia de classe, ideologia étnica, ideologia de gênero, então as de gênero nos levam a assumir postura mais de peito aberto ou mais encolhidinhas, temerosas, tímidas, depende de que maneira, da maneira pela qual a ideologia nos colheu e das circunstâncias que nos obrigaram a viver a relação de gênero desta ou daquela maneira, de uma maneira mais sofrida ou menos sofrida, tudo isso interfere na postura corporal. Em suma, os fenômenos sociais têm uma materialidade; é importante reiterar isso o tempo todo.

Bem, voltando a Kristeva, como nós já vimos, ela distingue o humanismo iluminista; depois, na segunda onda, as feministas que precisam da diferença sexual para discutir o gênero e, finalmente, daquelas que não precisam da diferença sexual, portanto, são indiferentes à diferença sexual. Eu diria que a classificação até que é razoável, não tenho nada contra, apenas eu não consideraria Simone só na primeira onda; ela esteve também na segunda, ela sempre se referia à diferença sexual e nem poderia ser de outra maneira. Isso mostra a maior precocidade de Simone, porque ela já estava sendo a única da primeira onda, já estava na segunda onda, coisa que só veio acontecer nos anos 1960. É importante verificar o grau de precocidade dela, porque não é todo dia que uma pessoa pensa além da sua época. Em geral, as pessoas são frutos da sua época, da época em que vivem.

Muitas feministas criticam negativamente Simone pelo fato de ela ter concebido a mulher como o outro. Para ela, o homem é o “eu” e a mulher o “outro”. As críticas vão sempre no sentido de que ela não deu à mulher a im-

portância que a mulher merecia, que ela não reconheceu que as mulheres fazem história. Mas a minha leitura é diferente. Eu penso que ela fez um relato daquilo que ela viu na sociedade: os homens são o Sujeito da história, Sujeito com S maiúsculo e as mulheres são o outro. Isso está extremamente vinculado, intimamente vinculado aos conceitos de imanência e de transcendência; o outro não ultrapassa o estágio da imanência, ou seja, aí ela usa duas categorias de Sartre que não têm nada a ver com as categorias marxistas, embora tenham o mesmo nome – o ser em si e o ser para si. Para Sartre, o ser em si é o que vive na imanência, ou seja, que não consegue ultrapassar o limite do próprio corpo. Já a transcendência ou “ser transcendente” que é o homem, esse sim consegue executar muitas coisas que se põem num horizonte muito além dele mesmo, do próprio homem.

Um outro conceito que eles até usam, usam a palavra alemã para designar esse conceito que é o *Mitsein*, isso significa – “ser com” – os dois usam o “ser com”. A meu ver, o uso que Simone faz é mais importante do que o uso que Sartre faz, porque Simone está pensando na relação homem-mulher, na qual “ser com” quer dizer, “eu sou estando com uma outra pessoa”. Trata-se de uma limitação e, ao mesmo tempo, uma amplitude enorme que merece estudo e, mais uma vez, no que tange à imanência/transcendência, a meu ver, ela constatou; ela não propõe que a mulher fique na imanência.

Vejam bem, numa passagem de *O Segundo Sexo*, que foi muito mal interpretada inclusive por Kristeva, Simone afirma que a maternidade é um horror, que emburrece, que deforma, que isso, que aquilo, enfim, tudo negativo, que dá trabalho, que confina a mulher ao lar. Quanto a isso, a minha pergunta é muito simples: isso tudo não era verdade quando ela escreveu *O Segundo Sexo*? Não havia anticoncepcivo oral, não havia outras formas de contracepção tanto no que tange aos métodos de barreira quanto à interferência no ciclo menstrual, enfim, de interferência na produção dos hormônios. Havia o quê? Havia o preservativo e as práticas chamadas onanistas; só isso que havia. E o que acontecia com as mulheres? Elas tinham uma penca de filhos, 12, 15, isso as deformava, claro! A barriga vinha até o joelho de tanto ter filho, os peitos iam até o umbigo, lógico! Então, na época que precedeu a feitura do livro, era isso que acontecia; as mulheres ricas podiam abortar, as mulheres pobres não podiam. Aliás, isso é verdade até hoje no Brasil, a não ser que a gravidez seja fruto de estupro ou coloque em risco a vida da gestante. Mas quando Simone escreveu, as mulheres tinham muitos filhos, a Nestlé não existia. Gente, não existia Nestlé! Então, não havia possibilidade de deixar alguém cuidando do bebê para dar mamadeira, era preciso que a mulher estivesse presente para aleitar o bebê. É preciso pensar em tudo isso, porque era verdade o que ela dizia.

Kristeva é viva e não é velha; é recentíssima uma entrevista que ela deu na qual ela critica demais Simone pelo fato de Simone ter falado contra a maternidade. Mas olha, se tiver que ficar presa dentro de casa, aleitando bebê, lavando fralda, que também não havia fralda descartável, se tiver que ter 15 filhos, eu quero saber quem daqui quer ser mãe! É... muito dificilmente! Só mesmo por destino, destino prescrito pela situação social ou, como afirmou Freud, “anatomia é destino”.

Há um outro pensamento de Simone que eu considero muito importante: a noção do equilíbrio entre determinação e contingência. Por exemplo, nós temos um destino de gênero da mesma maneira como os homens o têm; mas, ao mesmo tempo em que esse destino existe, existe espaço para o contingente. Simone foi uma precursora em reconhecer esse equilíbrio, porque hoje não há equilíbrio nenhum, o pós-modernismo é só pelo contingente, pelo imponderável, tanto que caiu nesse relativismo absoluto inaceitável, pelo menos da minha parte. Acho importante que se consiga um equilíbrio entre o determinismo social e a possibilidade de escolha que as pessoas devem ter, porque senão se cai numa concepção de gênero que é uma verdadeira camisa de força. Se não é o sexo que determina, é o gênero, então nós não podemos criar, não há espaço para mudança, as relações serão sempre essas que nós conhecemos, a explicação científica também, porque não há espaço para mudança. É importante que haja o espaço para a opção porque é ela que vai permitir a mudança. Isso é extremamente importante, extremamente importante. Eu vejo que os pós-modernos não leram corretamente Simone; estão cometendo erros que ela não cometeu.

Vamos falar agora sobre a posição epistemológica de Simone. Eu falei muito pouco sobre isso, vamos falar um pouco mais. Bem, é obvio que, convivendo com Sartre, Simone e ele deviam trocar idéias o tempo todo; um alimentava o outro em termos de criação e o outro alimenta o um. É importante dizer isso porque Simone era o outro. Então, tem que dizer, não fica implícito, como dizem os franceses, não é de maneira nenhuma evidente (*ce n'est pas du tout évident*), então precisa explicitar. Eles trabalhavam com uma ontologia que era diferente – para Sartre e para Simone. Essa explicação que eu dei a respeito das mediações sociais, que colocaram a gênese biológica muito distante de nós, é extremamente importante para se entender o gênero como categoria ontológica. Embora eu goste muito da literatura norte-americana sobre gênero, eu faço uma ressalva. Em geral, a literatura anglo-saxã não lida com ontologia, vai até a epistemologia e pára aí, não segue em frente – eu acho que conheço só uma feminista anglofônica que lida com ontologia. Aliás, em geral, não só na literatura anglofônica, é muito raro lidar com ontologia.

Na primeira parte de *O Segundo Sexo*, Simone critica duas posturas: a psicanálise e a biológica. Há também uma terceira, o marxismo. Melhor dizendo,

fundamentalmente, são duas posturas que ela critica: a psicanálise, na qual a biologia foi entendida de uma certa maneira e, por outro lado, o marxismo.

Vamos dar uma espiada no que isso significa. Simone refuta a afirmação de Freud de que a biologia é o destino. Fazer isso naquela época não foi fácil. Podemos dizer que esse século que está terminando foi dominado literalmente por Freud e Marx. Freud continua no poder, Marx foi apeado do poder pela maioria das pessoas e agora parece que há um retorno a certas categorias que ele formulou.

Mas dizer que a biologia não é o destino, ao contrário do que havia afirmado Freud, era de uma ousadia brutal. Todas as mulheres tinham “n” filhos, amamentavam, etc., porque a biologia era o destino. Simone constata isso mas também dá o grito de alerta: olha, assim não pode continuar, nós não podemos permitir que a biologia determine o nosso destino, e nós podemos mudar isso. Então, começa pela coerência, não vou ter filhos e foi o que ela fez. Aliás, deixe eu contar uma coisinha para vocês. Eu conheci em janeiro a Sylvie Le Bon De Beauvoir, que é filha adotiva da Simone. Vocês não vão acreditar, a moça é igualzinha a Simone e foi adotada só no final da adolescência; já era adulta quando foi adotada. Se fosse em criança, daria para entender, porque a criança começa a imitar o adulto, adquire os trejeitos e acaba parecida com o pai e com a mãe. No caso de Sylvie, é incrível a semelhança física, o penteado é o mesmo de Simone que está naquele cartaz ali fora. Foi lamentável eu ter me esquecido de trazer para mostrar para vocês o filme que foi feito pouco antes de Simone morrer. É um filme muito bom, eu trouxe da França, mandei transpor para o sistema brasileiro e não me lembrei de trazer.

Mas voltemos a *O Segundo Sexo*. Bom, sobre a psicanálise, a recusa de Simone é muito procedente, porque ela não entra em considerações a respeito do processo terapêutico. Ela considera a posição epistemológica da psicanálise, da qual resultou essa história de “a biologia é o destino”. Vejam bem, até hoje essa ideologia perturba as feministas porque se caiu num outro oposto: o gênero é o destino. Então, para quem acredita num determinismo cego, o gênero é o destino, a sociedade determina tudo; para quem acredita, deixa espaço apenas para o contingente, não há como falar propriamente numa estrutura determinante do gênero. Então, é uma coisa aleatória, fluida, fragmentada e que não pode ser explicada por um pensamento também fragmentado. É muito complicado. Mesmo as pós-modernas cometem esse erro de transformar o gênero numa camisa de força e nós feministas já temos mostrado ao longo das nossas vidas que o gênero não é camisa de força. É claro que a gente sua muito mais a camisa para ascender socialmente do que os homens, mas consegue.

Vou dar um exemplo. Uma orientanda minha daqui da Bahia, de Vitória da Conquista, fez sua dissertação de mestrado sobre mulheres chefes de família.

Eu disse a ela: vamos investigar, vamos ver quantas mulheres conseguem se reproduzir no mesmo estrato social ou então caem ou ascendem, vamos verificar isso. Vocês acreditam que só uma delas continuava no mesmo patamar, todas as outras haviam ascendido? Medindo-se essa ascensão por grau de escolaridade e por renda, sempre há uns indicadores que a gente escolhe. As mulheres muitas vezes se separaram de seus maridos num momento em que não tinham nem completado o primeiro grau, fizeram o supletivo de primeiro grau, de segundo, entraram em faculdades, se formaram, conseguiram educar os filhos muito acima do grau de educação que o pai tinha e que elas tinham quando se casaram, e muitas conseguiram levar os filhos a um grau de educação muito maior do que elas conseguiram também depois de separadas ou viúvas. O que eu tenho notado é que muitas mulheres quando se desvinculam seja pela morte, seja pela separação, de um homem, desabrocham, parece que o destino de gênero está ali do lado, passando rasteira.

Eu não estou culpabilizando nenhum homem em especial, eu não gosto disso desde sempre, desde que eu comecei a trabalhar nesta área eu sempre chamei a atenção das pessoas para o fato de que os homens são também mutilados pela sociedade. É duro ser homem, está muito difícil ser homem com esse desemprego brutal, está sendo bem difícil porque o papel de provedor é altamente definidor da virilidade. Então, se o homem está desempregado, ele tem esse sentimento de gigantesca impotência, e muitas vezes chega à impotência sexual mesmo. É muito difícil viver como homem nessa situação, tanto é que há homens se reunindo para fazer reflexão sobre a sua própria situação e sobre a situação das mulheres, para verificar o que eles podem desenvolver em si mesmos, tais como sensibilidade, permitir que as emoções desabrochem, viver as emoções. Há grupos terapêuticos também.

Outra coisa. Eu vou aproveitar para dar uma pincelada, não sei se tem alguém aqui que tenha olhos para a violência praticada contra a mulher, mas nós temos essa nova legislação, desde novembro de 1995 (Lei nº 9.099), que mudou o rito do julgamento de agressores. Por exemplo, vou tomar só um tipo de crime, pois essa lei incide sobre vários crimes, mas sobretudo, sobre os crimes apenados com até um ano. Como lesão corporal tem uma pena de 3 meses a um ano, cai tudo no juizado especial e o que está acontecendo é que, bom, as penas são alternativas. Desaparece a figura do réu, da perda da primariedade e as penas são alternativas. Os juizes em geral sentenciam a entrega de uma cesta básica a uma instituição, ou então o pagamento de meio salário mínimo e o cidadão sai de lá batendo de novo. Claro que fica barato bater! Agora, há alguns que dizem que surram a mulher e dizem: olha, eu já vou bater o equivalente a duas cestas básicas... É verdade, gente!

A minha preocupação é com as penas. Não é que eu queira que prendam, eu não sou favorável às penas de privação da liberdade – a menos que o ofensor seja perigoso para a sociedade. Senão, vamos tratar de reeducá-lo. Mas as penas alternativas que estão sendo aplicadas não são pedagógicas, não são reeducativas. Qual seria uma das penas reeducativas para o agressor? Eu já conversei com a Casa de Apoio Viva Maria e elas já conversaram com juízes. Vai sair lá em Porto Alegre, os juízes vão determinar que os agressores freqüentem o serviço que elas vão oferecer – é possível que agora já esteja até acontecendo isso – que são grupos operativos, como eu chamo (não sei se elas deram um outro nome), sob a orientação de feministas. Homens violentos vão discutir as razões de suas práticas, o tipo de legitimação que elas recebem, vão questionar tudo, então isso eu considero pedagógico.

Bem, deixa eu ver se encontro o fio agora, porque eu fiz um desvio. Estava falando da posição epistemológica de Simone. Para ela, a psicanálise peca por várias razões, inclusive por considerar que no caso da mulher a anatomia é o destino, que aos 5 anos a personalidade está formada e não há mais possibilidade de mudança. Aliás, há contradição muito grande entre isso e a prática terapêutica. Se não é possível mudar, para que a gente vai fazer análise? Além de tudo, custa caro, então é melhor se arranjar por si mesmo.

Mas, enfim, a psicanálise freudiana não pode ser aceita da maneira como foi concebida. Atualmente, com muitas contribuições de outros estudiosos, ela melhorou muito, e muito daquilo que ela diz é verdadeiro, pode ser aceito. Mas alguns pecadilhos ainda existem, por exemplo: numa sociedade de meios de comunicação de massa tão poderosos, a influência da família ficou muito reduzida. Tanto ficou, que nós vemos que o perfil do interno, dos internos da FEBEM em São Paulo, mudou completamente. Hoje não são mais negros, são brancos; não são mais pobres, paupérrimos, são pessoas de classe média e muitos pais, mães e pais, ficam estupefatos diante dos crimes que seus filhos são capazes de praticar, sem que na família tivesse qualquer sugestão a esse respeito ou qualquer facilitação disso. Isso é uma constatação de que a influência da família é cada vez menor. Não que ela não exista; ela existe, mas ela precisa ser redimensionada de acordo com a nova realidade que nós vivemos. Eu conheço garotos que ficam todo o período que não estão na escola no computador, na *internet*. Hoje, a *internet* funciona mais como educadora do que a própria família. No entanto, a psicanálise continua levando em conta de uma maneira muito forte a família. Isso teria que mudar e, sem dúvida nenhuma, Simone tem razão ao criticar a psicanálise freudiana.

Vamos agora fazer uma rápida análise do que ela diz a respeito do marxismo. Ela escreveu alguns pensamentos gerais e também tomou os dados de

Engels, retirados do livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Nesse livro, Engels avança bastante mas, obviamente, o livro se ressentia de todo o peso de uma etnografia muito elementar naquela época. O livro foi escrito há muito tempo. Outro dia, ainda vi a data em que o livro foi escrito, foi em 1891; ele foi publicado parcialmente logo depois; inteiro, só bem depois.

É claro que, naquela época, a etnografia ainda era muito precária. Além de tudo, ele se baseou em Morgan, cuja obra já não era muito atual até mesmo para a época. Então, ficou ainda mais precário na parte de evidências. Então, era para criticar mesmo. Eu penso que Simone tinha mesmo que fazer o que fez. O marxismo merecia reparos por causa do determinismo mais ou menos cego. Isso tinha que ser temperado, a contribuição dos historiadores foi muito grande para isso. Thompson, que foi um historiador inglês, deu uma contribuição muito grande para equilibrar isso de modo a que se deixasse, que se aceitasse o imponderável, que existe mesmo. Mas também não podemos admitir só o imponderável como Weber, porque aí nós não temos controle de nada. Não há critério de verdade, esse é que eu vejo como o maior problema no pós-modernismo; desaparece o critério de verdade quando não há uma estrutura que responda por parte daquilo que ocorre. Obviamente, tudo fica no plano do aleatório, tudo fica no plano do voluntarismo. É importante dizer, se nós tivéssemos ou se eu tivesse que decidir se Simone foi voluntarista, eu diria que não, que não foi, enquanto Sartre o foi. A liberdade concebida como Sartre a concebeu era um ato de voluntarismo. Simone não praticou esse erro, ela não cometeu esse erro.

Um autor não pode fazer tudo. O avanço da ciência se faz milimetricamente, um bota lá seu grãozinho de sal, vem o outro a partir daí bota outro grãozinho de sal... Marx não escreveu sobre um sistema filosófico fechado, uma metodologia fechada; eu acho que os que vieram posteriormente tinham mesmo a função de expandir essa metodologia, de expandir as concepções, formular novos conceitos a partir do que ele concebeu. Eu penso que é assim. Uma pessoa não faz tudo, as que vêm posteriormente avançam mais e assim a ciência vai caminhando sempre para um enriquecimento.

Se eu tivesse que me pronunciar a respeito da importância de Sartre e de Simone eu diria o seguinte: Sartre foi mais importante do que Simone durante a vida deles, durante o período histórico em que lidar com a fenomenologia existencialista era importante. Estava na moda, era onda. Mas depois que isso, passou, Sartre passou a ser um retrato na galeria dos filósofos, nada mais que isso porque não tem mais ninguém existencialista, pelo menos que eu conheça. Agora, feminista tem às pencas. Simone plantou uma semente que frutificou. Claro que cometeu erros; mas não se pode esquecer que ela foi a primeira – quer dizer, houve algumas antes dela, a Wollstonecraft, a Elisabeth Cady Staton, algumas,

mas muito poucas – e ela não tinha elementos, não havia de onde tirar elementos para fazer uma coisa melhor do que ela fez; ela fez tudo que era possível fazer. Nós temos que agradecer pelo fato dela ter existido e ter dedicado uma boa parte do seu tempo à elaboração desse livro. Porque, sem dúvida nenhuma, ela fundou a questão de gênero e fundou a radicalidade dos estudos feministas; foi de uma ousadia muito grande, mexeu em tabus. Aliás, há um momento, a consideração do corpo – eu só vou dizer isso, depois eu paro – a consideração do corpo é interessante em *O Segundo Sexo*, porque ela diz: tabus, leis, normas, costumes modelam o corpo. Então, já estava presente nela essa idéia de que a cultura se materializa de alguma forma e embora corpo e social tenham sido tratados separadamente, já havia o embrião de um pensamento que vinculava o físico com o social.

Eu só tenho a agradecer o fato dela ter existido, o fato dela ter escrito esse livro... Há mais uma coisa e, assim, de coisa em coisa, eu vou tomando o tempo de vocês. Eu não me perdôo (até escrevi isso neste artigo que vai sair nos *Cadernos Pagu*), eu não me perdôo por não ter percebido um plágio feito pela Betty Friedan. Eu li *O Segundo Sexo* em 1962, quando eu comecei minha vida acadêmica, e depois houve um intervalo grande porque o livro da Betty Friedan, que foi publicado em 1963, eu só li mais tarde, creio que em 1966. Eu não me lembro quando eu li porque levou um tempo para chegar ao Brasil, chegou a tradução francesa, nem foi o livro em inglês. Então, demorou mais e como eu naquela época tinha uma implicância muito grande com Simone, com as concepções, não todas, mas a concepção metodológica que ela utilizou em *O Segundo Sexo* – naquela época a definição de cultura não contemplava a práxis e eu havia feito uma opção metodológica em que a práxis era nuclear – eu recusei aquilo que eu chamava de culturalista. Na época era, hoje já não é mais porque cultura não é só um conjunto de normas, valores, crenças, etc., cultura envolve práticas também, então hoje é diferente. Mas aí eu li, eu tinha lido a Simone e depois li o livro da Betty Friedan, que se chama *A Mulher Mistificada* (foi traduzido pela Vozes mas eu li em inglês, então eu li na década de 60, antes de escrever esse primeiro livro que alguns de vocês conhecem) e eu não percebi que havia plágio porque eu entrei na onda do método. A Betty Friedan já tinha uma outra maneira de encarar as coisas, não era via cultura, porque Simone dedica o segundo volume inteiro, que é muito maior do que o primeiro, ao estudo dos escritores, dos que escreveram sobre assuntos que interessavam analisar e ela dava uma importância muito grande à escritura e eu fugi disso. Fugindo disso, havia muito pouca literatura, eu caí na Betty Friedan, não percebi que ela havia plagiado *O Segundo Sexo*. Eu aprendi isso muito recentemente, só que eu não tive tempo de voltar a ler Betty Friedan. Eu aprendi lá no colóquio de janeiro com feministas america-

nas – não foi uma só, foram várias. Elas sabiam de memória trechos e mais trechos de *O Segundo Sexo* e de *A Mulher Mistificada*, e a única coisa que variava era a língua; um era escrito em inglês e outro em francês. Então, vejam vocês isso: para mim foi super importante ter aprendido isso, agora eu preciso voltar a ler *A Mulher Mistificada*. As americanas são suficientemente agressivas para descobrir uma coisa e falar nas bochechas da cidadã e contar para o mundo, escrever a respeito disso.

Eu tive uma experiência bastante negativa com a Betty Friedan. Em janeiro de 1972, fui aos Estados Unidos e resolvi entrevistar feministas e fui entrevistá-la. Eu não sei se ela se irritou comigo mesmo ou se ela se irritou com o sueco que estava junto para entrevistá-la, cujo gravador não funcionava porque ele deixou cair o gravador e o raio da máquina não funcionava. Não sei com que ela se irritou, num certo momento... Ah!, agora eu estou me lembrando, foi comigo mesma que ela se irritou, porque fazia tempo que eu não ia aos Estados Unidos e eu cheguei, lá todo mundo dizia *Women's Lib*. Era o *Women's Liberation Movement*, mas todo mundo abreviava. Eles têm mania de abreviar, não são só eles, os franceses também abreviam, e então eu disse: *Women's Lib*, e ela ficou furiosa, botou os dois braços para cima, gritou, gritou, o sueco ficou mais horrorizado do que eu, porque eu ainda tinha fôlego para enfrentar a cidadã. Foi uma experiência negativa, ela devia perceber porque ela falou para mim que eu estava usando uma expressão que os meios de comunicação usavam e ela devia ter percebido, ela poderia ao invés de gritar e levantar os braços, fechar as mãos, deveria ter me dito: “eu sei que você é estrangeira, você não tem responsabilidade por isso, mas seria interessante usar a expressão completa porque é pejorativo.” Só que ela não fez isso comigo, ela gritou mesmo e isso não foi bom. Quando ela esteve no Brasil, também não causou boa impressão. Eu não sei aí de quem foi a culpa, porque o Ziraldo a entrevistou e o Ziraldo é muito machista. Ela pode até ter contribuído porque ela não é uma pessoa simpática, aberta a outros tipos de conduta, agora isso é importante contar para vocês porque talvez uma parte de vocês não haja ainda lido a Betty Friedan e agora vocês podem ler com os olhos bem abertos.

Bom, eu acho que fico por aqui porque eu já estou falando há quase duas horas, que horror!

(PALMAS)

Vocês são uns encantos e relevaram todos os meus deslizes aí, porque eu não tinha alinhavado as idéias, mas agora se vocês quiserem conversar sobre o que eu falei e sobre o que eu não falei podemos. Se vocês quiserem fazer perguntas...

PERGUNTA DE ALDA MOTTA: EU GOSTARIA DE SABER UM POUCO SOBRE O DESENROLAR DESSE ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 50 ANOS DE SIMONE EM PARIS E VOCÊ FOI, NÃO É?

HS: Olha, eu não posso falar sobre o encontro na sua totalidade porque havia muitas mesas simultâneas e embora eu deseje muito, eu não tenho o dom da ubiqüidade, eu estava só num lugar. Mas o que eu diria, Alda, é que o encontro refletiu muito a posição da Simone na sociedade francesa, que ela foi execrada pela sua própria sociedade. A única feminista que no fim da vida da Simone se aproximou dela foi Christine Delphy, porque é uma pessoa muito mais jovem, embora já fosse uma pessoa adulta e já conhecida como feminista quando se aproximou. Eu não estou falando de juvenzinhas, que muitas devem ter tentado pelo menos se aproximar dela, mas Christine Delphy se aproximou e montou uma estratégia. Ela foi super esperta, ela observou o que aconteceu com Simone e montou uma estratégia para não “entrar pelo cano” também. Aprendeu inglês, porque você sabe que francês não cruza a Mancha (Canal da Mancha) para ir à Inglaterra nem morto; mas ela aprendeu inglês, fez contato com as inglesas, depois com as americanas, passou a publicar em inglês, então ela preparou uma trajetória de maturidade fora da França. Por isso, ela é respeitada; quem organizou o colóquio foram ela com uma colaboradora que é Sylvie também como a Le Bon, mas eu não me lembro o sobrenome dela. E aí, veja bem: o fato da Christine Delphy ter organizado já marginalizou uma parte das francesas; muitas francesas com as quais eu conversei diziam: “ah!, nós fomos avisadas com muita antecedência e nos esquecemos.” Mas eu também fui avisada com muita antecedência e não me esqueci, fiz a minha inscrição, fui, enfim, não, não é isto certamente.

PERGUNTA SOBRE A DIVULGAÇÃO DO COLÓQUIO, VINDA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA.

HS: Eu recebi porque assino uma revista e a revista trouxe o folder, mas na *Internet* seguramente estava. Então isso refletiu bem, o colóquio refletiu bem a situação francesa, a presença das francesas era muito rarefeita, a presença americana era maciça. Foi graças a isso que houve a denúncia da Friedan, porque seguramente não teria havido se isso não tivesse acontecido. Muitos grupos foram filmados. Nós, as brasileiras – nós éramos só três lá – fizemos um pedaço do filme, cada uma expressou o que pensava sobre *O Segundo Sexo* e houve muita crítica também. As americanas não são só pessoas que aplaudem, elas criticam também, então houve muita crítica. Mas, a meu ver, críticas formuladas muito mais a partir do momento atual do que do contexto no qual Simone escreveu o livro. Claro, você pode dizer: a respeito de corpo a gente acordou tardiamente, os estudos são muitos recentes; hoje, o que Simone escreveu não vale mais, você

pode dizer isso. Eu até estou dando esse semestre um curso sobre *O Segundo Sexo* à luz de teorias feministas contemporâneas, e vejo que muita coisa caminhou rapidamente, outras não caminharam, continuam lá em *O Segundo Sexo*.

Agora, o que me parece importante é a repercussão desse livro fora da sociedade francesa, em outros países, como o Brasil. Você vê a minha geração, a sua certamente, a da Cecília também, todas passamos por esse livro, então ele foi um marco, sem dúvida nenhuma, abriu muito as cabeças de quem o leu, ele foi muito importante. É uma marco histórico, continua sendo e esse reconhecimento, as reverências foram feitas ainda que se fizessem críticas – sempre se faziam reverências porque ela continua sendo uma referência e também há que se atentar para sua precocidade. Naquele momento, o livro foi fundamental e continuou sendo durante muito tempo. Hoje, eu observo que os jovens não lêem esse livro; essa foi uma das razões pelas quais eu resolvi dar o curso, porque essa leitura é obrigatória e muitas outras. Então, ao mesmo tempo, eu tinha oportunidade de me reportar um século atrás e ensinar as teorias modernas – modernas é meio complicado – eu diria as teorias contemporâneas. Mas o Colóquio foi muito interessante, inclusive por ocorrência desse tipo de denúncia de plágio, mas plágio vergonhoso, que eu não me perdôo por não ter percebido.

PERGUNTA VINDA DA PLATÉIA SOBRE A QUESTÃO DA MULHER COMO “O OUTRO” EM O SEGUNDO SEXO.

HS: Como, exatamente, sem talvez refletir mais sobre *O Segundo Sexo* e que era o segundo naquela época, era mesmo, e que continua sendo hoje, continua essa história de que as coisas mudaram. Outro dia, até estava lendo um texto, eu estava com uma aluna minha, aí eu disse: “isso aqui é besteira”, porque falava na igualdade entre homens e mulheres. Não me lembro qual era o livro que ela me trazia, mas eu posso até citar um da Badinter, *Um é o Outro*. Existem livros dela que me agradam muito como, por exemplo: *Um Amor Conquistado*, o *XY*, também me agrada. Agora, *Um é o Outro*, eu acho um terror! Aquilo é horrível porque considera que, no trabalho, homens e mulheres conseguiram igualdade, e isso não é verdade. É um discurso extremamente desmobilizador, eu não gosto desse livro. Além de tudo, ele está baseado na lógica da complementaridade, que é uma coisa que não me agrada também. Enfim, a gente deveria reler tudo, mas, lamentavelmente, a vida humana é muito curta, a não ser para mim, eu já fiz um contrato de 120 anos e espero chegar lá.

Vamos ver, as jovens aqui leram *O Segundo Sexo*? E não estão se pronunciando? Vocês que leram *O Segundo Sexo*, vocês já tinham percebido o que eu falei, então eu chovi no molhado ou então foi útil, o que é que vocês pensam?

RESPOSTAS DA PLATÉIA, NÃO REGISTRADAS NA GRAVAÇÃO.

HS: Isso é importante – você está no caminho certo – isso porque você vai interpretando de maneira diferente. Como é seu nome? Cândida? Eu penso que a gente deve ter atitude de aprendiz até o fim da vida – é só assim que se avança – e um respeito muito grande pelo pioneirismo porque é difícil ser pioneira, é muito difícil. Quando não tem literatura a respeito, você precisa criar tudo. Aí, o que se pede é muita coisa, eu realmente sou muito agradecida a Simone pela fato dela ter se debruçado sobre esse assunto.

PERGUNTA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA SOBRE A CORRESPONDÊNCIA ENTRE SIMONE E NELSON ALGREN, UMA RELAÇÃO AFETIVA “CONTINGENTE” DE SIMONE. NESSA CORRESPONDÊNCIA, SIMONE DECLARA QUERER SER A “GUEIXA” DE ALGREN...

HS: Bem, além de tudo ela foi coerente. Olha, nessa história de tirar o sapato à la japonesa, eu nunca fiz isso para o meu marido, mas até faria se houvesse reciprocidade; a regra básica de qualquer sociedade é a reciprocidade. Fiz muitas vezes chazinho, suquinho, mas porque ele fazia para mim também, cuidava dele como ele cuidava de mim. Então, havendo reciprocidade, tudo certo, até tirar bota minha filha.

PERGUNTA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA SOBRE A ATUALIDADE DE O SEGUNDO SEXO EM RELAÇÃO AO ABORTO.

HS: É muito atual. Olha, na França era proibido aborto. Gente, era proibido! O aborto só foi legalizado na França eu acho que em 71. Depois, na década de 80, a seguridade social passou a fazê-lo gratuitamente, mas antes era proibido; quer dizer, a sociedade era como ela descreveu. Outro dia, saiu aquela norma do Ministério da Saúde, não sei se vocês acompanharam a pressão que o Ministro sofre para revogar a norma, foi um escândalo! A norma dizia simplesmente que o SUS tem que se encarregar dos abortos legais. Abortos em casos de gestações que colocam em risco a saúde da mulher ou que resultam de estupro já são legais desde 1940, portanto, há 59 anos. Quer dizer, o corpo mole de não regulamentar já era proposital, lógico. Mas, uma vez que hospitais começaram a fazer, aí já não se podia mais fugir da norma, tinha que fazer mesmo. Mas foi uma vitória, acabamos ganhando, espero que a abertura seja maior no futuro para que outras condições, por exemplo, rejeição da gravidez, se a mãe rejeita a gravidez a criança será muito infeliz, a mãe também, então o melhor é abortar. Existem várias condições que apontam para essa solução. Eu sou contra a utilização do aborto

como método contraceptivo; é preciso prevenir isso, é preciso fazer campanha de elucidação da população para que isso não ocorra. Mas está ocorrendo no momento com o aborto ilegal, porque muitas mulheres que não têm consentimento do marido para usar um método contraceptivo, ou que não obstante usarem ainda engravidam, essas mulheres recorrem com frequência ao aborto. Isso é inevitável, não há o que segure; o que é ruim é que a concepção de alguns seja imposta a todos, porque a Igreja Católica não representa um pensamento unívoco a respeito do aborto. Primeiro, que nem sempre foi pecado, nem sempre foi proibido; isso mudou ao longo do tempo. É uma coisa que muita pouca gente sabe. As pessoas pensam que sempre foi proibido o aborto, e não é verdade. Segundo, é que a igreja não é homogênea. Existe aquele grupo de mulheres, Católicas pelo Direito de Decidir, que admitem o aborto e são católicas; muitas delas são teólogas. Vocês devem se lembrar daquele silêncio obsequioso imposto a Ivone Gebara, porque se declarou favorável ao aborto à revista *Veja*. Ela foi punida pela igreja, enfim é um assunto tabu. O que eu penso é que deveria ser ou legalizado ou despenalizado, porque aí a pessoa vai atuar de acordo com a sua própria vontade, se é uma questão de foro íntimo, ela vai decidir de acordo com a sua consciência e não de acordo com o pensamento de outros.

PERGUNTA DE ANA ALICE COSTA SOBRE A REPERCUSSÃO DA VISITA DE SIMONE AO BRASIL NA DÉCADA DE 60.

HS: Em 1961, eles foram à UNESP de Araraquara e foi gravada a conferência do Sartre – não houve conferência dela – e o Luís Roberto Salinas editou o livro.

PERGUNTA SOBRE A PRIMEIRA EDIÇÃO DE *O SEGUNDO SEXO* NO BRASIL.

HS: De quando é a primeira edição? Eu não sei, não sei, eu tenho uma que não é a primeira, eu não sei quando saiu a primeira. Agora vamos admitir que só haja saído 10 anos depois, ainda assim lavramos um tento enorme, porque a União Soviética impediu que ele fosse traduzido. Olha, em Cuba, eu nunca vi esse livro, nunca vi; claro que existe em espanhol, porque há tantos países que falam espanhol, mas em Cuba, eu vivia em livrarias e nunca o encontrei.

Mas parece que as pessoas que leram *O Segundo Sexo* se esqueceram dele, ficaram com a literatura mais atual, quando ele tem muito de atual, muito – claro que situando os aspectos que eu aponte e, eventualmente, outros que me tenham escapado. Tem muita atualidade o livro.

PERGUNTA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA SOBRE A QUESTÃO DO PLÁGIO, QUANDO FOI DETECTADO.

HS: Olha, eu acredito que bem recentemente, sabe? Porque havia vários trabalhos sendo apresentados como inéditos nesse colóquio. Agora, segundo uma delas, foi publicado um artigo em que se denunciou isso, então não é tão recente assim, digamos é dos anos 90. Mas ficou muito feio porque Betty Friedan foi tão acusada, você conhece, você morou lá (Estados Unidos), você sabe como é a agressividade, que quando se trata de crítica se faz mesmo. E aí, Betty Friedan foi mais ou menos obrigada a fazer uma *mea culpa*; ela admitiu que havia omitido a referência, quer dizer, confissão de plágio. *A Mulher Mistificada* no Brasil, isso foi publicado em 1963, mas já se fizeram várias edições. É, agora eu acho que eu fui, que eu fiquei encantada com a descoberta daquele mal-estar ao qual se refere Friedan, porque sendo de classe média é o mal que não tem nome, quer dizer, eu acho que foi isso que encantou a todas nós e a gente escorregou, não viu o plágio. Eu preciso voltar a ler esse livro, não tive tempo ainda, e ela, a Friedan, é uma excelente autora, acabo de comprar um outro livro dela.

PERGUNTAS DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA SOBRE SIMONE.

HS: É, é fantástico pensar que já naquela época ela concebeu a mulher como sendo feita pela sociedade, porque ela passa pelo biológico, passa pelo psicológico e fica com o social; é importante, bem importante. Muito obrigada gente, vocês são ótimas.

NOTAS:

¹ Nota Editorial: A Profa. Saffioti refere-se aqui à sua tese de livre docência, defendida na Universidade Estadual Paulista, em 1967, e publicada em 1969 sob o título *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*.

O EXISTENCIALISMO E A CONDIÇÃO FEMININA

Elizete Passos

O balanço final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) aponta para prejuízos de toda ordem. Por um lado, foram 45 milhões de mortos, 35 milhões de feridos, 3 mil desaparecidos e, por outro, a desesperança: derrocada de verdades universais, como Deus, que foi substituído pela Razão; fim da esperança colocada no Comunismo; descrédito na possibilidade de justiça social; falta total de ética e de respeito ao ser humano, enfim, desfizeram-se os limites entre o bem e o mal. Nesse contexto, as relações entre os indivíduos passaram a ser *naturalmente* regidas pela dominação e pela submissão.

Decerto, houve algum saldo positivo. No que tange à condição feminina, as mulheres passaram a ser juridicamente consideradas iguais aos homens, com direito a votar e a possuir propriedades. Também passaram a participar mais

intensamente do mundo do trabalho produtivo, especialmente nas fábricas, ocupando os lugares vagos com as mortes do contingente masculino ou, ainda, pela sua atuação na guerra.

Nesse contexto, as feministas sabiam que teriam problemas concretos com o fim da guerra e o retorno de homens que reivindicariam seu espaço no mundo do trabalho produtivo, especialmente porque elas não desejavam retornar às tradicionais funções femininas, encerradas no espaço privado do lar. Entretanto, mais do que isso, tinham pela frente a grandiosa missão de continuarem convivendo com os outros, sem terem de abrir mão de si mesmas (NYE, 1995). Diante dessas questões, Simone de Beauvoir (1908-1986), propôs-se a pensar a condição da mulher, especialmente a existência feminina¹. Para entendermos sua preocupação, é importante compreendermos a sua própria existência.

QUEM FOI SIMONE DE BEAUVOIR?

Nasceu em Paris, de família nobre, porém sem recursos. Da mãe, beata e burguesa, recebeu formação moral e religiosa oriundas da União das Mães Cristãs. Do pai, advogado e requintado, a paixão pelo teatro.

Conforme registrou em muitas das suas obras², a contradição entre os valores ensinados pelos pais a fazia cheia de dúvidas e incertezas, embora tirasse disso algumas conseqüências, traduzidas por ela, naquele momento, como filosóficas, mas, no fundo, próprias da ideologia burguesa francesa – destacam-se, dentre elas: a divisão do mundo entre bem e mal, a relação entre felicidade e virtude e o prazer como recompensa para a prática do bem. Também afirma que desde a adolescência descobriu “que as pessoas quando investidas de autoridade tornavam-se estúpidas”.

Quanto à religião, afirma que sempre teve dificuldades para acreditar em Deus, tendo rompido com Ele em tenra idade, em decorrência de situações concretas, tais como a vida miserável de sua ex-babá, a descrença que possuía dos padres e, principalmente, por não querer abrir mão da liberdade e dos prazeres da vida. Como afirmava, “não aceitava trocar o mundo pela eternidade” (BEAUVOIR, 1958, p.95). Era difícil viver sob o olhar vigilante de Deus. Com isso, ela diz que ficou sozinha, sem ter testemunha, assim como sem refúgio e sem ter com quem falar. Situação que só foi modificada aos 21 anos de idade, ao conhecer Sartre, quando já havia feito sua opção profissional pela filosofia e saído da casa dos pais, para viver em um quarto na casa da avó. A decisão profissional pela filosofia havia sido uma forma de libertação, pois o conhecimento dava-lhe condições de escolher o seu destino e não tomá-lo como uma determinação limitadora.

A liberdade consistia em estar de acordo consigo mesma e com a vida que escolhera, bem como em ter controle racional sem conflitos. Relacionava-se com essa liberdade não apenas de forma filosófica, mas objetivando-a em situações concretas como nas conversas com os amigos ou na escolha dos locais onde desejava comer, beber ou dormir.

Desse conceito de liberdade, ela tirava outras orientações para a vida, as quais eram formas de libertações. Dentre elas, a forma de lidar com o seu próprio *corpo*. Entendia que o corpo era fonte de prazer desde quando os indivíduos soubessem mantê-lo sob o seu domínio.

Com essa decisão filosófica, de que o ser humano deve ser o autor e o legislador de si, tinha sérias dificuldades com a sexualidade, pois nem tudo podia ser controlado pela razão. Por exemplo, sentia-se envergonhada e culpada pelo poder que o *sangue* possuía sobre ela e, conseqüentemente, pela dependência física e emocional que vivia na relação com Sartre. A dependência é um conceito básico para Beauvoir, mesmo porque é contraponto para a liberdade; os dois se articulam e se definem.

O encontro com o filósofo existencialista se, por um lado, representou readquirir uma parceria, por outro, a fez sentir-se menor. Em depoimento, afirmou que, com ele, pela primeira vez sentiu-se intelectualmente inferior e descrente da possibilidade de algum dia atingir o seu nível.

Certamente, tal sentimento devia-se ao fato de ser mulher e dos preconceitos que são veiculados acerca da sua incapacidade para a reflexão e para o raciocínio abstrato. O fato de ter ingressado em uma área do saber eminentemente racional não deixava de ser uma *ousadia*, ao romper com uma tradição onde mulher rimava com fazer e não com refletir. Também essa deve ser uma das razões pelas quais rotulou a maioria dos seus livros como memórias, quando são verdadeiros tratados filosóficos.

A relação homem e mulher que estabeleceu com Sartre é descrita por ela como em igualdade de condições, entretanto, em muitos momentos, seus depoimentos denunciam o contrário. Por exemplo, registrou que com ele sua vida se tornava imensa e o mundo repleto de possibilidades. Argumento que é comum em livros de formação feminina da época, onde a presença do marido é apresentada como condição absoluta para a felicidade da esposa. Tais livros recomendavam às mulheres que, mesmo diante de todo tipo de problema vivido no seio familiar ao longo do dia, a chegada do marido em casa devia selar todos eles e representar alegria e satisfação (PASSOS, 1993).

Também, reproduziu o modelo tradicional de comportamento feminino, depositando no homem total confiança. Como escreveu: “minha confiança nele era tão perfeita, que ele me provia com aquela espécie de segurança absoluta e

infalível que eu já tivera de meus pais e de Deus” (BEAUVOIR, 1958, p.122). Admitia que ele a conduzia, porém defendia-se com a afirmação de ser uma escolha sua, pois ele lhe tinha mostrado caminhos interessantes e sua superioridade não a impedia de ser livre e independente. Via-o como o seu “duplo”, de modo que sentia-se representada em reuniões de trabalho ou políticas, sem necessidade de estar presente para defender suas idéias. São muitas as questões que essa relação suscita, dentre elas a de saber o sentimento que existia entre eles. Se paixão, amor, medo ou subordinação.

Mesmo fazendo parte de um tempo e de uma cultura, ela foi capaz de romper com as demarcações sociais, como, por exemplo, no que diz respeito ao casamento. Decidiu não se casar, pois achava que as pessoas deviam permanecer livres para as outras. Deviam viver um “amor essencial”, deixando possibilidades para viverem “amores contingentes”.

O EXISTENCIALISMO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A ANÁLISE DA CONDIÇÃO FEMININA

Como já dissemos, as duas guerras mundiais fizeram com que a Europa da primeira metade deste século fosse marcada pela falta de perspectivas de futuro. O Existencialismo surgiu nesse momento de crise e teve grande importância e significado. Tomando por base o princípio de que a existência precede a essência, afirma, com isso:

“...que a essência, ou seja, o elemento definidor do ser, é caracterizada pela manifestação histórica do próprio existir. O homem é, pois, um ser histórico. Ligado de forma concreta à realidade e, a partir desse vínculo com o mundo, a sua essência vai sendo construída...” (LUCKESI; PASSOS, 1996, p.230).

Assim, Sartre (1978, p.5) nega o determinismo do essencialismo que, ao admitir uma natureza humana única, admite também que “... cada homem é um exemplar particular de um conceito universal...”. Diferentemente, para o Existencialismo ateu sartreano, “o homem primeiro existe, se descobre e só depois se define, assim não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber.” (ibid., p.6).

O que define o ser humano é aquilo que ele livremente escolheu ser, tomando por base apenas o seu pensamento e as ações que praticou, independente de sua condição social ou econômica, de lei moral ou de lutas de classe. A essência humana formava-se nesse processo mutável e não a partir de princípios absolutos.

Em *O Ser e o Nada*, Sartre defende que a primeira questão do ser humano não é o que comer, como queria o marxismo, e sim o que *ser*. Estabeleceu também uma profunda diferença entre o “ser em si” e o “ser para si”. O primeiro, identificado

com o mundo objetivo, era tido por ele como denso e opaco, enquanto o segundo, “ser para si”, identificado com a consciência, com o sujeito, estaria aberto para o futuro e para a criatividade.

Evidencia-se, portanto, que a liberdade é um conceito básico para a doutrina. A vida humana é marcada pela possibilidade de fazer escolhas. Como escreveu : “ ... o homem é antes de mais nada, um projeto que se vive subjetivamente, ele será antes de mais nada o que tiver projetado ser.” (SARTRE, 1978, p. 6). A liberdade irrestrita de fazer escolhas também coloca o ser humano como totalmente responsável pelos seus atos. Se os nossos atos são decorrentes de nossas escolhas, tornam-se de nossa inteira responsabilidade, querer fugir dela é um ato de “má fé”.

Além da defesa da subjetividade, por entender que o ser consciente não poderia ser considerado uma coisa, completamente objetivo, onde a condição humana é excluída, fez uma análise minuciosa do confronto de consciências conflitantes, o que se tornou fundamento para a análise de Beauvoir acerca da desigualdade nas relações entre homens e mulheres, sistematizada no livro *O Segundo Sexo*.

Segundo o filósofo, a consciência é naturalmente só e o encontro com outra consciência a deixa vulnerável, temerosa e ameaçada. O maior perigo encontra-se no “olhar”, pois “... quando outra consciência olha para mim, perturba radicalmente a ordem dos objetos no mundo em torno do centro de minha consciência; representa, como uma consciência, outra perspectiva que posso perceber, mas jamais captar.” (SARTRE apud NYE, 1995, p.104).

Como ela ameaça minha situação de sujeito, preciso dominá-la e transformá-la em objeto. Não há possibilidade de outro tipo de relação porque, por natureza, a consciência é só. O ser humano é uma ameaça porque, enquanto livre, tem sempre uma opinião sobre o outro. Entretanto, a existência do outro é necessária, pois a visão externa que o indivíduo tem de si decorre de como o outro o vê, situação que nos coloca fora de controle e dependentes.

Diante disso, a autora acrescenta: “... submissão e dominação não são aspectos contingentes de determinadas espécies de relações econômicas, são as únicas atitudes possíveis que os seres humanos podem ter uns com os outros.” (NYE, 1995, p.105). Para Simone, o fato de ter sido uma mulher diferente, que não viveu com os homens relações de submissão, tornou possível refletir e entender a condição da mulher.

“NINGUÉM NASCE, TORNA-SE MULHER”

A doutrina existencialista influenciou toda a obra de Beauvoir, mas não está sistematizada nela. Seus livros estão perpassados por questões como o ser individual e o coletivo, entre ser indivíduo e, portanto, solitário, e fazer parte de

grupos sociais, pela relação entre consciências, assim como pela situação de fazermos parte da natureza e não sermos *naturis*.

Apesar de só ter oficializado sua vinculação à política feminista 23 anos após a publicação do clássico *O Segundo Sexo*, de 1949, em toda a sua obra a questão feminina acha-se de alguma forma presente. Na *Força da Idade*, ela demonstra que a educação que recebeu estava em conformidade com a mulher que ela devia ser. O fato de preocupar-se com a política e ter ambições vinha de sua teimosia.

No livro *Moral da Ambiguidade*, de 1947, ela já havia formulado algumas premissas sobre a condição da mulher, ao procurar entender de que forma as circunstâncias sociais podiam limitar a liberdade de grupos oprimidos.

No livro *O Segundo sexo*, publicado na França quando tinha 41 anos de idade,³ discute a opressão feminina dentro da estrutura da opressão em geral, procurando dar uma explicação filosófica para a situação da mulher. A partir das dicotomias natureza-cultura, sujeito-objeto, Mesmo e Outro, imanência e transcendência, ela entende que a opressão da mulher não é uma consequência da instituição da propriedade privada, pois a divisão de classe não se assenta no biológico, ao contrário, ela foi instituída para uma categoria do outro, visando a dominação.

Diferentemente de Sartre, entende que os bloqueios que o mundo exterior impõe aos atos dos indivíduos, os transformam em seres oprimidos, processo este que faz com que a mulher seja alteridade enquanto o homem se auto-define. Advoga que a individualidade da mulher só seria possível com a separação entre o físico e a espécie, o que se daria de forma dolorosa.

O vínculo da mulher com a espécie é visto por ela como sério e problemático, pois havia se apossado da mulher desde o seu nascimento. Assim, não pode haver harmonia entre uma fêmea e sua biologia, nem entre o homem e uma mulher, uma vez que eles possuem experiências de vida diferentes.

A gravidez e o parto, por exemplo, são identificados como sendo a imanência e uma forma de dificultar a transcendência, pois quando a transcendência recai na imanência, a existência se degrada. O grande problema da mulher é, portanto, sua incapacidade para a transcendência, situação que não decorre de uma essência, pois, assim como os homens, ela não a possui, mas pelas possibilidades de fazer escolhas.

Para ela, a opressão bloqueia a capacidade das pessoas encontrarem os caminhos para mudar o mundo e a si mesmas, de modo que o oprimido pode nem sequer enxergar sua opressão. Contudo, ela não coloca as mulheres como vítimas nem como coitadas, ao contrário, define-as como fracas, simplistas e ilógicas, porque a situação em que vivem lhes nega a expressão normal da humanidade. “Os homens vedam-lhe a possibilidade de ação, recusam-lhe permissão

para participar, relegam-na a marcar passo, mantendo-se em tarefas mecânicas.” (BEAUVOIR apud NYE, 1995, p.107).

Além desse motivo, ela estabelece uma diferença entre a opressão vivida pela criança e pelo escravo daquela vivenciada pela mulher ocidental. Como escreveu em *O Segundo Sexo*: “... eu acho que ela tem o poder de escolher entre a assertiva de sua transcendência e sua alienação como objeto; ela não é a gangorra de direções contraditórias. Ela delinea soluções de diversas posições na escala ética.” (BEAUVOIR, 1980, p.56).

Assim, a situação da mulher é mais séria porque, mesmo vivendo condições pouco satisfatórias para sua transcendência, enquanto um ser para si, pode aproveitar os pontos de fuga e a possibilidade de viver de forma livre e autônoma, entretanto, escolhe viver sob a tutela do homem que a constrange e a faz ser a outra ou o outro, porque aceita e compactua. Ela se resigna e não procura explorar as possibilidades, situação que a filósofa qualifica como desonestidade e má fé, como uma postura ética deplorável, considerando-se que a vida de sujeição é tida por ela como um erro moral, quando consentida e compactuada.

Também no seu livro *Moral da Ambiguidade*, ela volta a tratar o assunto, afirmando a má fé feminina. Como escreveu: “... desde que uma libertação surja como possível, não explorar esta possibilidade é uma demissão da liberdade, demissão que implica em má-fé.” (BEAUVOIR, 1970, p.32).

Assim, a opressão feminina é, para a autora, “... uma questão moral que envolve a possibilidade de escolha, de ‘lançar-se’ ao mundo, ser dona da sua vida e, conseqüentemente, responsável por ela, ou recolher-se e viver como criança: ‘recusar sua existência’ e ‘conhecer vivo a paz do túmulo’.” (PASSOS, 1999, p.108). Desse modo, para ela, as mulheres tinham estado oprimidas, mas não sem liberdade; elas haviam feito opções dentro dos limites que lhes tinham sido fixados.

Situação que reflete também a má fé dos homens que, na tentativa de manterem as mulheres como objetos, submissas e sem vontade própria, lançam mão de recursos teóricos, como o argumento de que existe uma natureza feminina responsável por sua condição humana, ou as cercam de favores, que servem para estimular sua fraqueza e impedir sua auto-afirmação, dentre outros. Há, nessa situação, uma combinação da má fé masculina com a feminina, pois também as mulheres agem de má fé quando vivem como crianças, podendo viver como adultos.

As reflexões da autora assentam-se em bases existencialistas, assim como na do materialismo histórico dialético. Por exemplo, a célebre expressão, cunhada no início do segundo volume de *O Segundo Sexo* (BEAUVOIR, 1980, p.9) – “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” – só pode ser compreendida nessa articulação.

A mulher tem sido doadora de vida, porém, assim como o escravo da dialética do senhor e do escravo de Hegel, não tem arriscado sua vida. Como o

que faz o homem diferenciar-se do animal é a capacidade de arriscar a vida, de transcender à imanência, ela fica inferiorizada porque não a ultrapassa.

Ocupada com a reprodução da espécie não cria valores, prende-se à repetição e firma-se como essência. A filósofa procurou desconstruir esse entendimento, demonstrando que a mulher é um ser humano igual ao homem. Assim, ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, procura desvincular a identidade de gênero da identidade natural. Nós não *somos* por causa do nosso sexo, mas nos *tornamos* pelo que nos é ensinado e cobrado, em decorrência do nosso sexo. Como escreveu: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.” (BEAUVOIR, 1980, p.99).

O “tornar-se” fala das interferências da cultura, mas também do esforço próprio por construir-se. A partir da idéia sartreana, o tornar-se significa escolher aquilo que se quer ser, de modo que a mulher será aquilo que se projetou ser. Nós nos tornamos nosso gênero e não nosso corpo. A pergunta que se faz é: “como pode o gênero ser escolha e construção cultural?” O que ela responde ao dizer que “não nascer, mas tornar-se uma mulher não implica que esse tornar-se percorre um caminho da liberdade desencarnada a uma incorporação cultural.” (BEAUVOIR apud BUTLER, 1987, p.141-142).

Para ela, o gênero vai sendo construído continuamente. Ele não é assumido de forma simples e imediata, mas como um processo que pressupõe labor, cautela e interpretações. Escolher um gênero é interpretar normas já estabelecidas.

Como se vê, para Beauvoir “o corpo é um modo de tornar-se”, entretanto, o fato de “não se nascer mulher” mas “tornar-se mulher” não significa que isto se dê de forma linear, usando uma liberdade desligada da cultura. Ao contrário, nascemos corpo e só depois nos tornamos gênero. Passagem que se dá de forma articulada com a cultura, como afirma Butler (ibid., p.142): “O movimento do sexo ao gênero é interno à vida incorporada, uma escultura do corpo original numa forma cultural.”

Do mesmo modo, esse “tornar-se” é um processo que ocorre sem cessar, um processo contínuo de escolha, de construção e de reconstrução, que vai se dando através de escolhas pré-reflexivas. Ou seja, escolhas que são “quase conhecimento”, como diz Sartre. Não são inteiramente conscientes, mas são acessíveis à consciência e, mais tarde, tomaremos consciência delas.

Assim, o gênero não é assumido de um momento para o outro, pressupõe trabalho e vai se dando de forma sutil. Ele é “... um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo.” (ibid., p.142).

Mesmo levando-se em conta que o ser humano é uma construção social e, como tal, dependente da textura cultural, não acha que as mulheres sejam vítimas, pois elas podem escolher. O ato de serem sempre elas a se renderem aos projetos masculinos, de relacionarem-se com o mundo como não fazendo parte dele, de canalizarem suas energias para o romantismo, para o narcisismo e para a religião, não impede que elas possam mudar esse quadro, situação que só depende delas mesmas, das escolhas que fizerem.

Para a filósofa, o caminho mais seguro é o da inversão da situação de opressão. Para isso, as mulheres precisam rebelar-se e mudar os papéis, não se permitir enredar-se nas teias do lar, e sim viver uma vida profissional, igual aos homens. Sua libertação é, pois, uma tarefa da própria mulher, que se dará pela consciência e pelo trabalho.

NOTAS:

¹ O que foi feito de forma mais sistemática no livro *O Segundo Sexo*, em meados do século XX.

² Dentre elas, destacamos *Memórias de uma moça bem comportada*.

³ A obra compõe-se de dois volumes, sendo que o primeiro vendeu 22 mil exemplares na primeira semana, e o segundo saiu seis meses após o primeiro. Recebeu todo tipo de crítica. Taxaram-na de frustrada, lésbica e incompetente para tratar de alguns temas, como a maternidade, porque não tinha tido filhos. Situação a que ela rebatia, perguntando se os seus críticos os tinham tido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **Memórias de uma moça bem comportada**. São Paulo: Nova Fronteira, 1958.

———. **Moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

———. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero Beauvoir, Wittig e Foucault. In: CORNELL, Drucilla; BENHABIB, Sheila. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

LUCKESI, Cipriano C.; PASSOS, Elizete S. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 1996.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PASSOS, Elizete S. **Mulheres moralmente fortes**. Salvador: Santa Helena, 1993.

———. **Palcos e platéias**. Salvador: NEIM, 1999.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

———. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

A MORAL DA AMBIGUIDADE EM SIMONE DE BEAUVOIR

Jaciara Gomes dos Santos

A IMPORTÂNCIA DO INDIVÍDUO, SER FINITO

Moral da *Ambiguidade*, título original do livro publicado em 1947, tem como marca fundamental a questão da liberdade individual e a finitude humana. Escrito em um contexto pós-guerra, discute o papel do homem frente à humanidade enquanto gestor do seu destino, opressor e dominado, livre e determinado.

Simone de Beauvoir (1970) aponta o indivíduo como o cerne dos objetivos da ação humana e sinaliza a necessidade da sensibilidade, no sentido de valorizar as coisas triviais da vida humana. Ou seja, para a autora, a justificação do amor à vida passa por cada pessoa humana, com relação a si mesma e através (com) do outro; se não valorizamos tais coisas, o desenvolvimento dos meios de produção, a riqueza, a economia do tempo perdem o sentido. O mito da riqueza

fica sem fundamento. Observamos, aqui, uma proposta para uma moral que visa respeitar profundamente a relação de interação do indivíduo com o outro, com a outra individualidade, se a pudermos denominar assim. Mas como podemos nos relacionar com o outro? De que forma isso pode se dar? Como examinariamos o momento abstrato da moral individual?

Inicialmente, Beauvoir (1970) vai trabalhar a questão da ambiguidade do ser livre e determinado, porque, ao contrário dos demais seres que apenas sofrem a ação do tempo, a pessoa humana a percebe, a compreende e se dá conta da “verdade intemporal de sua existência.” (ibid., p.1). Todavia, sabe o indivíduo que tal percepção não é exclusivamente sua, mas sim, partilhada por um universo de indivíduos. Assim, o homem que se sente poderoso diante de um mundo povoado por objetos vê-se na correlação com os outros seres que, por sua vez, têm para com ele uma relação de objeto, como nada mais, nada menos, que um “indivíduo.” Ser ao mesmo tempo eixo central e secundário, soberano e objeto abre para o homem uma profunda ambiguidade. Até porque, os homens da atualidade convivem com um grande dilema, ou seja, mesmo percebendo a pessoa humana como o fim primordial, para a qual devem se direcionar as suas ações, tratam-na de modo a satisfazer as exigências que a ação requisitar, ou seja, como objeto que facilita ou dificulta, mero meio.

Diante das guerras sangrentas, ocasionadas pelos mais variados motivos, desde a sede de bens materiais até conflitos de ordem religiosa, o homem nota sua situação ambígua. Porque na busca do poder, a pessoa humana se depara como e enquanto opressora do próprio homem. É fato que, diante de guerras sangrentas, que ocasionam as mais variadas seqüelas, o homem questione quanto ao porquê do uso e da construção das armas, projéteis que podem ser utilizados tanto para ferir o outro, como para tirar a sua própria vida; a ambiguidade consiste justamente nesse ter para com o outro a relação de opressor, vendo-o como objeto. Mas, quando é tratado pelo outro como objeto, o antigo opressor se transforma em oprimido. De acordo com Beauvoir (ibid.), faz-se necessário assumir tal ambiguidade, reconhecendo as nossas condições autênticas diante da vida.

Assim, segue o homem sua profunda ambiguidade frente ao mundo, percebendo-se ligado à vida e à morte – *nascentes morimur* –, solitário e ligado ao mundo, livre e servo, soberano e insignificante, a partilhar tais contradições com os demais homens. Simone de Beauvoir articula o conceito de liberdade existencialista, segundo o qual o *ser* é aquilo em que o homem se acha sempre envolvido, isto é, que chama sempre o homem para uma decisão ou para uma escolha. Essa escolha, fundamento da liberdade, é a possibilidade de se colocar no mundo. Seria este justamente o ponto no qual Sartre (1999, p.540) viu a possibilidade do nascimento do projeto fundamental, que é a expressão da liberdade humana:

“O meu projeto último e inicial é sempre o esboço de uma solução do problema do ser. Mas essa solução não é antes conhecida e depois realizada: nós somos essa solução, fazemo-la existir com nosso próprio empenho e não podemos atingi-la senão vivendo-a.”

A FILOSOFIA DA AMBIGUIDADE

Beauvoir (1970) aponta a visão do existencialismo como uma filosofia da ambiguidade, na qual o homem, este *ser* cujo *ser* é não *ser*, tem a subjetividade realizada quando e enquanto presença no mundo, e no qual o surgimento do para-si é imediatamente remetido para o outro. Também salienta o fato de que toda moral é possibilitada pelo fracasso, pois que, “sem fracasso não há moral”. Assim, de acordo com a autora, as morais mais otimistas começaram por sublinhar aquilo que fracassa no comportamento do ser humano. Baseada nessa constatação, Beauvoir (ibid.) vai desmentir a visão do existencialismo como uma doutrina que aprisiona o homem em angústia infértil e subjetividade vazia, sem oferecer sequer princípio de escolha. O que se dá, é que sendo o ser humano imperfeito e propenso a falhas, ele não obtém, através do existencialismo, a promessa de superar tal fracasso. Em verdade, não é possível ao homem tornar-se aquilo que não é; ele não pode encarnar a plenitude. Ao contrário dessa busca daquilo que não é, o homem precisa encarnar a ambiguidade que o caracteriza e aplicá-la, ficando assim à distância de si mesmo, no sentido de obter a sua verdade, ou seja, evitando perder-se no movimento da própria transcendência.

De acordo com Beauvoir (ibid.), quando o homem projeta a sua existência baseada em uma síntese do em-si e do para-si (de Deus), é porque deseja que esse ser de perfeição (existente) dê significado à sua existência, transformando-a em *ser*. Mas, a partir do momento em que o homem aceita deixar de basear sua existência em uma projeção inumana e resolve existir autenticamente, percebe a necessidade de ter razão com relação a si mesmo. Razão não com relação aos olhos de um ser não material, e porque renunciando a buscar o sentido do seu existir externamente, certamente deixará de crer em verdades que lhe são condicionadas para tolher sua liberdade. Uma vez que é na existência humana onde surgem os valores da sociedade, não seria necessário buscar fora da mesma (em Deus) os parâmetros para norteá-la. Mas, ao contrário do que se poderia supor, no existencialismo o homem é visto como e enquanto aquele cujos atos são compromissos definidos e absolutos, porque as vitórias e/ou derrotas obtidas por ele são tão-somente da sua responsabilidade. É unicamente o homem que dá importância a sua vivência, pois apenas ele pode experimentar fracassos e/ou vitórias. Uma vida que não busca fundamentar-se, torna-se pura liberdade; liberdade enquanto imprevisão, seria a “liberdade de não poder não existir” mencionada por Sartre (1999).

Para Beauvoir (1970), o que o existencialismo faz é afirmar a liberdade humana como a origem de todos os valores. Assim, ao homem é dada a liberdade para exprimir-se autenticamente. No existencialismo, o mundo moral é fruto da prática do homem, e não algo que se precise buscar e vivenciar exteriormente. Vale salientar, que ao falar em homem associado a liberdade (homem X liberdade), o existencialismo articula a universalidade e a impessoalidade. Enfim, essa moral da ambiguidade articula os valores do “todo”, se diferenciando entre si, mas pode criar leis adequadas a todos.

Fazendo um paralelo entre o existencialismo e o marxismo, Beauvoir (ibid.) vai questionar a visão marxista segundo a qual o homem necessita de uma obrigação exterior que fundamente a sua responsabilidade, pois que, sem a mesma, ele ficaria à mercê dos próprios caprichos, não se ateria a nenhuma meta. De acordo com a autora, essa seria uma forma diferente de tecer o discurso do cristianismo, que propaga a necessidade de respeitar a imperativos sobrenaturais; ou seja, aos olhos do cristão ou do marxista, o agir livremente se constituiria em uma não justificação dos próprios atos “tu deves, logo tu não podes” (ibid., p.16), o inverso do “tu deves, logo tu podes”, que Kant utilizou para salientar a necessidade de um agir livre, ou seja, a liberdade. Mas de que forma o homem pode ser tido como livre e determinado? Segundo Simone de Beauvoir (ibid.), essa tentativa de conciliação fica latente no marxismo. Todavia, tal conciliação é impossível, uma vez que a determinação exclui a base formadora da liberdade. Aquilo que se determina não é, não pode ser visto como livre (livre enquanto abertura), ou seja, o determinismo sepulta a liberdade. É comum que toda moral veja a pessoa humana como uma espécie de prova, um exercício a ser realizado com êxito ou não. O fato primordial ainda é que através da liberdade podem surgir todos os valores que dão significado à existência.

A JUSTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA

De acordo com Beauvoir (ibid.), o homem que deseja a justificação de sua existência, necessita desejar buscar a sua própria liberdade. E na medida em que sai em busca de fins concretos, de projetos pessoais, estará se impondo com relação à universalidade, não como um valor inteiramente dado, e *constituído*, mas como uma *possibilidade de, abertura para*. Articulando o conceito de liberdade sartriana, através do qual todo homem é livre e não possui meios para deixar de ser livre, a autora acentua a ambiguidade da própria existência, visto que a existência só se dá na medida em que se faz ser. Daí, a liberdade está dentro desse movimento complexo, que diz respeito à existência e se confunde em seu bojo. Salienta, ainda, que o homem pode evitar de forma deliberada ser livre e aponta formas

por meio das quais o homem pode adotar uma postura de negação da liberdade, através da prática de atos levianos, da preguiça, da covardia ou da impaciência, entre outras. Contrapondo-se a tais atitudes, “... é através da paciência, da coragem, da fidelidade, que se confirma o valor do fim escolhido...”(BEAUVOIR, 1970, p.20). Aqui, nota-se os rumos que Beauvoir vai dar à moralidade, enquanto força objetiva e prática de inserção no mundo.

Buscando uma forma de justificação no mundo, o homem pode incorrer na “servidão do sério”, que renega a sua espontaneidade e se renega. Nesse caso, Beauvoir (ibid.) aponta que não se realiza liberdade moral. Porque não é através de qualquer conteúdo que podemos propor a liberdade, como por exemplo, não se coloca questões morais para uma criança, enquanto ela não tem a noção de passado e futuro, isto é, enquanto a sua existência não se caracteriza como conduta, e ela decide e escolhe. Quando um indivíduo olha para o passado buscando justificar os seus atos, para os projetos nos quais está engajado, ele retoma-os e justifica-os, porque o querer se constitui em perseverar na sua vontade.

Para Simone de Beauvoir, é porque o mundo impõe resistências ao homem, que ele *vai de encontro a* sai em busca da superação das mesmas e, ao lidar com tais dificuldades, sua vontade toma forma, se estrutura, aparece no mundo. O homem consegue superar algumas das suas dificuldades, mas, por vezes, também sucumbe. Isso está claro em Descartes, quando fala sobre a liberdade infinita, limitada pelo poder finito. A partir daí, surge o problema da conciliação da idéia de limite com a noção de liberdade, como movimento indefinido.

De acordo com Beauvoir (ibid.), existem obstáculos intransponíveis contra os quais não se justificaria lutar. Nessa luta contra o impossível, a liberdade se desgasta inutilmente, não obtendo, portanto, nenhum conteúdo. Todavia, mostrar resignação é apontado pela autora como uma das mais tristes virtudes que pode possuir um homem, pois o transforma em espectro do que fora anteriormente; por extensão, sua vontade, e em consequência a sua liberdade, também se tornam meros espectros. Ainda com relação aos objetos intransponíveis, eles podem ocasionar uma sensação de fracasso, de situações mal resolvidas. Para fugir do fracasso, segundo Beauvoir (ibid.), os Estóicos cultivavam a indiferença; no entanto, ignorar as experiências sem êxito a fim de sentir-se livre, torna tal liberdade vazia em termos de conteúdo. Existe, também, a passividade morna, através da qual o ser humano se esquia; é assim com todo aquele que teme o fracasso. Liberdade enquanto livre existência pede à pessoa humana que continue a insistir na liberdade como um movimento indefinido, que pode conduzir ao “dilaceramento ou a alegria”.

Há situações extremas, nas quais o futuro é radicalmente barrado, e o suicídio aparece como recusa de uma situação impingida por outrem. Um exem-

plo dessa postura foi o suicídio de Walter Benjamim, por *overdose*, diante da possibilidade de ser impedido de empreender fuga do país onde não desejava permanecer; todos os amigos de Benjamim, que empreendiam a fuga junto a ele, conseguiram a liberação necessária para cruzarem a fronteira, mas então ele já havia escolhido perecer. De acordo com Beauvoir (1970) essa seria uma forma de se posicionar frente ao determinado e, por conseguinte, se rebelar quanto às imposições. Assim, a liberdade pode ser salva através da indefinição.

A INFELICIDADE DO HOMEM. A CRIANÇA; O SÉRIO; O SUBHOMEM; O AVENTUREIRO; O APAIXONADO

O pensamento de Descartes aponta que: “a infelicidade do homem deriva de que ele foi primeiro uma criança”. Com a retomada de tal colocação, Beauvoir (ibid.) vai apontar a situação da criança na sociedade em que vivemos, ou seja, a criança precisa sempre buscar adaptar-se às normas que lhe impõem no seu meio social; aquilo com que ela se relaciona não tem necessariamente uma vinculação com sua *história* pessoal, no sentido de que não contribui para sua constituição. Mesmo assim, a criança vê as normas da sociedade como se fossem naturais, a exemplo das plantas, e o mundo no qual se debruça é o mundo do sério, uma vez que o sério encara os valores como coisas estabelecidas, as quais não pode alterar. Contraoendo-se ao sério, à criança é facultado o direito de brincar; ela usa livremente sua existência, pois que persegue seus próprios objetivos com paixão e, em consequência disso, atinge com alegria os fins aos quais se propõe. Em seu próprio *mundo*, a criança se acredita irresponsável. Só no mundo dos adultos é obrigada a obedecer e respeitar. Na medida em que convive com os elogios e punições, as reprimendas e prêmios, a criança passa a incorporar as noções de bem e mal, como fins em si. Ocorre a espécie de naturalização mencionada anteriormente, ou seja, o mal e o bem existem do mesmo modo que um astro do sistema solar – um sol e uma lua. Pode ocorrer com isso que a criança, ao encarar tão seriamente tais modelos, torne-se um protótipo do homem sério.

Mas, ainda assim, a criança consegue superar a angústia da liberdade, porque uma vez que sente os seus atos como insignificantes diante da realidade que a cerca, mostra-se ora caprichosa, ora arredia, sem que, com isso, pense estar alterando o mundo que lhe foi dado e no qual não pode efetuar modificações. Sua presença não tem a capacidade de causar danos aos outros e, muito menos, a si mesma; fará o que lhe agrada sem prejudicar sequer uma centelha na estrutura desse mundo em que vive.

Para Beauvoir (ibid.), existem indivíduos que encaram e encarnam toda a vida como um mundo infantil, pois, mergulhados na ignorância e mantidos como meros servos, não conseguem visualizar a sua situação de forma diferente e, a

exemplo das crianças, podem exercer a liberdade, mas somente dentro do espaço delimitado por esse mundo que o faz servo. Fundamentando sua colocação, a autora relembra a situação dos escravos do sul dos Estados Unidos, que após obterem a sua alforria não conseguiram dar um significado às suas próprias vidas; eram tratados como “crianças grandes” e não se desvencilharam desse rótulo. Simone de Beauvoir (1970) também cita a situação de muitas mulheres que vivem em sociedades onde predominam os valores do paternalismo; nessas comunidades, a mulher pode assumir a atitude infantil da criança, isso graças ao sentimento de irresponsabilidade acarretado pela sua posição de submissão, frente a esses valores. Baseadas *nas verdades criadas pelos machos*, sem acesso ao mundo em que vivem os adultos, muitas mulheres, até mesmo do Ocidente, praticam atos considerados infantis, e não criam situações no seu trabalho para fundamentar a sua liberdade; nota-se a ausência da seriedade.

Tal postura pode levar à confirmação de mundo dominado pelo sexo masculino, que muitas condenam. No entanto, a mulher se porta de forma aguerrida em determinadas situações, o que se contrapõe à visão de fragilidade que a acompanha na sociedade dominada pelo macho. Como isso pode se dar? É fato que, em muitas situações, a mulher assume uma postura de liderança. Em termos de Brasil, poderíamos citar a atitude de algumas professoras mineiras, apresentadas no estudo de Novais (1987), que ao se tornarem chefes de seus lares, chefes enquanto mantenedoras da renda familiar e enquanto educadoras exclusivas dos próprios filhos, põem-se em atitude de mobilização e mostram-se profundamente esclarecidas quanto à situação de tratamento diferenciado entre os seus salários e os que são destinados aos trabalhadores do sexo masculino. Assim, a partir de uma possibilidade, a liberdade é explorada; não utilizá-la seria “má fé”.

Novamente trabalhando com a liberdade infantil, Beauvoir (ibid.) aponta a adolescência como um importante momento de transição, pois o adolescente começa a perceber as falhas dos adultos e inicia toda uma série de questionamentos daquilo que ele tinha previamente como dados corretos e, por conseguinte, sem possibilidade de contestação. Mas, como acreditar cegamente nesses seres incertos que são os adultos? Se moral e costumes partiram deles, existirá sempre a possibilidade de que estejam equivocados. Vê-se, então, o indivíduo na emergência de assumir a sua própria subjetividade. Mas, o que a princípio pode causar grande turbulência pessoal vai culminar em libertação, até porque, a criança não possuía efetivas defesas diante do mundo do sério, do qual fazia parte, não podia se colocar. É a abertura à liberdade que o adolescente irá gerenciar.

Mas, se a pessoa humana ao se tornar adolescente vê revelada a sua liberdade, por que é considerada infeliz por ter sido criança? De acordo com Simone de Beauvoir (ibid.), isso se dá pelo fato da criança não perceber a noção de

responsabilidade que a liberdade encerra. E, por conta disso, o homem guardará por toda a sua vida a *nostalgia* com relação ao tempo em que ignorava as exigências que a mesma comporta. Além disso, é a partir do que foi em criança que o homem vai determinar o seu futuro; enquanto criança não percebia a carga, de certa forma o fardo, representado pela liberdade.

Para Beauvoir (1970), há também o “subhomem”, um tipo que ela mesma denomina como os mornos, de que fala o Apocalipse (BÍBLIA, 1990), no qual lemos: “... sejas quente ou sejas frio, ou merecerás o forno do inferno.” Tal indivíduo, caso fosse feita uma escala hierárquica entre todos os homens, quedaria na última posição, pois tem medo de existir e não se posiciona diante da sua própria vida. Sua existência é apática e fundamentada no medo diante da existência que implica em riscos e tentações. Ele se esquia de sua posição como e enquanto homem, devido à dor do fracasso de perseguir uma meta, que nunca obtém. A exemplo do pintor medíocre que, após tortas pinceladas encerra o seu trabalho, contrapondo-se ao exigente artista, que, mesmo realizando uma obra genial, a questiona e se propõe a superá-la. O subhomem vê o mundo sob uma forma desinteressante, apagada, e não se percebe nele o desejo de compreender tal mundo, senti-lo e vivê-lo. E, na medida em que vai existindo cada vez menos, tal homem vê cada vez menos motivos para existir, já que tais razões só se criam na sua própria existência.

Os atos do subhomem são marcadamente fugas, porque uma vez que não pode deixar de ser presença no mundo, a mantém no plano da *facticidade nua*. De tal modo que, se fosse permitido ao homem as propriedades corpóreas de um camaleão, o subhomem se confundiria com as plantas e as pedras que não têm consciência de sua existência. Mas, não se deixa de considerar que a própria maneira de negar a existência é uma forma de existir. Particularmente, poderíamos acenar para o poema “Ilusões da vida” (ROSA, 1866), que contesta justamente a postura de quem se propõe a encarar a vida como se não a integrasse: “Quem passou pela vida em branca nuvem/ e em plácido repouso adormeceu;/ quem não sentiu o frio da desgraça,/quem passou pela vida e não sofreu; foi espectro de homem – não foi homem/ só passou pela vida – não viveu.”

Diferentemente do subhomem apontado no poema de Otaviano Rosa (ibid.), diante das possíveis dificuldades que pode enfrentar, o subhomem a que se refere Beauvoir (1970) busca refúgio no mundo sério e, para ocultar-se, pode encampar discussões verbais ou mesmo atritos físicos, pode agir de forma violenta. Sim, esse homem que é “recusa e fuga”, pode ser violento; ele é requisitado pelo fanatismo do sério e da paixão, serve como mão-de-obra nos conflitos violentos, como os linchamentos. No subhomem não há triunfo da facticidade sobre a moral; ele apenas realiza a facticidade de sua existência. E mesmo que busque a negação de sua presença

no mundo não se pode impedir de existir e, muito menos, apagar a existência de sua liberdade. Assim, o subhomem tende a fundamentar sua liberdade no conteúdo atribuído pela sociedade.

Uma vez que todo homem foi inicialmente uma criança, viveu sob a tutela de deuses, remetendo para si mesmo o conceito de divindade, o adolescente dificilmente aceita para si o simples papel de homem. O jovem então pode assumir uma afetividade que o lançará ao perigo que ele repele e através da “transferência – sublimação” se dá uma passagem do afetivo para o sério na sombra da má fé. Mas, de onde advém a má fé do homem sério? Para Beauvoir, do fato de que o homem sério é incessantemente obrigado a renovar a renegação de sua liberdade, e busca viver em um mundo infantil, mas ao contrário do sério, a criança não tem os valores dados. Beauvoir também salienta que pode-se viver com boa fé no universo do sério; são as pessoas que são mistificadas ou para as quais são dificultados os instrumentos de evasão, ou seja, quanto mais precárias as circunstâncias econômicas e sociais, mais difícil se desvencilhar da visão do mundo como dado.

O homem sério não atenta para o fato de que a liberdade humana é o fim primordial ao qual deve destinar-se a ação dos indivíduos, e concebe um significado especial ao termo útil, que sempre remete ao questionamento: útil a quem? Para quê? Mas o homem sério não levanta esses questionamentos, e atribui o caráter de utilidade à coisa que representa o seu interesse. Assim, o militar vai ver a utilidade no seu exército, assim como o agricultor escravocrata via a utilidade das suas plantações. Diante do “útil” o homem sério não hesitará em sacrificar o próprio homem, por isso o homem sério é por demais perigoso, e está propenso a tornar-se tirano. O homem sério quer se fazer síntese do em-si e do para-si, quer ser Deus, mas ele não tem a consciência da impossibilidade de se fazer Deus. Assim, se o ídolo por ele erigido declina, o homem sério incorpora o subhomem ou põe um fim definitivo à sua vida – suicida-se.

Beauvoir também trabalha com o conceito de vida niilista, que em lugar de integrar a morte na vida, a vê como a única verdade da vida, ou seja, a vida nada mais é que uma morte disfarçada. O homem apaixonado pela liberdade pode encontrar no niilista um forte aliado, na medida em que partilham a contestação do mundo do sério, mas o encara enquanto inimigo, na medida em que o niilista é a recusa sistemática do mundo e do homem. Recusa esta que gera a vontade positiva de destruição, e instaura a tirania contra a qual a liberdade se erguerá.

Quanto ao tipo aventureiro, pode se definir desde a adolescência e faz-se necessário notar que nem sempre a atitude do aventureiro é marcada pela pureza; pode ser que proclame seu ceticismo com relação aos valores estabelecidos pela sociedade, quando em verdade os cultua. Por vezes, a prática dos valores do aventureiro está intimamente ligada à adesão dos valores do sério. É necessário

sempre lembrar que, no seu caminho, o aventureiro se depara com indivíduos e, é claro, toma partido. Para Beauvoir, o homem que adota a postura de libertar a si e aos outros, que se esforça no sentido de respeitar o fim através dos meios que utiliza, não merece ser denominado aventureiro. Ao aventureiro pouco ou nada importa o sentido humano de sua ação; o mesmo crê poder afirmar sua essência desprezando a dos outros. O aventureiro tem em comum com o niilista o desprezo com relação aos homens, que para ele nada mais são que instrumentos a serem destruídos, caso constituam obstáculos. A fim de impor a sua vontade, o aventureiro alia-se aos regimes tirânicos, que lhe permitem exercer seus desejos; assim ele pode ser o tirano ou o carrasco.

A paixão, por sua feita, povoa o mundo de objetos desejáveis e de significações comoventes. Mas há dois tipos de paixão: uma generosa, que dá margem à liberdade; e uma chamada por Beauvoir maníaca, que é possessiva. O apaixonado experimenta a dependência de um objeto exterior que lhe escapa sucessivamente. Ocorre que o apaixonado inspira admiração e ao mesmo tempo uma espécie de terror, pois ele, apesar de compreender que sua paixão emana apenas de si próprio, pode pretender impô-la aos outros, porque o apaixonado opera com um niilismo parcial, ou seja, somente o objeto de sua paixão lhe parece real e pleno; todo o resto não tem valor, é insignificante. Daí, porque não matar, violar, passar por cima? Os homens são vistos pelo apaixonado como coisas; o fanatismo se dá quando o objeto de sua paixão se torna interessante ao conjunto do mundo. O que deixa cada vez mais clara a necessidade de que haja homens por quem e para quem o mundo seja dotado de significações humanas, pois não se pode revelar o mundo a não ser pela interferência com os outros objetos, e a liberdade não pode ser liberdade sem desejar visar um futuro aberto.

Podemos concluir, colocando que, para Beauvoir, o existencialismo não pode ser comparado a um solipsismo que exalta a vontade de poder, a exemplo do que Nietzsche diz. A moral existencialista condena a paixão, o orgulho e o espírito de aventura, na medida em que esses conflitos conduzem à tirania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **Moral da ambigüidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

BÍBLIA Sagrada. Apocalipse cap. 3 . Trad. Ivo Stoniolo. São Paulo: Paulus, 1990.

ROSA, Francisco Otaviano. **Carta sobre “O Tratado da Tríplice Aliança”**. Buenos Aires, 26 de abril de 1866.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NATUREZA, CULTURA E IDENTIDADE EM BEAUVOIR E EM PAGLIA

Heliana Ometto Nardin

Esta reflexão busca estabelecer um paralelo entre a obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, e a de Camille Paglia, *Personas Sexuais*, tomando natureza, cultura e identidade como eixo temático.

O diálogo proposto torna-se pertinente ao considerarmos que, com Beauvoir, a questão da mulher incluída na categoria do Outro é refletida, revendo-se os pontos de vista da Biologia, da Psicanálise e do Materialismo Histórico e tendo como perspectiva a moral existencialista, que pensa o sujeito concretamente através de projetos, como uma transcendência. Já em Paglia, cujo texto busca demonstrar a unidade e continuidade da cultura ocidental, tal questão se pensa considerando arte, sexo e natureza, dando-se ênfase à verdade dos estereótipos sexuais e à base biológica da diferença dos sexos.

A partir desses pressupostos básicos, podemos avançar, buscando pontos de contato e de ruptura, ou, simplesmente, de aproximações e distanciamento

entre os textos, num processo que envolve seleção e combinação, gerando uma leitura que transforma e traduz pela interpretação dada, mas que pretende não perder a contextualização das obras.

Beauvoir apresenta *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos e a Experiência Vivida* – em 1949, quatro anos após o término da 2ª guerra mundial, quando o mundo ainda está abalado pelo conhecimento do horror dos campos de concentração e extermínio, notadamente Auschwitz, momento histórico que implica minimamente a revisão da prática das ciências humanas, da filosofia e da teoria literária. Vale lembrar que Jean-Paul Sartre, seu companheiro e interlocutor intelectual, apresenta *Reflexões sobre a Questão Judaica* em 1946, obra em que desenvolve a tese de que é a sociedade anti-semita que forja o ser judeu, o que determina em profundidade a personalidade e mesmo a identidade dos indivíduos assim designados. Esse aspecto corresponde à tese de Beauvoir de que a sociedade masculina forja o ser mulher, determinando neste movimento a identidade da mulher como imanência, fechando-a na categoria do Outro.

Paglia apresenta *Personas Sexuais* em 1990, logo que esta revisão crítica já foi assimilada e sua repercussão até mesmo minimizada, e o enfoque teórico-crítico se vê às voltas com a atualidade política de formas de violência coletiva que ressurgem em um mundo globalizado e excludente. Pelo viés do contexto da produção, nos dias atuais, em meio a uma nova revolução industrial, que alguns estudiosos chamam de tecnocrônica, gera uma nova maneira de viver e conhecer a realidade, ou seja, o acesso à realidade se dá em um contexto programado por tecnoimagens.

O que esta introdução quer apontar, entretanto, é que o texto, de ambas as autoras, constrói-se sobre um fundo comum: a cultura ocidental. Cultura esta, que após Auschwitz, apresentou-nos o inaudito, o jamais visto, segundo as palavras de Vilém Flusser (1983), pensador checo que viveu 31 anos no Brasil, e durante um período trabalhou na Universidade de São Paulo.

Esse autor considera em *Pós-História-Vinte Instantâneos e um Modo de Usar*, que o inaudito em Auchwitz não é o assassinato em massa, não é o crime e sim: “...a reificação derradeira de pessoas em objetos informes, em cinzas. A tendência ocidental rumo à objetivação foi finalmente realizada, e o foi em forma de aparelho.” (ibid., p.13).

Considera ainda que Auchwitz é a realização característica da nossa cultura que, nesse momento, deixou cair sua máscara mistificadora e mostrou seu verdadeiro rosto, o de objetivador dos homens. O que caracteriza tal evento é sua impossibilidade de ser superado, pois ele nos revela a primeira realização de uma virtualidade inerente ao projeto ocidental, que se repetirá sob outras formas, se não for totalmente conscientizado.

Ora, a obra de Simone de Beauvoir, de 1949, busca tal conscientização ao desvelar pela análise e reflexão esta objetivação presente e visível desde o início do projeto ocidental, não apenas como virtualidade inerente, mas como fato concreto, na caracterização do feminino, na definição e no trato social do ser mulher. Se natureza e realidade histórica não são imutáveis, como afirma a autora, não há mudança entretanto, se não há projeto para tal, e não há projeto se não há consciência da situação vivenciada.

Refletir sobre a mulher, determinada historicamente pela diferenciação em relação ao homem e não este em relação a ela, negando-se, assim, a reciprocidade entre o feminino e o masculino, é revelar que essa é colocada na categoria do inessencial perante o essencial. A partir de então, estabelece-se a seguinte dicotomia: o homem como sujeito, o absoluto que se coloca para si e para outro, transcendendo a situação pelo projeto existencial e cultural em desenvolvimento sob sua orientação, e a mulher como o Outro, o determinado, objetivado em seu ser, presa na imanência, barrando-lhe, desta maneira, projeto de transcendência.

Compreender tal questão é tomar consciência, portanto, de um projeto civilizatório que permite descartar e excluir o humano pela medida do inessencial. É identificar o programa que, ao manipular o dado biológico o transforma em destino, em natureza responsável por identidades estanques: o feminino, o negro, o índio, o judeu, o homossexual. Reconhecer é retirar a máscara não só da cultura, como dos tipos e personas que se adaptam e refletem tal modelo, dominando de maneira recorrente o pensamento moderno em seu culto da personalidade.

Dialogar com o texto de Beauvoir é conhecer como tudo começou, fatos e mitos, e o porque do mundo ter sempre pertencido aos homens e só há pouco as coisas terem começado a mudar. Rever a experiência vivida implica pensar essas mudanças, para sabermos para onde nos conduzem.

O *Segundo Sexo* é obra de referência, favorece a conscientização e o diálogo entre homens e mulheres, que se processa com intensidade nos anos 50/60, em um mundo que busca se transformar técnica e mentalmente. Assim, na medida em que não se quer repetir os erros do passado, há que se abrir para novos modelos de sociedade e de culturas alternativas.

As mudanças de costumes, de comportamento, refletidas nas relações sociais e nos novos paradigmas de conhecimento, foram favorecidas e, podemos mesmo afirmar, engendradas pelos avanços tecnológicos. Absorvidas pelas tecnoimagens que permitiram a realização da aldeia global virtual, afeta-se a vida não apenas no eixo hegemônico, mas atinge-se, também, Ásia, África e América Latina.

Décadas de efervescência política, de libertação, tomada de posição de todas as categorias alijadas do processo anterior e que nesse momento reivindicam seus direitos, assumem-se como sujeitos da história, pessoal e coletiva.

A mulher, posta em questão, afirma seus direitos, sua cidadania, e é pelo trabalho, pela profissionalização que ela cobre em grande parte a distância que a separa do homem, como analisa Beauvoir em *A Caminho da Libertação – A Mulher Independente*. só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Entretanto, as dificuldades presentes em um sistema em que os trabalhadores são explorados, em que a estrutura social não foi profundamente modificada pela condição feminina, criam uma situação complexa e conflitante, que clama por mudanças na sociedade como um todo. Considera, então, Beauvoir, que somente em um mundo socialista, com a mulher atingindo o trabalho, será conquistada a liberdade juntamente com os outros.

As reivindicações de mudanças no modelo social e no projeto cultural, a aspiração por uma sociedade mais igualitária e justa, em um momento, meados do século, em que o campo socialista compreendia um terço da humanidade, com uma economia que parecia capaz de sobrepujar o crescimento econômico capitalista, e que exibia um vigoroso desenvolvimento científico e tecnológico, provocam a reação imediata do sistema capitalista que contra ataca. Com mão pesada e armada, reprime brutalmente, nos países fora do eixo hegemônico, a liberdade política e a livre expressão, instaurando a censura a manifestações do pensamento divergente, cassando direitos dos cidadãos, matando e exilando os rebeldes, tudo para garantir a antiga ordem patronal.

Os anos 70, nesses países, são de luta pela restauração da democracia e pelos direitos humanos. Em muitos deles, inclusive no Brasil, os anos 80 são de retorno aos direitos políticos e à cidadania, e de expectativa de se construir pela via democrática um país mais justo socialmente.

O final da década de 80 marca, também, o fim da revolução russa de 1917, com o esfacelamento da União Soviética, decomposição e crise para as partes anteriormente socialistas da Europa. Tal fato permite ao historiador Eric Hobsbawn, (1995, p.17) em sua obra *Era dos Extremos – o Breve Século XX – 1914 – 1991*, afirmar: “não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra começou.”

O projeto ocidental, próprio do sistema capitalista, nas décadas de 80 e 90, opera a transição da sociedade industrial para a pós-industrial, tecnocrônica, e para a economia globalizada, transformando a forma de trabalho que vai alterando a experiência, a visão e a ação da sociedade. Desemprego em massa passa a ser uma realidade, na medida em que mudam-se as proporções nas formas de trabalho na sociedade. De acordo com Vilém Flusser (1983, p.37): “na sociedade pós-industrial a maioria seria de funcionários administrativos (serviços e White Collars) a minoria de operários e a ínfima minoria de camponeses.”

Essa mudança de forma de trabalho e de proporção lança fora do mercado uma grande parte da população, excluídos de um mundo em que tudo, num certo sentido, torna-se eletrônico e digital.

Vive-se, nos fins de 90, um momento em que os jornais, a TV, as conversas giram em torno do fim dos empregos tradicionais, da nova era de informação, do trabalho virtual e das relações virtuais. Em uma avaliação aproximativa, pode-se contar ser uma minoria, talvez cerca de 5% da humanidade, que está ligada à Internet, entretanto, esses discursos e textos passam a mensagem de que, na verdade, são só esses indivíduos plugados que contam; os outros são apenas a massa excluída.

Vive-se, também, como reflexo desse sistema, em uma sociedade do descartável, de tecnologia sempre descartável, uma vez que as máquinas de última geração obsoletam as anteriores, do conhecimento descartável, da arte descartável e no limite, do homem descartável.

Nesta sociedade, não há sentido em querer distinguir-se entre conservadorismo e revolução, entre direita e esquerda, a política vai perdendo o significado.

Hobsbawm (1995, p.19), na obra supra citada, afirma:

“...em uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de estado (transacionalmente) e, portanto, também, cada vez mais por sobre as barreiras de ideologia de Estado. Em decorrência, as idéias consagradas das instituições de todos os regimes e sistemas ficaram solapadas.”

Esse autor considera, talvez, como a característica mais impressionante deste final de século, a tensão entre esse processo de globalização e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele. Analisa também como uma transformação paralela recorrente, a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano e, com ele, a quebra dos elos entre as gerações, entre passado e presente.

Predominam os valores de um individualismo associal, tanto nas ideologias oficiais como nas não-oficiais, mesmo que os adeptos desses valores deplem suas conseqüências sociais.

“Sociedade que convive com o desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado (...) formada por um conjunto de indivíduos, egocentros sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer, ou seja lá o que for).” (ibid., p.25).

Tal sociedade sempre esteve implícita na teoria capitalista e no projeto do Ocidente.

Essa breve visão das modificações sociais e culturais ocorridas entre os anos que nos separam da primeira edição da obra de Simone de Beauvoir foi necessária para podermos retornar às suas análises e introduzirmos o pensamento, ou melhor, as questões apresentadas por Camille Paglia em *Personas Sexuais*, de 1992.

Simone de Beauvoir, com sua produção intelectual, povoou a vida e a imaginação de toda uma geração, incitando-nos, à luz da filosofia existencialista, à luta pela liberdade individual comprometida com o social, o coletivo, visando a superação das circunstâncias que restringem essa liberdade, tendo em vista meios de um ser humano realizar-se dentro da condição feminina. Ela nos fala de um mundo recente, mas que não é mais o mundo de hoje. Camille Paglia (ibid.) nos fala a partir da situação atual e propõe-se a demonstrar a unidade e continuidade da cultura ocidental. Para tanto, explica os momentos altos da tradição ocidental como resultado do relacionamento sempre tenso entre homens e mulheres.

Vou tentar um paralelo, reduzindo em muito o pensamento das duas autoras, que se dá pela fonte comum e divergência de interpretações e um embricamento pela temática dos fatos e mitos.

Para pensar a condição humana da mulher, Simone de Beauvoir (1967) revê, à luz da filosofia existencial, os dados da pré-história e da etnografia para compreender como a hierarquia dos sexos se estabelece. Toma como pensamento norteador que a humanidade não é uma espécie animal, é uma realidade histórica. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado. Entre os dados biológicos, só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto.

Destacam-se, como dados biológicos, dois traços que caracterizam a mulher: seu domínio sobre o mundo é menos extenso que o do homem e ela é mais estritamente submetida à espécie, mas observa que esses fatos assumem um valor inteiramente diferente segundo o seu contexto econômico e social. Pelo desenvolvimento tecnológico que anula a diferença muscular que separa o homem da mulher, ela está liberta para se tornar igual ao homem, para estabelecer, pelo trabalho, o domínio sobre o mundo.

Por outro lado, assinala que a maternidade só aprisiona se o social lhe deixar entregue a si e a seu destino. Se a sociedade auxilia durante a gravidez e se ocupa, juntamente com ela, da criança, os encargos podem ser compensatórios.

Poderíamos pensar, portanto, que a hierarquia dos sexos dependeria da história das técnicas, mas Beauvoir (ibid.) alerta que o corpo, vida sexual e técnicas, só existem concretamente comandados pelo projeto fundamental do existente transcendendo o ser.

Paglia (op. cit.), no 1º capítulo de sua obra, afirma que no princípio era a natureza, o sexo é um subconjunto da natureza. O sexo é natural no homem.

A sociedade é uma construção artificial, uma defesa contra o poder da natureza. Sexualidade e erotismo constituem a complexa intercessão de natureza e cultura. Sexo é poder, assim como identidade é poder.

Na cultura ocidental não há relações que não sejam de exploração. “A lei natural e universal de criação a partir da destruição opera tanto na mente como na matéria (...) Somos animais hierárquicos. É só varrer uma hierarquia que outra tomará seu lugar. Há hierarquias na natureza e hierarquias alternativas na sociedade” (PAGLIA, 1992, p.15).

Temos uma evidência: o mundo sempre pertenceu aos machos.

Beauvoir analisa que quando duas categorias humanas se acham em presença, cada uma delas quer impor à outra sua soberania. Quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas (seja na hostilidade ou amizade), sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão.

A questão que se coloca, então, é: Qual o privilégio que permitiu ao homem dominar a mulher?

A resposta é que a humanidade não é uma simples espécie natural: ela não procura manter-se enquanto espécie, tem projeto, seu projeto não é estagnação, ela tende a se superar. Como consequência, engendrar e aleitar não são atividades, são funções naturais, nenhum projeto nelas se empenha, a mulher sofre, suporta seu destino biológico.

Trabalhos domésticos, conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram na repetição e imanência. Trabalhos que se perpetuam, quase sem modificação, através do século, não produzem nada novo.

Já o processo masculino é radicalmente diferente: alimenta a coletividade com atos que transcendem sua condição.

Homo faber, desde a origem do tempo é um inventor, já o bastão, a maça (espécie de martelo), são instrumentos que aumentam seu domínio sobre o mundo. Para apossar-se das riquezas, anexa o próprio mundo. Nessa ação, põe objetivos, projeta caminhos em relação a eles, realiza-se como existente. O homem, conhecedor de sua humanidade, não trabalhou apenas para conservar o mundo dado, dilatou-lhe as fronteiras, lançou base para um novo futuro.

Outra dimensão da sua atividade é que, amiúde, ela é perigosa, na luta contra os animais, outros homens, e a natureza põe em jogo a própria vida para alimentar a coletividade, aumentar o prestígio do clã a que pertence.

Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal.

Diante dessas questões, conclui-se: na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata.

Beauvoir (1967) considera que, pondo-se como soberano, o homem encontra a cumplicidade da mulher, porque ela é também uma existente, é habitada pela transcendência, seu projeto não está na repetição e sim na superação. Associa-se aos homens nas festas que celebram os êxitos, como vitória da sua humanidade.

Enfim, é quando os homens fixam-se ao solo, tornam-se agricultores, que se vê surgirem as instituições e o direito. Instalando-se num território, os homens apropriam-se dele, e a propriedade aparece sob forma coletiva.

Neste momento, a diferenciação sexual reflete-se na estrutura da coletividade, ela assume um caráter singular. Nas comunidades agrícolas, a mulher adquire, muitas vezes, extraordinário prestígio. A propriedade, sob forma coletiva, exige de seus proprietários uma posteridade, a maternidade torna-se uma função sagrada. Enquanto homens e mulheres só têm existência religiosa, social e econômica como grupo, “o agricultor admira os mistérios da fecundidade que desabrocha nos sulcos dos arados e no ventre materno.” (ibid., p.63).

A natureza na sua totalidade apresenta-se a ele como uma mãe, a terra é mulher, e a mulher é habitada pelas mesmas forças que habitam a terra.

Trata-se, entretanto, não de uma operação criadora e sim de uma conjunção mágica. Cultiva-se o solo em dimensão modesta, nos limites da aldeia; economia e mística concordam em confiar às mulheres o trabalho agrícola. A indústria doméstica também é competência delas: tecem tapetes, cobertas, vasilhames e podem presidir a troca de mercadorias.

É, pois, através dela que se mantém e propaga a vida. De seu trabalho e virtudes mágicas dependem os filhos, os rebanhos, as colheitas, os utensílios. Tanta força inspira nos homens um respeito misturado de terror, que se reflete no culto. Nela é que se resume toda natureza estranha.

O homem só se pensa pensando o outro, apreende o mundo como dualidade. Sendo naturalmente diferente do homem, que se coloca como o mesmo, é na categoria do Outro que a mulher é incluída. Quando o papel da mulher se torna mais importante, absorve ela, em quase sua totalidade a região do Outro.

Aparecem, então, as divindades femininas através das quais se adora a idéia da fecundidade. Ídolo supremo, a mulher acha-se, em terra, cercada de tabus como todos seres sagrados, ela própria é tabu.

Essas épocas remotas não nos legaram nenhuma literatura, apenas imagens, mas as grandes épocas patriarcais conservam, em sua mitologia, monumentos e tradições, as lembranças de um tempo em que as mulheres ocupam uma posição elevada. Diante disso, Simone de Beauvoir afirma que a Idade de Ouro da mulher não passa de um mito. Analisa que dizer ser a mulher o Outro, equivale a dizer que não existia entre os sexos uma relação de reciprocidade.

Terra, mãe, deusa, não era para o homem um semelhante.

A sociedade sempre foi masculina, o poder político sempre esteve nas mãos do homem. O semelhante, o outro que é também o mesmo, com quem se estabelece relações recíprocas é sempre para o homem um indivíduo do sexo masculino.

Conclui-se, portanto, que, na medida em que a mulher é considerada o Outro absoluto, faz-se precisamente impossível encará-la como sujeito. As mulheres nunca constituíram um grupo separado que se pudesse para si em face de um grupo masculino, nunca viveram uma relação direta e autônoma com os homens. O homem continua a deter as funções que abrem essa sociedade, a guerra, a caça, a pesca, conquista presas estrangeiras e anexa-as à tribo. Representam, dessa maneira, uma expansão da existência, sua superação para o mundo. O homem permanece a única encarnação da transcendência.

Pouco a pouco, o homem mediatizou sua experiência e em suas representações, como em sua existência prática, triunfou o princípio masculino. O espírito superou a vida, a transcendência a imanência, a técnica a magia, a razão a superstição. Foi a passagem da pedra ao bronze que lhe permitiu realizar, com seu trabalho, a conquista do solo e de si próprio, dominar a natureza da mulher.

Segundo as palavras de Beauvoir é o homem que fabrica, molda a ferramenta de acordo com o seu objetivo.

O homem aprende sua responsabilidade com a coisa fabricada, um gesto hábil ou desastrado dá-lhe forma ou a destrói. Seu êxito não depende dos favores dos deuses e sim de si mesmo. Na relação entre o braço criador e o objeto fabricado, experimenta a causalidade, o metal reage da mesma maneira ao fogo, à têmpera, à ação mecânica.

Esse mundo instrumental deixa-se encerrar em conceitos claros: o pensamento racional, a lógica e a matemática podem então, aparecer. Toda imagem do universo é, então, transformada. É o princípio masculino da força criadora, de luz, do projeto, da ação, de ordem que ele reconhece, então, como soberano (BEAUVOIR, 1967, p.87).

Junto da deusa mãe surge um deus, filho ou amante, que lhe está associado. Ele encarna também um princípio de fecundidade. Vê-se aparecer esse casal de deuses que se encontra em todas as margens do Mediterrâneo e, mais tarde, a grande mãe é destronada.

Assim, de acordo com a análise de Simone de Beauvoir, o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso, nem resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se como sujeitos soberanos. Condenada a desempenhar o papel de Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: ídolo ou serva.

A mulher não soube tomar para si as promessas da ferramenta; o fato de não ter se tornado um companheiro de trabalho para o homem, a excluiu. Nela, o homem não reconhece um semelhante, porque ela não partilhava sua maneira de trabalhar e, portanto, de pensar, porque continuava escravizada aos mistérios da vida.

É essa ambivalência do Outro, da mulher, que irá refletir-se na sua história e da humanidade.

Somente no século XX, depois de séculos de construção ocidental da civilização judaico-cristã, de submissão da mulher ao modelo masculino de poder que lhe impede de sair da imanência e da tutela, é que a mulher pela profissionalização, utilizando o mesmo instrumental que o homem para pensar e se construir, impõe à sociedade direitos iguais aos do homem, afirma-se como semelhante em seus projetos de vida e ação política.

Paglia (1992), que já no prefácio de sua obra afirma aceitar a tradição canônica ocidental e rejeitar a idéia moderna de que a cultura desmoronou, sustenta que o judaico-cristianismo jamais derrotou o paganismo que, ainda, floresce na arte, no erotismo, na astrologia e na cultura popular. O sexo e a natureza são apresentados como forças pagãs brutais, reafirmando e celebrando o antigo mistério e fascínio da mulher. A mãe é apresentada como uma força esmagadora, que condena os homens a toda uma vida de ansiedade sexual, da qual eles escapam por meio do racionalismo e dos feitos físicos. Confessa a autora ser seu método uma forma de sensacionalismo, ao tentar recheiar o intelecto de emoção e mostrar o sentido das coisas simples, libertando a crítica e a interpretação.

Paglia (ibid.) argumenta que o sexo é o ponto de contato entre o homem e a natureza, em que moralidade e boas intenções caem diante de impulsos primitivos. O erotismo é um reino tocado por fantasmas.

A integração de corpo e mente humanos é um problema profundo, sendo a encarnação, limitação da mente pela matéria, um ultraje à imaginação, nossa fisicalidade um tormento. O sexo é daimônico, vem do grego *daimon*, um espírito de divindade inferior aos deuses do Olimpo. Os *daimons* gregos eram bons e maus como a natureza na qual viviam. O cristianismo transformou daimônico em demoníaco.

Um erotismo inteiramente humanitário talvez seja impossível. Todo orgasmo é um domínio, uma rendição, ou uma inovação. A natureza não tem nenhum respeito pela identidade humana. De acordo com Paglia (ibid.), é por isso que tantos homens se viram para o lado ou fogem depois do sexo, porque sentiram a aniquilação do daimônico.

Não se pode entender o sexo porque não se pode entender a natureza. E a ciência, método de análise lógica das operações da natureza, aliviou a ansiedade humana em relação ao cosmos.

Já a ciência ocidental, produto de uma mente apolínea, espera que, pela denominação e classificação, pela fria luz do intelecto, a noite arcaica seja repelida e derrotada. Denominar é conhecer, conhecer é dominar, controlar. A grandeza do Ocidente vem dessa certeza ilusória, conclui a autora.

Nome e pessoa fazem parte da busca de forma do Ocidente, que insiste na identidade distinta das coisas; o ocidental conhece pelo olhar. Caminhamos em meio à natureza, vemos, identificamos, nomeamos e reconhecemos. Esse reconhecimento é nosso isolamento do medo.

O que o Ocidente reprime em sua visão da natureza é o ctônico, que significa *da terra*, mas das entranhas da terra, não da superfície. É a desumanizante brutalidade da biologia e da geologia, o desperdício e derramamento de sangue, a miséria e a podridão que temos que barrar da consciência, a fim de manter a nossa integridade. O daimonismo da natureza ctônica é o segredo mais indecente do Ocidente, denuncia Paglia (1992, p.19):

“A consciência é uma pobre refém de seu envoltório de carne, cujos impulsos, circuitos e murmúrios secretos ela não pode deter nem acelerar. É esse o drama ctônico, que não tem clímax, mas apenas uma interminável ronda, ciclo após ciclo. O mais grave desafio às nossas esperanças e sonhos é a confusa atividade normal, que prossegue dentro de nós e fora de nós a toda hora de todo dia.”

Esse autor considera, também, que a identificação da mulher com a natureza era universal na pré-história. Nas sociedades de caça ou agrárias, que dependiam da natureza, a femealidade era cultuada como um princípio imanente. Quando a cultura progrediu, os ofícios e o comércio proporcionaram uma concentração de recursos que libertou o homem dos caprichos do tempo e das restrições geográficas; a femealidade recuou de importância.

Conclui-se que, desde o início, a cultura ocidental desviou-se da femealidade. O que deixou a marca de sua mente na Europa foi a cultura guerreira, a vontade de poder masculino. Micênicos do sul e dóricos do norte iriam fundir-se para formar a Atenas apolínea da qual veio a linha greco-romana da história ocidental.

As tradições apolínea judaico-cristã são igualmente transcendentais, buscam superar a natureza, é um culto do céu. O culto do céu foi um passo mais sofisticado nesse processo, segundo a autora, pois essa transferência do locus criativo da terra para o céu é uma passagem da magia do ventre para a magia da cabeça. E dessa defensiva magia da cabeça veio a glória espetacular da civilização masculina, que ergueu a mulher consigo. Até a linguagem e a lógica que a mulher moderna usa para atacar a cultura patriarcal foram invenção do homem.

Paglia (1992) analisa ser este o motivo de os sexos se verem colhidos numa comédia de endividamento histórico, sendo a identificação da mulher com a natureza o componente mais perturbador nessa discussão histórica. Para a autora essa identificação não é mito, e sim realidade.

Considera, ainda, que todos os gêneros da filosofia, ciência, arte, atletismo e política foram inventados pelos homens. Mas, pela lei prometeica de conflito e captura, a mulher tem o direito de tomar o que queria e disputar com o homem nos termos dele. Contudo, há um limite para o que ela pode alterar em si mesma e na relação do homem com ela.

O fardo da natureza pesa mais sobre a mulher; a femealidade biológica é uma seqüência de retornos circulares, que começam e acabam no mesmo ponto. A centralidade da mulher dá-lhe identidade estável, sendo a centralidade um grande obstáculo ao homem, cuja busca de identidade ela bloqueia. Ele precisa transformar-se num ser independente, um ser livre dela. Se não o fizer, simplesmente retornará a ela.

Desta maneira, Paglia (ibid.) afirma a base biológica como geradora de identidades, ou seja, define pela centralidade a identidade feminina. A masculina será realizada distinguindo-se desta no esforço de a ultrapassar através do projeto cultural. Sendo, precisamente, na avançada sociedade industrial, que tenta ultrapassar a natureza e que exige o individualismo e a realização pessoal como modelos, que a crua realidade da condição feminina emerge com dolorosa clareza.

O corpo feminino aparece nesta análise como uma máquina ctônica, indiferente ao espírito que o habita. Organicamente, tem uma missão: a gravidez, que pode passar a vida repelindo. A gravidez demonstra o caráter determinista da sexualidade feminina. A mulher grávida é daimônica, diabolicamente completa. Paglia (ibid.) sustenta que a mulher grávida, meditando nove meses sobre sua própria criação, é o modelo de todo solipsismo, que a atribuição histórica de narcisismo às mulheres é outro mito verdadeiro.

A aliança masculina e o patriarcado foram o recurso a que o homem se viu obrigado, por seu terrível senso do poder da mulher, da impermeabilidade, da arquétipa confederação dela com a natureza ctônica. “A mulher é a fabricante primeva, a verdadeira primeira causa. Transforma um ranho de detrito numa rede de ser senciente, flutuando no serpentino cordão umbilical pelo qual traz todo homem na coleira” afirma Paglia (ibid., p.23). Sustenta que o feminismo tem sido simplista ao afirmar que os arquétipos femininos são falsidades politicamente motivadas dos homens.

A razão e a lógica inspiradas pela ansiedade são o domínio de Apolo, primeiro deus do culto do céu. O apolíneo é severo e fóbico, isolando-se friamente da natureza por sua pureza sobre-humana. A personalidade e as realizações ocidentais, para o melhor e o pior, são em grande parte apolíneas.

O sistema ocidental, em última análise, ainda é o que beneficiou mais a mulher.

A ciência e a indústria ocidentais libertaram as mulheres dos trabalhos tediosos e do perigo. A pílula neutraliza a fertilidade. Parir não é mais fatal. Considera que a linha apolínea de racionalidade ocidental produziu a agressiva mulher moderna, que pode pensar como o homem e escrever livros desagradáveis. E ainda, que os arquétipos daimônicos da mulher que enchem a mitologia mundial representam a incontrolável proximidade da natureza. A tradição deles passa dos ídolos pré-históricos, através da literatura e da arte, para o cinema moderno. A imagem básica sendo a da *femme fatale*, a mulher fatal para o homem.

Quanto mais se repele a natureza no Ocidente, mais a *femme fatale* reaparece – o retorno do reprimido. A *femme fatale* é uma das mais mesmerizantes personas sexuais. “Castração física e sexual é o perigo que todo homem corre no intercurso com uma mulher. O amor é sortilégio pelo qual ele adormece seu medo sexual.” (PAGLIA, 1992, p.25).

Assinala esse autor que a *femme fatale* é uma das sofisticções do narcisismo da mulher, da ambivalente orientação para si mesma que se completa com o nascimento de um filho ou a transformação do amante em filho.

Foi contra a mãe que os homens ergueram seu alto edifício de política e culto do céu. O erotismo é o ponto fraco dessa sociedade, pelo qual a natureza tônica a invade.

Para a autora, a repressão é uma adaptação evolucionária que nos permite funcionar sob o fardo da consciência expandida, pois aquilo de que temos consciência poderia nos levar à loucura.

O atual avanço da mulher na sociedade não é uma viagem do mito para a verdade, mas do mito para um novo mito. A ascensão da mulher racional, tecnológica pode exigir a repressão de realidades arquetípicas desagradáveis.

Segundo Páglia (ibid.), a explicação para o domínio do homem na arte, ciência e política, baseia-se numa analogia entre a fisiologia sexual e a estética. Toda realização cultural apresenta-se como uma projeção, um desvio para a transcendência apolínea, a que os homens se destinam, anatomicamente, a ser projetores. O que brota na consciência é formado antes pelo daimonismo do sentido, por isso não existe objetividade perfeita. O super fluxo tônico de emoção é um problema masculino. Desta maneira, o homem tem que combater essa enormidade que reside na mulher e na natureza.

Chegamos, nesse momento, ao cerne do pensamento de Paglia que vê a origem das realizações culturais do homem como resultando diretamente da sua singular anatomia. A autora entende que nossas vidas como seres físicos dão origem a metáforas básicas de apreensão, que variam entre os sexos, sendo que nesse terreno, não pode haver igualdade.

O homem é sexualmente compartimentado, genitalmente está condenado a um perpétuo modelo de linearidade, foco, mira e pontaria. Tem de aprender a mirar. “Sem mira, a urina e a ejaculação acabam num empорcalhamento infantil de si mesmo e do ambiente.” (PAGLIA, 1992, p.32). A metáfora genital do homem é, pois, concentração e projeção. Concentração para projetar-se mais adiante. Considera que a projeção masculina de ereção e ejaculação é um paradigma para toda projeção e conceitualização da arte, da filosofia à fantasia, alucinação e obsessão. Toda projeção masculina é transitória e tem que ser renovada ansiosamente, eternamente.

A metáfora básica da mulher é o mistério e o oculto. Paglia (ibid.) argumenta que a ilusória certeza masculina de que a objetividade é possível baseia-se na visibilidade de seus órgãos genitais e que esta certeza é um desvio defensivo da invisibilidade do útero, causadora de ansiedade. O mistério, envolvendo a sexualidade da mulher, é o principal motivo para o aprisionamento que o homem lhe impôs.

O sexo masculino tem um elemento de ataque, de busca e destruição, em que sempre haverá um potencial de estupro. O sexo feminino tem um fenômeno de captura, uma manipulação subliminar que leva à infantilização física e emocional do homem. O sexo do homem é compulsão, repetição. A projeção é uma maldição masculina: precisar sempre de alguma coisa ou alguém para tornar-se completa. Segundo Camille Paglia (ibid.), essa é uma das origens da arte e o segredo da dominação histórica do homem.

Após este trabalho de recorte e colagem do pensamento das duas autoras percebemos que em Simone de Beauvoir (1967) a cultura manipulando o biológico, dando significado a ele, determina as identidades no projeto ocidental. E que a busca de uma sociedade mais equilibrada em direitos humanos passa pelo projeto de conscientização feminina e sua afirmação como humano ao lado do homem, e não como Outro, inessencial. Para Paglia (ibid.), a cultura ocidental é a recusa ao princípio feminino da natureza, sendo o apolíneo a linha masculina traçada contra a desumanizante magnitude da natureza feminina.

O debate está aberto, e a reflexão se exerce sobre a questão do projeto ocidental, neste final de século, que vê o índice de desemprego revelar um menor crescimento econômico, o enxugamento das empresas devido às novas máquinas, a descentralização industrial e a economia globalizada. Que vê, também, por um lado, a exclusão da maioria da população e, por outro, uma maior cidadania e a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, rompendo a dependência do homem e conseqüente massacre psicológico definidor de personalidades.

Acredito que, com Beauvoir, aprendemos a ser responsáveis, agentes da história pessoal e coletiva e com Paglia somos o fiel da balança na construção cultural mais humana, por mais próximas da natureza e da emoção. Somos a linha feminina traçada contra a desumanizante magnitude da cultura patriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos, a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

FLUSSER, Vilém. **Pós-história**. Vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PAGLIA, Camille. **Personas sexuais**. Arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE MARGARET MEAD E SIMONE DE BEAUVOIR

Cecilia M. B. Sardenberg

Em 1949, ainda no difícil e conturbado clima do pós-guerra, foram publicadas duas obras dedicadas à análise das relações sociais entre os sexos, escritas por autoras que desbravaram novos caminhos para mulheres no mundo intelectual da época. Em Paris, na França, a filósofa existencialista Simone de Beauvoir lançava *O Segundo Sexo*, ao tempo em que, nos Estados Unidos, publicava-se *Macho e Fêmea* da renomada antropóloga americana Margaret Mead.

Nesse mesmo ano – 1949 – aconteceu também um encontro (ou “quase-encontro”) entre as duas – o único do qual se tem notícia. Quem nos fala sobre o episódio é o não menos famoso antropólogo, Claude Lévi-Strauss (1990), no contexto da entrevista publicada em *De Perto e De Longe*. Ali, conta ele que, tendo retornado à França depois dos anos de exílio passados em Nova Iorque e estando na época ainda a serviço do corpo diplomático francês, viu-se na obrigação

de recepcionar Margaret Mead por ocasião da sua visita a Paris. Resolveu, então, “arriscar-se” a “reunir a ‘First Lady’ da vida intelectual americana, com a ‘First Lady’ da vida intelectual francesa,” oferecendo uma pequena homenagem a elas. Entretanto, acrescenta ele com ironia: “Elas não se dirigiram a palavra! (...) Cada uma ficou num canto da sala, rodeada por sua corte.” (LÉVI-STRAUSS; ERIBON, 1990, p.22).

Passados mais de 50 anos desse estranho episódio – de fato, num momento em que nos reunimos para comemorar o cinquentenário de publicação de *O Segundo Sexo* – cá estou eu viajando no tempo e no espaço tentando pensar um encontro diferente, quem sabe até mesmo um debate, entre essas duas “grandes damas”. Imaginem: Margaret Mead, vestindo uma de suas longas túnicas e apoiando-se no seu famoso cajado, senta-se à minha direita para falar de machos e fêmeas, sexos e temperamentos; Simone de Beauvoir, com os cabelos presos sob um eterno turbante de seda, toma a cadeira à esquerda – ela sempre pendeu para a esquerda – e recusa-se, como sempre, a ser apenas um “segundo sexo”. Ah! Quem não pagaria para tê-las aqui, conversando conosco?

Sou levada a embarcar nesses devaneios, dentre outros tantos motivos, pela surpresa, senão espanto, diante da antipatia mútua e dos ares de “estrelato” supostamente assumidos por elas naquela homenagem – se é que podemos acreditar nas maldosas insinuações de Lévi-Strauss. Não quero chamá-lo de mentiroso, mas, tenho cá minhas dúvidas: as atitudes que ele atribui às nossas duas damas destoam completamente do que se sabe sobre elas. Senão vejamos:

Num recente colóquio realizado em Paris em comemoração aos 50 anos de *O Segundo Sexo*, multiplicaram-se testemunhos de que o “estrelato” nunca subiu à cabeça de Simone de Beauvoir; muito ao contrário, em todos os depoimentos ressaltou-se sua acessibilidade e simplicidade no trato.¹ Da mesma forma, fala-se de Margaret Mead como uma “celebridade” que se recusava a agir como tal.² Eu própria testemunhei ser este o caso quando, dois anos antes do seu falecimento – em 1978 – tive a oportunidade de passar um dia em sua companhia. Ela foi extremamente atenciosa e solícita comigo embora, na ocasião, eu não passasse de uma mera estudante de graduação em antropologia. Não posso, pois, acreditar que, à exceção talvez de dificuldades idiomáticas, elas se negassem a dialogar.

A bem da verdade, não se tem notícia de nenhuma aproximação entre Margaret e Simone, de nenhum encontro posterior à tal “homenagem”, tampouco de referências, uma em relação à outra, em suas obras publicadas. No entanto, lendo suas autobiografias e contrastando suas obras, é difícil resistir à tentação de colocá-las frente a frente num debate. Afinal, trata-se de duas mulheres que não apenas romperam com muitos dos padrões impostos pelas ideologias de gênero

então vigentes – que de fato inventaram suas vidas – como também procuraram falar, *cada uma à sua maneira*, às mulheres de sua época.

Note-se que friso aqui *cada uma à sua maneira*, pois, como se sabe, enquanto Simone trouxe uma mensagem libertadora, destacando-se como uma das principais autoras feministas de todos os tempos, *Macho e Fêmea* de Margaret Mead foi alvo de severas críticas feministas, sendo ainda hoje considerada uma das obras responsáveis pela propagação da “mística feminina” (FRIEDAN, 1964; LEACOCK, 1981; SANDAY, 1980). Mais importante, quando contraposta a *Sexo e Temperamento*, trabalho pioneiro na problematização das identidades de gênero escrito por Margaret Mead uma década antes – e que abriu caminho para que Simone afirmasse mais tarde, “não se nasce mulher, torna-se mulher” – *Macho e Fêmea* tem sido visto como um retrocesso, tanto no pensamento de Margaret quanto para as lutas feministas. O que, certamente, torna ainda mais oportuno e pertinente articular um diálogo entre elas.

VIDAS E OBRAS

Antes de dar-lhes diretamente a palavra para que elas defendam seus pontos de vista, creio ser fundamental apresentar nossas debatedoras. No que se segue, portanto, retraço alguns momentos de suas vidas que, de uma forma ou de outra, refletiram-se em suas obras e tiveram conseqüência para outras mulheres da época. Como se verá adiante, apesar das divergências em perspectiva, as trajetórias de Simone e Margaret tiveram pontos em comum – inclusive no que tange às suas origens. Ambas eram, por assim dizer, senhoras de “fino trato”, de famílias da classe média alta, que se recusaram a se enquadrar nos padrões ditados para mulheres da sua estirpe.

Nascida em 9 de janeiro de 1908 no 14^o *arrondissement*, em Paris, onde viveu pela maior parte da sua vida, Simone de Beauvoir era a filha mais velha de uma família assumidamente burguesa, embora empobrecida durante a Primeira Guerra. Assim mesmo, Simone e sua irmã mais nova tiveram uma babá a quem muito estimavam e estudaram no *Cours Adeline Desir*, um colégio particular, tradicional, católico, só para meninas. Seu pai, Georges Bertrand de Beauvoir, era advogado; um homem bastante cosmopolita que amava o teatro e a literatura e se professava agnóstico. Em contraste, sua mãe, Françoise (Brasseur) de Beauvoir, dedicada às “prendas domésticas”, vinha de uma família de banqueiros de Verdun, bastante conservadora. Por isso mesmo, a educação de Simone foi em grande medida rígida, tradicional. Sua mãe, “provinciana” e moralista, censurava tudo que as filhas liam, chegando a grudar páginas de livros que não achava apropriadas

para suas meninas.³ Ademais, impunha-lhes com rigor a fé católica, imposição essa que surtiu efeito contrário. Aos 15 anos, Simone acabou por rebelar-se, renunciando a qualquer religião e tornando-se agnóstica, o que estremeceu seu relacionamento com a mãe por grande parte da sua vida.

Diferente de Simone, Margaret Mead teve uma educação bastante liberal: pôde, inclusive, desfrutar de total liberdade de escolha de uma religião. Escapou, ainda, da rigidez e disciplina das escolas primárias, posto que a família não acreditava que confinar crianças em uma sala, por longas horas, fosse a melhor forma de educá-las. Segundo ela própria afirmou: “Eu fui criada na minha própria cultura duas gerações à frente da minha época.” (MEAD, 1972, p.2).

Com efeito, sua mãe, Emily Fogg Mead, ao contrário da mãe de Simone, era uma mulher “moderna”, uma *sufragette* declarada, dedicada às causas sociais. Formada pelo *Wellesley College* em Massachusetts, lecionou por alguns anos antes de ingressar na Universidade de Chicago, onde defendeu uma tese em sociologia sobre famílias de imigrantes italianos na Nova Jérsei. Entretanto, o casamento e o subsequente nascimento de cinco filhos impediram-na de seguir carreira, fato que foi sempre motivo de ressentimentos. Tornou-se, assim, a maior incentivadora das filhas para que estudassem e seguissem uma carreira profissional.

Edward Mead, o pai de Margaret, também apoiava as filhas nesse sentido, ainda que em menor medida. Como sua mãe, ele era cientista social, seguindo carreira acadêmica como professor de economia na *Wharton School of Finance and Commerce* da Universidade da Pennsylvania. Segundo afirmou Margaret (ibid., p.2):

“Eu sou filha de cientistas sociais que estiveram profunda – embora diferentemente – preocupados com a situação do mundo. Para mim, ser criada para me tornar uma mulher que pudesse viver com responsabilidade no mundo contemporâneo e estudar para ser uma antropóloga consciente de sua própria cultura, foi quase a mesma coisa.”

Margaret Mead nasceu em 16 de dezembro de 1901 na cidade de Philadelphia (estado da Pennsylvania), mas passou a sua infância morando em diferentes cidades dos arredores. Como filha mais velha e dado o fato de que sua mãe tentava concluir o curso de doutorado em sociologia, Margaret, desde pequena, viu-se responsável pelo cuidado dos irmãos menores e por tarefas domésticas. Por isso mesmo, ela apreciava os momentos que tinha para si: adorava ter tempo e espaço para ficar só e dedicar-se à leitura.

Esse sentimento era compartilhado também por Simone. Embora exercendo controle sobre o que a filha lia, seus pais incentivaram-na na leitura, não poupando esforços (e economias) para oferecer-lhe acesso ao que consideravam boa literatura:

“Fora dos meus estudos, era a leitura a coisa mais importante de minha vida. Mamãe era assinante, agora, da Biblioteca Cardinale, na Praça St.-Suplice. Uma mesa sobrecarregada de revistas ocupava o centro de uma grande sala de onde se irradiavam corredores atopejados de livros. Os interessados tinham o direito de passear por eles. Experimentei uma das maiores alegrias de minha infância no dia em que minha mãe me comunicou, que me oferecia uma assinatura pessoal. Plantei-me em frente da prateleira reservada às obras para a juventude e na qual se alinhavam centenas de volumes: ‘Tudo isso é meu’, disse a mim mesma, transportada. A realidade ultrapassava meu sonho mais ambicioso: abria-se diante de mim o paraíso, até então desconhecido, da abundância.” (BEAUVOIR, 1959, p.66-67).

Sem dúvida, essa paixão pela leitura trazia bons resultados na escola: tanto Simone quanto Margaret foram alunas exemplares, destacando-se sempre entre seus colegas. Com apenas 16 anos e já tendo concluído o curso secundário na sua cidade, Margaret rumou para Chicago para ingressar na Universidade de DePauw. Optou, depois, pelo Barnard College em Nova Iorque, onde graduou-se em psicologia. Logo em seguida, ingressava na Universidade de Columbia para cursar o mestrado, desenvolvendo uma dissertação que, tal qual a fizera sua mãe, concentrava-se no estudo de famílias de imigrantes italianos.

Foi durante o mestrado, na Universidade de Columbia, que Margaret teve a oportunidade de cursar uma disciplina de antropologia com Franz Boas e sua assistente na época, Ruth Benedict. Isso ocasionou um virada na vida de Margaret. Gostou tanto do curso que, embora recebendo vários convites para lecionar psicologia, decidiu por doutorar-se e seguir carreira na antropologia. Para tanto, bastou apenas Ruth Benedict dizer-lhe: “Tudo que o Professor Boas e eu podemos lhe oferecer é trabalhar com questões de grande importância.” (MEAD, 1972, p.60).

Ao contrário do que possa parecer, essa mudança de um para o outro campo do saber não implicou no abandono da sua formação anterior. Identificando-se com a linha de pensamento de Boas e Benedict, Margaret dedicou-se ao estudo da relação entre cultura e personalidade numa perspectiva transcultural. Tornou-se, assim, uma das principais fundadoras da antropologia psicológica, inaugurando na antropologia o estudo comparativo de práticas de educação e do cuidado com crianças, sempre de uma forma inovadora.

Esse caminho foi trilhado já em sua tese de doutorado, defendida com louvor no Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia em 1924. Contudo, foi a partir do trabalho realizado nas ilhas de Samoa, no Pacífico Sul, iniciado no ano seguinte, que Margaret deu o seu primeiro grande passo nesse sentido. No ano em que ali permaneceu, estudou o cotidiano de meninas e adolescentes em duas comunidades distintas, procurando entender como tal

vivência se comparava a dos jovens americanos. Os resultados foram discutidos em *Coming of Age in Samoa*, obra publicada originalmente em 1928, que alcançou sucesso imediato entre o público americano – e não por pouco. Nesse livro, Margaret “desnaturalizou” a adolescência ao sugerir que – ao contrário do que proferiam as autoridades – os problemas vivenciados pelos jovens americanos tinham muito menos a ver com os hormônios do que com questões de ordem sociocultural.

Foi ainda com Samoa que Margaret não só iniciou sua longa carreira como *field ethnographer*, mas, o que é mais importante, desbravou novos caminhos para que outras mulheres a seguissem. Com apenas 25 anos de idade, ela teimou em lançar-se sozinha numa longa viagem por mares até então pouco navegados por mulheres ocidentais e, mais que isso, foi viver sozinha entre “tribos primitivas”, rompendo assim com os tabus e amarras impostos às mulheres da época, antropólogos ou não.

Sem dúvida, as conquistas de Simone não foram menos audaciosas e desafiadoras: ela também inventou uma nova história para si, de conseqüência para outras mulheres. A começar por sua determinação em tornar-se uma intelectual – quando para as jovens francesas da burguesia se oferecia apenas casamento e maternidade – e de optar pela filosofia, área do saber ainda hoje hostil às fêmeas da espécie.

“Eu resolvera, há muito, consagrar a vida aos trabalhos intelectuais. Zazá escandalizou-se um dia, declarando, provocante: ‘Pôr nove filhos no mundo, como fez mamãe, é tão importante como escrever livros.’ Eu não via denominador comum entre dois destinos. Ter filhos, que por sua vez teriam filhos, era repetir ao infinito o mesmo refrão tedioso. O sábio, o artista, o pensador criavam um mundo diferente, luminoso e alegre em que tudo tinha sua razão de ser. Nele é que eu queria viver; estava resolvida a conquistar meu lugar.” (BEAUVOIR, 1959, p.129).

Simone fez tal escolha ainda durante o curso secundário no Colégio Adeline Desir, onde se destacou como aluna exemplar, acumulando prêmios por todo o curso. Assim, em 1925, com apenas 17 anos, ela ingressava na prestigiada Sorbonne, galgando ali também todas as etapas da formação universitária com brilhantismo e concluindo seu curso com uma tese sobre Leibniz.

Foi mais ou menos nessa época que Simone conheceu Jean-Paul Sartre, iniciando-se, nos bancos da Sorbonne, um relacionamento entre eles que duraria pelo resto de suas vidas. Simone nos fala com entusiasmo e paixão sobre o encontro com Sartre e o início desse relacionamento:

“Sartre correspondia exatamente aos meus sonhos de quinze anos: era o duplo, em quem eu encontrava, levadas ao extremo, todas as minhas manias. Com ele, poderia sempre tudo partilhar. Quando o deixei no princípio de agosto, sabia que nunca mais ele sairia de minha vida.” (BEAUVOIR, 1959, p.311).

Essa aproximação entre os dois deu-se em 1929, quando ambos preparavam-se para prestar seus exames para a cátedra de filosofia. Passavam dias juntos, estudando, saindo à noite com outros colegas para se divertir. Isso não impediu que obtivessem sucesso nos exames. Ambos foram aprovados no concurso, e com destaque: Sartre passou em primeiro lugar, Simone em segundo, perdendo o primeiro lugar por apenas 1/50 de um ponto.

Ao que tudo indica, perder para Sartre não inspirou ressentimentos em Simone; ao contrário, para ela, era uma grande vitória, já que o considerava intelectualmente seu superior. Tal qual declarou: “...acerca de todos os autores, de todos os capítulos do programa, era ele quem de longe sabia mais; limitávamos-nos a escutar.” (ibid., p.302).

Entretanto, conforme ressalta Maurice de Gandillac, nos exames Simone mostrou-se:

“...rigorosa, exigente, precisa e bastante técnica... ela era a mais jovem na *promotion*. Apenas 21 anos, três anos mais jovem que Sartre... Como dois membros da banca, Davy e Wahl me contaram mais tarde, não foi fácil decidir se daríamos o primeiro lugar a Sartre ou a ela. Se Sartre mostrou grande inteligência e uma sólida, embora nem sempre exata cultura, todos concordaram que, dentre os dois, ela era o verdadeiro filósofo... Os examinadores ficaram tão impressionados com a precisão da sua expressão filosófica que eles queriam dar a ela o primeiro lugar. Finalmente, eles decidiram dá-lo a Sartre, porque ele era o *normalien* (*estudante da École Normal Supérieure*) e, além disso, estava fazendo o exame pela segunda vez.” (GANDILLAC apud WYATT, 1998, p.2).

Por certo, Gandillac esqueceu-se de acrescentar que, afinal, Sartre era o homem e Simone mulher, o que, na época, com certeza, deve ter pesado bastante na decisão final. Quanto a Simone, tal possibilidade parece não lhe ter passado pela cabeça. Mesmo porque, disse ela:

“Não lamentava por certo ser mulher; tirava ao contrário, grandes satisfações disso... Esse *handicap* dava a meus êxitos um brilho mais raro do que aos estudantes masculinos; bastava igualá-los para me sentir excepcional.” (BEAUVOIR, op. cit., p.267-268).

Vale dizer que Margaret Mead também nunca reconheceu a possibilidade de ter sido “passada para trás” em virtude da sua condição de fêmea. Entretanto,

apesar de toda a fama e sucesso alcançado por ela entre o público americano, Margaret, como outras antropólogas de sua geração, nunca conseguiu um posto mais permanente como docente nas universidades então existentes. Na Universidade de Columbia, onde lecionou antropologia por mais de duas décadas, nunca foi efetivada como docente. E, embora tenha-se associado ao Museu de História Natural de Nova Iorque desde recém-formada, permaneceu como assistente do curador por quase todo o tempo, só chegando a curadora nos últimos anos de sua vida.

Mas Margaret admite ter sofrido discriminação, por ser mulher, quando planejava sua ida para Samoa. Franz Boas hesitou muito em mandar uma mulher tão jovem para tão longe estudar “tribos primitivas”, e os financiadores não se mostraram promissores; foi o pai de Margaret quem custeou sua viagem. Além disso, seu colega, o antropólogo Edward Sapir, tentou dissuadi-la dizendo que ela faria melhor ficando em casa criando filhos do que indo para os Mares do Sul estudar jovens adolescentes. Ela não deixou por menos; respondeu-lhe com um poema.⁴

Não custa observar que, a essa época, Margaret já estava casada com Luther Cressman, seu primeiro namorado, com quem se casara logo após concluir o bacharelado em psicologia. Tratava-se, porém, de um casamento pouco convencional, pelo menos para a época. A começar pelo fato de que, contrariando os costumes vigentes, Margaret não adotou o sobrenome do marido. Além disso, pouco tempo depois do casamento, Luther partiu para a Europa, para cursar o Mestrado, enquanto Margaret seguiu para Samoa, onde permaneceu por mais de um ano. Isso, é bom lembrar, na década de 20, o que deve ter causado muitas sobranceiras levantadas... Na opinião de Margaret, contudo, tratava-se de um casamento perfeito: “Eu tinha o que eu pensava querer – um casamento que contrastava bastante com o de minha mãe, um casamento no qual parecia não haver obstáculos para eu ser eu mesma.” (MEAD, 1972, p.123).

Não obstante, esse “casamento perfeito” não duraria muito tempo. Na volta de Samoa, a bordo do navio, Margaret conheceu o antropólogo australiano Reo Fortune. Pouco tempo depois, Margaret divorciava-se de seu primeiro marido e, no ano seguinte (em 1928), partia outra vez para o campo. Desta feita para a Manu (na Nova Guiné), ao lado de Reo Fortune com quem veio a se casar a caminho, na Austrália.

Essa estadia em Manu, onde Margaret dedicou-se ao estudo das práticas nos cuidados com crianças, resultou no livro *Growing Up in New Guinea*, publicado pela primeira vez em 1930. No ano seguinte, Margaret e Reo embarcavam novamente para a Nova Guiné. Passariam ali mais dois anos estudando, primeiro os Arapesh da Montanha, depois os Mundugumor e, por fim, os Tchambuli, povos que acabaram entrando para a história dos estudos feministas.

Com efeito, *Sexo e Temperamento*, fruto desse estudo, permanece um clássico nesse campo de estudos. Trata-se, como se sabe, de uma primeira tentativa de problematização das identidades sexuais a partir de uma perspectiva comparativa, transcultural, que nos permite vislumbrar a construção social do masculino e feminino. Mais precisamente, nesse trabalho, Margaret procura demonstrar o papel da cultura no sentido da estandarização de tipos temperamentais e na modelagem de indivíduos – homens e mulheres – de acordo com um determinado tipo ou tipos ideais, que podem variar de uma sociedade (ou cultura) para a outra. Assim, Margaret argumenta que, enquanto para a sociedade Arapesh o temperamento ideal é aquele tido nas sociedades ocidentais como “naturalmente feminino”, entre os Mundugumor ocorre o inverso, ou seja, tem-se como ideal o temperamento que identificamos como “naturalmente masculino”. Já no caso dos Tchambuli, tem-se dois temperamentos ideais, um para homens, outro para mulheres. O curioso é que esses temperamentos são exatamente o reverso da medalha das sociedades ocidentais. Em outras palavras, entre os Tchambuli, o temperamento ideal para os homens é aquele que reservamos às mulheres – passivo, receptivo – ao tempo em que o temperamento ideal feminino é aquele que se espera dos homens ocidentais – agressivo e dominante, por exemplo. É, pois, com base nessas observações que Margaret conclui:

“... não temos mais bases para falar desses aspectos do comportamento como sendo determinados pelo sexo... O material estudado sugere que podemos dizer que muitos, se não todos, os traços de personalidade que identificamos como masculino ou feminino são tão determinados pelo sexo quanto as vestimentas, maneiras ou o tipo de chapéu que uma sociedade a um determinado período designa para cada sexo.” (MEAD, 1968a, p. 259-260).

Por certo, hoje é fácil reconhecermos nessas conclusões que Margaret falava de *gênero*. Mas suas afirmativas eram certamente bastante revolucionárias para os anos 30. Tanto, aliás, que lançou-se uma “cortina de fumaça” nas suas conclusões, encobrendo o problema central tratado por ela: a desnaturalização das identidades sexuais. Preferiu-se, ao invés, fazer críticas às “coincidências fortuitas” que Margaret pareceu encontrar, questionando-se: não seria coincidência demais encontrar precisamente três culturas que se adequavam perfeitamente ao modelo proposto? Não estaríamos apenas diante de uma questão de *wishful thinking* ou de *self-fulfilling prophecy*, ou seja, de ver nas sociedades estudadas somente aquilo que se queria no fundo encontrar?

Décadas mais tarde, em sua autobiografia, Margaret ressaltaria que embora as coincidências encontradas tivessem sido, de fato, fortuitas – os dados recolhidos e registrados em várias publicações estão lá como confirmação – as conclusões

oferecidas foram tanto fruto das observações em campo, quanto dos intensos conflitos vivenciados por ela, Reo Fortune e Gregory Bateson na própria situação de campo.

Com efeito, a uma série de atropelos e dificuldades inesperadas – impossibilidade de chegar onde pretendiam, bagagem perdida, o pé quebrado de Margaret, intenso calor e nuvens de mosquitos, entre outros problemas – somaram-se as incompatibilidades entre o casal e entre cada um e os povos que estudavam. Reo, de temperamento agressivo, autoritário e impetuoso, enfurecia-se facilmente com a passividade dos homens Arapesh e a “mesmice” da vida na montanha; não gostava dos Arapesh com quem Margaret se identificava. Ela, por sua vez, achou insuportável trabalhar com os Mundugumor que ele tanto apreciava. Não suportava o temperamento agressivo desse povo, sobretudo a maneira que, tanto as mulheres quanto os homens de lá, tratavam suas crianças. Além disso, Reo impunha uma divisão sexual do trabalho no campo na qual cabiam sempre para Margaret, tanto as tarefas ditas “domésticas” quanto as mais tediosas do ofício de etnógrafo (por exemplo, coletar genealogias). Margaret cedia a seus caprichos, mas não sem ressentimentos:

“... eu acreditava então – como ainda acredito – que se é para termos um mundo no qual as mulheres trabalham ao lado dos homens, um mundo em que tanto homens quanto mulheres contribuem com o que têm de melhor, as mulheres devem aprender a não se renderem aos caprichos masculinos, algo que elas fizeram com sucesso enquanto era o papel da mulher, como esposa, manter sua família intacta ou, como amante, confortar seu amado.” (MEAD, 1972, p.189).

Não foi, pois, por acaso que, ao chegarem ao Rio Sepik para estudar os Tchambuli, as divergências entre o casal estivessem a ponto de explodir. E, para piorar a situação, eis que entra em cena Gregory Bateson – que ali já se encontrava desenvolvendo seu trabalho de campo entre os Iatmul. Ele não só se associa a Reo e Margaret no estudo em curso, mas, como se poderia prever, torna-se, rapidamente, o vértice de um novo triângulo. Um triângulo não só amoroso, mas também entre sexos e temperamentos opostos, que se debatiam nos três metros quadrados de uma sala improvisada no meio de uma floresta tropical. Resultado: antes mesmo de sair *Sexo e Temperamento*, Reo saía da vida de Margaret, abrindo espaço para que ela vivesse o romance com Gregory, iniciado no conturbado período passado na Nova Guiné.

Em 1936, Margaret e Gregory se casam e instalam-se na Ilha de Bali, com o propósito de estudar o caráter balinês a partir de novas metodologias e técnicas de campo, notadamente, do uso do filme e da fotografia. O produto

desse trabalho de dois anos, *Balinese Character: A Photographic Analysis* (BATESON; MEAD, 1942), de autoria conjunta do casal, tornou-se um clássico da antropologia visual; é o primeiro trabalho que se aplica ao uso sistemático das imagens no estudo da cultura.

Mas se, por um lado, o trabalho de Margaret e Gregory em Bali fez história na antropologia, por outro, representou o fim da carreira de Margaret como *field ethnographer*; pelo menos no que tocava a longas estadias no campo. Um dos principais motivos para isso foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial; o outro, talvez ainda mais pertinente, foi o nascimento, em 1939, da sua filha, a também antropóloga Mary Catherine Bateson.

Confessou Margaret que, com a vivência da maternidade, concretizou um velho sonho: ela sempre gostou de crianças. Cedo, porém, os médicos disseram-lhe que ela não teria condições de levar uma gravidez a termo. Contudo, na Nova Guiné, vivendo entre os Mundugumor, decidiu-se a tentar ter um filho de qualquer maneira. Nas suas palavras:

“...quando fomos para Mundugumor, eu vi pela primeira vez o que a recusa ativa às crianças podia fazer de uma sociedade. (...) E assim eu comecei a ter esperanças – não muito logicamente, mas como uma certa congruência emocional – que talvez eu pudesse ter um filho, que talvez eu pudesse manejar as coisas.” (MEAD, 1972, p.245-246).

Sucessivas tentativas de concretizar esse desejo viram-se interrompidas por abortos espontâneos. Não foi, pois, sem motivos que Margaret acabaria por valorizar a maternidade como “destino da mulher”, reforçando, mesmo não intencionalmente, a imagem da mulher “mãe natureza”, central à chamada “mística feminina”. Conforme aponta Betty Friedan (1964, p.134):

“A visão que a mística apropriou de Margaret Mead foi de um mundo no qual as mulheres, simplesmente por serem mulheres e parirem, ganharão o mesmo respeito dado aos homens por suas criativas realizações – como se possuir um útero e seios obtivesse para as mulheres uma glória que os homens jamais poderão conhecer, muito embora eles possam trabalhar a vida toda para tanto.”

Sem dúvida, essa imagem de mulher salta não só das páginas de *Macho e Fêmea*, como também das colunas escritas mensalmente por Margaret para *Redbook*, uma das principais revistas dirigidas ao público feminino americano das camadas médias. Mas – é preciso ressaltar – tais colunas serviram também como veículo importante para a disseminação, na sociedade americana, das idéias de Margaret sobre práticas educativas infantis “alternativas”, bastante avançadas para a época.

De fato, contrária às práticas de maternagem então em voga, Margaret negou-se ao uso da mamadeira para a filha, não aceitando também impor-lhe horários de alimentação rígidos, recomendados pela pediatria americana. Optou, ao invés, por seguir o exemplo das mulheres Arapesh, amamentando a filha ao seio e adaptando-se ao próprio biorritmo da criança. Foi uma das principais precursoras do movimento de retorno à amamentação ao seio, que difundiu-se nos anos 40 entre mulheres das camadas médias americanas. Para tanto, contribuiu o fato dela ter, como pediatra de sua filha, o renomado Dr. Benjamim Spock. Ele dobrou-se à vontade de Margaret, acompanhando as suas experiências na amamentação da filha e difundindo os resultados nos manuais que guiariam a geração de mães do *Baby Boom*.

Margaret baseou-se ainda na sua própria vivência da maternidade para fazer ver a outras mulheres que era possível levar adiante uma vida profissional sem abdicar, necessariamente, de uma vida em família. Contudo, esqueceu-se de admitir que isso só se tornara possível para ela por desfrutar de privilégios de classe que facilitavam a conciliação dessas duas vidas. Diferente da grande massa de mulheres trabalhadoras, Margaret pôde contar com o apoio de uma governanta que encarregava-se dos cuidados com a criança, enquanto ela dedicava-se às atividades acadêmicas e ao seu trabalho no museu. Além disso, ciente das limitações impostas às mães numa estrutura doméstica nos moldes da família nuclear, Margaret procurou organizar a família em arranjos domésticos alternativos. Até que a filha se casasse, compartilhou residência e cuidado dos filhos com outros colegas de profissão, o que provou ser fundamental para levar sua carreira adiante, sobretudo depois que o casamento com Gregory desabou e ela viu-se na condição de mãe, chefe de família.

Esse terceiro e último desenlace na vida de Margaret teve como pano de fundo a Segunda Guerra. Além de impor períodos prolongados de separação entre o casal – Gregory era cidadão inglês e foi obrigado a retornar à Inglaterra a serviço do seu país – a guerra retardou, ainda mais, o deslanchar da carreira profissional de Gregory. Enquanto isso, a de Margaret, já consideravelmente adiante da dele, avançou em ritmo ainda maior. Para fazer frente às despesas da família, Margaret aceitou trabalhar para o governo americano ao lado de Ruth Benedict, ganhando destaque e projeção em outros âmbitos. Aparentemente, isso feriu o orgulho masculino de Gregory. Em 1947, ele se separou de Margaret e mudou-se para a Califórnia. Lá, casou-se com outra e lançou-se numa carreira longe da sombra da renomada Margaret Mead.

Segundo a própria filha do casal, Mary Catherine Bateson (1985), esse foi um golpe sentimental do qual Margaret nunca se recuperou completamente. Em 1948, portanto, quando Margaret debruçava-se sobre as páginas de *Macho e Fêmea*,

as feridas da separação ainda eram bastante recentes. Senão vejamos: teria sido simplesmente ao acaso que Margaret retomou ali o fio da meada iniciada com *Sexo e Temperamento* quatorze anos antes, quando seu romance com Gregory florescera? E por que agora uma quase total viravolta de pensamento, insistindo em dar ênfase às diferenças entre os sexos? Seria para apaziguar o ‘orgulho masculino ferido’ de Gregory que Margaret ressaltaria, em *Macho e Fêmea*, os atributos biológicos, reprodutivos da mulher, valorizando-os mais do que sua capacidade criativa?

Lançadas tais questões, façamos aqui uma pausa na vida de Margaret para voltarmos a Simone. Que possíveis caminhos, eventos e crises pessoais estiveram por trás do traçado de *O Segundo Sexo*? Até agora, chegamos apenas ao momento em que Simone e Sartre se conhecem e obtém a cátedra de filosofia na Sorbonne. Retomemos, pois, a partir daí.

Estamos, então, no início da década de 30, que começa com os reflexos do impacto da quebra da Bolsa de Nova Iorque e o mergulho na Grande Depressão e vai terminar com a segunda guerra mundial. Este será um período em que Simone dedica-se ao ensino da filosofia como professora de segundo grau em liceus em Marselha e Rouen e, por fim, em Paris⁵. Sarah Hirschman, uma antiga aluna de Marselha, ainda guarda lembranças de Simone nessa época:

“Ela apareceu de blusa de seda lilás e saia plissada. Jovem, sua cabeleira penteada para cima e mantida por pentes contrastava com seus olhos claros, de pálpebras sombreadas de azul. Durante anos, nossas professoras tinham sido mulheres de coque, empertigadas, sem idade. A Srta. de Beauvoir pareceu-nos de um incrível *glamour*.” (HIRSCHMAN apud SCHWARZER, 1985, p.20).

É interessante observar que tal descrição se coaduna às observações registradas no “Diário de Chantal”, uma das cinco histórias que compõem o romance *Quando o Espiritual Domina*, escrito por Simone entre 1935 e 1937, mas só publicado em 1979.⁶ Tal qual Simone na época, Chantal é professora de filosofia num liceu de província, e se orgulha de ser diferente de suas colegas de cátedra:

“Quando chego ao liceu, toda penteada e bem pintada e com uma blusa do tom ruivo de certos crisântemos, sinto fixar-se em mim o olhar cheio de reprovação de minhas colegas e o olhar um pouco maravilhado das alunas, que devem achar-me meio irreal. Adoro descer as escadas correndo, sob o olhar escandalizado das inspetoras.” (BEAUVOIR, 1980, p.57).

No prefácio desse livro, Simone admite que muito dela própria – das experiências vividas por ela – está contido ali. No entanto, Chantal certamente não representa Simone: apesar de levar uma vida aparentemente “livre”, Chantal

se mostra moralista, negando-se inclusive a apoiar – repreendendo, aliás – uma de suas alunas que, vendo-se diante de uma gravidez não desejada, busca socorro.

Ressalte-se que já a essa época, ao contrário de Chantal, Simone rompia com os ditames da moral francesa ao viver “livremente” sua relação com Sartre. Tratava-se, na verdade, de uma relação bastante revolucionária: Simone e Sartre recusavam-se não só a um casamento formal, mas também a viver “em união livre” juntos numa mesma casa. Recusavam-se, inclusive, a montar casas separadas, preferindo viver em hotéis, em quartos separados, encontrando-se nas refeições:

“...se o que chamam de união livre reproduz as condições do casamento – isto é, que se tem um mesmo local onde tomamos todas as refeições juntos – a mulher desempenha, apesar de tudo, seu papel feminino tradicional e a diferença com o casamento é mínima. Ao passo que nós adotamos um modo de vida muito leve, que nos permitiu morar às vezes sob o mesmo teto sem, apesar disso, vivermos juntos. Por exemplo, quando éramos muito moços, morávamos num hotel e comíamos num restaurante, seja juntos, seja com amigos. Passávamos também as férias juntos, mas apenas em parte. (...) Essa espécie de liberdade que mantivemos na vida diária teve muita importância. Evitou-nos ver interpor-se entre nós a rotina esterilizante da vida quotidiana. Na verdade, creio que isso foi mais importante que não nos casarmos.” (SCHWARZER, 1985, p.50).

Simone e Sartre estiveram também na vanguarda dos chamados “casamentos abertos”, abrindo-se para relações contingentes sem subterfúgios. Esse foi o caso da relação vivida por Sartre com Olga Kosakiewicz. Durante os primeiros anos da Segunda Guerra, numa Paris ocupada pelos nazistas, Simone e Sartre viram-se obrigados a compartilhar residência, abrigando também Olga, uma aluna de Sartre, sob seu teto. É nessas condições que forja-se um triângulo amoroso, difícil de ser vivenciado por Simone.⁷

Com efeito, *A Convidada*, o primeiro romance de Simone a ser publicado (em 1943), retrata de uma forma ficcionalizada os conflitos vivenciados por ela, Sartre e Olga nesse período. Mais especificamente, esse romance descreve a gradual destruição da relação entre um casal trazida pela prolongada “visita” de uma jovem em sua casa. No entanto, este será apenas o pano de fundo sobre o qual Simone discorrerá sobre os temas centrais do existencialismo, notadamente, a difícil questão da relação entre consciências: ela faz ver que cada consciência individual é sempre predadora em relação a uma outra consciência.

Por certo, essa é uma das questões centrais tratadas por Sartre em *O Ser e o Nada*, obra publicada também em 1943. E, como se sabe, é Sartre quem a partir daí conquistará os louros como filósofo maior do existencialismo; Simone, para a filosofia, será apenas sua “sombra”.

Todavia, estudos recentes têm questionado se esse era realmente o caso. Analisando diários e a correspondência de Simone, muitos estudiosos conferem-lhe hoje – e merecidamente – o título de “filósofa”, propondo inclusive ser ela quem de fato alimentava com idéias originais os escritos de Sartre, e não o reverso. Segundo Margaret Simons (apud WYATT, 1998), a prova para tanto encontra-se em trechos não publicados do seu diário, principalmente o escrito em 10 de julho de 1927 – portanto, dois anos antes de conhecer Sartre – onde Simone afirma: “Preciso retrabalhar minhas idéias filosóficas... me aprofundar nos problemas que mais me interessam... O tema é quase sempre essa oposição entre um ser e outro, que eu senti desde que comecei a viver.” (BEAUVOIR in WYATT, 1998, p.5).

Trabalhando também com os diários não publicados e a correspondência de Simone, Edward e Kate Fullbrook observaram que Sartre havia lido um primeiro manuscrito de *A Convidada*, antes de escrever *O Ser e o Nada*. Concluíram, assim, que várias das questões abordadas por Simone naquele romance filosófico – relações entre consciências, o corpo, a má consciência, entre outras – não poderiam ser portanto apenas aplicações das idéias de Sartre: “Beauvoir e não Sartre era a força intelectual atrás de algumas das idéias chaves que caracterizaram o existencialismo francês na sua fase de maior influência.” (FULLBROOK; FULLBROOK apud WYATT, 1998, p.5).

Independente da controvérsia que tais conclusões possam ter gerado (ou vir ainda a gerar), importa aqui observar que a própria Simone afirmava que Sartre era o filósofo, ela apenas uma escritora e ensaísta. Na verdade, conforme observa Christopher S. Wyatt (ibid., p.2), “...um dos aspectos mais problemáticos da vida de De Beauvoir é sua absoluta devoção a Sartre, uma devoção sem explicações. Ela se referia a si própria constantemente como ‘discípula’ de Sartre.”

No entanto, ainda durante a Segunda Guerra, Simone dará início a uma fase em sua vida intelectual, por ela própria caracterizada como “fase da moral”, que será dedicada ao desenvolvimento de seus próprios princípios filosóficos. Assim, em *Pyrrhus e Cineas* – um ensaio publicado em 1944 – Simone trata da questão da liberdade e escolha individual. Este será também um dos temas abordados por ela em *A Ética da Ambigüidade*. Publicado originalmente em 1947 e considerado seu maior ensaio filosófico, *A Ética* trata de uma ontologia – uma descrição da existência – que, ao recusar absolutos, se distancia da ontologia de Sartre.⁸ Nesse ensaio, Simone vale-se de uma análise do processo de desenvolvimento psicológico do ser humano em suas diferentes fases (infância, adolescência, maturidade), para argumentar que a “má consciência” (ou “má-fé”) da qual fala Sartre referindo-se ao “enganar-se a si próprio”, não se aplica a todas as circunstâncias – a saber, àquelas em que o indivíduo não pode reconhecer o potencial de liberdade numa dada situação – tal qual ocorre com os indivíduos

na infância, quando estão orientados para o mundo dos outros (os adultos). Argumento igual será utilizado por ela em *O Segundo Sexo* em relação às mulheres: por estarem orientadas para o mundo dos homens, as mulheres são impedidas de reconhecer a liberdade de escolha. Nessas instâncias, portanto, a “má consciência” não se aplica.

Na sua chamada “fase da moral”, Simone se dedicará também à escrita de outros romances existencialistas: *O Sangue dos Outros* (1945) e *Todos os Homens São Mortais* (1946), ambos tendo como cenário a Segunda Guerra Mundial. Como acontece em quase todos seus romances, Simone, também nesses, baseia-se em suas próprias experiências, desta feita naquelas vivenciadas por ela apoiando a *Résistance* numa França ocupada. Em *O Sangue dos Outros*, por exemplo, Simone volta-se para os conflitos vivenciados pela personagem Jean, um líder da *Résistance* que vê seus companheiros morrerem por seguirem suas idéias e obedecerem seus comandos.

Vale dizer que, embora esse livro não seja necessariamente autobiográfico, a relação entre Jean e Helene, ali retratada, inspira-se, por certo, nos próprios conflitos – em torno da amizade, lealdade e o amor – vivenciados por Simone e Sartre. Nesse ponto, cabe esclarecer que durante o período passado por Sartre nos Estados Unidos entre 1944-45 (ou seja, mais ou menos no período em que Simone escrevia o romance em questão), ele apaixonou-se por uma mulher a ponto de provocar sérias dúvidas e angústias em Simone quanto à confiança mútua na qual se baseava o relacionamento dos dois. Assim declarou Simone, quando perguntada se alguma vez duvidara se ela era, de fato, a pessoa mais importante na vida de Sartre:

“Sim. Uma vez. Contei em minhas *Memórias*. Vacilei um minuto porque não conhecia a outra... Era Dolores – chamo-a M. em minhas *Memórias* – e aconteceu na América, nos anos 44-45. Na época da grande explosão sentimental de após-guerra. Ele falava dela com tanta amizade e estima, que me perguntei num momento: ela não estaria mais próxima dele que eu? Perguntei-lhe. E ele me respondeu: é com você que eu estou!” (SCHWARZER, 1985, p.106).

Esse momento de dúvida vivenciado por Simone é representado no quinto capítulo de *O Sangue dos Outros*; ali, porém, não é Helene e sim o próprio Jean (uma alusão à Jean-Paul Sartre?) que se questiona e debate sobre seus sentimentos pela companheira: “‘Eu preciso de ti porque te amo’, eu lhe disse. Você estava nos meus braços e meu coração pesava com os ecos festivos da minha covardia e porque eu estava mentindo para você.” (BEAUVOIR, 1986, p.160).

Não custa observar ainda que esse mesmo capítulo gira em torno de um aborto provocado por Helene. Poder-se-ia então perguntar: estaria Simone ali evocando suas próprias experiências com o aborto que ela, décadas depois,

declarou ter realizado?⁹ Diga-se de passagem que, em suas autobiografias, Simone não discute essa experiência. E, mesmo em *O Sangue dos Outros*, ela optou por retratá-la a partir da perspectiva de Jean; ele se culpa e se angustia pelo sofrimento imposto a Helene. “É fácil pagar com o sangue dos outros.” (BEAUVOIR, 1986, p.157).

Com o fim da Segunda Guerra, Simone e Sartre aliam preocupações políticas às filosóficas. Em 1945, fundam juntos o periódico *Les Temps Modernes* (título inspirado no filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin), que será o principal veículo de publicação dos seus ensaios e de outros intelectuais do seu círculo, muitos dos quais agora em franco namoro com o marxismo e os partidos de esquerda. Em tempo, a própria Simone se verá defendendo ali os governos da União Soviética e China Maoísta e criticando o capitalismo, principalmente o americano.

Em 1947, Simone viaja para os Estados Unidos, onde passa cinco meses. Essa estadia reforça suas críticas sobre a sociedade americana, registradas em *Os Estados Unidos Dia a Dia*, ensaio publicado em 1948. Contudo, o mais importante dessa viagem de Simone aos Estados Unidos é seu encontro com o escritor norte-americano Nelson Algren.¹⁰ Eles se conhecem em Chicago, em fevereiro de 1947 (quando ela estava com 39 anos e ele com 38), e se apaixonam. Trata-se de uma paixão mútua inebriante, retratada por Simone em parte – e num tom moderado – tanto no ensaio autobiográfico *A Força das Coisas* quanto no romance *Os Mandarins* (Prêmio Goncourt de 1954), mas cuja real intensidade só será revelada com a publicação póstuma da sua correspondência com Algren.¹¹

Em Chicago, Simone vai morar no apartamento – “...sem banheiro e sem geladeira, num beco cheio de latas de lixo fedorentas...” (BEAUVOIR, 2000) – de Algren, freqüentando, com ele, os bares e *nightclubs* pouco recomendados da cidade. Em maio de 47, Simone tem que retornar a Paris; escreve, porém, cartas apaixonadas para Algren, quase diariamente:

“Sexta-feira 23 de maio de 1947

Eu fui para a cama às 10 e não havia um homem maravilhoso me impedindo de dormir. Eu dormi até às 12 do dia seguinte... Estou lhe escrevendo com a caneta vermelha que você me deu; eu estou com seu anel no meu dedo. É a primeira vez que uso um anel e todos aqui em Paris ficaram estarecidos... (Eu espero ansiosamente por suas cartas, sinto sua falta, sabe, sinto falta dos seus lábios, suas mãos, de todo seu corpo quente, seu rosto e seus sorrisos, sua voz. Sinto sua falta. Mas eu gosto de sentir fortemente a sua falta, porque me faz sentir fortemente que você não é um sonho, você é real, você existe e eu o verei de novo. Há uma semana nós estávamos juntos num quarto em Nova Iorque. Vai ser uma eternidade até eu encontrá-lo de novo.) Eu beijo seu rosto querido, seus doces lábios dos beijos mais adoráveis. Sua Simone... Aqui seguem umas florzinhas da França que eu colhi para você.” (BEAUVOIR, 2000).

Apesar da intensa paixão, o caso entre Simone e Algren está fadado a chegar ao fim. Ele quer que ela deixe Paris e vá viver como sua “esposa” em Chicago; ela quer que ele aprenda francês e mude-se para Paris. Em ambos os casos, isso implicaria em prejuízos para a carreira profissional de cada um. Algren resolve então colocar um fim no relacionamento, sobretudo porque Simone teima em manter-se fiel ao pacto feito com Sartre e recusa-se a abandoná-lo.¹²

Importa aqui ressaltar que será justamente durante os dois anos (1947-49) do conturbado relacionamento com Algren que, acolhendo sugestão do próprio Sartre, Simone dedica-se à elaboração de *O Segundo Sexo*. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que Simone escreve cartas apaixonadas a Algren – e chega até mesmo a contemplar um casamento com ele – ela destrincha passo a passo o “tornar-se mulher”, o ser o “outro”, e propõe às mulheres uma vida de independência, longe do casamento e da maternidade. Cabe, pois, perguntar: incoerência? Uma verdadeira “ética da ambigüidade”? Ou, ao contrário, uma atitude consistente e lógica? Num momento em que Simone diz sentir-se totalmente “mulher”, num momento em que ela sente sua independência e liberdade ameaçadas pelo “amor”, não seria de fato fundamental voltar-se precisamente para a *questão da mulher*?

UM DIÁLOGO POSSÍVEL¹³

A bem ou mal, porém, chegamos a 1949 – ano em que são publicados tanto *Macho e Fêmea* quanto *O Segundo Sexo* e Margaret e Simone se encontram em Paris, na recepção oferecida por Claude Lévi-Strauss. Nesse momento, portanto, deixemos suas vidas e seus amores de lado, para que elas dialoguem sobre essas obras:

SB: *Dra. Mead, bem vinda a Paris. É um grande prazer conhecê-la.*

MM: *Obrigada, mas o prazer é todo meu. Olha, me chame de Margaret e, se você não se importar, vou chamá-la de Simone. Tudo bem?*

SB: *Ótimo, podemos deixar de lado as formalidades. Assim fica mais fácil confessar-lhe que, infelizmente, só agora é que tive acesso aos seus livros, *Sexo e Temperamento* e *Macho e Fêmea*.*

MM: *Bem, o mesmo acontece comigo em relação a *O Segundo Sexo*.*

SB: *Já que estamos sendo francas, tenho que lhe dizer que gostei muito mais do seu livro *Sexo e Temperamento*. E, como você sabe, não estou sozinha nessa opinião.*

MM: *É, as feministas tendem a pensar assim... Celebraram muito Sexo e Temperamento, mas não têm poupado críticas a Macho e Fêmea. Imagine que chegaram ao ponto de dizer: "O estilo em que esse livro foi escrito, com seus embelezamentos liberais sobre a natureza do homem e da mulher, coloca-o mais apropriadamente nas prateleiras de um supermercado do que nas estantes de um cientista."* (SANDAY, 1980, p.343).

SB: *Pelo menos, embora severas, as críticas que você tem recebido são bem educadas. O mesmo não se pode dizer do que eu tenho ouvido em relação ao meu trabalho...*

MM: *É verdade. Aliás, confesso que fiquei pasmada ao tomar conhecimento das críticas desrespeitosas que tem-lhe sido feitas, a torto e a direita, sobre a suposta "imoralidade" do seu trabalho. E só porque fala sobre sexo – principalmente sobre a sexualidade das mulheres...*

SB: *Olha, você nem pode imaginar o baixo nível. "Recebi epigramas, cartas, sátiras, molestações, exortações que me dirigiam, por exemplo 'membros muito ativos do primeiro sexo'. Insatisfeita, frígida, priápica, ninfomaniaca, lésbica, cem vezes abortada, fui tudo, até mãe clandestina. Ofereciam curar-me a frigidez, saciar meus apetites de gula, me prometiam revelações em termos grosseiros, mas em nome da verdade e da beleza, do bem, da santidade e até da poesia, indignamente devastadas por mim... Também Mauriac. Escreveu a um dos colaboradores de Temps Modernes: 'Aprendi tudo sobre a vagina da vossa patroa'."* (BEAUVOIR, 1999, p.16).

MM: *Nossa, que absurdo! Que falta de respeito! Se lhe serve de consolo, acabo de ler O Segundo Sexo e fiquei impressionada com a amplitude dos temas tratados e do minucioso destrinchar da situação das mulheres francesas que você faz. E gosto da maneira como você desenvolve seu argumento. Começa com as diferenças biológicas. Trata-se, outrossim, de um tratado certamente dos mais sérios, se bem que eu não concorde com tudo que ali foi dito.*

SB: *Pois é, veja como são as coisas. Tanto em Coming of Age in Samoa, como em Sexo e Temperamento e Macho e Fêmea, você também aborda a questão da sexualidade feminina e não foi alvo das críticas que sofri. É de se admirar, visto que a sociedade americana, apesar de conceder maior liberdade às mulheres, é tida como sendo muito mais moralista que a francesa... Mas talvez as críticas a mim dirigidas não resultem tanto do fato de eu falar sobre sexualidade, mas sim de falar sobre as relações de poder entre homens e mulheres, questão ainda mais delicada. Curiosamente, você não aborda essa questão nas suas obras, fica só nos "papéis sexuais"...*

MM: *Bem, isso é verdade. Mas não era bem sobre isso, sobre relações de poder que eu estava interessada em analisar naquele livro. Como você talvez saiba, minhas atenções têm geralmente se voltado para a análise da tensão entre o biológico e o cultural. Mais precisamente, me interesse*

pelo estudo da relação entre cultura e personalidade de uma perspectiva transcultural, para demonstrar a plasticidade da natureza humana. Foi isso que procurei tratar em Sexo e Temperamento.

SB: *Sim, mas você não concorda que os seus achados, por exemplo, a ampla variação cultural que você encontrou entre definições do masculino e feminino, são de importância fundamental para as lutas feministas?*

MM: *Olha, isso pode até ser verdade; mas o meu estudo “não é um tratado sobre os direitos das mulheres, nem uma investigação sobre os fundamentos do feminismo. É, pura e simplesmente, um relato de como três povos primitivos agrupam suas atitudes sociais sobre temperamentos em torno dos fatos mais óbvios das diferenças sexuais” (MEAD, 1968a, p.13-14). Aliás, eu acredito que: “toda a discussão sobre a posição da mulher, sobre a escravização ou emancipação da mulher, obscura a questão básica – o reconhecimento de que a lógica cultural por detrás das relações humanas é a maneira em que os papéis dos dois sexos são concebidos e que o menino é tão modelado por uma ênfase local específica quanto o é a menina.” (ibid., p.15).*

SB: *Olha, nesse último ponto eu concordo com você inteiramente. Quando eu afirmo em O Segundo Sexo, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, deve ser subentendido que também “não se nasce homem, torna-se homem”. Em outras palavras, concordo com você que os papéis e identidades sexuais, a masculina como a feminina, são construções sociais elaboradas diferentemente em cada cultura. Mas para mim, desde o início da humanidade e em todas as sociedades até o presente, as mulheres têm sido “o outro”, o objeto, enquanto os homens se fazem sujeitos. O feminino é sempre subordinado ao masculino.*

MM: *Bem, aí eu discordo de você, Simone. Meus estudos têm demonstrado que: “enquanto cada cultura tem institucionalizado de alguma forma os papéis de homem e de mulher, isso não tem se baseado necessariamente no contraste entre as personalidades prescritas para os dois sexos, nem em termos de dominância e submissão.” (ibid., p.16).*

SB: *Isso pode ser até verdade nas sociedades que você tem estudado. No entanto, numa perspectiva histórica, acho impossível negar que as relações entre homens e mulheres têm se estruturado em termos de dominância e submissão. Eu tento mostrar isso no meu capítulo sobre ‘História’.*

MM: *Olha, Simone, você trouxe à baila uma questão que eu vejo como problemática no seu tratado. Creio que, embora fazendo críticas a Engels, você abraçou a perspectiva evolucionista*

que ele próprio adotou de Morgan, inclusive com erros históricos e etnográficos... Acho mesmo que na sua discussão da história da relação entre homens e mulheres no capítulo aludido, faltou-lhe uma perspectiva antropológica, transcultural. Desculpe-me, mas acho que a sua "história" está um pouco furada. Não leva em consideração a grande variação cultural.

SB: *Bom, eu admito ter "escoregado" um pouco aqui e ali, na tentativa de entender a situação da mulher na história humana como um todo. Mas, na verdade, não é minha preocupação em O Segundo Sexo reconstruir essa história, e sim analisar a condição feminina na atualidade, particularmente como é o "tornar-se" e "ser mulher" na sociedade francesa contemporânea. Por isso, não dava para me debruçar muito na questão da diversidade cultural. Mesmo porque, independente das variações, sustento que, tomando a história humana na sua totalidade, as mulheres têm sido de fato o "outro". Não há como negar.*

MM: *Assim mesmo, você faz pouco uso da literatura antropológica, principalmente da etnográfica. Sei que talvez muita coisa que tem saído nos Estados Unidos e na Inglaterra sobre isso não é traduzido para o francês. No entanto, sei também que você tem visitado muito os Estados Unidos nesses dois últimos anos. Poderia ter aproveitado para fazer uma consulta às nossas bibliotecas (a da Universidade de Chicago, por exemplo, é ótima). Você poderia ter lido Malinowski, por exemplo. E, modestia à parte, se você tivesse feito essa consulta, com certeza teria encontrado meu livro Sexo e Temperamento lá, ou mesmo Coming of Age in Samoa e veria que a sua "história" tem alguns furos...*

SB: *Bem, nisso você tem razão. Como é que eu passo mais de 5 meses nos Estados Unidos e não consulto a bibliografia lá existente? Com certeza, tal consulta poderia ter me ajudado. Aliás, Sexo e Temperamento teria me oferecido muito material, que de fato me faltou, para argumentar que não se nasce, torna-se mulher. Principalmente no capítulo da psicanálise. No fundo, porém, eu tenho um problema com a literatura antropológica. De um modo geral, os antropólogos, você inclusive, operam com a lógica da complementaridade dos papéis sexuais, o que comumente leva-os a ver uma suposta simetria nas relações entre os sexos. No meu entender, contudo, as relações entre homens e mulheres têm sido basicamente antagônicas e hierárquicas, e sempre a favor dos homens.*

MM: *Simone, confesso que tenho sérias dificuldades com a perspectiva existencialista... Acho que leva a razão dualista muito longe. Mas se ao dizer que a mulher tem sido o "outro", você estiver se referindo a menor valorização que historicamente se tem dado às realizações femininas, posso até concordar. Na verdade, minhas investigações têm demonstrado que "em todas as sociedades conhecidas, a necessidade do homem por grandes realizações (você diria, pela 'transcendência') pode ser reconhecida. Os homens podem cozinhar, tecer, vestir bonecas ou caçar passarinhos, mas, se tais atividades são tidas como ocupações*

apropriadas para os homens, então a sociedade como um todo, homens e mulheres igualmente, elegem-nas como importantes. Quando as mesmas atividades são desempenhadas pelas mulheres, elas são vistas como menos importantes. Num grande número de sociedades humanas, a afirmação dos homens em relação ao seu papel sexual está ligada ao seu direito, ou habilidade, de praticar alguma atividade que é negada às mulheres. Na verdade, a sua masculinidade tem que ser subscrita pela proibição das mulheres atuarem no mesmo campo ou realizarem algum feito igual... No caso das mulheres, basta apenas que lhes seja permitido, pelos arranjos sociais vigentes, realizar seu papel biológico para que adquiram o sentido de terem realizado algo irreversível.” (MEAD, 1973, p.168).

SB: *Se é que eu estou entendendo bem, você está dizendo que para a mulher basta apenas “ser”, ao passo que o homem tem que “tornar-se”, tem que “transcender”?*

MM: *É mais ou menos isso. Só que eu estou falando sobre homens e mulheres se definirem em relação às suas identidades sexuais. Tudo indica que é mais fácil para nós, mulheres, nos definirmos em termos do nosso sexo. Repare: “Tanto meninos como meninas são amamentados pela mãe, o que significa que enquanto um sexo recebe uma imagem de comportamento complementar mútuo dentro do seu próprio sexo, o outro – o masculino – encontra inicialmente uma relação complementar com o outro sexo. Bem no início da vida, portanto, coloca-se para o menino a necessidade da diferenciação do ‘self’, enquanto uma aceitação mais relaxada do ‘self’ se mostra para a menina.” (ibid., p.158). Na verdade, “...a vida da fêmea começa e termina com certezas, primeiro com a simples identificação com sua mãe e, por último, com a certeza de que essa identificação é verdadeira, que ela produziu um outro ser humano. O período de dúvida, de inveja do seu irmão é curto, e acontece cedo na vida, seguido por muitos anos de certeza.” (ibid., p.166). No caso dos homens, as coisas não são assim tão simples. A paternidade não é algo óbvio, não basta para a afirmação da masculinidade. Por isso, os homens sempre “...têm que se reafirmar, que tentar, têm que redefinir sua masculinidade”, através de atividades construtivas. Eles têm que conseguir prestígio e reconhecimento social por outros meios (ibid., p.168).*

SB: *Margaret, você toca num ponto que é central ao meu argumento. Só que eu vejo a coisa de maneira diferente. Acho que todo ser humano, homens e mulheres, têm necessidade (e a capacidade) da transcendência, de pro-jetar-se. Mas, em geral, só aos homens têm sido dada a oportunidade de fazê-lo. Tal como expressei em O Segundo Sexo: “Pouco a pouco, o homem mediatizou sua experiência e, em suas representações como em sua existência prática, triunfou o princípio masculino. O Espírito superou a Vida; a transcendência, a imanência; a técnica, a magia; e a razão, a superstição. A desvalorização*

da mulher representa uma etapa necessária na história da humanidade, porque não era de seu valor positivo e sim de sua fraqueza que ela tirava seu prestígio; nela encarnavam-se os inquietantes mistérios naturais: o homem escapa de seu domínio quando se liberta da Natureza.” (BEAUVOIR, [s.d.], p.95). *A mulher não, ela fica presa na Natureza. Porque, sinceramente, parir e amamentar não são realizações humanas, são funções “naturais”, comuns a outras espécies. E o ser humano tem necessidade de transcender-se, tem necessidade de avançar do “ser em si”, da imanência, para o “ser para si”. Poderíamos dizer que ele se liberta da Natureza ao criar a Cultura.*

MM: *Desculpe, Simone, mas acho que a coisa não é assim tão simples. Por exemplo, como você explica o fato de que em um grande número de sociedades se realizam ritos iniciáticos masculinos e, mais que isso, ritos nos quais os homens enulam a menarca, o parto, ou seja, as funções “naturais”, inerentes às fêmeas da espécie? Acho que, se como você afirma, os homens têm necessidade de ‘transcendência’, ou de buscar reconhecimento social, tal necessidade reside na inveja que eles têm das capacidades reprodutivas da mulher. Por isso escrevi em Macho e Fêmea: “...porque aos homens foram negados os frutos do útero, a inveja leva-os a monopolizar os frutos da civilização.” (MEAD, 1973, p.175).*

SB: *Me desculpe, Margaret, mas inveja do que? Vou repetir o que já afirmei: “... engendrar, aleitar não são atividades, são funções naturais; nenhum projeto nelas se empenha. Eis porque nelas a mulher não encontra motivo para uma afirmação ativa de sua existência: ela suporta passivamente seu destino biológico. Os trabalhos domésticos a que está voltada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo. O caso do homem é radicalmente diferente; ele não alimenta a coletividade à maneira das abelhas operárias mediante simples processo vital e sim com atos que transcendem sua condição animal.” (BEAUVOIR, op. cit., p.83-84).*

MM: *Simone, eu posso até concordar com você nisso. Mas só até certo ponto. Há problemas sérios com o seu argumento. Primeiro, você se esquece que, nas sociedades humanas, parir, amamentar, cuidar das crianças não são simplesmente apenas “funções naturais”, mas sim atividades sociais fundamentais à sobrevivência das sociedades e da espécie. Segundo, você assume erroneamente que a maternidade e mais, que a maternagem incapacita as mulheres para outras atividades. Isso não é verdade, não acontece em todas as sociedades. Ao contrário, a antropologia nos mostra que, na maior parte das sociedades estudadas, as mulheres não estão só encarregadas das funções reprodutivas, strictu sensu. Aliás, em todas as sociedades que estudei, as mulheres*

também estão encarregadas de atividades produtivas e, muitas vezes, são responsáveis pela maior parte da produção (ou coleta) destinada à sobrevivência de suas comunidades. Elas também estão produzindo cultura. Ao mesmo tempo, há sociedades em que o que você chama de “funções domésticas” são desempenhadas por homens (entre os Tchambuli, por exemplo).

SB: *Tudo isso pode ser verdade, mas não nega o fato de que as sociedades representam as mulheres em termos de suas “funções naturais”. Na verdade, as mulheres têm sido tomadas, historicamente, como o símbolo arquétipo da Natureza e, assim, como o “outro” da subjetividade masculina. Agora, me desculpe, Margaret, mas você própria exacerba as “funções naturais” da mulher na reprodução. Aliás, segundo as suas considerações, parece que a grande realização humana é parir. Certamente, isso não se aplica à nossa sociedade. Nisso, tenho que concordar com as críticas que Betty Friedan faz a você, quando diz: “Porque o corpo humano é o mesmo nas tribos primitivas dos Mares do Sul e nas cidades modernas, uma antropóloga que começa com uma teoria psicológica que reduz a personalidade humana e a civilização a analogias corporais, pode acabar aconselhando mulheres modernas a viver através dos seus corpos da mesma forma que vivem as mulheres dos Mares do Sul. O problema é que Margaret Mead não conseguiu recriar o mundo dos Mares do Sul para nós vivermos nele, um mundo em que ter um bebê é o máximo da realização humana (Se a reprodução fosse o único fato da vida humana, estariam todos os homens atuais sofrendo de ‘inveja do útero’?) (FRIEDAN, 1964, p. 132).*

MM: *Bom, Simone, se você quer radicalizar, vou lhe confessar uma coisa: acho que você faz uma grande viagem, entra por grandes discussões filosóficas, existencialistas, que não me parecem necessárias. Nesse ponto, creio que a crítica de Shulamith Firestone a você é bastante pertinente. Aliás, concordo quando ela pergunta: “Por que postular um conceito fundamentalmente Hegeliano de Alteridade como explicação final – e depois cuidadosamente documentar as circunstâncias biológicas e históricas que levaram a classe ‘mulher’ a essa categoria – sem considerar mais seriamente a possibilidade muito mais simples e mais lógica, ou seja, que esse dualismo fundamental tenha surgido da própria divisão sexual?” (FIRESTONE, 1970, p.7-8). Além do mais, como argumenta a Ann Foreman, você dá uma volta enorme, mas acaba reduzindo a “alteridade” feminina a um produto da biologia; como diz ela, você acaba caindo no “essencialismo”... (FOREMAN, 1977, p.101).*

SB: *Ai, Margaret, por favor, logo você vem me falar de essencialismo? Logo você que escreve um livro todo para falar das diferenças universais entre homens e mulheres, que vem fazer o “elogio da diferença”?*

MM: *E por que não podemos falar de diferenças? Em Macho e Fêmea, eu quero falar de diferenças.* “Não quero meramente documentar vividamente que povos diferentes podem modelar homens e mulheres ora para um papel, ora para outro, nem mostrar que a modelagem cabe direitinho, tal qual se dá com o treinamento na infância e comportamento adulto... Ao falar sobre homens e mulheres, estarei preocupada com as diferenças primárias entre eles, a diferença nos seus papéis na reprodução. A partir de corpos modelados para papéis complementares na perpetuação da espécie, que diferenças em funcionamento, capacidades, sensibilidades, em vulnerabilidades emergem? Até que ponto o que os homens podem fazer está relacionado ao fato de que seu papel na reprodução se reduz num único ato, e o que as mulheres fazem se relaciona com o fato de seu papel reprodutivo levar nove meses de gestação e, até recentemente, muitos meses a mais amamentando? Qual a contribuição de cada sexo, entendido em si mesmo, e não como uma versão imperfeita do outro?” (MEAD, 1973, p.59). *Diga-me, Simone, que mal há em formular e procurar responder essas questões?*

SB: *Em princípio, Margaret, não há mal nenhum. São questões perfeitamente válidas. Só que o discurso das diferenças entre homens e mulheres sempre foi usado contra nós, ou seja, sempre foi utilizado para nos excluir, marginalizar, nos transformar no “outro”. Acho politicamente perigoso engendrar por esse caminho. Você poderá estar dando muita munição para nos tranca-rem de vez na “alteridade”.*

MM: *Mas se as evidências mostram que existem diferenças? Machos e fêmeas têm papéis diferentes na reprodução espécie.*

SB: *Com certeza, Margaret. No entanto, sabemos que “...uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza; é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere.”* (BEAUVOIR, [s.d.], p.56-57).

MM: *Sem dúvida, “...a humanidade não depende do instinto individual, e sim da sabedoria tradicional de uma dada sociedade.”* (MEAD, op. cit., p.193). *Mas a relação entre biologia e cultura é algo muito complexo. Por exemplo, se, por um lado, “...a nossa*

humanidade descansa sobre uma série de comportamentos aprendidos, tecidos juntos em padrões que são infinitamente frágeis e nunca diretamente hereditários.” (MEAD, 1973, p.191), *por outro, temos que reconhecer que há limitações impostas pela biologia dos sexos.*

SB: *Margaret, eu concordo com você quanto à importância de se levar em conta os aspectos biológicos. Eu nunca neguei isso. Como eu escrevo em meu livro: “A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa no mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana.” (BEAUVOIR, [s.d.], p.57).*

MM: *Olha, a meu ver, uma das coisas que fez, pelo menos nas sociedades contemporâneas, foi certamente desvalorizar nosso importante papel. Com o meu livro, falando das diferenças, eu quero resgatar a nossa auto-estima, dizer que podemos ter ‘orgulho’ de sermos mulheres, que é bom ser mulher; e que nós temos uma contribuição importante a dar. Aliás, “é parte do argumento do livro que as mulheres enxergam o mundo de uma maneira diferente dos homens – e que dessa forma podem ajudar a raça humana a se ver mais completamente.” (MEAD, op. cit., p.51).*

SB: *Margaret, isso até pode ser verdade. Pode, não. É. Mas se as mulheres enxergam o mundo diferente dos homens, não é porque têm hormônios diferentes dos homens – como alguns de seus argumentos em Macho e Fêmea parecem dizer – e sim porque fomos criadas, socializadas para sermos, de fato, diferentes. “Assim, a passividade que caracteriza essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde pequena. Mas é falso pretender que esse é um fato biológico; na verdade, é um destino que lhe impõem seus educadores e a sociedade.” (BEAUVOIR, 1974, p.315). Você própria mostra isso em Sexo e Temperamento. Como é, então? Está negando o que disse ali?*

MM: *De jeito nenhum. Não estou negando nada do que disse anteriormente. Continuo mantendo que temperamento, personalidade, não têm nada a ver com “sexo”. Não existe uma natureza biológica masculina ou feminina em relação a atitudes temperamentais. Em Macho e Fêmea, aliás, faço questão de ressaltar que as sociedades perdem muito ao naturalizar os temperamentos, não dando margem para que as capacidades individuais de homens e mulheres afluam. Ao contrário, as sociedades tendem a impor uma “camisa de força”, tanto nos homens quanto nas mulheres.*

SB: *Mas em Macho e Fêmea, você faz certas afirmativas de “arrepisar os cabelos”. Por exemplo, você fala da “espontaneidade” dos homens e “docilidade” das mulheres como se fossem, de fato, traços naturais a cada sexo. Aliás, você chega até a sugerir que a maternagem é algo “natural” nas mulheres. Refiro-me ao seguinte trecho: “... os homens têm que aprender a querer prover para outros e tal comportamento, sendo aprendido, é frágil e pode desaparecer facilmente sob certas condições em que eles não são mais ensinados efetivamente. Já as mulheres podem ser tidas como mães, a não ser que elas sejam ensinadas a negar suas qualidades de maternagem. Uma sociedade tem que distorcer a noção de self, perverter seus padrões inerentes de crescimento, perpetuar uma série de calamidades ensinadas a elas, antes que elas cessem de querer prover, pelo menos por alguns poucos anos, para a criança que elas já nutriram por nove meses dentro do círculo seguro dos seus corpos.” (MEAD, 1973, p.37). Em outras palavras, você parece afirmar a existência do “instinto maternal”, quando vários estudos mostram que a maternagem é aprendida.*

MM: *Sim, sem dúvida, muita coisa é aprendida: “a mulher que se vê sozinha para cuidar de uma criança... não tem no que se apoiar.” (ibid., p.192). E eu própria tenho estudado e demonstrado a grande variabilidade das práticas de maternagem em diferentes sociedades. Mas tem que haver uma base biológica para a maternagem nas mulheres. Imagine o que seria da humanidade se todas as mulheres, tal como você, se recusassem a parir. O que aconteceria com a nossa espécie? Estaríamos fadados à extinção.*

SB: *Olha, eu sabia que você ia tocar nessa questão – a de eu não querer sujeitar-me à maternidade. Eu estava só esperando por isso. Mas é bom você ter mencionado isso para que eu possa esclarecer bem uma coisa: não é que eu seja contra a maternidade enquanto experiência (se bem que nunca tive pendão para isso). O que eu tento combater é o “mito da maternidade”.*

MM: *E o que você quer dizer por “mito da maternidade”?*

SB: *Por exemplo, a idéia de “...que a maternidade é suficiente, em todos os casos, para coroar a vida de uma mulher. Isso não é verdade. Há um grande número de mulheres que se sentem infelizes, amargas e não satisfeitas.” Você sabe muito bem que: “A relação da mãe com a crianças depende da totalidade da sua vida; depende das relações dela com o marido, com o passado dela, e a ocupação que ela tem; é um erro tão perigoso quanto absurdo tomar a criança como uma panacéia universal.” (BEAUVOIR, 1974, p.582).*

MM: *Sim, mas também há muitas mulheres que realmente apreciam a maternidade. É um erro perigoso dizer que a maternidade representa sempre uma “escravidão” como você sugere em O Segundo Sexo...*

SB: *Olha, eu reconheço que a maternidade não é sempre a mesma coisa em contextos diferentes. Ela não tem que limitar a mulher necessariamente: "...as servidões da maternidade, elas assumem, segundo os costumes, uma importância muito variável: são esmagadoras se impõem à mulher muitas procriações e se ela deve alimentar e cuidar dos filhos sem mais ajuda; se procria livremente, se a sociedade a auxilia durante a gravidez e se ocupa da criança, os encargos maternos são leves e podem ser facilmente compensados no campo do trabalho."* (BEAUVOIR, [s.d.], p.74).

MM: *E você diria que nas sociedades contemporâneas não é assim?*

SB: *Claro que não. Na nossa sociedade a maternidade escraviza as mulheres, impede-as de alcançar a transcendência. Em grande parte, isso se dá em virtude das nossas formas de casamento e das estruturas familiares vigentes. Por isso eu, pessoalmente, me recusei a casar e a ter filhos.*

MM: *Espera aí: eu também nunca aceitei um casamento em que a mulher se subordina ao marido. De jeito nenhum, nem mesmo adotando o sobrenome dele (eu me casei três vezes e nunca mudei meu nome). Também acredito que as estruturas familiares, ou melhor, doméstico-familiares que predominam hoje, sufocam a mulher e não são boas nem para os filhos, nem para o marido-pai. Eu sou mãe, criei minha filha praticamente sozinha, mas sempre procurei arranjos domésticos alternativos.*

SB: *Agora, você defende tanto a maternidade, mas não considera o problema das mães trabalhadoras que não podem ter babás para os filhos. Aliás, nesse ponto, tenho que concordar com muitas críticas feitas a você. Por exemplo, acho que Eleanor Leacock tem toda razão quando diz: "A Dra. Mead nunca se identificou com as lutas das mulheres trabalhadoras por um salário decente, condições de trabalho decentes, e creches adequadas para os filhos. Ela não percebeu que poderíamos ter arranjos sociais que permitissem às mulheres trabalhar na indústria ou em profissões liberais e, ao mesmo tempo, desfrutar da vida no lar com suas famílias. Ao invés, ela viu apenas soluções para mulheres individuais apenas em termos da escolha entre 'carreira' e a 'família'." (LEACOCK, 1981, p.206).*

MM: *Não sei porque você diz isto. A Eleanor Leacock não foi muito justa comigo nessa crítica. Eu sempre disse que era possível ter filhos e uma carreira. Eu fiz isso. Na verdade, quem cai nesse dilema é você: ou maternidade (ficar na imanência), ou carreira (independência ou transcendência). Posto nestes termos, as mulheres só podem 'transcender' se negarem o seu papel na reprodução da espécie, se negarem a sua feminilidade. Nesses termos, a independência feminina pode significar o fim da espécie.*

SB: *Não, Margaret, acho que temos que lutar para transformar as condições em que a maior parte das mulheres vivencia a maternidade. Nas sociedades contemporâneas, as mulheres são*

escravizadas, e a maternidade é um dos fatores que contribuem para isso. Mas eu acredito que: “... quando nós abolirmos a escravidão dessa metade da humanidade junto com todo o sistema de hipocrisia que o sustenta, então a ‘divisão’ da humanidade irá revelar seu genuíno significado e o casal humano encontrará sua verdadeira forma.” (BEAUVOIR, 1974, p.814).

MM: *Bem, nisso eu concordo com você. Só que eu acredito que não é passando por cima das diferenças entre homens e mulheres que nós vamos chegar aí. Ao contrário, acredito que: “Quanto mais nos fizermos perguntas sobre as diferenças entre os sexos para que possamos erradicá-las, ou explorá-las quantitativamente, mais estaremos próximas a encontrar maneiras de eliminá-las, tanto como base das desigualdades e desperdício no mundo, quanto para uma maior diversificação de contribuições para ele.” (MEAD, 1973, p.45).*

SB: *Mas para chegar lá, Margaret, as mulheres ainda têm muito a conquistar. Temos uma longa caminhada à frente.*

MM: *Com certeza.*

SB: *É, e eu me pergunto: será que o que nós estamos discutindo aqui ainda será pertinente? Será que daqui a 50 anos alguém ainda vai prestar atenção às nossas considerações?*

Autora: *Desculpem-me por me intrometer aqui na conversa de vocês. Sei que, com certeza, vocês ainda teriam muito mais idéias para trocar – ambas têm uma vasta obra, muita coisa que nem foi mencionada aqui, além de terem vivido vidas longas e produtivas que, dariam muito assunto para continuar a conversa... Mas, infelizmente, tenho que por um fim nesse diálogo.*

MM: *E as questões que nós colocamos: você não vai responder?*

Autora: *O problema é que nós já extrapolamos o tempo (e espaço) que nos foram concedidos e eu não queria fechar sem antes dar uma palavrinha.*

SB: *Por mim tudo bem. Diga.*

Autora: *Bem, eu preciso confessar-lhes que tive razões pessoais, bastante especiais, para reuni-las aqui. Eu queria prestar-lhes uma homenagem, porque em grande parte, vocês são responsáveis por eu ter chegado até aqui.*

MM: *Como é?*

Autora: *Sim, devo-lhes carinho e admiração, vez que cada uma, à sua maneira, conduziu-me à antropologia e reafirmou minhas convicções feministas. Olha, Margaret, foi através da leitura dos*

seus livros que descobri a antropologia, sobretudo a possibilidade de através do estudo comparativo de diferentes culturas, entender melhor a nossa. No particular, foram suas considerações em Sexo e Temperamento, que me abriram os olhos para a construção social das diferenças entre os sexos – ou seja, que me possibilitaram entender o conceito de gênero, antes mesmo que tivesse um rótulo/termo para identificá-lo.

Mas, certamente, foi você, Simone, com O Segundo Sexo, quem me levou a pensar sobre a construção do ‘ser mulher’ nas sociedades capitalistas contemporâneas como a nossa, e a tomar uma posição radical no sentido da ‘desconstrução’ desse ‘ser mulher.’ Mais que isso, foi você, Simone, quem me ensinou a pensar enquanto ‘sujeito feminista’, e assim, a não me pensar mais como um eterno outro, como objeto – ou melhor dizendo, a lutar para a transcendência de objeto a sujeito. Que fique aqui registrado esse meu tributo a vocês!

NOTAS:

¹ Tal qual afirmou Andrée Michel (2001, p.1): “Malgré sa célébrité, Simone de Beauvoir ne s’enfermait pas dans la tour d’ivoire du succès et de l’autosatisfaction. Sa notoriété ne lui était pas montée à la tête... Descendre dans l’arène et manifester avec des personnes de toutes origines et catégories sociales pour promouvoir les causes qu’elle voulait défendre ne la rebutaient pas. Dans les luttes auxquelles elle participait, elle se montrait simple, chaleureuse et fidèle à ses engagements et aux personnes, ce que je résume sous le concept de ‘loyauté’.”

² A própria Eleanor Leacock que, de outra feita, não poupou críticas severas a *Macho e Fêmea*, fez questão de falar de Margaret Mead com admiração por sua simplicidade: “...Margaret Mead forcefully cut through the formal distance generally maintained between faculty and students by holding open houses that were truly open. We knew that if we took an ‘unimportant’ person to meet her, she would not settle for mere perfunctory recognition, but would give that person earnest friendly attention. In handling her professional life, Mead contradicted the hierarchical pattern that plagued the academic world whereby one ‘takes it out’ on the people below one in status while competing with those on the same level and currying favors with those above. She not only liked helping and learning from people, but she also knew that the foundation one builds in one’s profession by so doing is a lasting and solid one” (LEACOCK, 1981, p.10-11). Ver também Metraux (1980).

³ “A inconveniência tinha em meu espírito uma relação, embora extremamente vaga, com outro enigma: o das obras proibidas. Às vezes, antes de me entregar um livro, mamãe prendia algumas folhas com um alfinete.” (BEAUVOIR, 1959, p.77).

⁴ “Measure your thread and cut it/To suit your little seam./Stitch the garment tightly, tightly,/And leave no room for dream.../Head down, be not caught looking/Where the restless wild geese fly...” (MEAD, 1972, p.11).

⁵ Simone leciona em Marselha de 1931 a 1932 e em Rouen de 1932 a 1936, quando assume a cátedra em Paris. Em 1942, ela é afastada do posto por falsas denúncias; é reintegrada com a Liberação de Paris, mas decide-se por abandonar o magistério e dedicar-se integralmente a sua carreira como romancista e ensaísta. Na década de 30, Simone e Sartre aproveitam as férias escolares para viajarem juntos: no verão de 31 e 32 vão para a Espanha, em 33 para a Itália, em 34 para a Alemanha e a antiga Tchecoslováquia; no inverno de 35 e 36 visitam a Suíça, em 37 vão para a Grécia e em 38 para o Marrocos. Essa viagens serão interrompidas com a Segunda Guerra (ARMOGATHE, 1977, p.11).

⁶ “Escrevi muito em minha juventude: mas nada que me parecesse válido. Tinha cerca de trinta anos quando ousei apresentar a alguns editores o livro que intitulei ‘Primazia do Espiritual’, usando ironicamente o título de um ensaio – na época famoso – de Maritain. Pus muito de mim mesma nessa obra. Estava revoltada contra o espiritualismo que durante muito tempo me oprimira, e queria exprimir essa repulsa através da história de moças que eu conhecia e que dele tinham sido vítimas mais ou menos cúmplices.” (BEAUVOIR, 1980, p.7).

⁷ Segundo Christopher S. Wyatt (1998, p.1), não apenas Olga Kosakiewicz, mas também Nathalie Sorokine, uma aluna de Simone, e Jacques-Laurent Bost, formavam com Simone e Sartre um grupo singular. “Esses três indivíduos eram dedicados a Sartre e De Beauvoir intelectualmente, como também de uma maneira mais complexa.”

⁸ Em 1982, numa entrevista concedida a Alice Schwarzer, Simone assim se expressaria sobre as divergências com Sartre: “Numa primeira versão de *O Ser e o Nada*, ele falava da liberdade como se ela fosse quase total para todos. Ou, pelo menos, que sempre era possível cada um exercer sua liberdade. Eu, ao contrário, insisti no fato de que existem situações em que a liberdade não pode ser exercida ou não passa de mistificação. Ele concordou. E, em seguida, deu mais peso à situação em que o ser humano está colocado” (SCHWARZER, 1985, p.107).

⁹ Refiro-me aqui ao fato de que Simone de Beauvoir foi umas das 343 mulheres francesas que assinaram o manifesto de 1970, em prol da legalização dessa prática na França.

¹⁰ Nelson Algren, autor ‘realista’ americano, é conhecido sobretudo pela autoria de *The Man with the Golden Arm*.

¹¹ Essa correspondência, constante de mais de 300 cartas trocadas entre 1947 e 1964, foi publicada em 1997. Ver Beauvoir, Beauvoir (1997).

¹² Em carta endereçada a Algren, datada de 19 de julho de 1948: “Se eu abandonasse minha vida com Sartre eu seria uma criatura suja e uma mulher egoísta e traidora... não é por falta de amor que eu não fico com você... Sartre precisa de mim. Na verdade, ele está se sentindo muito só, muito atormentado interiormente e eu sou sua única amiga verdadeira, eu não poderia abandoná-lo... é impossível amar você mais do que eu já o amo, com o corpo, alma e coração... mas Sartre precisa de mim. (BEAUVOIR, 2000).

¹³ Não custa ressaltar que, a não ser no que tange aos trechos retirados diretamente das obras de Margaret Mead e Simone de Beauvoir e de outras autoras, o diálogo que se segue é puro produto da imaginação. Para estabelecer uma diferenciação no texto, uso escrita em itálico para as falas imaginadas, colocando os trechos citados entre aspas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMOGATHE, Daniel. **Le deuxième sexe; Beauvoir**. Analyse critique. Paris: Hatier, 1977.

BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. **Balinese character: a photographic analysis**. New York: Academy of Sciences Special Publication, 1942.

BATESON, Mary Catherine. **With a Daughter's Eye**. A memoir of Margaret Mead and Gregory Bateson. New York: Washington Square Press, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **Memórias de uma moça bem comportada**. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

_____. **The second sex**. New York: Vintage Books, 1974.

_____. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [s.d.].

_____. **Quando o espiritual domina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **A convidada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **O sangue dos outros**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____ ; BEAUVOIR, Sylvie Le Bon de. **Beloved Chicago man: Letters to Nelson Algren 1947-64.** Cambridge: Gollancz, 1997.

_____. El segundo sexo en la Picota. **Perspectivas**, n.15, p.16, 1999.

_____. **Letters.** Disponível em: <www.bbc.co.uk/works/s4/beauvoir/lett1.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2000.

FIRESTONE, Shulamith. **The dialectic of sex.** The case for feminist revolution. New York: William Morrow & Company, 1970.

FOREMAN, Ann. **Femininity as alienation: Women and the family in marxism and psychoanalysis.** London: Pluto Press, 1977.

FRIEDAN, Betty. **The feminine mystique.** New York: Dell Publishing, 1964.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Myths of male dominance.** New York; London: Monthly Review Press, 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude; ERIBON, Didier. **De perto e de longe.** Trad. de Léa Mello e Julieta Leite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies.** New York: Dell Publishing, 1968a.

_____. **Growing up in New Guinea: A comparative study of primitive education.** New York: Dell Publishing, 1968b.

_____. **Coming of age in Samoa: A psychological study of primitive youth for western civilization.** New York: Dell Publishing, 1968c.

_____. **Blackberry Winter: my earlier years.** New York: Simon & Schuster, 1972.

_____. **Male and female.** A study of the sexes in a changing world. New York: Dell Publishing, 1973.

METRAUX, Rhoda. Margaret Mead: A biographical sketch. **American Anthropologist**, Washington, v. 82, n. 2, p. 262-269, 1980.

MICHEL, Andrée. **Simone de Beauvoir ou quand le génie féministe irradie la simplicité et la loyauté.** Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 02 nov. 2000.

SANDAY, Peggy Reeves. Margaret Mead's view of sex roles in her own and other societies. **American Anthropologist**, Washington, v. 82, n.2, p.340-348, 1980.

SCHWARZER, Alice. **Simone de Beauvoir hoje**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

WYATT, Christopher S. **Simone de Beauvoir**. Disponível em:
<www.tameri.com/csw/exist/debeauv.html>. Acesso em: 27 out. 1998.

SIMONE DE BEAUVOIR E A CRÍTICA FEMINISTA

Raimunda Bedasee

Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*¹, é uma das escritoras que demonstra a ligação profunda que tem a crítica feminista com a história da mais importante revolução de todos os tempos.

Na estruturação do livro, a autora recorre a textos literários, estabelecendo, assim, um vínculo importante entre análise da condição feminina e literatura. Evidencia-se, dessa forma, o lugar da crítica literária na história da revolução feminista, como também, o lugar de Simone de Beauvoir na história da crítica feminista.

E o que é a crítica feminista? Segundo Toril Moi (1989, p.129), “é um tipo específico de discurso político: uma prática teórica e crítica comprometida contra o patriarcalismo e o sexismo”, não sendo unicamente uma preocupação com o gênero na literatura.

* Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET), Mestranda em História pela Universidade Federal da Bahia.

Judith Fetterley (1978, p.viii) complementa a definição dada por Moi: “Na melhor das hipóteses, a crítica feminista é um ato político cujo objetivo não é simplesmente interpretar o mundo, mas transformá-lo ao transformar a consciência daqueles que lêem e sua relação com o que lêem.”

Entretanto, para se chegar a esse comprometimento contra o patriarcalismo é preciso que a mulher se revolte primeiramente contra a maneira usual de leitura:

“Ensina-mos a ler com olhos de homem (...) a nos esquecer de nós mesmos em proveito desta universalidade que nunca foi outra coisa senão a voz dos homens erigida em instituição (...); para ler enquanto mulher, com olhos de mulher, é preciso desaprender a reverência e a obediência.” (SAINT-MARTIN, 1984, p. 26-27)

Essa é justamente a leitura que faz Simone de Beauvoir (1980), enquanto leitora “irreverente e desobediente” porquanto faz uma crítica revisionista que lhe possibilita criticar a representação da mulher feita pelos escritores, em sua maioria, a partir de um ponto de vista sexista. Embora considere-se que a crítica feminista esteja ligada ao movimento que surge nos fins da década de 60, de Beauvoir já fazia parte da primeira fase da crítica feminista que é a de analisar a representação da mulher em obras escritas por homens. Em suas considerações, no mais que citado texto, *Reading as a Woman*, Jonathan Culler (1982) toca num ponto crucial na e para a história da mulher: a *ação*, que é também um ponto crucial no pensamento da escritora. Segundo ele, a leitura tem o fim de mudar as coisas na prática, o que significa passar da “leitura por leitura” para uma leitura que leve à ação, da *theory to praxis*, da *contemplation to action*. Reconhece-se, portanto, a importância da ação na vida ficcional das personagens femininas tanto quanto na vida da crítica e da leitora.

Algumas outras conceituações ajudam a entender melhor as transformações ocorridas na maneira de ler e de abordar um texto literário a partir de um ponto de vista feminista.

Já Josephine Donovan (1975) não acredita que se possa separar literatura da vida mais do que acreditamos que um(a) crítico(a) possa se separar da sua identidade social, cultural ou pessoal.

Considerando-se, portanto, as definições aqui expostas, fica estabelecido que a crítica feminista não está desligada do caráter político de que se reveste o feminismo, como também apresenta um modo diferenciado de encarar o seu objeto literário.

Toril Moi (1989, p.129), complementando o seu raciocínio com relação à crítica feminista, acrescenta: “O estudo não-político de escritoras não é em si mesmo: feminista; poderia muito bem ser apenas uma abordagem que reduz

mulheres ao status de objetos de interesse científico juntamente com insetos ou partículas nucleares.”

De acordo com Sidney Janet Kaplan (1985, p.37-58), a Crítica Feminista começa com uma resposta de leitoras que rejeitam qualquer metodologia crítica que se diga objetiva. Trata-se de uma crítica revisionista que requer o questionamento dos cânones literários e críticos, o estudo de obras femininas perdidas e a articulação de uma tradição literária feminina distinta. A crítica feminista é caracterizada por uma conexão imediata entre o texto e a visão pessoal do crítico. Esta conexão é uma das fontes de energia e poder criador.

A androcritica – estudo de textos masculinos – feita, por exemplo, por Simone de Beauvoir, entre tantas outras críticas, descobre que, em geral, as imagens simplistas e redutoras de mulher a fazem aparecer *apagada, silenciosa e submissa*. Enfim, a mulher representada pelo homem, apresenta-se como ele deseja que ela seja. Aí se incluem também as escritoras que representam mulheres de acordo com a tradição literária patriarcal. A verdade é que em nenhum dos dois casos a leitora se reconhece verdadeiramente.

Estudiosas do universo feminino chegam a conclusões diferentes das estabelecidas pela sociedade patriarcal. No livro, *La Femme Pacifique*, de Margarete Mitscherlich (1988), demonstra-se que a mulher não é naturalmente passiva. A autora afirma que “as mulheres não têm, certamente, por natureza, disposições sexuais e agressivas mais brandas que as dos homens.” (ibid., p.70). A partir das considerações feitas por Mitscherlich, a *pacificidade* da mulher se revela uma falácia. E, para Simone de Beauvoir, é a socialização e a educação que influenciam as mulheres a encontrarem o seu “destino de mulher”, teoria compartilhada pelas feministas mais modernas que vêm aí uma “construção” da mulher.

Simone de Beauvoir, à frente do seu tempo, já lê o universo feminino, enquanto representado por homens, de uma maneira crítica e de um ponto de vista feminista. Denuncia a misoginia de Montherlant e de Lawrence. A mulher que se quer independente será esmagada. Ser independente, ou inteligente, é não ser feminina, é trair a vocação feminina. Esta é a representação que é feita na literatura. Esse é o lugar que é reservado para a mulher no mundo real. Dessa forma, os homens detêm o saber (e o poder). É preciso que se reafirme a superioridade masculina. Segundo a autora, um deus fala pela boca da personagem masculina: e esse deus é o próprio Lawrence. Ao passo que a mulher deve inclinar-se diante da divindade. Que inversão! A mulher que em épocas remotas representava o elo entre a divindade e os homens vê-se reduzida a um papel servil. Faz lembrar a comparação que Virgínia Woolf (1929) utiliza: aquela do homem para quem a mulher serve de espelho para duplicar-lhe a imagem.

Servindo-se dessa leitura a partir do seu ponto de vista feminino, Simone de Beauvoir enxerga um Claudel que, por sua vez, acredita na hierarquia entre os papéis femininos e masculinos: adeus igualdade. Para Claudel, a mulher é devotamento e renúncia: um ser sublime. Ao tempo em que exalta a mulher, ele a reduz ao seu papel secundário de auxiliar do homem, submissa, serva: devendo devotar-se aos filhos, ao marido, ao lar, à propriedade, à Pátria, à Igreja. Essa é a função que a burguesia reservou para ela. Conclusão de ordem política a que chega Simone de Beauvoir pela análise que faz da representação do papel da mulher na sociedade em uma literatura masculina. Denuncia, aí, uma forma perigosa de cristalização de estereótipos fornecidos pela “boa” literatura. Aquela feita pelos grandes escritores admirados e elogiados por todos como donos do saber, do raciocínio, da análise lógica, da Verdade, enfim. Como apagar das mentes as representações que a literatura imprime nas cabeças do(a)s jovens, dos homens, e principalmente das mulheres que se vêem ali retratadas? A utilização que Beauvoir faz da literatura é o caminho seguro para desenvolver, provar e comprovar as suas idéias, pois que essa ficção está colada à realidade e a influencia. Não tendo desenvolvido uma análise sociológica comprovável, não tendo se valido de estatísticas, o livro e as representações ali existentes, enquanto representações da realidade, são o material fundamental para as teses defendidas pela autora. Sabe-se que as ideologias que perpassam as obras masculinas da época não são nem de longe inconscientes. Elas têm o mesmo peso que as idéias filosóficas presentes em um *Cândido*, através do qual Voltaire propaga pelo meio do povo as suas idéias revolucionárias de igualdade e liberdade: claramente detectáveis e eficientes. O mesmo acontece com os autores criticados por Simone de Beauvoir. O que se representa aí são modelos a serem seguidos, tanto pelos homens como, o que é pior, pelas mulheres. Seja ele o modelo de objeto sexual, o da devotada à família esquecendo-se de si própria etc., etc., etc. A literatura é uma arma eficiente na propagação de ideologias, é preciso nunca esquecer disso. Beauvoir desconstrói os modelos femininos em sua crítica feminista da literatura. A mulher aí representada pelos homens como inteligente e conseqüentemente masculinizada, ao perder a feminilidade se transforma em monstro.

Beauvoir afirma que é na literatura que se cristalizam os mitos redutores do caráter múltiplo da mulher. Daí pensadoras sobre a condição feminina – Shulamith Firestone (1970), Kate Millett (1970) – recorrerem à literatura para nela descobrir cristalizações de estereótipos. Na Idade Média, Christine Pisan já fazia uma análise feminista da sociedade.

Na conclusão de *O Segundo Sexo* a própria Simone de Beauvoir (1980, p. 307) recorre à literatura para concluir sobre as suas considerações:

“As épocas que mais amaram as mulheres não foram a do feudalismo cortês nem o galante século XIX: foram as épocas em que – como no século XVIII – os homens encararam as mulheres como semelhantes; é então que se apresentam como verdadeiras romancescas: basta ler *Les Liaisons Dangereuses*, *Le Rouge et le Noir*, *Adeus às Armas*, para percebê-lo.”

Ao final, o que se percebe é que Beauvoir procura mostrar o caminho para a liberdade da mulher. Mas considera que é mais confortável suportar uma escravidão cega que trabalhar para se libertar. Esse raciocínio coincide com o de Betty Friedan que, quando esteve no Brasil, chegou à conclusão de que a mulher brasileira gostava de ser escravizada pelo homem (HAHNER, 1990).

Sabe-se que a mulher já foi caracterizada como *negativo, outridade, falta*. A teoria da crítica feminista inverte completamente o lugar da mulher quando a coloca no centro do compasso para, a partir daí, desenhar o círculo. Ela é o centro das considerações, o seu universo, as mulheres que escrevem, as personagens, e a crítica que é feita pelas mulheres enquanto sujeitos. Não é cotejada sequer com o pensamento masculino: o ponto de partida é *ela*, assim como o é o ponto de chegada. Recompõe-se, assim, o universo feminino independente do masculino, das suas teorias, dos cânones, dos críticos aclamados, porque a mulher conhece melhor o seu universo e melhor saberá estudá-lo, criticá-lo, analisá-lo. Não se procura mais o “herói do romance”, mas a sua heroína. A ligação com a experiência e com o real é inevitável. A mulher retrata o seu universo, a construção das personagens reflete a cotidianidade, a falta de liberdade, a submissão, a revolta: a mulher retrata o seu mundo denunciando e reagindo contra as injustiças.

A mulher não se quer mais “outra”, “objeto”, a mulher se quer “sujeito”, a mulher se quer “eu”, um “eu” refletido nos seus escritos, que se pode traduzir por “quem fala de mim sou eu”, “quem me conhece sou eu”, “eu estou querendo me descobrir, através de mim e das outras mulheres”. Esta é a consequência daquela leitura que analisava a representação feminina.

Prosseguindo com as conquistas femininas, o que se faz atualmente é restabelecer a memória, trabalho importante que visa restituir à mulher o espaço que lhe é de direito, sem dúvida, enquanto escritora, artista, médica, arquiteta... Mas esta é apenas uma parte do trabalho que devem empreender os grupos que trabalham com gênero. Entretanto, é necessário que se restitua a memória de feministas por suas idéias e que se restabeleça a História Feminista e não apenas que se faça um trabalho de garimpo de obras de mulheres que escreviam como homens, cristalizando e reforçando estereótipos e preconceitos contra a mulher. É preciso que se tome cuidado com certas pesquisas e que estas pesquisas tenham um objetivo comprometido com a história das mulheres antes de ter um comprometimento com enriquecimento de currículo acadêmico, como já aconte-

ceu nos Estados Unidos quando a Sociologia via no Negro apenas um objeto para as suas análises sem nenhum comprometimento com a sua melhoria de vida. Descobrir mulheres que faziam literatura é importante, porém criticá-las a partir de uma crítica feminista é muito mais. A crítica feminista tem o dever de estabelecer o elo da ficção com a realidade no sentido de ter como objetivo maior denunciar e mudar a realidade feminina: é portanto uma posição política e não apenas uma posição da Academia e da pesquisa literária. É preciso sim, que se restabeleça a História de luta das mulheres que escreviam, que muitas vezes de uma maneira velada criticavam a falocracia e o patriarcalismo e somente uma análise cuidadosa pode resgatar a ideologia camuflada nas imagens ou nas metáforas, como aconteceu na análise que foi feita sobre *The Yellow Wallpaper*, de Charlotte Perkins Gilman, americana, de 1892. O livro é um estudo quase que totalmente autobiográfico da insanidade. É a amarga história de uma jovem levada à loucura por um jovem amante marido, médico. Foi a vingança de Charlotte pelo mal que lhe fez, e a outras, a psiquiatria poderosa. Esse livro mostra uma mulher atormentada, aprisionada em sua própria casa. Gilman casou com um homem que não queria e caiu em depressão. O método de cura era o repouso absoluto o que a impedia de escrever e quanto a ler, só um pouco. O tratamento quase levou-a à loucura. É de sua autoria *Herland*, um romance francamente feminista.

Passando por suas diversas fases, a crítica feminista é tema dos mais variados e exaustivos trabalhos. Incontáveis análises teóricas e críticas, realizadas com o objetivo de organizar a produção literária feminina, cuidaram de compilar dados para definir essa crítica, com a intenção de identificar obras feministas e rever a história da mulher como escritora, a fim de determinar uma tradição literária feminina, enfim, compor uma *história no feminino* fornecendo, dessa forma, dados para a(o) crítica(o) literária(o).

Ler como mulher é o que faz justamente Kate Millett (ativista política contra a guerra do Vietname e pelos direitos civis), em 1970, com sua tese de doutorado *Sexual Politics*. Millett revela numa entrevista que, quando tinha oito anos sofreu uma tentativa de violentação, e confessa que todos os estudos *chics* que fez em literatura inglesa eram conhecimentos que a inibiam de escrever como sentia que deveria escrever (MOISAN; DUPONT, 1984, p. 26-33). No momento em que se livrou dessa formação, escreveu a sua biografia diferentemente das biografias tradicionais. Mas Millett tinha tido a experiência riquíssima de, em *Sexual Politics*, ter lido “como mulher” e ter desvelado a imagem narcisista que o homem faz de si mesmo em obras consideradas canônicas. Revela também a imensa dose de sadismo e misoginia presentes em várias das representações da mulher.

Por estas razões, Culler (1982) citando Carolyn Heilbrun comenta sobre Kate Millett que pela primeira vez nos disseram para olhar para a literatura enquanto mulheres: porque, homens, mulheres e Ph.D's, sempre lêem como homens.

Em *Sexual Politics*, 1970, Kate Millett na primeira parte do seu livro considera que a sexualidade tem um aspecto político. E na segunda parte consagra-se à análise da obra de três autores representativos do começo do século XX, examinando aí a relação entre os sexos. Esses escritores contribuíram para criar uma atmosfera de reação contra o movimento das mulheres. Como Simone de Beauvoir, Millett partiu do princípio de que há lugar para uma crítica que leve em conta o contexto cultural no qual a literatura foi concebida e produzida.

Analisando a obra de D.H. Lawrence e usando um tom de ironia descobre a representação de uma mulher passiva que se contrapõe a um homem ativo. Lawrence acredita que o pudor feminino não é resultado de um condicionamento. Millett define a obra como um manual de técnica sexual. E quanto às personagens masculinas que povoam os romances de Lawrence, classifica-os como *divinos e indiferentes*.

Millett analisa também as obras Henry Miller, Norman Mailer e Jean Genet (homossexual, bastardo e abandonado: que estabelece o contraste com o machismo presente nas obras analisadas). Como conclusão, espera que haja uma coligação dos grupos lesados: os Negros, os jovens, as mulheres, os pobres e que sejam abolidas as castas raciais e econômicas. Beauvoir e Millett são exemplos de como a crítica feminista recria universos femininos sob uma nova ótica ao tempo em que constróem denúncias contra o sistema patriarcal. A crítica feminista procura descobrir o mundo da *mulher real* a partir do universo da *mulher fictícia*, que por sua vez pautou-se na mulher real.

Todas estas considerações sobre o papel importante de Simone de Beauvoir na crítica feminista não impedem que o seu mais famoso livro sofra críticas sérias desfavoráveis.

Alguns dos “deslizes” da parte de Simone de Beauvoir são considerados por Suzanne Lilar (1970) em *Le Malentendu du Deuxième Sexe* que critica veementemente a obra da feminista.

Essa autora fala da fascinação que exerce esse livro que paralisou uma multidão de psicólogos, sociólogos, sexólogos para ratificarem quase que unanimemente as idéias de Beauvoir sobre o “problema feminino”, e que, na verdade, S. de Beauvoir nunca teve suas teses submetidas a uma verdadeira contestação. Segundo Lilar (ibid.), Simone de Beauvoir não ignora que ela deu ao público “uma obra interminável, confusa, pouco digesta. Não seria o seu livro mais vulnerável?” A autora tinha praticamente tomado o partido contra o Feminino. Desde as primeiras páginas, ela impõe dois postulados: “Primeiramente o homem fez da mulher o Outro, o objeto. Em segundo lugar, não há natureza feminina, todo o Feminino é artificial.” S. de Beauvoir reduz-se a negar toda especificidade de natureza, toda a feminilidade dada pelo sexo. Mas, como algumas diferenças são

irrefutáveis, ela não pode negar que a mulher é sexuada de maneira diferente, que o seu papel no ato sexual é outro, que ela é sujeita a menstruações, que ela procria, que ela amamenta... No entanto, ela trata dessas diferenças várias vezes. Está aí a contradição fundamental. O extremismo de Beauvoir desemboca numa neutralização dos sexos, pois, se a feminilidade (*féminité*) não passa de um produto infeliz da história e da arbitrariedade masculina, tudo deve ser feito para arruiná-la. Reconhecer que há sexos – ou raças – não significa ser necessariamente racista. Contestá-lo, é reconhecer uma impotência a assumir a diferença e vencê-la. Pois, enfim, as diferenças existem e o caso dos Negros – tão freqüentemente comparado por Beauvoir ao das mulheres – o mostra suficientemente. O feminismo tipo Beauvoir quer sufocar na mulher o que a faz *outro* por medo de que ela não possa se igualar ao homem, não vendo que nada impede à mulher de se desenvolver tanto no plano humano quanto no feminino – para não dizer nada das suas aptidões viris. Pela obsessão que Simone de Beauvoir tem de “anular” a diferença, de “dessexualizar” a mulher e “neutralizar” seu problema, segundo Lilar (1970), por essa razão, a autora incorre nessa facilidade.

Reconheçamos que alguns deslizes são realmente cometidos. A citação do final do Volume I de *O Segundo Sexo* não é das mais felizes: “Quando se quebrar a escravidão infinita da mulher, quando ela viver por ela e para ela, o homem – até hoje abominável – tendo-lhe dado a alforria.” (RIMBAUD, 1872). Ora, a revolução das mulheres não quer nada outorgado, ela quer lutar pelo que pretende alcançar.

Em *A Room of one's own*, Virginia Woolf (1929), demonstra a realidade da injustiça contra as mulheres de maneira clara e evidente ligada à questão da situação econômica da mulher e do espaço para trabalhar. Ninguém como Woolf relaciona mais intrinsecamente a questão da condição feminina àquela da mulher que quer fazer arte, literatura, ficção. Seus ensaios são denúncia de uma época em que se flagra o preconceito contra as mulheres. As reflexões de V. Woolf são inestimáveis nas ligações que se estabelece entre crítica feminista, realidade social e condição da mulher. Seu trabalho é também enriquecido pela crítica que faz da representação da mulher em obras de escritores sexistas.

Essas escritoras contextualizam admiravelmente as suas críticas. A época que vê nascer as obras por elas criticadas é *sui-generis*. Firestone (1970) nos informa que a cultura refletia, então, as atitudes e os interesses predominantes. O feminismo era tema literário importante, porque nessa época ele era um problema vital. Pois os escritores escreviam sobre o que viam: D. H. Lawrence, Henry James, Virginia Woolf, G. B. Shaw. Eles descreviam o meio cultural à sua volta. E nesse meio havia interesse pelos temas do feminismo. A questão da emancipação das mulheres afetava todas as mulheres, quer elas se declarassem a favor das novas idéias, quer

as combatessem desesperadamente. Velhos filmes da época mostram a solidariedade crescente das mulheres, refletindo seu comportamento imprevisível, e pondo à prova, de maneira aterradora e geralmente desastrosa, seu papel sexual. Ninguém se mantinha insensível à revolta... Na virada do século havia, então, no pensamento social e político, na cultura literária e artística, uma enorme fermentação e idéias relativas à sexualidade, ao casamento, à família, ao papel das mulheres.

Firestone (1970) também analisa obras da época da Escola da Virilidade: reação cultural masculina à crescente ameaça à supremacia masculina. Ela a classifica como um grupo de “garotos brigões” esmurrando-se para salvar sua masculinidade: Hemingway, Mailer, Miller, entre outros.

Quanto ao desenvolvimento de uma arte “feminina”, este não deve ser visto como reacionário, como é o seu correlativo, a Escola da Virilidade masculina. Ao contrário, ele é progressista. Uma exploração da realidade estritamente feminina é um passo necessário para corrigir a aberração de uma cultura sexualmente preconceituosa.

Hoje, interessa-nos chegar a uma conceituação dessa arte, resultante de uma verdadeira revolução cultural.

Para ser considerada feminista, uma obra deve ter, pois, uma ou mais das seguintes funções:

1. servir de fórum para as mulheres;
2. ajudar a atingir a androginia cultural;
3. prover modelos de papéis;
4. promover a “sororidade”;
5. aumentar a conscientização.

Dou um exemplo: A peça teatral *Os Cafajestes* de Aninha Franco. Criativa, divertida e, principalmente, eficiente. Pós-feminismo: pelo riso, pela conversa, pela participação do homem. Não seriam os homens objetos do fazer literário de Aninha Franco para veicular suas idéias? O feitiço voltou-se contra o feiticeiro? São considerações superficiais e perguntas que ficam quanto a esse texto que mereceria, talvez, uma análise mais cuidadosa.

Tornar a mulher “visível” na Arte é torná-la visível socialmente, enquanto autora e enquanto personagem. Pode-se dizer que a literatura de Aninha Franco apresenta aspectos de uma obra feminista:

1. dá ênfase à opressão;
2. tem o desejo de conscientizar;
3. estabelece uma discussão sobre o poder;
4. é direcionada pelo empirismo e humanismo.

Fazer Arte e trabalhar com a crítica feminista é um ato de revolta, é um trabalho político tanto quanto a socióloga que colhe dados estatísticos para comprovar a perene violência contra a mulher. Verifica-se que artistas atuais veiculam uma *transformação dos estereótipos na representação da mulher*, no que diz respeito à caracterização da personagem feminina, que inclui, ainda que de diferentes modos e graus, novos traços.

Register (1975) afirma que, assim como há o mito do herói, deve-se criar o mito da heroína que passa pelas diversas fases da adolescência, maturidade, iniciação sexual, casamento e maternidade na busca de uma transcendência. As velhas formas do *bildungsroman* (história da heroína passando pela infância, adolescência até chegar à idade adulta) do romance histórico e do romance de propaganda se tornaram importantes na literatura feminista.

Finalmente, Register (*ibid.*, p.1-28) conclui que nem o romance psicológico nem o sociológico são formas adequadas para expressar a concepção neo-feminista, porque a mulher não é só uma psique, ela é um ser político; não somente um produto e vítima de sua cultura, mas também um ser pessoal que transcende tudo isso. A sua experiência é tão política e social quanto pessoal e psicológica.

Segundo Culler (1982), a convicção de que a experiência como mulher é uma fonte de autoria é justificativa para que críticas anteriores sejam reavaliadas e trabalhos de mulheres considerados menores sejam agora analisados, assim como os seus temas e as suas personagens. É esta nova leitura que tem uma perspectiva *feminina*, porque tem a ver com o universo da mulher. Por conseguinte, ela é considerada como a mais *capaz* de fazer a leitura de temas referentes à sua cultura e é aquela que tem autoridade legítima para analisar personagens femininas. Dessas considerações resulta a proliferação de trabalhos que datam dos anos 70 sobre as “imagens da mulher” na literatura.

A mulher se torna o tema privilegiado da crítica literária feminista. A crítica ou leitora verá a mulher e a analisará de acordo com a sua vivência como mulher e não como determinado autor a sugere ou representa, ou seja, representando-a não como ela é mas como ele, homem, a *vê*

Culler (*ibid.*, p.51) cita também Kolodny, para quem ler é uma atividade que se aprende, e como muitas outras atividades aprendidas, é marcada pelo sexo e pelo gênero. Kolodny acredita que, quando uma mulher lê, ou ela se identifica com a personagem feminina, ou com o autor. Embora, neste último caso, tal atitude vá contra os seus interesses como mulher, a leitora é levada a se identificar com o homem porque a literatura insiste numa universalidade que é definida em termos especificamente masculinos. Assim sendo, exige dela que se “identifique contra ela própria” (*ibid.*, p.52).

No nosso entender, as considerações de Culler (1982) defendem uma leitura diferenciada, ou seja, a mulher deve ler a partir da sua cultura de mulher – “sabedoria e experiência das mulheres à medida que se desenvolveram e foram transmitidas através dos anos” e deve considerar criticamente a sua imagem reproduzida na literatura. Ele considera a leitura como o ato essencial da crítica feminista – “para se tornar um ‘leitor que resiste’ em vez de um ‘leitor que aceita’ e, através dessa recusa em aceitar, começar um processo de exorcismo da mentalidade masculina que foi implantada em nós.” (ibid., p.52-53).

Finalizo esses comentários sobre a leitura segundo Culler (ibid., p.42), com uma afirmação dele nesse conhecido texto que utilizamos – *Reading as a Woman* – e que é deveras instigante: “...embora seja um dos mais marcantes e significativos movimentos críticos dos últimos anos, a crítica feminista é geralmente ignorada pelos historiadores da crítica e da teoria da crítica.”

Em suma, a definição seguinte é a mais simples e decisiva formulada por um teórico que discute o que é fazer uma “leitura enquanto mulher”: “ler como mulher é evitar ler como um homem, identificar as distorções da leitura masculina e corrigi-las.” (ibid., p.54). Não é o que faz Simone de Beauvoir?

Como vemos, o trabalho da mulher que faz crítica feminista se baseia numa leitura em que se leva em conta a própria experiência como mulher, enquanto tal, no mesmo tempo em que “resiste” ao apelo de se identificar com o “herói”, tratando de não esquecer que essa não é uma representação sua, pois que essa representação dita universal é, na verdade, masculina.

Ao se identificar com o herói, a mulher o faz em detrimento da figura feminina que, por sua vez, é apresentada como a portadora de valores negativos que ela rejeita. Então, é primordial que a atitude crítica da leitora esteja atenta para poder reconhecer uma ideologia sexista.

Essa forma de leitura é assim formulada por Peggy Kamuf (apud CULLER, 1982, p.64): “Para uma mulher ler como mulher não é necessário repetir uma identidade ou uma experiência dada, mas representar um papel que ela constrói com referência à sua identidade como mulher.”

A conclusão a que se chega é de que é preciso adotar uma postura crítica diferente daquela endossada pelos manuais de crítica escritos por homens, que, em geral, apenas enxergam “as verdades universais”. É preciso demonstrar e denunciar construções abusivas de imagens de mulheres que se encontram diante de uma cilada: na impossibilidade de se identificar com representações que, na realidade, *não* as representam, vêem-se, por essa razão, compelidas a se identificarem com o homem, e ter neste o porta-voz de valores que chegam, por vezes, a denegrir, nós, mulheres.

Ruthven (1984) é um estudioso da literatura que se dedica à crítica da crítica feminista. A crítica literária, segundo o autor, para ser renovada, depende da descoberta de novas questões com as quais interrogue obras e novas maneiras de falar sobre elas. O autor confessa o seu entusiasmo pela nova crítica: “A intervenção feminista me parece ser incontestavelmente o mais importante desafio encarado pelos estudos ingleses nos meus vinte ou mais anos de trabalho.” (ibid., p.7).

Complementa, ainda, afirmando que o feminismo quer ser bem mais que uma perspectiva. É, em suma, uma nova abordagem, relevante, para ser usada por estudantes *entediados* com abordagens tradicionais. A consequência que pode ocorrer, (vários estudiosos acadêmicos já tiveram a experiência) é a de mulheres se tornarem feministas ao descobrir, depois de fazer uma *leitura como mulher*, a situação de opressão em que se encontram.

Dentre as inúmeras citações extraídas deste texto, a que segue me parece revelar mais pertinentemente a importância da crítica feminista:

“Todo método crítico é um método de exame que revela tipos particulares de informações, que são mostrados por meio de um vocabulário técnico inventado com este propósito. A importância ao se inventar uma nova abordagem é revelar o que antes se encontrava invisível, e, desta maneira, articular um novo conhecimento. Um Raio-X é completamente diferente de uma foto do mesmo objeto, e diferente também de uma fotografia ultravioleta. As três fotografias representam diferentes tipos de conhecimento, e cada um deles produzido por um método diferente. A crítica feminista é um método de exame nesse sentido: opera a serviço de um novo conhecimento que é construído para tornar visível o componente invisível do “gênero” em todos os discursos produzidos nas ciências humanas e sociais. Como tal, rivaliza com os dois maiores conhecimentos que desafiaram a autonomia dos estudos literários desde os anos 30, o marxismo e a psicanálise, que focalizam respectivamente nas condições materiais e inconscientes nas quais os artefatos culturais são primeiramente produzidos e depois reproduzidos no discurso crítico.(...) Diferentemente da psicanálise e do marxismo, com certeza, o feminismo não tem o equivalente de um “pai” fundador.(...) É consideravelmente mais fácil, portanto, para feministas do que para críticos marxistas ou psicanalistas se libertarem da teoria, cada um deles tendo herdado um apanhado complexo de procedimentos metodológicos.” (ibid., p.24-25).

Considerando pertinentes todas as considerações do crítico inglês, saliento uma parte do seu discurso em que chama a atenção para o fato de que toda obra literária é marcada pelo gênero. A crítica falocêntrica (ou a não-feminista, ou masculinista) não considera esta questão, precisamente porque os valores masculinos são considerados universais. É por isso que, na perspectiva dessa crítica, as mulheres que não escrevem “como” os homens, “imitando” os homens, em princípio, não escrevem bem.

Segundo Elaine Showalter (1985), o sucesso da crítica feminista abriu um espaço importante para a mulher como autoridade crítica, estabelecendo o *gênero* como categoria fundamental para a análise. Por volta de 1985 a preocupação fundamental da crítica feminista era a de desenvolver teorias que não seguissem correntes como o estruturalismo, a psicanálise crítica, a crítica marxista ou o desconstrutivismo. As mulheres que fazem crítica literária se servem dessas fontes, das extensivas leituras de outras críticas feministas literárias e de textos de disciplinas como a história, a psicologia e a antropologia, ao tempo em que revisam a própria teoria da literatura. Assim, a lingüística, a psicanálise, o marxismo e a desconstrução deram instrumentos para a crítica feminista, a qual pode promover uma revolução intelectual, violando paradigmas existentes e descobrindo um novo campo de visão. A consequência desta revolução é que, na década de 80, críticos reconhecem que a misoginia não pode ser desculpada nem negligenciada.

Não posso finalizar sem citar o exemplo de feministas canadenses que são, em grande parte, escritoras. No Canadá, houve uma recrudescência de imagens violentas contra a mulher na Literatura, em virtude de contestações de críticas feministas que fazem análises re-visitando a literatura. É uma crítica portanto, que quer desmistificar todas as “perguntas e respostas que sempre obscureceram as conexões entre textualidade e sexualidade, gênero (mulher/homem) + gênero (feminino/masculino), identidade psicosssexual e identidade cultural.” (ibid., p.246).

Assim, as mulheres tomaram conhecimento a partir da década de 70 de peças de teatro, contos ou romances que veiculavam conscientemente uma ideologia feminista que não comprometia, nem compromete, o valor literário das obras. Lá se encontra uma das mais ricas produções femininas na literatura em todo o mundo.

A teórica feminista Elizabeth Gross (1987, p.215), também apresenta contribuições dignas de nota e que são expostas em seu texto, *Conclusion. What is feminist Theory?* do qual destaco (e enumero) alguns pontos:

[1] - “a distinção entre (conhecimento) objetividade e (opinião) subjetividade é discutida.”

Este primeiro ponto coincide com a preocupação primeira daquela(e) que faz crítica feminista, já que a ela(e) foi ensinada(o) que a subjetividade é ponto incompatível com o conhecimento e com a crítica científica. Que fazer das suas opiniões e conhecimento que decorrem justamente da “vivência” da experiência feminina que é retratada na ficção? Que fazer da identificação com as personagens?

[2] - “feministas parecem preparadas para aceitar que o crítico ocupe uma posição espacial, temporal, sexual e política.”

Essa consideração tem a ver com subjetividade. Em resumo, a crítica, para fazer crítica feminista, deve dirigir o olhar de um lugar específico: o lugar da mulher. Ela não pode esquecer a sua condição, que decorre do seu sexo e do lugar que ocupa na sociedade, que não lhe possibilita nem o acesso devido ao espaço público nem, conseqüentemente, ser tão ativa politicamente quanto tem a capacidade de ser. Quanto à sua localização no tempo em que vive poderia ser considerada idêntica à do homem? O progresso da humanidade é o seu progresso? Ela contribuiu tanto quanto gostaria para se sentir realmente enquadrada no “tempo” do universo? Se a resposta é não, então a mulher seguramente se situa de modo diferente neste tempo e isso deve ser considerado quando faz crítica literária.

[3] - “longe de ser objetiva no sentido de ‘desinteressada’ e ‘desmotivada’, é altamente motivada pelos objetivos e estratégias, criando uma autonomia para as mulheres.”

A subjetividade é importante porque é ela que vai alimentar o desejo de fazer crítica feminista independentemente dos cânones masculinos. A neutralidade não tem lugar para uma crítica que pretende revelar denúncias sobre a “condição da mulher” que atravessa fronteiras, línguas, culturas, raças. Sabe-se que nos países mais adiantados, encontram-se mulheres vivendo em condições tão precárias quanto as do Terceiro Mundo. Ora, ao tratar do assunto do feminino, a crítica feminista tem um compromisso artístico com a Literatura e político com a condição da mulher. Ela tem portanto interesses e ‘objetivos’ claros e é por isso ‘motivada’.

[4] - “a teoria feminista procura transformar e ampliar o conceito de razão, de maneira que, em vez de excluir os conceitos de experiência, o corpo, história etc. eles são aí incluídos ou reconhecidos como necessários para o funcionamento da razão. Ao se tomar as experiências das mulheres, e suas vidas, como ponto de partida para o desenvolvimento da teoria, o feminismo procura desenvolver alternativas para o conceito rígido, hierárquico e exclusivo de razão. Procura uma racionalidade não separada da experiência, da opressão, da particularidade ou da especificidade; mas, ao contrário, uma razão que inclui tudo isso é uma racionalidade não abaixo ou acima da experiência, mas baseada nela.”

Esse quarto ponto é importante no sentido de que reitera, principalmente, que a experiência não está excluída do conceito de racionalidade. E como se verifica na crítica feminista, não somente a experiência da leitora/crítica é importante, como também a experiência da autora transposta para a obra quando cria as suas personagens. Em outras palavras: a experiência, tanto da leitora quanto da receptora (partes que compõem o ato literário) faz parte dos instrumentos dessa crítica.

[5] - “nenhuma forma será eleita como sendo a verdade, a interpretação correta, o método certo; antes, conhecimentos, métodos, interpretações, poderão ser julgados e utilizados de acordo com a sua adequação a um contexto dado, a uma estratégia específica e a efeitos particulares.”

Barbara Godard (1987) é outra teórica da crítica feminista canadense que manifesta várias preocupações a esse respeito e que podem ser assim resumidas: tal como Lori Saint-Martin, sua preocupação primeira é para com a leitura, ou seja, com o que realmente significa “ler como mulher”, quais são as implicações dessa leitura *diferente* e que impacto isto causa na prática da crítica literária. Segundo essa autora, ler dessa maneira significa repensar a crítica literária como uma “celebração” e uma “subversão”. Este repensar significa alcançar o conhecimento do que seja o mundo “definido para as mulheres” e o mundo “definido pelas mulheres”. As mulheres não mais aceitam a sua diferença como periférica ou marginal. Pelo contrário: elas se colocam no centro do “compasso”.

Godard (ibid.), feminista e escritora, estabelece a função da crítica literária feminista:

“O crítico feminista tem a função primária de explicar textos escritos por mulheres e estabelecer as formas ‘diferentes’ ou marginais, símbolos, (...) formar uma comunidade interpretativa (...) esta nova crítica desconstrói o monolitismo patriarcal pela introdução de variedade e multiplicidade em pensamento e expressão sendo resolutamente eclético e interdisciplinar por natureza. Dessa maneira alterando o monocentrismo no qual o poder está fundado (...) O ato crítico é recriação, extensão da vida ao texto original...”

O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir é, portanto, modelo de crítica de denúncia contra uma representação indigna de mulher objeto da opressão masculina. A sua importância é inegável e fundamental na História da Crítica Feminista, pois faz parte de uma fase que abriu caminho para a atual Crítica Feminista que tem como objeto, hoje, a literatura feita pela mulher, e como um dos objetivos, incentivar, cada vez mais, a produção literária feminina produto de um eu feminino.

Notas:

¹ Todas as traduções do inglês e do francês para o português são da minha autoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DONOVAN, Josephine (Ed.) **American feminist literary criticism**; Explorations in theory. Kentucky: University Press, 1975.

CULLER, Jonathan. (Org.). On reading as a woman. In: ———. **On deconstruction**; Theory and criticism after structuralism. Ithaca: Cornell University Press, 1982. p. 43-64.

FETTERLEY, Judith. **The resisting reader**: a feminist approach to american fiction. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 1978.

FIRESTONE, Shulamith. **The dialectic of sex**. The case for feminist revolution. New York: William Morrow & Company, 1970.

GODARD, Barbara. La cartographie: arpenter le terrain de la critique féministe. Mapmaking: A survey of feminist criticism. In: ———. (org.). **Gynocritics/La gynocritique**. Feminist approaches to writing by Canadian and Québécoise women/approches féministes... l'écriture des canadiennes et québécoises. Toronto: ECW Press, 1987.

GROSS, Elizabeth. **Feminist challenges**. Social and political theory. Boston: Northeastern University Press, 1987.

HAHNER, June Edith. **Emancipating the female sex**; the struggle for women's rights in Brazil, 1850-1940. Durham and London: Duke University Press, 1990. 301 p.

KAPLAN, Sydney Janet. Varieties of feminist criticism. In: GREER, G.; RAHN, Coppelia (ed.). **Making a difference**: feminist literary criticism. New York and London: Methuen, 1985.

LILAR, Suzanne. **Le malentendu du deuxième sexe**. 2. ed. (rev.) Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. New York: Doubleday and Company, 1970.

MITSCHERLICH, Margarete. **La femme pacifique**; etude psychanalytique de l'agressivité selon le sexe des femmes. Paris: Des Femmes, 1988.

MOISAN, Lise; DUPONT, Sylvie. Kate Millett parle d'amour et de littérature. **La Vie en Rose**, Montréal, p. 26-33, oct. 1984.

REGISTER, Cheri. American feminist literary criticism: a bibliographical introduction. In: DONOVAN Jopsephine (Ed.) **American feminist literary criticism**; Explorations in theory. Kentucky: University Press, 1975.

RIMBAUD. Lettre à Paul Demeny. 15 mai. 1872.

RUTHVEN, K.K. **Feminist Literary studies**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SAINT-MARTIN, Lori. Critique littéraire et féminisme: par où commencer? **Québec Français**, n. 56, déc. 1984.

SHOWALTER, Elaine et al. **The new feminist criticism**; essays on women, literature and theory. New York: Pantheon Books, 1985. 403 p.

WOOLF, Virginia. **A room of one's own**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1929.

———. **L'art du roman**. Paris: Editions du Seuil, 1963.

———. **Essais**. Paris: Seghers, 1976.

ABORTO E VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM DIÁLOGO COM SIMONE DE BEAUVOIR

Vera Lúcia Costa Souza
Sílvia Lúcia Ferreira

Um dos maiores tributos que podemos prestar a Simone de Beauvoir no cinquentenário de edição de *O Segundo Sexo* é realizar uma re-leitura do seu trabalho à luz dos problemas que enfrentamos quotidianamente, fazendo algumas aproximações. Este exercício, além de reafirmar a importância da autora para o pensamento/movimento feminista, possibilita que a área da saúde – a enfermagem em particular – incorpore de modo mais consistente os ensinamentos dessa mestra. Em *O Segundo Sexo*, ao discutir a condição feminina na França do pós-guerra, Simone descreve de modo detalhado o cotidiano da mulher no espaço conjugal e os dramas vividos ao decidir pelo aborto, sugerindo que a violência conjugal pode ser um fator influenciando tal decisão. Ela também nos fala da violência institucional sofrida nos hospitais, quando a mulher procura atendimento, devido a complicações.

Neste trabalho, tomamos as considerações de Simone sobre o aborto e a violência conjugal, confrontando-as com os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar a relação entre vivência da violência conjugal e opção pelo aborto, entre mulheres internadas num hospital em Feira de Santana, Bahia. Assim, tentaremos identificar, por um lado, os aspectos tratados por Simone e a atualidade do seu texto e, por outro, onde nossa pesquisa aponta novas possibilidades de interpretação no que tange à relação entre homens e mulheres no espaço da conjugalidade, onde têm lugar os atos de violência.

Há de se considerar neste exercício os espaços e suas especificidades. O temporal, que nos separa 50 anos da obra de Simone, e o geográfico, já que a realidade descrita é européia, mais especificamente da França. Entretanto, entendemos que as distâncias se tornam menores ao considerarmos o conjunto de recursos e equipamentos sociais conquistados pelo movimento feminista e postos à disposição das mulheres a partir da década de 60.

Das importantes transformações políticas e sociais da década de 60, é o campo da sexualidade que mais transformações traz para a vida das mulheres. Sem dúvida, é impossível não levar em conta as profundas transformações trazidas com a pílula anticoncepcional. O desenvolvimento de anticoncepcionais mais eficazes vem libertando de forma definitiva a sexualidade feminina das amarras da concepção e, assim, tem possibilitado às mulheres desfrutarem de uma vida sexual mais livre e plena. Os medicamentos para interromper a gravidez (o Citotec, por exemplo), apesar da sua proibição no Brasil, são usados em larga escala, facilitando a opção pelo aborto, principalmente entre mulheres em situação de violência.

Do mesmo modo, o surgimento das delegacias de proteção às mulheres tem dado maior visibilidade à violência antes circunscrita ao espaço doméstico, ao tempo em que as lutas levadas a efeito para a descriminalização do aborto e pela conquista dos direitos reprodutivos, torna possível um novo discurso para as mulheres brasileiras – até mesmo para as mulheres do interior da Bahia ouvidas na pesquisa que realizamos. Como se verá adiante, suas falas mostram semelhança com o que escreveu Simone sobre mulheres na França de cinquenta anos atrás.

O campo de realização da pesquisa em questão foi uma maternidade pública de referência municipal para o atendimento à mulher, credenciada ao SUS, e que desenvolve ações do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher em ambulatório e unidade de internação em Feira de Santana. Possui 68 leitos distribuídos para atendimento a partos normais, curetagem, puerpério cirúrgico e cirurgia ginecológica eletiva, atendimento de gestantes e cirurgias estéticas, além de pré-parto. Para o atendimento das crianças, dispõe de um berçário e de um Banco de Leite Humano, sendo considerado pelo UNICEF, “Hospital Amigo da Criança”.

Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas que, além de recolherem informações sobre a situação sócio-econômica das pacientes (salário, moradia, acesso a bens e serviços e distribuição geográfica, inserção no mercado de trabalho, etc.), abriram espaço para que elas discorressem sobre as formas de violência conjugal vivenciadas e sua experiência com a prática do aborto.

Assim, foram entrevistadas 35 mulheres casadas ou em uniões estáveis, internadas com história de aborto provocado e que referiram ter vivenciado violência conjugal. Dentre este conjunto, selecionamos 12 mulheres cujas entrevistas apontaram para a vivência de violência física. Segundo a faixa etária, 3 dessas mulheres tinham de 15 a 19 anos, 6 entre 20 a 26 anos e 3 entre 30 a 33 anos. Quanto à escolaridade, 9 tinham primeiro grau incompleto; todas possuíam parceiro fixo, sendo 17% casadas e 83% amasiadas com convivência regular com companheiro. Com relação a trabalho remunerado, 41% dessas mulheres auferem renda que varia de menos de 1 a dois salários mínimos e 59% são donas de casa, desenvolvendo trabalho doméstico sem nenhuma renda própria. Todas dependem parcial ou totalmente de ajuda financeira do companheiro e/ou parentes. Quanto à moradia, 33% moram em casa própria e 42% moram em casa alugada com companheiro e filhos; 17% moram com companheiro em casa de parentes (pais, tia). O número de filhos variou de zero a três e para a maioria das mulheres este foi o primeiro aborto.

O ESPAÇO CONJUGAL

A mulher, ao se casar, mantém uma perspectiva de dedicação ao marido e espera reciprocidade. Porém, descobre que em pouco tempo ela deixa de ser o alvo de atenção e desejo do companheiro; no ambiente social, não desfruta da mesma importância que o marido dá aos amigos, trabalho e lazer. Isto lhe traz sentimentos de frustração e infelicidade. Ideologicamente, espera-se que a mulher encontre a plenitude de felicidade no espaço da família como mãe e esposa sendo esta uma extensão da feminilidade. Mas o sentido de ‘felicidade’ no casamento não é o mesmo para homens e mulheres – uma questão já antecipada por Simone de Beauvoir em *O segundo Sexo*, ao observar que:

“O homem casa para ancorar na imanência, mas não para nela se encerrar; quer um lar, mas conservando a liberdade de se evadir dele; fixa-se, mas o mais das vezes continua vagabundo no fundo do coração; não despreza a felicidade mas não faz dela um fim em si; a repetição aborrece-o.” (p.209).

Os depoimentos das mulheres entrevistadas em nossa pesquisa sugerem que tal comportamento masculino ainda tem lugar na Bahia. Quando solicitadas

a falar de seus companheiros, muitas enunciaram qualidades (bons, calmos, trabalhadores, fortes, bons “pais de família”, socialmente agradável, alegre, calmo e conversador na rua); contudo, acrescentaram: “em casa reclama de tudo”, “é fechado”, “controlador”, “não dá satisfação de sua vida social”, “não compartilha o cotidiano da vida doméstica”. Tal como expressou Conceição, uma das entrevistadas, ao se queixar de que seu companheiro mantém uma rotina masculina de vida independente; mesmo constituindo família, ele continua comportando-se como solteiro: “Com as pessoas na rua, é uma pessoa alegre, conversador, calmo, mas em casa é grosseiro. Todos os dias sai de casa cinco horas da tarde e só volta meia noite. Não dá satisfação e não quer que eu reclame.”

Essas atitudes do companheiro se caracterizam, segundo os depoimentos das mulheres entrevistadas, como atitudes de menosprezo, indiferença, sarcasmo, longos silêncios ou manipulações, chantagem, ameaça, humilhação, destruição de objetos pessoais como forma de amedrontar ou obter obediência da mulher. De forma sutil, ele repete a mensagem de que a percepção da mulher sobre a realidade está incorreta. O companheiro fala sempre com autoridade, como dono da verdade, considera seu ponto de vista como único e correto, não dá validade e não valoriza as afirmações da companheira; no entanto, com os amigos e família ele se comporta de maneira agradável. A mulher vive um estado de confusão pela mudança de comportamento do homem, em público e no ambiente familiar, sentindo-se cada vez mais frustrada, angustiada, por não conseguir que o companheiro compreenda seus pontos de vista, compartilhe com seus planos e sentimentos. Começa a duvidar de sua própria experiência, sentindo-se culpada pelo que se passa. Assim, como observou Beauvoir (p.242), essa duplicidade de comportamento por parte do companheiro, destina a mulher à infelicidade.

A VIOLÊNCIA CONJUGAL

A violência é definida como constrangimento ou coerção física exercida sobre uma pessoa para modificar sua vontade na execução de um ato determinado. Para isto se usa a força, o poder e a dominação.

A violência conjugal parte da relação hierárquica, assimétrica, em que o homem ocupa a posição de mando, podendo valer-se de sua autoridade para punir, exigir e, por vezes, agredir a companheira. Isso porque, as famílias, ao se organizarem em torno do poder masculino, estruturam fortes laços de dominação e de desigualdades, estabelecendo relações de poder que afetam as mulheres. Na relação conjugal, a elas são atribuídas a submissão, a obediência, a dependência e a aceitação da autoridade do homem que tem o direito de controlar-lhes as expressões, a mobilidade, a sexualidade e as aspirações. Segundo observou Simone de Beauvoir (p.222):

“O casamento incita o homem a um imperialismo caprichoso: a tentação de dominar é a mais universal, a mais irresistível que existe (...) muitas vezes não basta ao esposo ser aprovado, admirado, aconselhar, guiar: ele ordena, representa o papel de soberano.”

Mais à frente, Beauvoir (p.223) refere que o homem “descarrega em casa”, acenando para a mulher com sua autoridade; diz ainda a autora que ele “mima a violência, a força, a intransigência: dá ordens com voz severa ou grita, bate na mesa”.

Percebemos que, passadas cinco décadas desde *O Segundo Sexo*, o que Simone de Beauvoir escreveu sobre essas atitudes masculinas ainda retrata o cotidiano das mulheres com quem conversamos. Ela descreve o que identificamos como “violência emocional” – uma forma de violência que, embora não seja reconhecida pelas mulheres entrevistadas como tal, faz parte do seu cotidiano com os companheiros.

De fato, as mulheres relatam que são comumente tratadas pelos companheiros com menosprezo e indiferença: eles as ignoram como pessoas, não dão importância ao que elas dizem ou fazem. Além disso, muitas reclamam que o companheiro não lhes dá o direito de ter amigos e de os receberem em casa; proíbe que saiam de casa e que tenham uma vida social, só permitindo visitas aos pais. Há também companheiros que controlam o que a mulher veste, chegando até mesmo a rasgarem e jogarem na rua as roupas que não gostam. Muitos também intimidam através de ameaça física, quebram objetos dentro de casa; humilham através de palavras depreciativas e do desprezo, tratam a mulher como uma serviçal e ameaçam abandoná-la. Tal qual se expressa na fala das mulheres:

“Ele goza do que falo, não liga quando eu choro, me compara com outras mulheres. Trata-me com indiferença, não me dá carinho. Para ele eu sirvo para cozinhar, lavar, passar e ir para cama quando ele quer.”
(Celina)

“Ameaça me bater, me humilha, diz que está com amante, que sou maluca.” (Solange)

“Quando saio com ele, não posso olhar para o lado, só visto a roupa que ele quer e deixa. Não me deixa ter amigas, diz que agora sou casada e não posso ficar batendo perna. Que ele é um bom marido e não tenho do que me queixar.” (Francisca)

“Quebra as coisas dentro de casa, rasga minhas roupas, joga minhas roupas na rua.” (Sonia)

As mulheres confessam que se sentem muito mal com o comportamento dos companheiros; para elas, tal como referiu De Beauvoir (p.222), “o companheiro representa um ingrato e injusto”. Entretanto, consideram esses comportamentos como algo muito comum entre os homens, ou seja, elas “naturalizam” a violência emocional por parte dos companheiros, entendendo-a como algo já esperado na relação conjugal.

Outra modalidade da violência conjugal consiste na violência sexual, que tem lugar quando o homem impõe e mantém relações sexuais com a companheira, mesmo contrariando a vontade da mulher, seja pelo uso de força física ou da coerção emocional. É também violência sexual obrigar a companheira a praticar certo tipo de conduta sexual com a qual ela não concorda.

Esse tipo de violência também foi identificado nos depoimentos das entrevistadas. Elas relatam que seus companheiros criticam seu desempenho sexual através de palavras depreciativas (“é ruim de cama”, “é fria”, “é uma geladeira”); comparam-nas com outras mulheres; reivindicam seu direito conjugal independente da vontade dela; utilizam a intimidação através da ameaça de abandono ou de procurar outra mulher caso a companheira se negue a ter relações sexuais; e utilizam violência física ou insistência até a mulher ceder aos seus desejos. Não à toa, as mulheres falam da relação sexual com um ato de “fazer” e “dar” ao parceiro o que ele quer e não como um ato a ser compartilhado.

Celina e Mariana referem em suas falas que utilizam a relação sexual para satisfação do companheiro e como forma de diminuir o conflito conjugal. Os companheiros não as vêem como detentoras de direitos; para eles, é obrigação da mulher satisfazê-los e agradá-los.

“Eu vivo magoada, quando ele procura querendo sexo, eu não quero. Ele fica falando, brigando, diz que sou uma geladeira. Muitas vezes faço sem vontade só para não ter briga.” (Celina)

“O homem quer sexo todo o dia. Eu não quero, porque tem dia que estou cansada, mas ele não entende. Eu queira ou não, tenho que dar. Ele briga, fala alto, me futuca a noite toda sem me deixar dormir, até eu dar. Eu fico zangada e não sinto nada. Fala de homem que arranja mulher na rua. Diz que não tem ninguém e que é minha obrigação. Quando o homem não tem sexo a noite, pela manhã ele amanhece procurando briga. Fala da comida, reclama dos filhos, exige tudo na mão como se eu fosse sua empregada. Eu digo a ele que não sou sua empregada, que sou sua mulher. Ele diz que sou um zero a esquerda. Que não sirvo prá nada. Aí prá viver bem, tenho que dar toda vez que ele quer.” (Mariana)

Gilda relata as ameaças sexuais feitas pelo companheiro, que pressiona para que ela ceda aos seus desejos, seja comparando-a com outras mulheres dos seus relacionamentos extraconjugais e desqualificando-a como “fria na cama”, seja pela ameaça de procurar mulher na rua.

“Às vezes quando ele quer e eu não quero, ele fica azuado. Ameaça procurar mulher na rua, diz que devo ter outro homem, considera minhas amigas ou outras mulheres como sendo melhores que eu e mais bonitas.”

Tereza relata a indiferença sexual que o companheiro demonstra por não ter consideração pelas necessidades sexuais dela: o que a faz se sentir como um mero instrumento de satisfação para ele.

“Eu não sei como falar do meu relacionamento sexual. Porque ele antes me procurava, hoje me trata com indiferença. É a coisa mais rara ele me procurar, diz que não tem vontade. Só faz a relação quando quer, não se interessa se eu gostei, faz e pronto; vira para o lado e dorme. É uma coisa fria.”

A violência física representa outra manifestação de violência conjugal; pode envolver empurrões, tapas e outras formas de agressão com ou sem a utilização de objetos. Esse tipo de violência pode surgir de repente, não necessitando justificativa, como pode apresentar-se de maneira cíclica e manter-se durante muitos anos.

Todas as nossas entrevistadas relataram experiências de violência física. Tais episódios foram precedidos de violência emocional, tais como humilhação, ameaça, xingamentos; em algumas instâncias, aconteceram sem qualquer justificativa, pelo simples fato dos companheiros chegarem embriagados; já em outras, a agressão física veio em resposta a reclamações por parte das mulheres.

Mércia descreve que ao reclamar com o companheiro sobre a situação que estão vivendo, ele mantém, inicialmente, uma atitude de indiferença ou de deboche, transferindo para ela a culpa dos conflitos. Também nega a existência de problemas conjugais, interrompe qualquer reclamação que ela faz, dando pouca importância ao fato; diz sempre que ela está errada sobre o que está percebendo. Porém, quando está irritado, aceita o confronto e justifica sua ação como revide pelo que ela diz ou faz; daí, parte para a agressão física:

“Logo no início quando a gente ficou junto era bom, depois que eu engravidei e tive meu filho ele mudou. Quando eu reclamo ele ameaça

me bater, me largar. Me humilha, diz que está com amante, porque eu não presto para nada. Outras vezes, diz que eu é que fico imaginando coisa, que sou maluca. Quando fica irritado me empurra e dá tapas sempre que reclamo.”

Beauvoir (p.223) refere que o homem se acha convencido de seus direitos e que a menor autonomia conservada da mulher lhe parece rebeldia. Esse parece ser o problema enfrentado por Maria; ela descreve tentativas de enfrentamento ao demonstrar sua insatisfação com a realidade vivenciada, reclamando, discutindo as atitudes ou comportamentos do companheiro; ele responde utilizando a força física:

“Todas as vezes que ele se encontra com a outra mulher, ele diz que está dando assistência a sua filha. Eu fico com ciúme e começo a reclamar e a gente briga e ele diz que a culpa é minha. Eu é que provoco, as discussões fica feia ele me xinga eu xingo ele e por algumas vezes ele já me empurrou para eu cair e já me bateu. Algumas vezes ele já me empurrou e me deu tapa.”

Já no caso de Viviane, o companheiro a agride e depois pede desculpas mostrando consideração, prometendo que a agressão não vai se repetir. No entanto, depois que fazem as pazes, ele se torna hostil novamente, impondo a sua vontade e tudo recomeça. Em outras palavras, quando estão juntos, ele agride, quando ela vai embora, ele vai buscar.

“Tem 4 anos que ele começou a beber. Antes ele reclamava muito de tudo e me forçava ter relações todos os dias. Quando começou a beber ele começou a me bater. Quando era no outro dia pedia desculpa, dizia que não lembrava de nada, que não ia fazer de novo, passava um dia fazia tudo de novo. Eu larguei ele uma vez, ele foi me buscar. Agora eu tornei largar ele, ele fica atrás de mim, me ameaçando. Eu estou morando na casa de minha irmã. Outro dia ele entrou na casa de minha irmã e me bateu lá. Eu não posso sair de casa. Outro dia me encontrou na rua me jogou pedra, saiu atrás de mim xingando e diz que vai me matar.”

Com relação a busca de ajuda, a maioria das mulheres referiram não ter solicitado ajuda de ninguém. Inicialmente, elas se sentem culpadas da situação, tentam racionalizar, minimizar e justificar a situação considerando-a natural, ou sentindo-se perdidas ou envergonhadas em falar sobre o assunto com alguém. As que sofreram violência física e que buscaram ajuda, recorreram à Delegacia da

Mulher. Frequentemente, as mulheres não relatam o abuso, pois é difícil para elas se definirem como vítimas; é penoso admitirem que a pessoa a quem amam é um agressor. Há também medo de represálias, não apenas por parte dos companheiros, mas também da sociedade.

Tereza e Solange relatam que nunca buscaram ajuda por considerarem o relacionamento conflituoso com o companheiro como algo privado e que não deve haver interferência externa.

“Não vejo necessidade de por qualquer coisa sair correndo buscando ajuda. A gente tem que resolver.”

“Nem minha família sabe o que estou passando.”

Conceição refere a busca de ajuda do irmão e em sua fala demonstra a necessidade de uma proteção e provisão masculina:

“Meu irmão sabe de toda minha situação e deu parte na Delegacia da Mulher. Eu não posso voltar para ele, porque ele não me dá nada e se eu voltar meu irmão não vai mais me ajudar.”

Apesar da situação a que estão sujeitas, algumas mulheres constroem formas variadas de resistência, pois não aceitam a situação passivamente. Essas estratégias vão desde as várias tentativas de agradar o companheiro, à busca de apoio com os familiares até à revolta, discussões, frieza sexual para que o companheiro sinta que não é desejado, e ao uso das mesmas formas de agressão a que são submetidas.

Simone de Beauvoir (p.221) já identifica em seu livro as formas contraditórias que a mulher tem de reagir à dominação do companheiro: “Em uma luta em que a insuficiência intelectual condena a mulher a ser sempre vencida a jovem esposa apela para o silêncio, ou as lágrimas, ou a violência”. Porém, ela refere que outras mulheres não lutam seja por timidez, inabilidade ou preguiça, deixando que o homem forje as opiniões que lhe são comuns. Ao mesmo tempo, reconhece algumas reações da mulher frente a atitude autoritária do companheiro, afirmando:

“...ela revolta-se. Mesmo se começou reconhecendo o prestígio viril, seu deslumbramento dissipa-se depressa (...) Por vezes, a mulher se submete com complacência masoquista; assume um papel de vítima e sua resignação não passa de uma censura silenciosa; mas muitas vezes, também ela luta abertamente contra seu senhor, e por seu turno esforça-se para tiranizá-lo. O homem é ingênuo quando imagina que submeterá facilmente a mulher a suas vontades e a formará como quiser.” (p.223-224).

Continua a autora:

“Sem lhe opor nada de positivo, ela se esforça para contradizê-lo sistematicamente, atacá-lo, magoá-lo; esforça-se por inculcar-lhe um complexo de inferioridade (...) Nos casos em que lhe for impossível contestar a supremacia espiritual do marido, tentará conseguir seu revide no terreno sexual. Ou recusa-se a ele (...) ou ela se retesa nos braços masculinos e lhe aflige a afronta da frigidez.” (p.224-225).

Ao discutirmos as estratégias de resistência queremos reconhecer que no relacionamento conjugal existe uma circulação de poder. Apesar do poder feminino ser menor que o poder masculino, ele existe e a mulher, de modo informal e muitas vezes até inconsciente, exercita esse poder. No entanto, as estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres em situação de violência não significam cumplicidade no sentido de serem co-responsáveis pelos atos de violência de que são vítimas. Elas estão envolvidas em relações interpessoais assimétricas vividas de maneira única, e cheias de combinações, ambigüidades e tensões.

A partir desse raciocínio, consideramos o aborto como um estratégia de resistência numa situação de violência. Trata-se de uma decisão tomada pela mulher após avaliar o relacionamento conjugal.

O ABORTO

O aborto como forma de resistência propriamente dita representa uma reação feminina às diversas modalidades de violência emocional, física e sexual a que a mulher se vê submetida. É um ato de autonomia: um exercício de poder em que a mulher se recusa a manter a gravidez por projetos de mudança de vida como trabalhar, rompimento da relação conjugal e porque não deseja criar o filho sozinha.

A decisão pelo aborto representa a quebra de muitos paradigmas: a mulher quebra o paradigma social, quando toda a sociedade considera a maternidade a maior realização feminina e ela interrompe a gravidez. A mulher quebra o paradigma legal, quando se coloca como transgressora do discurso oficial vigente num país que considera o aborto como crime. Para Simone de Beauvoir, o código obstina-se em fazer do aborto um delito e isto obriga a mulher “a executar essa operação delicada clandestinamente”. Essa autora refere que as mulheres interiormente respeitam a lei que infringem e sofrem ao cometer o delito.

Sem dúvida, isso pode ser ainda mais difícil para aquelas que professam uma religião. A decisão pelo aborto representa uma quebra do paradigma do discurso religioso; o estado de tensão e pressão emocional que envolve a mulher, leva-a a

colocar a decisão de abortar acima do discurso e de seus valores religiosos.

A mulher rompe com seus próprios valores pessoais, quando idealiza casar e constituir uma família. Em seu próprio discurso, ela pode até se colocar contra o aborto; porém, a frustração de seus sonhos e a situação conflituosa que vivencia no relacionamento conjugal, muitas vezes levam-na a decidir pelo aborto. A mulher renega os valores da feminilidade, seus valores pessoais, no momento em que a ética masculina se contesta de maneira mais radical.

O aborto representa um problema de saúde, pois o ato envolve risco para a vida da mulher, com uma alta incidência de morbimortalidade. Já em 1949, Simone referia que se pretendia tratar o aborto como uma intervenção perigosa, porém “médicos honestos reconhecem (...) que o aborto feito por meio de especialistas numa clínica e com medidas preventivas necessárias não comporta grandes riscos.” (p.249). Continua a autora: “o fato de ser a operação clandestina e criminoso, multiplica-se os perigos e dá-lhe um caráter abjeto e angustiante.” (p.255).

Ela relata que naquele período (década de 40), na França, o número de abortos praticados anualmente era igual ao número de nascimentos. “É um fenômeno tão expandido que cumpre considerá-lo como um dos riscos normalmente implicados na condição feminina.” (p.249).

Além disso, Simone de Beauvoir há 50 anos já descrevia a situação de violência institucional a que a mulher em busca de atendimento hospitalar, nos casos de abortamento incompleto e apresentando complicações, estava e ainda está sujeita. “Os hospitais são obrigados a receber a mulher cujo abortamento se acha iniciado; mas castigam-na sadicamente recusando-lhe qualquer calmante durante a operação final de raspagem.” (p.254).

No processo de abortamento, a mulher, seja sob pressão do companheiro ou mesmo por uma decisão totalmente livre, assume a responsabilidade sozinha. Ela é obrigada a manter em sigilo o nome das pessoas que realizaram a prática abortiva na clandestinidade, o preço pago pelo ato, o local em que foi realizado, o nome da farmácia que vendeu ilegalmente o medicamento, submetendo-se ainda, silenciosamente, a alguma manifestação de violência intrafamiliar e institucional nos serviços de saúde, ao procurar atendimento devido a complicações. Como observou Beauvoir (p. 255):

“...as mulheres sofrem por terem de apelar para cúmplices. Suportam primeiramente a humilhação de mendigar um endereço, os cuidados médicos, arriscam a ser maltratadas com altivez ao serem atendidas (...) em sua maioria, os homens ignoram que a mulher vive um misto de medo e vergonha.”

O aborto está relacionado com o corpo e a sexualidade da mulher, portanto, vinculado à sua identidade, à sua auto-estima como também à sua vida

afetiva. É um problema que liga o casal, ainda que o homem se exclua ou se omita. Essa posição masculina é também referida por Beauvoir, quando afirma: “os homens tendem a encarar o aborto com displicência; considerando-o como um desses numerosos acidentes a que a malignidade da natureza condenou as mulheres; não medem os valores que se acham empenhados no aborto.” (p.256).

É um acontecimento vivido de maneiras variadas, mas sempre provido de grande carga emocional. Simone de Beauvoir reflete que a “mulher acha-se dividida no interior de si mesma. É possível que seu desejo espontâneo seja conservar o filho que impede de nascer”. Mesmo que não deseje positivamente a maternidade, sente com mal-estar a ambigüidade do ato que pratica.

Simone de Beauvoir cita, porém, que “o aspecto moral do drama é sentido com maior ou menor intensidade segundo as circunstâncias diferenciando da classe social a qual a mulher pertence”. Para mulheres sem preconceitos e com condições financeiras que permitem a procura de clínicas especializadas, o aborto ocorre sem maiores riscos:

“Primeiramente obtém muito mais facilmente uma licença para um aborto terapêutico (...) na ausência de cumplicidade oficial, ela encontra ajudas oficiais igualmente seguras. Porém, para as mulheres que estão numa situação de pobreza e de miséria além dos riscos que estão sujeitas ainda se submetem a moral burguesa.” (p.255).

Através de seus relatos, as mulheres que entrevistamos expressaram ambivalências, contradições, tensões e dilemas como parte de suas percepções e experiências subjetivas, mas todas estavam determinadas a abortar e viabilizaram a decisão devido à situação de violência vivenciada. Entre as razões específicas apontadas por elas na tomada de decisão pelo aborto, destacam-se: a instabilidade conjugal devido às discussões freqüentes; a indiferença por parte do companheiro; o peso das responsabilidades domésticas, incluindo-se a da criação dos filhos; o expresso desejo do parceiro de que a mulher tenha um filho atrás do outro, o que é percebido por elas como uma forma de mantê-las presas em casa; a exposição à violência física; dificuldades financeiras que intensificaram os conflitos; e a necessidade de punir o companheiro pelo tratamento que vem recebendo por parte dele. Em algumas instâncias, as mulheres foram intimidadas, forçadas, ou mesmo agredidas pelo companheiro para abortar; nessas instâncias, por estarem em situação de dependência emocional ou econômica, as mulheres renunciaram à sua liberdade e sua vontade como forma de diminuir o sofrimento.

Celina e Mariana apontam a necessidade de se libertar de casa como razão em abortar; a maternidade, segundo o desejo dos companheiros, é para mantê-las confinadas em casa. Mas elas percebem que a contracepção, reprodução e criação dos filhos estão sob sua total responsabilidade.

“Já tenho um filho, as condições não estão permitindo. Ele não está assumindo as responsabilidades. Eu trabalho, mas meu salário não dá e não tenho quem tome conta de meu filho. Ele nem sabe que abortei, mas eu tenho que cuidar de mim. Pelo gosto dele eu paria um todo ano. Só pode ser para eu ficar presa dentro de casa cuidando de filho e ele na rua se divertindo. Senti aliviada, porque não podia ter esse filho agora. Comecei a trabalhar e preciso me libertar.”

“Se não for agora, vou ficar presa, cuidando de filho e sofrendo com marido. Eu já tenho três filhos, a situação não está boa e eu não tenho mais idade para parir. Ele também disse que não queria mais filho, que a culpa é minha, que eu desse um jeito. Aí ele comprou Citotec e eu tomei. Eu preciso trabalhar.”

Algumas mulheres decidem abortar diante da incerteza dos sentimentos em relação ao parceiro, ou no momento em que os parceiros recusam-se a assumir a paternidade e elas não têm perspectiva de assumirem a maternidade sozinhas. Beauvoir (p.253) refere que “o próprio sedutor convence a mulher a se desembaraçar do filho. Ou ele já a abandonou quando fica grávida, ou quer generosamente esconder-lhe a desgraça, ou não encontra nenhum auxílio nele.”

Francisca relatou que sua decisão pelo aborto foi provocada pela recusa do companheiro em assumir a paternidade; ela não deseja assumir sozinha a maternidade.

“Eu tomei um chá para a menstruação descer. Estava atrasada três meses, eu disse para ele que estava com um bolo na barriga e assim mesmo ele continuou a me bater. Ele disse que não queria filho nenhum, eu não sei se ele vai continuar comigo e eu não tenho como sustentar um filho.”

Beauvoir (p.261) descreve que a qualidade da vida afetiva da mulher tem uma grande influência na manutenção ou interrupção da gravidez.

“Uma mulher que tem afeição pelo marido modela seu sentimento pelos dele; acolhe a gravidez e a maternidade com alegria ou mau humor segundo ele se sinta orgulhoso ou aborrecido. Por vezes o filho é desejado, a fim de consolidar uma ligação, um casamento e o apego que lhe dedica a mãe depende do êxito ou do malogro de seus planos.”

Maria decide pelo aborto como forma de diminuir o conflito conjugal e preservar o relacionamento com o companheiro.

“Meu marido disse que não queria o filho. Eu fiz ultrassonografia e deu que era menino e ele disse que não quer filho homem, só filha. Aí eu fiz o

que ele quis. Ele comprou e eu tomei Citotec. Pra que procurar confusão, se a gente vive bem.”

Diná decide abortar para não ter de parar de trabalhar, como também pela incerteza da continuidade do relacionamento e dos sentimentos do companheiro. O aborto é um momento de reflexão da qualidade do relacionamento.

“Estou com um filho pequeno que só faz mamar. Estou passando necessidade, completamente presa, dependendo sempre dele. Se eu parisse outro filho agora sei que não voltaria a trabalhar. Ele está cada vez mais independente, se importando muito pouco comigo. Preciso trabalhar e cuidar de minha vida. Eu procurei uma mulher porque estava decidida. Ele não sabe que abortei e eu não vou dizer. Não parei nem para pensar o que sinto com o aborto, mas precisava fazer e também preciso me cuidar.”

Gilda aborta devido aos conflitos com o companheiro. Representa uma modalidade de resistência por ser uma atitude de recusa de parir um filho, como forma de punir o companheiro. No entanto, não deseja pôr em risco a relação:

“A gente brigou mais uma vez, aí eu tomei Citotec e não disse nada pra ele. Ontem, quando começou a dor, eu saí de casa e vim para o hospital. Ele só veio saber depois que fiz a curetagem. Quando soube do aborto, veio aqui no hospital e começou a chorar dizendo que queria o filho. Ele não sabe que tomei remédio, ele pensa que foi por causa da briga e está todo arrependido. Eu quero que ele fique se sentindo assim para vê se ele aprende e melhora.”

Conceição decide abortar devido a intensificação da indiferença do companheiro após a notícia da gravidez, somada à negligência dele em manter a família:

“Outro filho agora seria uma desgraça. Ele não liga para a família, quer viver como homem solteiro. A gente está passando necessidade e eu não vou agüentar muito tempo. Estou pensando em ir embora para casa de meus pais e seria difícil ficar com dois filhos. Eu tomei chá de hortelã bravo e comecei a ter *hemorragia*.” (grifo nosso).

Mércia e Sonia abortam em resposta às agressões físicas que se intensificaram com a gravidez, porque o companheiro não aceita assumir o filho. Sentiram-se coagidas pelo companheiro a abortar.

“Eu já tenho uma filha e ele também tem uma. Eu só quero um filho se eu ficar com ele. A gente sente uma tristeza em fazer isso e eu acho que a culpa não é minha só. Me deu uma raiva dele, por ter que fazer o aborto, porque ele não quis o meu filho. Mas também sozinha eu não vou assumir.”

“Com tudo isso que já contei, eu já tenho dois filhos e não podia parir mais esse. Olhe aqui, eu estou toda marcada, de pancada que tomei agora com dois meses de gravidez. Eu saí de casa e abortei.”

Vale aqui ressaltar que, em *O Segundo Sexo*, Beauvoir (p.257) descreve a influência que o homem tem na decisão da mulher abortar, quando a ameaça, coage ou suplica que a mulher aborte:

“A mulher encarna, numa figura concreta e imediata, em si, a falta do homem; ele comete a falta, mas livra-se dela na mulher; ele diz somente palavras, num tom suplicante, ameaçador, sensato, furioso; esquece-as depressa; cabe a ela traduzir essas frases na dor e no sangue.”

Com relação à experiência do aborto propriamente dito, as mulheres no grupo estudado descreveram-na como uma experiência bastante difícil, estando presentes sentimentos ambíguos, que variam da tristeza, frustração, culpa, revolta por ser forçada pelo companheiro a abortar, medo pela sua própria vida e, ao mesmo tempo, alívio por solucionar o problema de uma gravidez indesejada. Além da situação conflitiva relacionada ao aborto, a mulher ainda experimenta os sentimentos provocados pela situação de violência a que está submetida tais como: baixa auto-estima, temor permanente, sentimento de culpa pela situação que está vivendo, sentimento de vergonha e humilhação.

O período da confirmação da gravidez até o período pós-aborto se configura como um período de grande tensão emocional, descrito pelas entrevistadas como período de muita raiva, solidão, angústia e irritação.

Mariana e Gilda refletem a solidão e dor que envolvem o ato de abortar:

“Eu não pude comprar o anticoncepcional esse mês, ele não se conforma em usar camisinha. É duro, saber que o homem não compreende e depois a gente tem que assumir o aborto sozinha.”

“Não é fácil para uma mulher saber que está matando seu filho. A dor que a gente sente eu acho que nunca mais eu vou esquecer. Porém, eu sabia que seria mais um filho que cuidaria sozinha, porque nada faz ele mudar. Eu estou com muita raiva dele e para ter outro filho ele vai ter que provar que mudou, se não nunca mais vou parir um filho dele.”

Beauvoir (p.255) afirma que a “dor, doença, morte assumem um aspecto de castigo: sabe-se que a distância separa o sofrimento da tortura, o acidente da punição faz com que a mulher sinta-se culpada.”

Diná e Conceição descrevem sentimentos de arrependimento, mas que não desejam ficar pensando no ato, estando com as emoções embotadas.

“Eu me arrependi, mas eu acho que quando uma mulher faz isso não pode ficar pensando muito.”

“Eu não estou sentindo nada. Eu quero ficar livre de tudo isso. Estou anestesiada.”

Beauvoir (p.255) observa que os riscos que a mulher assume, fazem com que ela se pense como culpada. É essa interpenetração da dor e do erro que se apresenta como singularmente penosa. Tal como relata Solange:

“A dor aqui dentro é muito grande. Eu me sinto culpada de ter cedido para fazer o que ele queria. É uma mistura de raiva, culpa, tristeza.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, a aproximação entre as afirmações de Simone de Beauvoir transpostas para uma realidade brasileira do interior baiano, cinquenta anos depois de *O Segundo Sexo*, evidencia a clareza da autora e a atualidade do seu texto, por outro, remete-nos a algumas reflexões.

É evidente a atualidade do discurso de Simone quando se estuda a Violência de Gênero e o aborto. O comportamento masculino, tão detalhadamente descrito pela autora, responsável por manter a subordinação feminina no espaço conjugal, repete-se muitas vezes nas descrições das mulheres expostas a situações de violência que entrevistamos.

É inegável que o movimento feminista revolucionou a vida das mulheres, dando visibilidade às situações discriminatórias e excludentes nos espaços públicos e privados. Nota-se, entretanto, que o espaço conjugal é extremamente contraditório e há necessidade de compreender além da dinâmica de gênero, a de classe social, de etnia, de espaço geográfico dentre outras, para romper os limites que esse espaço ainda impõe à vida das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Vol. 2 - A experiência vivida.

A SIMONE, COM CARINHO

Alda Britto da Motta

Jamais consegui me aproximar de Simone de Beauvoir com frieza ou distância. Hoje, feminista e crítica, tento um distanciamento maior para a análise, mas o afetivo continua a se impor: quando elaborei a proposta/resumo desta fala, ao final, sem hesitação, intitulei-a “com carinho”. É ainda a mestra, então, que contemplo: a vanguardista social, e do feminismo em particular, a analista de aguda percepção, cujas idéias em grande parte lhe sobrevivem e nos servem.

O pioneirismo e a erudição de Simone são um grande legado teórico e existencial. As atuais “partes mortas” de “O Segundo Sexo” apontam, na verdade, a morte gloriosa das velhas relações, para a renovação; foram substituídas por melhores maneiras de viver, na contemporaneidade. Quero dizer: Simone denunciou, as mulheres reconstruíram suas relações e seu lugar social. Aprendendo, afinal, que *todas* sabem sorrir e que os modos de afirmação social não se realizam

apenas pelo “meu jeito” doméstico. Abriram outros caminhos, de trabalho e lutas, em uma sociedade que, por sua vez, vem se abrindo para essas novas possibilidades.

A categoria *gênero* tem seu primeiro e brilhante esboço naquele “Não se nasce mulher...”, antes mesmo de alcançar um nome e uma definição. As idades, também pioneiramente, já se representam ali. A categoria *velhice* é que ainda precisa “morrer” - na extrema severidade com que foi analisada por Simone, e no preconceito com que ainda é socialmente tratada – para renascer como consciência afirmativa, social e ao mesmo tempo de cada pessoa; e que não chegue a cada um “pelos olhos dos outros”, como ela tão bem percebeu.

De onde vem essa minha afetividade?

Li *O Segundo Sexo*, pela primeira vez, ainda adolescente, e o sentimento foi ambíguo: a admiração pela monumentalidade de concepção da obra e pela suave coerência do modelo teórico/filosófico existencialista, com o qual tinha leve familiaridade. Ao mesmo tempo, tomava-me uma impaciência pelo exagero de recursos às *provas* psicanalíticas, ou psiquiátricas, além do desagrado, em alguns momentos, ante a dureza, talvez até frieza, com que eram expostas suas, nossas semelhantes, as mulheres.

Só alguns anos e livros – inclusive os autobiográficos – adiante iria desenvolver a admiração afetiva pela sua trajetória intelectual e política – Simone era uma mulher *autêntica*, como nós, jovens da época, repetíamos e sonhávamos vir a ser – o que me faria sempre referi-la apenas como Simone, a especial, sem necessidade de sobrenome, tão próxima me sentia. E logo tão alegre pela oportunidade de vê-la pessoalmente, em Salvador, na Reitoria da UFBA., sempre com Sartre... Ter intitulado esta fala “com carinho” é, ainda, um transbordamento daquele tempo.

... E muitas de suas idéias, frases brilhantes, expressões justas, me ficaram; até algumas que, pela própria dinâmica da sociedade, perderam a atualidade – mas que eram, na época em que foram enunciadas, de maior expressividade e verdade. Imagine-se as que se conservaram vivas!

Entretanto, houve um capítulo, naquele livro tão precioso e abarcante – em quadros teóricos, em percepção das idades e situações específicas da mulher – que nunca me agradou. E contraditoriamente, por uma própria injunção do desenvolvimento do meu interesse atual de estudo, que sintoniza com uma questão social premente, é àquele capítulo que, paradoxalmente, preciso retornar. Trata-se do tema “Da Maturidade à Velhice”- tratado com a severidade cruel de quem ainda não vivenciara em cheio uma situação sabidamente difícil e mal conduzida pela sociedade.

Simone iria, aliás, manter a visão negativa do processo enquanto envelhecia, num período social de ainda maior preconceito que este nosso, a ponto de, o momento chegado, ter declarado, na década de 60, com a honestidade de sentimentos e expressão habitual, o estar envelhecendo como “o fato mais significativo” que lhe acontecera naquele período mas, ao mesmo tempo, “para o qual não discernia compensação”.

Entretanto, segue se ocupando muito da questão, da sua velhice e da dos outros (sua mãe, Sartre, amigos), expandindo o tema até na ficção, como em *La Femme Rompue*, de 1968, mal traduzida para o português como *A Mulher Desiludida*, e apenas em 1986, ano de sua morte.

Dois anos depois da apresentação ficcional dessa mulher “dilacerada” pelo seu processo de envelhecimento e impaciente com o do marido, já com 21 anos de distância de *O Segundo Sexo* Simone produz seu segundo grande ensaio teórico/existencial, *A Velhice*, enquanto vai publicando toda a restante obra autobiográfica que a acompanhou até a sua morte – com uma visão da velhice que é sempre dura e, sobretudo, negativista.

Muito do estilo formal e teórico de *O Segundo Sexo* é levado para *A Velhice* – mas neste, as tintas existenciais são escurecidas, enquanto o enfoque de classe social atinge muito maior peso, e responsabilidade ampliada nas mazelas e misérias a que a velhice é submetida. Não admira: está muito menos crítica do marxismo e enormemente próxima de descobrir-se feminista.

Em *O Segundo Sexo*, a mulher é o outro existencial; em *A Velhice*, o velho é, pior, o outro marginalizado. Em *O Segundo Sexo*, esse Outro que não é a norma – e que iria reaparecer em Viola Klein, como *out group* (extra-grupo) e na crítica feminista posterior como o fulcro do androcentrismo – esse Outro, desde Simone, sendo aquele que é diferente ou que não é igual ao mesmo. Assim também, e de maneira piorada, a visão do velho. Tanto que seria – e ainda é – mais fácil o homem ter, em relação à mulher, uma atitude igualitária, do que o jovem em relação ao velho.

Uma das grandes percepções expressas por Simone é justamente a de que a velhice nos chega pelos olhos dos outros – o que vai reforçar o conflito de cada um em assumir essa identidade por vezes dolorosa, principalmente porque desvalorizada socialmente. E vai acentuar, também, o próprio conflito interno (ou alienação) que no processo de envelhecimento se instala – muito claramente quando se consulta o espelho... e é difícil acreditar no que se vê... “... não sou eu essa mulher velha que o espelho reflete.” (p. 348). (O espelho, pedra de toque nas análises do tempo e do envelhecimento – mas nele não poderia me deter, agora).

Ainda em *O Segundo Sexo* Simone comenta: “A mulher confia em suas evidências interiores, mais do que nesse estranho mundo em que o tempo avança

recuando, em que seu duplo não se parece mais com ela...” Para em seguida atizar o exagero cruel: “Por isso, ela está predisposta aos êxtases, às iluminações, aos delírios.”! (p.348).

A narrativa de Simone sobre o envelhecer é, de logo, dramática: “Enquanto ele [o homem] envelhece de maneira contínua, a mulher é bruscamente despojada de sua feminilidade; (...) cabe-lhe viver, privada de todo futuro, cerca de metade da sua vida adulta.” (p.343).

Logo adiante: “Muito antes da *mutilação* [grifo nosso] definitiva, a mulher sente-se obcecada pelo horror de envelhecer.” (p.343). E a grande verdade, principalmente da época: “O homem maduro acha-se empenhado em empresas mais importantes que as do amor; (...) e como não lhe pedem as qualidades passivas de um objeto, as alterações de seu rosto e de seu corpo não arruinam suas possibilidades de sedução.” (p.344).

Em relação à mulher que envelhece, as análises são sempre cruéis, com expressões que nunca deixaram de me parecer exageradas e até despropositadas – à minha precoce leitura de jovem e ainda à minha avaliação de hoje. Exemplos: “Pode trapacear com o espelho, mas quando se esboça o processo fatal, irreversível, que vai destruir nele todo o edifício construído durante a puberdade, sente-se tocada pela própria fatalidade da morte.” (p.344). E outro: “... parece-lhe que não faz senão sobreviver a si mesma.” (p.344). Adiante: “Gostaria de recomeçar. Antes de tudo procura deter o tempo num esforço patético.” (p.345).

Tangencia uma avaliação justa, para imediatamente completá-la com uma negativa caricatura: “A mulher que envelhece sabe muito bem que se deixa de ser um objeto erótico não é somente porque sua carne não oferece mais ao homem riquezas frescas: é também porque seu passado, sua experiência fazem dela, quem ou não, uma pessoa; lutou, amou, quis, sofreu, gozou por sua conta: esta autonomia intimida-a; procura renegá-la; exagera sua feminilidade, enfeita-se, perfuma-se, faz-se toda encanto, graça, pura imanência; (...) ao invés de falar, cacareja, bate palmas, ri às gargalhadas.” (p.345).

A severidade se atenua quando a velhice é posta como inexorável e aceita com algum conformismo: “A partir do dia em que a mulher consente em envelhecer, sua situação muda.” Mas não muito, parece.

Há uma percepção de trajetória, mas a conclusão final é sempre dramática:

“É em seu outono, em seu inverno, que a mulher se liberta de suas cadeias: invoca o pretexto da idade para obviar as tarefas que lhe pesam; conhece demasiado o marido para ainda se deixar intimidar por ele, evita-lhe os amplexos; ao seu lado, na amizade, na indiferença ou na hostilidade, constrói uma vida própria. Se ele declina mais depressa, ela assume o comando.” (p.351).

“Liberta-se das obrigações mundanas, dos regimes, das costureiras, dos cabeleiros. Os filhos, adultos, casados, já não precisam dela.” (p.351).

E a brilhante – felizmente datada – conclusão final: “Ela descobre essa liberdade no momento em que não tem mais o que fazer dela.” (p.351).

“Volta-se para a vida dos filhos” – e esse relato, por Simone, da experiência que nunca quis ter, é até cruel. Como se todas as mulheres se tornassem em *sogras* de novela, ou em psicopatas, em sua “influência maléfica” (p.356), ou personagens de anedotas de almanaques, mães ciumentas, invejosas da juventude e da sexualidade dos filhos.

O quadro é suavizado em relação àquelas que “respeita(m) autenticamente a pessoa humana no filho, que lhe reconhece a liberdade até nos malogros, que com ele assume os riscos que todo empenho implica.” Mas acrescenta: “Nada mais raso.” (p.353).

Também, afinal, em relação aos netos: “...se, renunciando a possuí-los inteiramente, a avó conserva pelos netos uma verdadeira afeição, pode desempenhar na vida deles um papel privilegiado tutelar; não se reconhecendo direitos nem responsabilidades...” (p.357).

Mas isto parece também exceção, porque a mãe envelhecida e a avó “continuam disponíveis diante do deserto do futuro, presas da solidão, da saudade, do tédio.” (p.358).

Simone refere: “...a lamentável tragédia da mulher idosa” que “sabe-se inútil” (p.359). Mas realmente fala da mulher burguesa, que precisa “matar o tempo”, como iria analisar a crítica feminista posterior, e não da mulher pobre, cujo tempo é sempre escasso.

Referindo, entretanto, os meios empregados para o preenchimento desse tempo vazio, Simone traça com maestria o quadro dos “trabalhos femininos”, que não seriam “trabalho de verdade, porque o objeto produzido não é o fim visado.” (p.359) e depois nem se sabe o que fazer com ele: “... livram-se dele dando-o a uma amiga (...) atropetando lareiras e cômodos; não é tampouco um jogo, que revela, em sua gratuidade, a pura alegria de existir; é apenas um alibi, porquanto o espírito permanece desocupado...” (p.359).

Cita Pascal e o “divertimento absurdo”: “com a agulha ou o crochê, a mulher tece tristemente o próprio vazio dos seus dias.” Dá o golpe final: “...uma atividade que não se abre para o futuro recai na vaidade da imanência.” (p.359).

Comenta o recurso das mulheres às atividades de caráter cultural como, em grande parte, ainda preenchimento desse tempo vazio – e o faz com grande severidade: Lêem os livros “como jogam uma paciência”, e “a literatura [só] assume seu sentido e dignidade quando se endereça a indivíduos empenhados em projetos, quando os ajuda a se ultrapassarem para horizontes mais amplos”;

“... [quando] seja integrada ao movimento de transcendência humana: ao passo que a mulher degrada livros e obras de arte abismando-os em sua imanência: o quadro torna-se bibelô, a música refrão vulgar, o romance um devaneio...” (p.360).

Generaliza sempre: “A maioria das mulheres, em suas atividades privadas ou públicas, visa não a um resultado a atingir e sim a se ocupar...” (p.361). “Muitas sofrem com isso.”; “A mulher idosa, se lhe sugerem que parta novamente para o futuro, responde: tarde demais (...) falta-lhe o entusiasmo, a confiança, a esperança, a cólera que lhe permitiriam descobrir novos objetivos...” (p.361).

A última frase do capítulo é quase uma sentença: “Em nenhuma idade de sua vida ela consegue ser ao mesmo tempo eficiente e independente.” (p.362).

Simone adverte, porém, para a má fé que significa não considerar a velhice como faticidade, inclusive, não se reconhecer como velho(a); porém, por outro lado, também seria má fé reduzir-se a pessoa velha a apenas essa faticidade, como se fosse uma coisa.

Contingência biológica por uma parte, construção social por outra, o grande fato da velhice é a sua abrangência, o seu alcance totalizador na vida dos indivíduos – principalmente das mulheres.

É justamente isso o que, afinal, sua novela *A Idade da Disciplina* retrata, ou prova, como “sociologia paralela” que é a literatura: a velhice impregna todos os espaços da vida do idoso. (Exatamente como iria enunciar, nesta década, o cientista social Hahim Hazan). A personagem principal dessa história, uma mulher, avalia o seu cotidiano de aposentada, ao mesmo tempo continuando como escritora/ensaísta já não tão bem sucedida como no passado; vê o marido atormentando-se porque está envelhecendo e considera que já não teria a mesma inventividade no trabalho; em briga com o filho que abandona antigos ideais políticos, comuns à família; e é a aparente senescência dela (“suas obstinações senis”) que é usada como argumento. “Huis clos...”

Ao final de *A Velhice*, a libertação psico-social dessa “má condição” ainda não se faz: “A velhice inspira mais repugnância que a própria morte.” (p.659). “E, com efeito, mais do que a morte, é a velhice que se deve opor à vida. Desta, a velhice é a paródia.” (p.660).

“A morte transforma a vida em destino; de certo modo, a morte salva a vida, conferindo-lhe a dimensão do absoluto.” (p.660) Enquanto a velhice em quase todos os casos é “um desmentido daquilo que se foi” (p.660).

Será a velhice tão difícil de viver e ver, que nem Simone, como pessoa excepcional, conseguiu suficientemente apreendê-la, do mesmo modo que a sociedade ainda não conseguiu aprendê-la?!

Ao final, a esperança aventada é tênue. Pode vir pelo social. Refletir-se coletivamente sobre a diversidade das velhices segundo a classe social (e o gênero),

sobre o falso humanismo da sociedade que abandona os velhos (ex-)trabalhadores, e até sobre a insuficiência das tardias e paliativas “políticas da velhice”: “É todo o sistema que está em jogo e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida.” (p.665).

Neste ponto, não há discordância possível, mas ainda não mudamos, Simone!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Volume 2.

_____. **A velhice**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

PARTE II:
OUTRAS FALAS

FEMINISMO NA BAHIA: A FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE 1930¹

Ana Alice Alcantara Costa
Jaciera Sena Brandão

“As ideas, até aqui, manifestadas, não são ideas pessoais, individuais, o que não teria nenhum valor para o publico. Ellas representam as opiniões collectivas de milhares de mulheres. Os problemas sociais são estudados, sob o ponto de vista da theoria feminista dahi, o seu interesse para os leitores”.
Lili Tosta (DIÁRIO DA BAHIA, 1931b)

Estudar a prática feminista baiana na década de 30, período considerado de maior efervescência do movimento feminista, especialmente na sua luta sufragista, tem sido o objetivo da nossa pesquisa nestes dois últimos anos. Esses estudos levam-nos à identificação da intrínseca relação entre as transformações político-sociais ocorridas na condição feminina e as conquistas da chamada “Revolução de 30”. Não obstante, a análise do discurso feminista na imprensa baiana desse momento demonstra um total distanciamento do movimento feminista em relação a esses processos políticos vivenciados na sociedade baiana.

Analisar a relação do movimento feminista baiano, através da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, com os processos resultantes da Revolução de 1930, é um dos objetivos do nosso texto. Para tal, recorreremos a uma série de

artigos e comentários publicados por feministas baianas na grande imprensa de Salvador, onde identificaremos, além das características, concepções e linhas de ação dominantes no movimento, as formas de relacionamento estabelecido com o Estado, com as oligarquias locais e com o processo político enquanto tal.

Ao iniciar-se a década de 30, o Brasil vivia momentos de agitação e grandes transformações. O aceleração do desenvolvimento industrial, favorecido pelas políticas protecionistas aos produtos nacionais e pela conseqüente ampliação do mercado consumidor em função da desvalorização da moeda brasileira e o decorrente encarecimento dos produtos importados, propiciou importantes transformações na estrutura político-econômica brasileira. Dentre essas estava a valorização do trabalho assalariado, que começava a ser aceito também para as mulheres.

Na década anterior, as mulheres representavam 15,0% da força de trabalho no país, concentrando-se nos setores de mais baixa remuneração, com salários bem mais inferiores que os pagos aos homens, de sorte que o salário médio de uma operária da indústria têxtil representava 70,9% do salário masculino. Nas indústrias de alimento e vestuário, onde a mão-de-obra feminina dominava, o valor do salário feminino representava 57,9% e 54,5%, respectivamente, do salário masculino (SAFFIOTI, 1977, p.238).

Não obstante essa incorporação da mulher ao mercado de trabalho e sua conseqüente valorização econômica por contribuir de forma mais significativa na constituição da renda familiar, não houve mudanças significativas nas relações de gênero ou mesmo na estrutura familiar tradicional: as mulheres recebiam salários menores – como vimos anteriormente – e seguiam subordinadas a toda uma estrutura de dominação patriarcal. Conforme afirma Bruschini (1990, p.66):

“... a educação da mulher volta-se para o casamento, para a vida doméstica e familiar e para melhor poder instruir os filhos. O trabalho remunerado só é aceito como forma de ganhar a vida, quando muito necessário, para as solteiras, entre a escola e o casamento ou para as desprovidas de marido, viúvas, ou separadas. Mesmo assim, o leque de opções é estreito, reduzido ao magistério ou a algumas ocupações técnicas como a datilografia. Para as casadas da camada média, que precisam colaborar no orçamento, há poucas saídas: dar aulas particulares em casa é uma delas, de preferência de piano.”

No campo político, as mudanças também são significativas nesse início de década. Deslanchada no Rio Grande do Sul, a Revolução de 1930 não encontrou resistência entre os setores até então aliados ao governo federal. A burguesia cafeeira, a maior e mais forte oligarquia latifundiária e empresarial do país, descontente com a redução dos incentivos federais à produção, preferiu assistir

de braços cruzados aos acontecimentos. As outras oligarquias regionais, tão combatidas pelos tenentes², não tardaram em apoiar e aliar-se à nova ordem.

Os “revolucionários” de 1930 que chegaram ao poder não eram suficientemente fortes para dominar o aparelho do estado. Na verdade, houve um vazio no poder já que nenhum setor da classe envolvida conseguiu estabelecer sua hegemonia. Inicialmente, a situação se definiu mediante um pacto de poder onde os interesses de ambos os setores dominantes estavam resguardados. Essa foi a política de Getúlio Vargas ao buscar a conciliação com os vencidos da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, mantendo as políticas de proteção ao café. Esse pacto foi suficiente para manter a velha estrutura de dominação sobre os setores explorados e oprimidos da sociedade (COSTA, 1995, p.170-171). A busca de apoio popular estava consolidada sobre uma série de medidas sociais tomadas por Vargas a partir de 1930, dentre as quais se destacam a criação da Justiça Eleitoral e o sufrágio universal³, através do qual foi garantido o voto feminino.⁴

Na Bahia, o quadro não era muito distinto do que acontecia no panorama nacional. Até fins do século XIX, a economia caracterizava-se pela concentração da renda no complexo agro-comercial, com ênfase na produção fumageira e açucareira. Paulatinamente, durante as duas primeiras décadas do século XX, a produção cacaueteira passou a substituir as outras em termos de importância para a economia do estado. Segundo constatou Sampaio (1985, p.39)⁵:

“Tal concentração funcionava como um fator de inibição ao desenvolvimento econômico, a renda por ele gerada não era investida na região de modo a permitir a expansão do mercado doméstico. A burguesia local, em geral subordinada a firmas estrangeiras, exercia controle secundário sobre os diferentes setores da produção, o que reduzia seus lucros e sua disposição de investir na região.”

A Revolução de 1930 propiciará também na Bahia uma rearticulação das forças políticas locais, até então sob a hegemonia das forças oligárquicas (seabristas e calmonistas), criando uma nova força política comandada por Juracy Magalhães, nomeado interventor por Vargas, após duas tentativas de interventorias civis que não deram certo⁶. Logo após sua posse, em setembro de 1931, Juracy Magalhães tratou de buscar apoio entre os chefes políticos locais e lideranças de reconhecido prestígio na Bahia. Através de visitas pessoais aos chefes políticos, o interventor conseguiu estabelecer uma ampla rede de apoio em todo o Estado. Dessas alianças, destacam-se a Coligação Sertaneja, comandada pelo Coronel Franklin Lins de Albuquerque e abrangendo 20 municípios, e a Aliança Social e Política Municipal presidida pelo prefeito de Bonfim, o engenheiro José Jatobá,

que aglutinava 10 municípios, passando, assim, a se constituir na principal força política na Bahia, como ficará demonstrado nas eleições de 1933 e 1935.

No campo social, a Bahia – com a maioria da população vivendo em condições precárias e dominada pelas oligarquias locais – era uma sociedade conservadora e patriarcal, onde os valores familiares da moral, obediência e tradição eram sagrados. A família era a principal instituição responsável pelo desenvolvimento moral da sociedade; ali se formavam os indivíduos e, portanto, deveria ser mantida e preservada. Às mulheres cabia o papel de preservar e reproduzir esses valores.

Segundo Almeida (1986, p.52), a Bahia do início da década de 30 era uma “sociedade que cuidava muito de tradição e da reputação de suas famílias, o que somava à já discriminada condição de sexo uma preocupação com comportamentos que pudessem vir a comprometer a moral familiar.”

Sabemos que a sociedade patriarcal, através da ideologia da feminilidade, constrói estereótipos que definem e atribuem significados a atitudes que caracterizam o jeito de ser mulher. Sendo assim, mulher significava equilíbrio, fragilidade, delicadeza, doçura e principalmente obediência ao pai e posteriormente ao marido. Nesse sentido, a afirmação de Simone de Beauvoir (1980, p.67) aplica-se perfeitamente às mulheres baianas daquele período: “Ela se libertará do lar paterno, do domínio materno e abrirá o futuro para si, não através de uma conquista ativa e sim entregando-se, passiva e dócil, nas mãos de um novo senhor.”

O espaço “natural” da baiana era o doméstico/privado, local historicamente destinado às mulheres, onde deveria desempenhar o papel de esposa e mãe. A sua realização estava no casamento, já que nasceu para isto e esta era a finalidade de toda mulher de “bem”. Essa, aliás, uma espécie de “predestinação”.

Embora referindo-se à França, Simone de Beauvoir, em seu livro publicado em 1949, traduz perfeitamente a perspectiva do casamento para as mulheres e a sociedade baiana em geral naquele momento, uma sociedade estruturada a partir de modelos patriarcais:

“... o casamento não é apenas uma carreira honrosa e menos cansativa do que muitas outras: só ele permite à mulher atingir a sua dignidade social integral e realizar-se sexualmente como amante e mãe. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais.” (BEAUVOIR, 1980, p.67)

É nesse contexto sócio-político e econômico, brasileiro e baiano que será criada a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, objeto deste nosso estudo. Analisar o contexto, as ações e repercussões do feminismo baiano nesse

momento possibilita um melhor entendimento da articulação do movimento com as esferas formais do poder, que se refletirá na condução da própria Entidade e nas candidaturas femininas ao primeiro processo eleitoral em que as mulheres participaram.

A FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO

Embora o movimento feminista baiano tenha emergido nos idos de 1925, quando começam a aparecer na Bahia as primeiras manifestações das mulheres pelo sufrágio feminino⁷, somente na década seguinte será criada a primeira organização de mulheres feministas. E, assim mesmo, para atender a uma linha de ação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino de criar filiais em todo o país como uma forma de recrudescimento da luta sufragista⁸. Surge, assim, em 09 de abril de 1931, a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, num evento especial no qual foi criada também a filial da União Universitária Feminina.⁹ Tal evento foi amplamente divulgado pela imprensa local, como informa de Maria Luiza Bittencourt, em artigo publicado no Diário da Bahia (1931a):

“Entusiasmo com que hontem, no salão nobre da Casa da Bahia, em presença das personagens de governo inaugurei a era de organização do movimento feminista da Bahia, dando posse as directoras das filiaes da União Universitaria Feminina e Federação Brasileira pelo progresso feminino.

Sim, no decor daquella sala pude, ao auditorio selecto, que lá se reunia, apresentar as pioneiras do movimento nesta terra que, ha muito o vem serenamente realizando, figuras de intellectuaes, de profissionaes, de senhoras cultas e dignas, cujos nomes o meio bahiano conhece, acata e admira - mães esposas, filhas e diplomadas, todas ellas são o exemplo que confirma a theoria nossa, que reconhece na instrução da mulher, uma necessidade, no seu trabalho, utilidade na sua participação na vida publica, a consequencia natural de uma e de outra. E constatal-o, equivale a constatar a victoria da causa santa que advogamos - e tudo é possível esperar de um movimento cujo inicio é uma victoria.”

Como o próprio artigo deixa claro, a Federação Bahiana, da mesma forma que a nacional, será constituída por mulheres intelectualizadas da classe média alta e de filhas das famílias mais tradicionais. Serão mulheres da “sociedade baiana”, esposas ou filhas de políticos famosos, enfim, mulheres da elite pertencentes às oligarquias locais¹⁰, muitas delas já merecedoras de destaque social em função de sua atuação profissional. Seu feminismo, perfeitamente integrado ao seu tempo, da mesma maneira que acenará com transformações radicais na condição feminina, reforçará papéis e estereótipos tradicionais, utilizando-os, in-

clusivo, como justificativa para suas principais reivindicações. Um feminismo, apesar de tudo, “bem comportado”.¹¹

Posteriormente, em uma publicação específica, a Federação Bahiana (1931-1936, p.4) esclarecia sobre seu objetivo:

“Seu objetivo essencial é um duplo esclarecimento de consciência: da mulher para que perceba as injustiças de que é vítima e tenha a nobre coragem de lutar contra ellas com as armas da Razão, que são as unicas armas dignas; do homem para que avance no rumo do aperfeiçoamento social recuando no caminho dos privilegios masculinos.”

Apesar de limitado a um pequeno grupo de mulheres intelectualizadas e enfrentando o forte rechaço da sociedade conservadora, a vitória do feminismo na Bahia era vista como uma realidade, já que as mulheres, a cada dia, estavam se ‘intrometendo’ em todas as áreas. Esse “intrometimento” manifestava-se na ocupação de espaços nas universidades, nas repartições públicas, nos postos com ingresso mediante concurso público. É o que explicita o editorial do Diário de Notícias (1931a, p.02):

“O feminismo na sociedade contemporânea é uma realidade, que pode ser discutida mas não pode ser negada. E, na Bahia, onde assistimos, dia a dia, a crescente intromissão feminina, em todas as esferas de atividades, com sucesso, faltava apenas o movimento associativo, que reunisse os elementos úteis de emancipação moral, intelectual e econômico da mulher.”

A atuação dessas mulheres, além da participação nos chamados eventos sociais, consistia em escrever artigos para jornais e revistas, abordando assuntos tais como a emancipação e educação femininas, esclarecendo e respondendo às críticas sobre o feminismo, organizando abaixo-assinados, fazendo petições ao governo (executivo e legislativo) e realizando conferências públicas. O que havia em comum no discurso era a necessidade de provar para a sociedade que a mulher letrada e atuando no espaço público em nada mudaria o papel sagrado de esposa e mãe¹². Pelo contrário, contribuiriam para melhor educar e formar o lar.

Porém, a prática feminista não era tão fácil assim. Nos mesmos jornais onde as feministas encontravam guarida para suas opiniões, eram também publicados, constantemente, artigos que faziam pesadas críticas ao movimento. Acusando-o de querer destruir a família brasileira, criando conflitos na paz do mundo doméstico, identificando-o com o feminismo terrorista inglês tão atacado pela imprensa brasileira no período de 1915-1918, e em especial, de estar vinculado ao movimento comunista internacional, pois “elas andavam lendo os livros vermelhos”, muitos artigos pediam o fim do movimento como forma de conter

o avanço dessas mulheres. A masculinização da mulher era a principal crítica que se fazia ao movimento. A Dra. Lily Lages (1931), em um artigo intitulado “O Feminismo mal Compreendido”, esclarece:

“O feminismo, entre nós, parece não estar bem interpretado, havendo que o classifique de ‘masculinização’, quem o qualifique de ‘grotesco’, quem o considere ‘desolador’.

Ora, o verdadeiro feminismo é justamente o contrario; É aquelle que elavando mentalmente a mulher, tornando-a collaboradora inestimavel nas actividades quasi, até então, do outro sexo, conserva-a delicada, sensível, meiga, sem perder nenhum dos encantos que lhe enriquecem e nobilitam a alma.

A mulher instruindo-se, reivindicando seus justos direitos não está a soffrer ‘um deslocamento forçado’, mas a acompanhar a trajetoria natural nacional infallível gizada pelo progresso e civilização universal”.

Com o mesmo intuito de esclarecer a sociedade baiana sobre a verdadeira perspectiva do feminismo baiano, duas outras feministas de destaque, Maria Luiza Bittencourt e Lili Tosta, tratam da questão em artigos em diferentes jornais:

“Feminismo não é suffragismo, nem masculinismo, e, sem animosidade, verifica-se como a brasileira vem há muito, serenamente, realizando o feminismo racional.” (BITTENCOURT, Diário de Notícias, 1931b, p.02.)

“A FEMINISTA NÃO É, NEM QUER SER MASCULINISADA. Nunca é demais repetir que o verdadeiro feminismo condemna a masculinização da mulher. Esta idéa errada da feminista vem da Inglaterra. (...) Os anti-feministas que nos accusam de querer masculinizar a mulher, não veem logo que a feminista moderna não vae abdicar a sua feminilidade, esta arma poderosissima, moralmente numa campanha de vida e morte como esta, quando precisa lançar mão de todos os seus recursos licitos e moralizadores em favor da victoria do seu sexo?

Fiquem descansados, os nossos adversarios. A propaganda feminista em nada prejudicará a feminilidade da mulher, insistimos mais uma vez. É do nosso proprio interesse que a mulher se conserve feminina.” (TOSTA, A Tarde, 1931c, p.03).

Para essas mulheres, feminismo significava lutar pelos direitos civis e políticos, pela emancipação e educação das mulheres. Tudo dentro dos limites impostos pela estrutura da sociedade patriarcal em que viviam. Não tinham vinculação com movimentos sociais de classe, com partidos, pelo menos assim explicitavam em seus documentos. Não visavam transformar nem romper com a estrutura social:

“Nós não queremos modificar as leis que nos governam. Estamos dentro da lei, obedecemos a lei, trabalhamos pela lei. O que desejamos é a igualdade completa

do homem da mulher perante essas mesmas leis que já existem e que nos governam! Não queremos anarquia, nem abraçamos princípios communistas, nem nos preocupamos com estes problemas.” (TOSTA, Diário da Bahia, 1931c).

Sobre a política partidária, assim se manifesta a Federação Bahiana(1931-1936, p.5-6):

“Somos no Brasil, com excepções rarissimas, essencialmente políticos. Como iria, pois, a Federação filiar-se a esse ou aquelle partido, impondo-o a consorcios que hão de divergir a tal respeito, como facilmente se pode comprehender? O que ella faz é escolher e apoiar com absoluta liberdade os candidatos que lhe assegurem, inspirando confiança, a defeza dos direitos da mulher. Para isso organiza seu corpo eleitoral.”

Mas essa neutralidade não era tão neutra assim. Na verdade, a relação do movimento feminista baiano com o poder político local era de completa harmonia. Exemplo dessa prática foi a presença do interventor Artur Neiva na solenidade de fundação da Federação Bahiana e da Associação Universitária Feminina. Posteriormente, esse mesmo interventor apoiará a participação das feministas baianas no 2º Congresso Feminino¹³, indicando Hermelinda Paes e Edith Gama Abreu como representantes do governo¹⁴.

Em entrevista ao Jornal A Tarde, Edith Gama Abreu – que posteriormente seria candidata a deputada federal concorrendo pela Liga de Ação Social e Política, oposição ao governo intervencionista na Bahia – questionada se representava o governo do Estado respondeu:

“Sim. O actual Interventor da Bahia, que sobre os dotes de caracter tem meritos do cientista e a superioridade do homem evoluído dentro das normas da Justiça Social applaude sinceramente o feminismo. Nomeou-nos, a Dra. Hermelinda Paes, promotora da Justiça Militar e a mim delegada officiais.” (A TARDE, 1931e, p.03).

Não obstante a vinculação da presidente da Federação Bahiana, Edith Gama Abreu, com a oposição – e, em especial, sua vinculação política com J.J. Seabra, João Mangabeira e Nestor Duarte – os laços da entidade com o governo interventor no Estado se ampliarão. Ao completar seu primeiro ano de fundação, a FBPF contará mais uma vez com a presença do interventor em sua solenidade, desta vez, Juracy Magalhães¹⁵, no cargo desde setembro de 1931. A relação da FBPF com Juracy Magalhães será sempre de muita proximidade, chegando ele a ser agraciado com o título de sócio-benemérito da Federação pelos serviços prestados à causa feminista:

“... pela inestimável contribuição moral que lhe tem prestado com seu espírito superior, tornando realidades tantas aspirações feministas, solicitou esta associação um apoio oficial, obtendo-o sem restrições às referidas emendas, o que, certamente, muito influuiu para serem incorporadas á Constituição do Brasil. Foi ainda atendendo a uma solicitação desta filial que o Cap. Juracy, já governador da Bahia, logrou incluir na chapa do Partido Social Democratico o nome de Maria Luiza Bittencourt para deputada constituinte estadual em 1935.” (FBPF, 1931-1936, p.12).

Apesar dessa proximidade e convivência harmoniosa, não podemos dizer que houve um atrelamento da Federação Bahiana ao governo interventor, na medida em que essa proximidade se dava também com a oposição:

“...á ‘Liga de Ação Social Política’, deve também á ‘Federação Bahiana’ a concretização de um dos seus principios, por isso que lançaram a primeira candidatura feminina entre nós, colocando espontaneamente, sem compromisso político-partidario, o nome da senhora Edith Mendes da Gama e Abreu entre os candidatos á Constituinte Federal de 1934 numa chapa de ‘valores seleccionados’ sob a legenda ‘A Bahia ainda é Bahia’.” (FPBF, 1931-1936, p.13).

Como vimos, as duas lideranças mais fortes da Federação na Bahia receberam apoio das duas facções dominantes na política baiana. Isto não poderia ser diferente: o feminismo baiano nesse período foi constituído por mulheres pertencentes à mesma elite que exercia o poder político e econômico e, portanto, por mulheres perfeitamente integradas às práticas políticas dominantes.

Da mesma forma que o interventor Juracy Magalhães, em sua missão na Bahia, conseguiu um amplo leque de apoio entre as oligarquias locais – garantiu-lhe, posteriormente, a eleição para o governo do Estado e a maioria da bancada baiana na Câmara Federal na Assembléia Nacional Constituinte em 1933, bem como a maioria da Assembléia Constituinte Baiana de 1935 – ele soube conquistar o apoio do movimento feminista articulado através da Federação Bahiana¹⁶.

Entretanto, apesar de fortemente ligado às oligarquias locais, o feminismo baiano nesse período não consegue ultrapassar os limites da militância feminista, da luta reivindicativa e participar mais ativamente do processo político em curso. Não obstante o grande espaço ocupado por essas mulheres de elite na imprensa baiana, não há qualquer tipo de referência, questionamento ou mesmo apoio à Revolução de 1930 e suas conseqüentes transformações políticas. Era como se toda a luta feminista e, nesse caso, a luta sufragista em especial, corresse à margem do processo de mudanças políticas que o país vivenciava. A chamada “Revolução de 30” não mereceu sequer um comentário por parte das articulistas feministas que ocupavam quase diariamente os jornais da capital baiana¹⁷.

A inegável contribuição da Revolução de 1930 para a conquista do voto feminino, uma demanda levada pelo movimento de mulheres desde a Segunda metade do século XIX, não mereceu qualquer tipo de análise. As mudanças na estrutura de poder, as novas articulações políticas, as alianças passaram ao longe das preocupações do feminismo baiano. As feministas limitaram-se a discutir a regulamentação do voto, a importância das candidaturas femininas, os apoios governamentais. Era como se o exercício do voto fosse apenas uma prática técnica, distanciada do regime político, dos acordos oligárquicos e/ou populares.

Nesse quadro, a exceção será Maria Luiza Bittencourt, eleita deputada suplente em 1934, e assumindo o mandato em 1935. Como membro da comissão responsável pela elaboração do texto constitucional baiano, ela se verá na contingência de uma atuação político-partidária mais definida, tendo, inclusive, que posicionar-se de forma mais explícita em relação ao regime quando dos eventos do Golpe do Estado Novo.

Independentemente desse distanciamento “político”, não se pode negar a importância da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino na construção de uma nova mentalidade sobre o papel das mulheres na sociedade e a importância da sua participação.

Através dos artigos escritos, das demandas apresentadas no legislativo e executivo, na apresentação de propostas legislativas à Constituinte Federal e Estadual e até mesmo através do exemplo de seu engajamento político, as feministas baianas do período, independente de pertencerem à elite econômica da Bahia, legaram importantes contribuições à condição feminina, bem como na formação de novas mentalidades e papéis.

NOTAS

¹ Este texto é fruto da pesquisa “Gênero e Cidadania Política” que vem sendo realizada pela Redor com o apoio da Fundação Ford, em 05 Estados (Bahia, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão) sob a coordenação geral da Profa. Ana Alice Costa. Na Bahia, o projeto é denominado “Lutando contra a corrente: construindo a história das lutas políticas das mulheres na Bahia”, desenvolvido através do NEIM/UFBa com o apoio do PIBIC/UFBA.

² Por Movimento dos Tenentes, ou Tenentismo identifica-se uma série de revoltas que marcaram a década de 20 no país, com o objetivo da tomada do poder. A primeira delas explodiu no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, em julho de 1922. A segunda, mais estruturada e articulada, iniciou-se em julho de 1924, em São Paulo, e conseguiu a adesão de outros estados. Seguiu-se a Coluna Prestes, que teve seu início no Rio Grande do Sul, contando com o apoio das forças militares paulistas rebeladas e percorreu grande parte do interior do país, aproximadamente 25.000Km. Vários outros levantes são ainda registrados, até o momento em que os tenentes aderem à Revolução de 1930.

³ Através do Decreto nº 21.076 de 24/02/1932 foi criada a Justiça Eleitoral que com a Constituição de 1934, passou a constituir um órgão do Poder Judicial com atribuições privativas para o processo de eleições federais, estaduais e municipais até a promulgação dos eleitos. Este decreto estabelece também o sufrágio universal, estendendo o direito ao voto às mulheres.

- ⁴ Sobre a luta sufragista no Brasil ver: Alves (1980), Costa (1981), Saffioti (1977).
- ⁵ Francisco de Oliveira, referindo-se a Salvador, principal núcleo urbano do Estado, caracteriza muito bem o quadro político-econômico da Bahia. "...cidade sede do capital bancário, que controla a circulação do excedente do cacau e do tabaco e uma indústria de pouca expressão, fundada na decadência do açúcar, nas poucas indústrias têxteis que restam, defendidas estas por 'barreiras' regionais que serão desmanteladas pós-30, e umas poucas indústrias primárias, de transformação do cacau em manteiga, e fabricação de charutos. Uma fortíssima oligarquia, que vive faustosamente, letrada, cosmopolita, filhos estudando na Europa, dilapidadora e (...) investidora no centro-sul, Rio e São Paulo, principalmente," (OLIVEIRA, 1987, p.32)
- ⁶ Os dois interventores anteriores foram Leopoldo Amaram e Artur Neiva. Sobre a atuação de Juracy Magalhães nesse período, ver: Sampaio (1960), Magalhães (1982) e Pang (1979).
- ⁷ Em 1925, os jornais baianos noticiam, como algo importante, a militância de algumas mulheres destacadas da nossa sociedade: "Uma conferência feminista: Visitou-nos a distinta intelectual Baiana, D. Eulina Thomé de Souza, um espírito vivo e educado, ora consagrado às batalhas Pro-Feminista no Brasil. A ilustre Patrícia acaba de percorrer o norte do país, pelos seus centros de maior atividade e cultura, fazendo-se ouvir em conferências vibrantes em favor dos ideais do seu nobre apostolado social." (O DEMOCRATA, 1925).
- ⁸ Criada em 1922, sob a liderança de Bertha Lutz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino será a principal responsável pela condução da luta sufragista no Brasil. Tinha por objetivos: "coordenar e orientar os esforços das mulheres no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política. Com este intuito trabalhará para os seguintes fins: 1º - Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina. 2º - Proteger as mães e a infância. 3º - Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino. 4º - Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão. 5º - Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público. 6º - Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe conferir e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos. 7º - Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, afim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931c, p.02). Sobre esse momento do feminismo baiano ver: Costa (1999).
- ⁹ "Sob o patrocínio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da União Universitária Feminina do Rio de Janeiro, realizou-se ontem, na sede do Instituto Histórico, a reunião feminista, tendo por fito a fundação das suas filiais na Bahia, bem como a posse das respectivas directorias." (O IMPARCIAL, 1931). "Às 20 horas de hontem realizou-se no salão das sessões publicas do Instituto Historico a anunciada reunião de propaganda feminista, na qual se fundaram duas associações defensoras de classe: A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a União Universitaria Feminina, ambas modeladas pelas congeneres cariocas. Compareceram, além de auctoridades do Estado, muitas senhoras, adeptas da victoriosa causa e outras pessoas de alta representação social. Aberta da sessão pela delegada das Associações Cariocas, senhorinha Maria Luiza Dorea Bittencourt, a senhorinha Seleneh Carneiro de Souza leu a acta da reunião preparatoria em que haviam sido eleitas as dirigentes das novas associações." (A TARDE, 1931a).
- ¹⁰ Direção da Federação Bahiana : Diretoria/Presidente – Edith Mendes Gama Abreu; 1ª Vice – Marietta do Passo Cunha; 2ª Vice – Lili Tosta; Secret. Geral – Laurentina Tavares Pugas; 1ª Secret. – Guimar Schneider; 2ª Secret. – Raquel Siqueira Gonsalves; Thesoureira – Anisia Seabra; Aux. de Tes. – Albertina Martins; Conselho Diretor – Maria Luiza Cerne de Carvalho, Maurina Laert de Paula, Alice Kelch de Aguiar, Celeste Cerqueira, Hele a Marshall, Edith Vital. Comissão de Imprensa – Guimar Florence, Judith Mendes, Maria de Lourdes Ramos Costa, Nair do Passo Cunha. Comissão de Radio – Seleneh de Souza Alda Amorim, Maju Vital, Cybele Pacheco de Oliveira. União Universitaria: Diretoria – Dra. Francisca Pragner Frões, Hermelinda Paes, Aguinaldina Santiago, Quiteria Lyra, Jessy Vieira, Maria Carmen Germano Costa, Antonietta Martins. Conselho Director – Dra. Perouse Pontes, Augusta Chiachio, Arlinda Figueiredo, Maria Vinowich, Elnalhan Oliveira.
- ¹¹ "Com tal fisionomia, a própria Igreja se tornou defensora do movimento, já que, não via nele nenhum perigo para a situação da família e nem para os interesses sociais. Ao contrario, representava um novo

aliado nas obras sociais católicas, uma vez que as mesmas se identificavam com aquelas assumidas pelas mulheres.” (PASSOS, 1993, p.19).

¹²“Não seria empreendimento de mulher o que esquecesse a maternidade. Defende-la, protegendo a mãe e o filho, é um ponto essencial do programa feminista (...) A mulher é a educadora do homem, instrui-la e eleva-la moralmente é, portanto o primeiro passo para uma reforma da sociedade brasileira.” (FBPF, 1931-1936, p.6).

¹³O 2º Congresso Feminista foi realizado no Rio de Janeiro, de 19 a 30 de junho de 1931. “Elle se dividirá em duas partes: o Congresso, no qual tomarão parte as feministas, membros da Federação Brasileira e União Universitaria as representantes das filiaes estadoaes do Centro de Socias como as das Associações Federadas. Haverá sete secções, cada uma dellas á cargo de uma aggremação de senhoras. O programma é muito completo e abrange: 1ª secção: Educação e instrucção. Educação secundaria profissional e pedagogica; 2ª secção: Protecção ás mães e á infancia.; 3ª secção: O trabalho feminino no commercio e na industria; 4ª secção: Exposição do lar moderno e actividades feministas profissionaes; 5ª secção: Questões sociaes, congnaçamento feminino nacional. Policia feminina. Rengimen penitenciarior; 6ª secção: A união faz a paz. Congreguem-nos todas em redor de um mesmo ideal. Voto feminino. Direitos iguaes; 7ª secção: Paz universal.” (A TARDE, 1931b, p.03).

¹⁴“Por decreto hontem inscrito do Diario Official o governo do Estado nomeou delegadas do 2º Congresso Feminista a se realizar no Rio de Janeiro no proximo mez a bacharella Hermelinda Paes e a senhora Gama Abreu. Estas designações foram bem acertadas e recebidas nos meios feministas que deste modo estarão bem representadas neste interessante ‘certamen’(...) está assim pois bem representado o nosso Estado.” (A TARDE, 1931d, p.3) .

¹⁵Assim a imprensa notificou a comemoração do primeiro aniversário da Federação Bahiana: “Festa a que compareceram o Sr. Interventor Federal, tenente Juracy Magalhães; O Sr. Dr. Pimenta da Cunha, representado pelo Dr. Moreira Fusher, seu secretario, figuras da imprensa local e mais pessoas gradas da alta sociedade bahiana, não podia deixar de ser o que foi: Uma festa brilhante, cheia de emoção e de arte, de pensamento e de cultura.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1932, p.1.II).

¹⁶Aliás, essa era uma prática corrente na política baiana, herdada da Primeira República e que perdura até os dias atuais. Situação e oposição afastam-se, aliam-se e confundem-se de acordo com a correlação de forças junto ao governo central e o jogo de interesses das elites dominantes. Na década de trinta, sustentava-se no poder e com os recursos privados dos coronéis; hoje, no poder, mas com recursos públicos à disposição dos chefes locais.

¹⁷Essa afirmação baseia-se no levantamento minucioso nos principais diários baianos (*Diário de Notícias, A Tarde, Diário da Bahia, O Imparcial e O Democrata*) no período de 1930 a 1933, quando Juracy Magalhães é constitucionalmente eleito para o governo do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Amélia. **Feminismo na Bahia: 1930-1950**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Vol. I. (1.ed. publicada em 1949).

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Vértice e Fundação Carlos Chagas, 1990.

COSTA, Ana Alice. **Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - FCPyS/UNAM, México.

_____. **La mujer en el poder local en Bahia/Brasil**. La imbricación de lo público y lo privado. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - FCPyS, UNAM, México.

_____. **Matrizes históricas do feminismo baiano**: as lutas sufragistas através da imprensa. Trabalho apresentado ao 8º Encontro da REDOR, Fortaleza, 1999. Não publicado.

FBPF - Federação Bahiana pelo Progresso Feminino. Ligeira exposição de suas finalidades e resumo do programa cumprido e a cumprir. Salvador: Oficinas Gráficas A Luva, 1931-1936.

LAGES, Lily. O feminismo mal compreendido. **Diário da Bahia**, Salvador, 22 abr. 1931.

MAGALHÃES, Juracy. **Minhas memórias provisórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

OLIVEIRA, Francisco. **O elo perdido**. Classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1930**. A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSOS, Elizete. **Mulheres moralmente fortes**. Salvador: Instituto Feminino da Bahia, 1993.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **O poder legislativo na Bahia**. Primeira República (1998-1930). Salvador: Assembléia Legislativa, 1985.

SAMPAIO, Nelson. Diálogo democrático na Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, 1960.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1977.

JORNAIS:

A Tarde: 10/04/1931a
06/05/1931b, p.03
27/05/1931c, p.03
30/05/1931d, p.03
04/07/1931e, p.03

O Democrata: 06/03/1925

Diário de Notícias: 16/03/1931a, p.02
09/04/1931b, p.02
16/04/1931c, p.02
11/04/1932, p.1.II

Diário da Bahia: 12/04/1931a
03/10/1931b
16/12/1931c

O Imparcial: 10/04/1931

A ESCRITORA E A REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA: TEXTOS DE ESCRITORAS BAIANAS¹

Ívia Alves

Nunca foi fácil para uma escritora inserir-se na cena literária. Este ensaio é a primeira tentativa de análise do conjunto da produção poética de inscrição feminina publicada na Bahia, entre 1870 e 1920, com a intenção de detectar como a representação da natureza serviu de estratégia para a poeta falar do corpo e de seus desejos. Esse estudo de comparação e síntese resulta da leitura dos próprios textos de autoria feminina, através dos quais percebe-se as limitações e imposições a que estava circunscrito o discurso das escritoras, seja pelo código subliminar burguês-patriarcal, seja, mais declaradamente, pela crítica masculina que julgava e desqualificava qualquer transgressão à norma. De qualquer maneira, seguindo, burlando ou transgredindo as normas, as escritoras, daquele período, abriram uma nova inscrição dentro da ordem do discurso patriarcal.

Até hoje, a escrita de autoria feminina encontra dificuldade de ser entendida, pois ela quase sempre dialoga com o código burguês que alimenta esta sociedade. Procurando documentar como essas dificuldades ainda perduram até o momento atual, ilustro o passado com um comentário do presente. Conversando com um intelectual baiano sobre a pesquisa que vinha realizando e referindo-me às dificuldades que havia enfrentado uma determinada escritora, amiga comum, este intelectual estremeceu-me com o desdém de seu comentário: “mas ela não teve nenhuma dificuldade, pois tinha uma família que a deixava fazer tudo e depois... um marido maravilhoso...” No entanto, na entrevista, a autora informou-me que tinha passado por grandes dissabores no círculo familiar e de amigos, após ter escrito seu primeiro romance. Inclusive, o comportamento do seu círculo levou-a a uma séria crise emocional!

O exemplo acima dá a idéia exata de como a sociedade não percebe a dificuldade que encontra a escritora para se colocar na cena cultural. E não está muito longe das regras ditadas para as escritoras do final do século XIX. O editor do *Novo Almanach de lembranças Luso-brasileiro*, por volta de 1879, dirigindo-se à poeta gaúcha Anália Nascimento, criticou os temas trabalhados em seus poemas. Demonstrando irritação pelas restrições recebidas, a autora² expõe a dificuldade de a produção de inscrição feminina acertar o passo com a criação literária da época. Através de poema, ela comenta que, se se dedicasse a escrever versos românticos, a crítica diria “Criances! O romantismo morreu!” Porém, se “voltasse seu canto para o povo, seria chamada de *comunista e petroleira*, e se pensasse em seguir a moderna escrevendo na tendência da poesia científica, não teria condições porque não havia freqüentado academias nem liceus” (NASCIMENTO apud ARCANJO, 1999). A baiana Anna Ribeiro, que também colaborava no mesmo almanaque, resolve entrar no diálogo para evidenciar o lugar que a mulher devia ocupar na cena literária.

Tu a maiores alturas
Podes, Anália, atingir;
Tuas asas níveas, puras,
Podem mais alto subir.

Canta pois da natureza
As galas que não têm par,
Do mar revolto a braveza,
A meiga luz do luar.
Canta o que é grande, o que é nobre,

O heroísmo, o valor.
A razão; e a bem do pobre, a caridade, o amor.
Teu estro exímio, contrito
Pode já no alvorecer,
Elevar-se ao infinito
Cantar de deus o poder.

E não temas que o sarcasmo
Possa jamais atingir,
O sincero entusiasmo
Que há de os teus vãos seguir.

Vigorarão tuas asas
Ou pairando sobre flores,
Ou subindo onde te abrasas
Do sol buscando os ardores.

Poetisa, avante, avante!
Para glória do Brasil;
Não vês tu que a pátria ovante
A render-te aplausos mil?

.....
A senda não te fecharam,
Tu podes trilhar sem medo
As veredas que trilharam
Castro Alves e Azevedo. ³ [grifos meus]

O diálogo estabelecido entre Anna Ribeiro e Anália Nascimento demonstra bem o material limitado que elas poderiam explorar. No caso de Anália do Nascimento, fica evidente que ela tem consciência do que produz (escreve) e se, por um lado, não pode avançar por falta de conhecimento, por outro, os termos pejorativos imputados pela crítica a limitavam. Mas, na realidade, poderia também ficar estigmatizada se seguisse as regras, isto é, se seus temas perdurassem na atmosfera romântica, sempre haveria um crítico para mostrar a defasagem de sua produção. Se tentasse seguir o fluxo do realismo, também seria recriminada, como muitas o foram. As resenhas de críticos da época não consideram de “bom tom”, nos textos de inscrição feminina, o uso de palavras como “beijos” e “cara” em vez de “lábios” e “face”. Seguindo este mesmo rumo, um estudioso da história da literatura, editada em 1970, critica a escritora Francisca Júlia por ela seguir tão severamente os padrões estéticos. Assim se refere o historiador:

“Vinda após a consagração dos mestres, Francisca Júlia estreou com um livro, *Mármore*, que logo a alçou ao nível daqueles, tal a fidelidade, e mesmo a rigidez, com que praticava os princípios da escola. Como alguns dos neófitos de segunda hora, porém, a poetiza atravessou a fronteira que a separava do Simbolismo, cujo ideário se afinava com as inquietações religiosas da sua maturidade ...” (grifos meus) (BOSI, 1995.)

Lógico que as escritoras do século XIX não queriam ser estigmatizadas, já que haviam conquistado um território nas revistas e almanaques da época, e só poderiam aí permanecer se continuassem consentindo em conviver com as regras invisíveis que as cerceavam na literatura por meio de produções que perpetuassem um longo e defasado romantismo. Torna-se, portanto, exemplar da condição da mulher na época, o poema de incentivo escrito por Anna Ribeiro, transcrito acima⁴.

O “conselho” de Anna Ribeiro à jovem escritora é dado no mesmo ano em que Machado de Assis estava lançando suas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*! Mas Ribeiro esclarece com o poema o espaço que a mulher escritora vai poder ocupar na época. Tais limitações alcançam até as duas primeiras décadas do século XX, embora já se encontre algumas exceções.

Antes de ir mais adiante, é preciso atentar que as duas escritoras, colaboradoras do almanaque, eram provenientes da classe alta e falavam de duas províncias e não da capital, isto é, da corte do Rio de Janeiro. Talvez por isso elas não tenham podido usar dos espaços conquistados em revistas ou mesmo em livros para forjar novas identidades políticas, pois as estruturas de poder não davam lugar para formas de resistência. Elas tinham alcançado um espaço seguro do qual não poderiam abdicar, embora o poema de Ribeiro revele ou dê a entender que ela conhece perfeitamente as regras subliminares do código burguês, existentes no mundo cotidiano e que regem as relações de poder das instituições sociais (SHARPE, 1999).

Pela orientação da “norma”, cantar e exaltar a natureza torna-se a temática mais encontrada nas produções de várias autoras do século XIX, espraiando-se, com certas modificações, para o século seguinte. O poema escrito por Honorina Galvão, na entrada do século XX, demonstra ainda a permanência da simples exaltação:

Eu amo as lindas, mimosas flores,
Meigos poemas da criação,
Elas exprimem nossos amores,
Elas traduzem nossa aflição!
Sempre formosas e sempre novas...

Brilham nas festas nupciais,
Enfeitam berços, choram nas covas,
Onde descansam restos mortais!

São altares cheiroso ornato,
Santas imagens vão incensar...
Flores! Delícia de nosso olfato!
Flores! Encanto de nosso olhar!
Guardam no seio mel perfumado,
Doce alimento dos colibris!
Recebem beijos do sol doirado
Que aviva as tintas do seu matiz!

Ah! Quem me dera viver cercada
De olentas flores! Sonho ideal!
Haurindo essências, inebriada
De casto gozo celestial!

Como amorosa delicadeza
Cantam a glória do criador
Bendita sejas, ó Natureza
Que, sorridente, nos deste a Flor!

(GALVÃO, 1980)

Sem trazer à tona a complexidade do contexto social e histórico baiano da época, não se poderá articular o “intrincado diálogo” que se estabelece entre a literatura com “o tecido social e cultural”, já que tal complexidade atravessa a produção dessas autoras. Salvador e o Recôncavo, desde os fins do século XIX, vinham, gradativamente, perdendo seu posto hegemônico como sede do governo colonial, ocupado por mais de trezentos anos, e, também, pelo deslocamento das instâncias de poder com a decadência da agricultura açucareira. Com a mudança da Capital para o Rio de Janeiro, com a abolição da escravatura e a substituição da produção do açúcar pela do café nas exportações do País, as famílias rurais e escravocratas baianas perdiam o poder econômico, social e político, e, como região periférica que agora passava a ser, aferravam-se aos “valores” que vinham sendo praticados desde o início da colonização. E isto se refletia na situação da mulher. As mulheres da classe dominante tinham uma educação irregular, não passavam por escolas e iam-se educando com um mínimo de estudo, muitas vezes ministrado pelos familiares homens que estudavam medicina em Salvador.

O fato de as escritoras da Bahia viverem longe do cosmopolitismo da capital do País, de onde provinha uma maior ousadia no discurso, mas sem esquecer que as mais radicais podiam ser marginalizadas ou desqualificadas, fazia com que as baianas assumissem uma postura conservadora e de consentimento. A elite local, imersa fortemente na estrutura agrária e escravocrata, não permitiria que suas mulheres ousassem um outro discurso, principalmente porque as suas famílias podiam sofrer as repercussões de suas transgressões.

Confirmando tais limitações, o prefácio escrito por Eduardo Carigé para a edição póstuma da produção literária de Maria Augusta Guimarães, falecida em 1872, mas só publicada em 1896, indicia que o poder masculino exigia a permanência dessas regras literárias, embora pelas entrelinhas do texto, deixe perceber que já havia escritoras transgressoras. Justificando a tardia publicação dos versos da autora, Carigé afirma que eles serão um exemplo a ser seguido por outras escritoras:

“Foi nesse local, nessa habitação singela [o engenho do pai da autora] que minha imaginação assistiu ao alvorecer da poesia. Não dessa poesia realista que hoje domina o espírito da mocidade e que não nos comove como o lirismo casto e puro, que nos encanta o pensamento com o rendilhado da harmonia.” [grifos meus] (GUIMARÃES, 1896).

Além dessas limitações, o lirismo, retomado pelo paradigma do Romantismo como uma convenção de expressar “um agudo subjetivismo emocional” (CARA, 1986), criava/jogava ilusoriamente com a vivência do indivíduo, expressando em tom confessional a sua vivência, e fazendo acreditar que o discurso poético correspondia à sua vivência. A voz do eu-poético, por tais convenções/ilusões, vai-se afunilando e só deixa espaço para a voz masculina, aquela que pode (tem direito de) falar de amor e desejo ou mesmo expressar sua admiração pela mulher amada. Este dilema vai obrigar Adélia Fonseca a uma contorção no poema “Meus desejos” ao apropriar-se do tema da mulher:

Eu quisera dizer-te, meu anjo,
Quanto és por minh’alma adorada;
Eu quisera mostrar-te que trago
Tua imagem no peito gravada.

Eu quisera, que a sábia natura
Seus primores pr’a ti reservasse;
Eu quisera, que o Deus de bondade
De mil ditas teus dias c’roasse.

Eu quisera, de todo o universo
Sobre o trono melhor te assentar;
Eu, enfim, desejara ser homem
E poético amor te ofertar.

Só em ti, enlevado, veria
O meu voto mais caro cumprido;
Quando um'alma, que a minha entendesse,
Ao Eterno eu houvesse pedido. (grifos meus)

Tu então realizaras, meu anjo,
Meu querido ideal amoroso;
Tu me darás do céu as delícias;
Eu seria o mortal mais ditoso.

(FONSECA, 1866)

Realmente, as mulheres teriam que seguir o “conselho” de Anna Ribeiro e “cantar” *a natureza, o mar, a (meiga) luz do luar, o que é grande, o que é nobre, o heroísmo, o valor, a razão; e, no máximo, a bem do pobre, a caridade, o amor.*

Mas quase na mesma época, embora seja uma vertente descontínua no tempo, começa a se visibilizar outro discurso – de escritoras da incipiente classe média – que passavam a ter uma instrução mais sistemática, com estudos formais em escolas laicas ou colégios, estes últimos dirigidos por religiosas, muitas delas exercendo a profissão de professoras primárias. Apesar de haver diferenças, essas escritoras criam estratégias para ultrapassar as regras e códigos da sociedade e empregam uma metaforização da natureza em vez de uma simples e “encantada” exaltação descritiva. Através de uma linguagem mais hermética, utilizam-se dela para falar do seu desejo ou fazer uma crítica da sua condição na sociedade.

Amélia Rodrigues é, cronologicamente, a primeira escritora que vai se utilizar da estratégia, principalmente, nos textos da primeira década de sua carreira literária⁵. O poema “A pétala de rosa” vai utilizar-se da natureza para, nas entrelinhas, questionar, contestar os estereótipos da representação da mulher construídos pelo imaginário masculino:

Lá voa nas asas do Zéfiro brando,
Por entre a ramada,
De rosa uma pétala singela e cheirosa,
De cor encarnada.

“Qual é teu destino, gentil peregrina
Dos ermos da terra?
Que força te leva da sombra do vale
P’ra o alto da serra?”

Assim lhe pergunta, num meigo suspiro
Gentil beija-flor;
Responde-lhe a pétala em doce transporte:

“A força do amor!
Amor é a força que as almas eleva
Da terra p’ra os céus!
Amor é o canto que os anjos entoam
Diante de Deus!

A brisa, prendendo-me terna em seus braços
da flor me arrancou;
Nas asas de gaze me leva às alturas
D’onde ela baixou.

E eu, pobre, que amei-lhe seus doces adejos
me deixo levar
Ao belo palácio que iremos nas nuvens
Talvez habitar!”

“Louquinha! não sabes que o vento enganoso
Te pode perder?
E, em vez de levar-te do céu aos encantos,
Na lama da terra deixar-te morrer?...

Ah! fica!... não corras após a ventura
Que é tão mentirosa!
D’amores não creias no voto ligeiro,
Oh, pétala mimosa!..”

“Não, não!... já é tarde! sonhava um adejo
Que erguesse-me aos céus,
E as asas sentindo-lhe, entrego-me à dita...
Meu pássaro, adeus!”

E o pobre coitado ficou suspirando
Por vê-la fugir;
Beijou-a de longe, – com ternas saudades,
E pôs-se a carpir.

Depois, - nos caniços dum lago onde fora
Sedento beber,
A mísera pétala achou desmaiada,
Vizinha a morrer.

“Oh, hei-la!...” em suspiros lhe disse o piedoso
Gentil beija-flor
“O vento matou-a...” Responde-lhe a mísera:
“Oh! não!... foi a crença na força do amor!...”
(ALVES, 1998)

Essa “crença na força do amor”, pelo contexto, não se trata do sentimento amoroso tão relacionado à vida da mulher, mas se trata de uma supervalorização do espírito, de querer alcançar um ideal, alguma coisa fora das regras ditadas pela sociedade para a jovem. E através da leitura de outro poema, “Lágrimas” quando novamente a poeta faz dialogar a lei do código com a atitude de uma jovem, justifica essa leitura subliminar acima. Novamente, a natureza metaforizada serve como contestação:

Com a fronte pendida no seio tremente
Que a onda dormente de amor comprimia,
Chorava em silêncio magoada donzela,
Pesares que ela
com o riso nos lábios ao mundo escondia.

Alguém, encontrando-a da turba afastada,
com a face molhada do pranto
Lhe disse, sorrindo de sua loucura
“Bonina tão pura
Se prantos derrama são rocios de mel!” [grifos
meus]

“Oh não ! nunca vistes a rosa da aurora
Que às vezes enflora pendida a chorar?”

O mel de seu seio verteu-se no solo,
Seu rúbido colo
O mesmo destino só tem a esperar!”

“Louquinha! deliras? de amor está cheio
Teu cândido seio, teu meigo porvir...
levanta esta fronte - não és como a rosa
Sem mel, desditosa,
Já prestes na campa sem glória a sumir!”

“Engano! como ela me ufano em ser pura,
Mas crença futura não temos jamais!
A rosa - os perfumes verteu na esperança
De eterna bonança,
Eu luto no enlevo de um sonho falaz!”

“O pássaro d’ouro que amante beijou-a
Na sombra deixou-a de amores sem luz;
O anjo encantado que eu vi um momento
Qual pétala ao vento
Voou das esferas aos mundos azuis!

E o néctar doirado que o peito me enchia
De terna poesia verti já no chão...”
“Criança! esse néctar de amor e ternura
Em ânfora pura
Existe escondido no teu coração!

Existe escondido - bem como no fundo
Do oceano profundo se esconde o corall!
E, como as espumas das ondas que acordam,
Teus prantos transbordam,
Vestindo de brilhos teu belo ideal !

Precisa de orvalhos a aurora da vida,
Derrama, querida, teus rocios de amor !
São pérolas meigas do belo diadema
Que adorna o poema
Que cantas, chorando, nas harpas da dor!

Vicejam os prantos a rosa mais pura,
E em grata doçura convertem-lhe o fel!
Carpindo, donzela, saudosos amores.
Tu és como as flores
Que vertem nos prados orvalhados de mel!”⁶

Estando as escritoras aprisionadas ao contexto cultural, suas produções tinham pronunciadamente ressonâncias do modelo romântico. Pela análise da crítica, ancorada nesses parâmetros, a produção de inscrição feminina passa a ser combatida e excluída sistematicamente porque ela não oferece originalidade, e, em pleno momento do objetivismo, ela se propõe a tratar do cotidiano, relembrar suas experiências individuais – que se limitam ao âmbito doméstico – e sempre com um tom de experiência vivida, deixando aflorar sua subjetividade. A frequência de temas já explorados anteriormente bem como a permanência de modelos românticos significativamente no tratamento da representação da natureza configuram, aparentemente, uma produção, descartável por ser repetitiva. No entanto, vestindo a capa de valorização/exaltação da natureza, a poeta encontrava lugar para falar de amor e desejos, como no poema que se segue:

Na hora do pôr do sol,
Quando a luz se decompõe
E, em variado arrebol,
Um painel soberbo expõe

No balcão azul do espaço,
- Pannel que o mar copia
Com certo afã e embaraço
De aluno que principia,

É que eu gosto de ir cismar
Sentada na úmida areia
Da praia, escutando o arfar
Das ondas, na maré cheia,

Ouvindo o rumor do vento
Nas folhas dos arvoredos,
Como harpas em movimento
Por febris e ocultos dedos,

Vendo os laivos cor de sangue
Do Sol, marchetando o mar,
E entre os arbustos do mangue
As garças a mariscar,

Sentindo - tudo o que sente
Quem adora a natureza
E a vê gentil, resplendente
De luz, de sons, de beleza!

Então que largos poemas
Escrevo eu, sem papel!
Que maravilhosos temas,
Que poético aranzel.

De inspirações deliciosas
Dentro da mente entesouro,
Como punhados de rosas
Em vaso de opala e ouro!...

Quantas lembranças suaves!
Quanta saudade serena...
Quantos pensamentos graves,
Quanta sensação amena,

N'alma, sedenta de gozo,
Vem-se-me a flux entornar!
No lábio ardente e arenoso
Da praia o beijo do mar

Com mais amor não se imprime,
Não vai a mais doce gemer...
- Eu me embriago sem crime
No ópio desse prazer!'⁷ [grifos meus]

Seguindo a mesma vertente, os poemas das irmãs Miranda, na década de vinte, tornam-se claras ilustrações das possíveis veredas que serão, mais tarde, palmilhadas por diversas escritoras da segunda metade do século:

Era no mês de abril. A vida em festa,
Sorria em cada pétala de rosa.
O sol em chuva doiro, luminosa,
Um novo panorama à terra empresta.

Quanta beleza, quanta! Na floresta!
O céu em gala. A brisa perfumosa,
Cantava ao nosso ouvido, em voz chorosa,
Uma oração pagã que a dor infesta...

Desciam pela encosta dois amantes
Loiros, formosos, rubros, palpitanes,
Despetalando um MAL-ME-QUER-GENTIL

Tirada a pétala final, à pouca
Distância, vi que o noivo pôs-lhe à boca
De beijos ternos, um Bouquet d'avril.

(*Bouquet d'avril*. MIRANDA, 1909)

Seguindo a norma, prevista no poema “Conselho” de Anna Ribeiro, encontram-se produções de descrição da natureza, mas que se interrelacionam natureza sombria e o eu interior, como neste fragmento de Joaquina Lacerda, publicado em jornal de 1897 :

Amo a noite medonha e tenebrosa,
Envolta no seu manto negro e triste;
Amo ver os relâmpagos cruzarem-se
em campo descoberto.

Amo ver em desord'os elementos,
Nas asas de medonha tempestade;
Amo ouvir o trovão que ao longe estala
amo o zunir dos ventos.

.....
Amo num denso bosque o passaredo
Cantar, gemer, voar em liberdade,
E amo tudo que enleva o pensamento
e nos transporta a Deus!

(LACERDA apud MUZART, 1999)

Percebe-se que a descrição da natureza, anteriormente simples exaltação e por isso sempre radiante, vai se tornando sombria em busca ou em consonância com os sentimentos de angústia e frustração da poeta, como nesse poema de Luiza Leonardo:

Na hora dos crepúsculos ardentes,
Que austeros vão doirando soledades,
Minha alma em estos mágicos frementes,
Corre em busca do amor, das suavidades.

Transpõe a região calma, infinita...
Desce aos glaucos mistérios do alto mar...
Vai às selvas... nos píncaros medita
Só vendo em toda a parte a dor pairar.

Nada é feliz... no mundo nada canta!
A noite verte lágrimas nas flores!
Ulula o vento um estertor que espanta!
Da branca luz do luar escorrem dores!

Os versos... também são gritos amargos!
A música... é uma eterna nostalgia,
Que geme, adormecendo em seus letargos
A lúgubre tristeza, torva e fria.

(LEONARDO apud ARCANJO, 1999)

O sentimento ou emoções em consonância com a natureza ou a representação de certos estados da natureza descritos como o interior do poeta vão-se constituir o tema eleito pelas escritoras baianas até os anos quarenta.

Uma das principais cultivadoras será Lourdes Bacelar. No poema “Mar”, publicado em 1944, a autora dialoga inclusive com o discurso feminino de permanências românticas:

És sempre o mesmo mar angustiado e aflito
A rugir e a gemer sob o céu infinito...
És sempre o mesmo mar,
No entanto, da afinidade que existiu outrora,
Entre minha alma e a tua alma,
Nada mais resta agora.
Sou toda inteira calma.

Nada que lembre anseios que passaram,
Sonho, loucura, inquietação...
Asas que partiram e não voltaram...
E se perderam em vão...

Boêmio e verde monstro quase humano,
Eu bem te entendo as violentas pragas,
O teu poema apaixonado e insano
A rolar nas espumas, nas estrofes das vagas...
És sempre o mesmo mar, angustiada e aflito,
Evocando satírico tuas lendas remotas...
A rugir e a gemer sob o céu infinito,
Irônico a gargalhar dos bandos de gaiotas...
(BACELAR, 1945)

No final do século XIX, aparece a exaltação da maternidade como um outro tema, como uma opção à descrição da natureza, já bastante desgastada. Com a elevação do papel da mulher na sociedade burguesa como mãe e centro espiritual do lar, essa “posição daria maior dimensão à [sua] auto-estima,” (SHARPE, 1999) e irá se transformar em um tema específico da mulher, que mesmo restrita ao espaço doméstico, elas conseguem alcançar o espaço público, sem, aparentemente, transgredir as regras. É preciso, também, esclarecer, de antemão, que a grande maioria das escritoras, imbuídas do pensamento republicano e burguês que instituiu o papel de “rainha do lar”, assumiu ou concordou com as suas regras, preferindo deslocar a representação da natureza para o lugar de onde pudesse falar da fecundidade e da beleza, que corresponderia, de alguma maneira, ao seu papel de mãe e condutora da instrução e educação da criança na sociedade.⁸ Nesse território só seu, da maternagem, a mulher pode ser abertamente amorosa.

Dessa forma, lendo nas entrelinhas, ou melhor, reconstruindo o que não está(va) explícito nas suas produções fica evidente que as escritoras têm muito a dizer e denunciar sobre a situação da mulher dentro das condições da sociedade. Analisando essas produções pode-se observar que existem múltiplas vozes e que suas falas se assentam em diferentes lugares.

Muitas autoras abrem veredas, por vezes descontínuas no tempo, embora a maioria pareça escrever seguindo as normas, porém ao se utilizarem da representação da natureza de maneiras diversas, conseguiram inscrever um outro discurso – diferente do masculino – que vela ou revela sutil ou explicitamente

seus anseios, o amor e o desejo, lugares interditos pelas regras não transparentes da sociedade em que viviam, empregando as mais diversas estratégias para transpô-las e poder expressar o que não podia ser dito.

NOTAS

- ¹ Este ensaio é o resultado do subprojeto: *Resgate de textos de escritoras baianas do século XX: percurso intelectual, estudo da produção*, sob minha responsabilidade, integrante do Projeto de Pesquisa Interinstitucional “Resgate e representação da identidade de gênero e de mulheres na ciência e nas artes: a passagem do privado ao público”, financiado pelo CNPq/Nordeste - 1999-2001. GPI MARE&SAL.
- ² Nascida em Porto Alegre, em 1855, colaborou de 1875 a 1883 com charadas, logogrifos e poemas para o *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro*, editado em Portugal (FLORES, 1999).
- ³ “Avante!” apud Arcanjo (1999, p. 154-155).
- ⁴ O poema de Anália Vieira do Nascimento foi publicado no *Novo Almanach de lembranças Luso-Brasileiro* (editado em Lisboa) no ano de 1880, e a resposta de Anna Ribeiro, também em poema, foi editada na mesma revista, em 1881. Apud Arcanjo (1999, p.153-155).
- ⁵ O percurso intelectual da autora é acidentado. Encontrando o patronato da Igreja para continuar a escrever, ela modifica os temas explorados, deixando que a face religiosa supere a promessa da escritora envolvida com os problemas sociais.
- ⁶ “Lágrimas”, escrita em 1878.
- ⁷ *À beira-mar*; Amélia Rodrigues apud Alves (1998, p.102-103). A poesia sobre amor e desejo, muito velada à princípio, passa a ser cultivada com maior intensidade à medida que se avança pelo século XX, mas sempre através da natureza. Uma das primeiras a explorar esse caminho é Amélia Rodrigues, embora sua produção passe por um radical redirecionamento quando encontra espaço nas editoras religiosas cristãs.
- ⁸ A maternagem será, no meado do século XX, uma forma política de inserção na sociedade da mulher, mas não consegui observar nas produções analisadas uma afinação entre uma vertente do feminismo e a maternagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ivia (Org.). **Amélia Rodrigues: itinerários percorridos**. Salvador: NICSA/BUREAU/Quarteto, 1998.

ARCANJO, Lizir (Org.). **Mulheres escritoras na Bahia: as poetisas (1822-1918)**. Salvador: Étera, 1999.

BACELAR, Lourdes. **Na sombra e no silêncio**. Salvador: Imprensa Vitória, 1945.

BOSI, Alfredo **História concisa da Literatura Brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CARA, Salete. **A poesia lírica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

FLORES, Hilda Agnes. **Dicionário de Mulheres**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999.

FONSECA, Adélia. **Ecos de minh'alma**. Bahia: Tipografia Camilo de Lelis Masson, 1866.

GALVÃO, Honorina. **Violetas**. Bahia, [1980].

GUERRA, Emília Leitão. **Evocações** (1907-1957). Salvador: Gráfica Imperial, 1957.

_____. **Lírios da Juventude**. Juiz de Fora: Typografia Brazil, 1909.

GUIMARÃES, Maria Augusta. **Lira dos vinte anos**. Salvador: Tip. e Encadernadora do Diário da Bahia, 1896.

MIRANDA, Áurea. **Eflúvios**: primeiros poemas. Bahia: Typografia Bahiana, 1909.

MUZART, Zahidé. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

SHARPE, Peggy. Maternidade: uma visão política de Júlia Lopes de Almeida. In: AUAD, Sylvia (Org.). **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil. Belo Horizonte: FIMCJ/CUNP/IA-MG, 1999.

A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA BAHIA OITOCENTISTA¹

Nancy Rita Vieira Fontes

O presente trabalho pertence às pesquisas sobre a obra da escritora Anna Ribeiro Goes Bittencourt (1847-1930), a primeira romancista baiana, consistindo na recuperação de suas obras dispersas (romances, folhetins, contos, artigos de revistas, poemas, artigos manuscritos e benditos). À medida que o contato com essas obras foi tomando corpo, notamos que havia por parte de Anna Ribeiro alguns aspectos recorrentes: a sua nítida preocupação em construir romances/folhetins com o objetivo de dialogar com as mulheres e estabelecer parâmetros de comportamento para que as suas leitoras fossem motivadas a adotar.

O diálogo com essas interlocutoras advém da preocupação da escritora com o tipo de literatura que poderia chegar às mãos das suas leitoras; para ela, os romances poderiam ser desastrosos na educação dessas leitoras. Assim como Rousseau, seu filósofo de preferência, julgava que eles deveriam ser lidos com

cautela. Se Rousseau usa como desculpa o argumento de que seus romances não são romances, para que não se espere encontrar neles nada relacionado com a fantasia de uma paixão, ou algo corruptor das jovens, Anna, escolhendo-os como modelo de escrita e subentendendo sua missão como pedagógica moral, situa-se acima dos sobressaltos que esse novo gênero literário poderia provocar, pois que as temáticas estariam condizentes com a moral estabelecida. A romancista irá utilizar-se dos romances como meio de formar mulheres mais preparadas para as dificuldades da vida e para o acatamento dos paradigmas cristãos disseminados pela sociedade. Uma literatura pedagógica, tal como era permitido a uma autora escrever, ao que ela chamava de “uma literatura amena de tese mora” (BITTENCOURT, 1882, p.28).

As leituras de certos livros tinham o seu estigma e eram responsabilizadas pelos grandes desvios de conduta de jovens da sociedade. O artigo *As más leituras*, publicado na Revista *A Voz da Liga Católica das Senhoras Baianas*, sugere que as leituras deviam ser vigiadas de perto:

“Estas despreziosas e mal alinhadas palavras visam fazer compreender aos pais quanto devem ter a peito evitar que os seus filhos se pervertam pela leitura das más publicações. De entre as inúmeras armas de que serve o inimigo de todo bem para perder as almas, talvez nenhuma lhe preste maiores serviços que o livro, a folha ímpia ou imoral.”²

Dentro dessa perspectiva, escrever para mulheres, Anna Ribeiro terá uma produção constante de 1882 – com a publicação de seu primeiro romance – até 1923, quando publica seu último, embora, após essa época, ainda continue a produzir dois outros textos: *Suzana* e suas *Memórias*. Mapeando a produção ficcional da escritora, nota-se que os títulos se apresentam com nomes de mulheres ligados ao mundo bíblico: *A Filha de Jefté*, romance tirado da Escritura, prosseguindo com *O Anjo do perdão* (Diário de Notícias, 1883); *Helena* (em A Bahia, 1901); *Lúcia* (1903); *Letícia*, romance original (1908); *Abigail*, romance baseado na Sagrada Escritura (A Bahia, 1921).

Os temas desses romances seguem a tradição das narrativas escritas pela mulher no século XIX: casamento, suspeitas de adultério, loucura, morte. Esses temas são reveladores do script feminino daquele século, associados ao paradigma romântico. Entretanto, o tratamento dado a esses temas é efetivamente outro. Por exemplo, uma tendência representativa das obras românticas é a ausência de mães, de um modo geral, as protagonistas são órfãs. A romancista baiana também registra essa ausência, todavia enquanto os autores românticos apagavam a figura feminina com o intuito de impedir que essas mulheres passassem as suas experiências para as filhas, matando o modelo que não mais interessava à sociedade

burguesa em curso, Anna, diferentemente deles, evidencia as causas dessas mortes: são doenças provocadas pelos dissabores com o casamento; é a desonestidade dos maridos mais preocupados com as fortunas delas; é a loucura provocada pela retirada dos filhos, ou mesmo as tentativas frequentes de suicídio³.

Entre as opções da loucura ou da doença – escolhas ressaltadas por Norma Telles (1990, p.133) como metáforas de desconforto diante da sociedade e da própria condição de escritora que quebrava barreiras para se apresentar nessa árdua tarefa de situar-se no mundo masculino das Letras – Anna Ribeiro vai identificando a situação das mulheres de sua época. Sem saber, sem chances e sem dinheiro eram poucas as escolhas que restavam para elas que não fosse o casamento, mas, embora a autora não o descarte como um dos caminhos, não estabelece que ele venha a representar o mundo “cor-de-rosa” descrito pelos românticos. Ela registra o cotidiano da relação a dois e as dificuldades por que passavam suas protagonistas.

As questões feministas aparecem em situações como a crítica ao casamento por imposição e à falta de perspectivas para a mulher burguesa que não se casasse – e que por isso seria desprestigiada – ou não tivesse dotes, são exemplos de como a autora entende a situação da mulher do seu tempo. Em trechos como o seguinte, pode-se notar como a romancista exemplifica sua tese da condição feminina dentro do código patriarcal:

“– Então, Figueiredo, disse o Pires, está V. com uma filha quase moça; por consequência letra a vencer-se em curto prazo.” (BITTENCOURT, 1901).

Como revela a fala do personagem, dentro de uma sociedade marcada pelas possibilidades de troca/comércio, o casamento será a forma de auferir vantagens econômicas e possibilidade de manutenção do “status”. O casamento de interesse está implícito na fala do personagem assim como a ideologia patriarcal que vê a mulher como objeto de troca das relações familiares.

Mas, ao lado de um discurso de crítica a essa condição, a escritora considera a educação a grande pretensão da mulher, mais relevante que o próprio casamento. Note-se que todas as suas protagonistas recebem cuidadosa educação e são inclusive capazes de se sustentarem graças a esse saber, ainda que, ao mesmo tempo, faça observações quanto à necessidade de se tornar mãe e reformadora da sociedade em um discurso essencialista. Surge um outro que se rebela diante da condição de mulher na sociedade daquele tempo, da que se insurge contra o modelo patriarcal de normas e da ausência de direitos. A posição é ambivalente como o é das romancistas de seu tempo.

Algumas das suas personagens pontuam a sua insatisfação com a vida reprimida que foi determinada para elas. Noutras vezes, ela põe lado a lado o discurso dos homens ao das mulheres, ressaltando as diferenças de posicionamento entre eles.

Suas obras revelam o compromisso em articular um discurso que dava ênfase à mulher, a qual ela pretendia atingir com seus textos de caráter moralizante, com preceitos básicos para as jovens que quisessem adquirir ensinamentos sólidos, buscando interferir no comportamento destas e promover uma mudança a nível ideológico.

Preparar as mulheres para a vida bem mais que para o casamento parece ser a proposta a que a autora irá dedicar-se nas suas narrativas. Observe-se que permitir a elas recursos de sobrevivência, torna-se o tema freqüente nas obras literárias e nos seus inúmeros artigos mesmo que o trabalho a que elas possam se entregar, dentro da mentalidade da época, ainda seja bastante acanhado, uma vez que, a princípio, a grande tarefa das mulheres é a educação dos filhos. Para aquelas a quem faltarem as pecúnias, o conhecimento é que poderá proporcionar a sobrevivência.

Apenas duas personagens da ficção casam-se cedo: Emília, do conto *Dulce e Alina (Cenas do Recôncavo)*, e *Letícia*, do romance homônimo. Sobre o romance *Letícia*, ela afirma no prólogo:

“Neste romance proponho-me a demonstrar quanto é imprudente a jovem que, seguindo apenas o impulso do coração, ou o que é pior, os desvarios de uma imaginação exaltada, compromete o seu futuro ligando-se a um homem cujo caráter não lhe é plenamente conhecido ou ainda não está solidamente formado, desprezando os conselhos que a experiência e o bom senso podem ditar àqueles que a natureza e a sociedade lhe deram para velar sobre o seu poder.” (BITTENCOURT, 1908, p.6).

Casando-as no início do enredo, a escritora rompe com a estética romântica que fazia de suas tramas um complicado jogo de aventuras até o encontro final com o casamento, espécie de prenda do herói romanesco. Desestabiliza a noção do amor romântico esperado na cena final do casamento em que o mito do amor das fábulas romanescas fazia crer no amor e felicidade eternos, ou, como ela mesma diz, desconstrói o romantismo, com todo o seu “cortejo de ilusões” (BITTENCOURT, 1992, p.218).

Por outro lado, mostra suas personagens principais já encarnando o que pensa ser o ideal da mulher: destinada a constituir família, com instrução e assumindo a posição de parceira do homem. Ela desfaz o modelo centrado na figura da mulher como “uma boneca”, e surge um novo tipo de mulher ainda não documentado nos escritos do romantismo.

Ao contrário dessas mulheres fortes, representantes de valores julgados pela autora como marcas da sociedade rural, mais rigorosa em seus padrões de comportamento, há as “modernas”, as que escolhem seus próprios casamentos,

namoram, trocas confidências amorosas com mais de um homem, que vivem as benesses do mundo urbano, como as saídas para as compras, a fuga do espaço doméstico para a convivência com o mundo público até então alheio à mulher. Essas sofrem as conseqüências das escolhas feitas erradamente, aprendem com a vida a mudarem de comportamento.

A educação, que se tornou uma das bandeiras cruciais da primeira fase do feminismo, vai ser o ideal da mulher brasileira ainda nos primeiros anos deste século. Para a autora, a formação educacional, através da leitura e da religião, seria a base para tornar a mulher mais preparada para a vida, pronta para atuar na sociedade, apesar dos obstáculos que venha a ter.

Suas protagonistas são leitoras em potencial, e as senhoras casadas que costumavam ocupar-se dos afazeres domésticos e esquecerem o estudo serão lembradas da necessidade da leitura como um meio de elevar-se em relação às demais do seu tempo. Em *O Anjo do perdão*, o padre dará maior credibilidade:

“A instrução em nada prejudica a mulher, antes lhe ensina a conhecer os seus deveres. Mas é preciso ponderar a que, em geral, segundo as obrigações inerentes ao seu sexo, elas não têm muito tempo para empregar na cultura da inteligência, principalmente depois que casam.” (BITTENCOURT, 1883, p.101).

E ao constatar a dificuldade das suas leitoras em continuarem, após o casamento, com as leituras, propõe que as horas vagas sejam usadas com esse objetivo, o de fazer leituras úteis.

Para aqueles que ainda duvidam se deve ser dada às mulheres o direito de se instruir, a narradora lembra que o tempo da mulher como “escrava e móvel de luxo” já se foi, a ela cabe agora um novo patamar na escala social, por isso a leitura seria um meio de elevá-la a essa condição. Sua protagonista, em meio a uma discussão com os homens, reforça essa idéia questionando aos seus interlocutores:

“...que mal haveria em que ela [a mulher] cultivasse a inteligência e conhecesse os segredos da natureza que a ciência tem revelado ao homem? Que proveito tira a sociedade de vê-la vagar neste mundo completamente ignorante e estranha às grandes e estupendas maravilhas que a cercam, que ferem seus sentidos, e que ela não compreende? Porventura a ilustração lhe faria perder alguma das qualidades apreciáveis que o homem lhe reconhece? Deixaria por isso de ser mais virtuosa, menos terna e obediente? Pelo contrário, creio que todas as suas virtudes teriam mais subido de valor, e a sua existência seria muito mais proveitosa para todos que a cercam e estimam.” (Ibid., p.101).

O contexto pessoal e familiar impediram que a autora pudesse apresentar de modo ainda mais expressivo as questões feministas, mas ela não deixou de

fazê-lo. Entre religiosas convictas, suas mulheres são também retratos de uma época de mudanças rápidas na qual era preciso pontuar os valores a fim de que a modernidade e seus novos parâmetros de conduta não os fizesse esquecer. A tentativa da autora é justamente a de registrar mulheres que servissem de exemplos para as que já estavam vivendo a contradição desses novos tempos. Seus romances e contos irão operar com essas mudanças, redefinindo o novo modelo de mulher que a sociedade necessitava.

NOTAS:

- ¹ Este texto com algumas modificações foi apresentado no V Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, BRASA, em junho de 2000.
- ² Cornélia (pseudônimo). As más leituras. *A VOZ da Liga das Senhoras Baianas*, [Salvador], ano I, n. 5, p. 36, dez. 1912.
- ³ Há neles também a busca da autora em fazer de seus romances um documento de sua época; para ela, os romances deveriam apresentar a história do seu século e não ser apenas uma fantasia para a imaginação, por isso seus romances de linha rural e urbana fazem referência a fatos históricos relevantes da Bahia oitocentista, muitos dos quais acompanhados por ela, ou conhecidos pelas histórias contadas pelos seus familiares, como a Guerra de Independência, a Sabinada, a Abolição da escravidão e seus efeitos no Recôncavo baiano, as comemorações do 2 de Julho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. **A filha de Jephthé**; romance tirado da Escritura Sagrada. Salvador: Tipografia À Rua da Alfândega, 1882. 172 p.

_____. **O anjo do perdão**. Salvador, 1883. 453 p. Datilografado. (Publicado na *Gazeta de Notícias*).

_____. Dulce e Alina; cenas do Recôncavo. **A Bahia**, 5 a 15 de jun. 1901. 5 capítulos.

_____. **Letícia**; romance original. Salvador: Tipografia e Encadernação Reis, 1908. 206 p.

_____. **Longos serões do campo**. Org. e notas de Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.

TELLES, Norma. Escritoras brasileiras do século XIX. In: ENCONTRO DA ANPOLL - GT A MULHER NA LITERATURA, 4., jul. de 1989, São Paulo. **Anais...** Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. v. 3. p. 127- 135.

RELAÇÕES DE GÊNERO EM *O JOGO DE IFÁ*

Lúcia Leiro

“... considero o escritor uma testemunha de sua época.”
(Maria do Carmo Pinheiro Torres, *Ilhas Cercadas*)

Sonia Coutinho, escritora baiana de Itabuna, cuja atuação literária se inicia nos 60, em jornais de Salvador, atualmente, vive no Rio de Janeiro. Sua última produção compreende contos e romances, sendo que a primeira foi *Do Herói Inútil*, livro de contos, publicado em 1966, embora a escritora considere *O Nascimento de uma Mulher*, também um livro de contos, de 1971, a sua estréia ficcional. O seu último livro, *Os Seios de Pandora*, é um romance que toma como estrutura da narrativa o romance policial. A atmosfera de assassinatos e crimes, no entanto, já estavam prenunciados em *Atire em Sofia*, de 1989, e em *O Caso Alice*, de 1991.

O seu primeiro romance, *O Jogo de Ifá*, de 1980, vem sendo estudado com mais interesse pela crítica feminista, haja vista os trabalhos escritos por Luiza Lobo, Susan Quilan, Joyce Carlson-Leavitt, Rosana Patrício e, atualmente, por mim. O texto de Coutinho chama a atenção pela construção narrativa inovadora,

na medida em que a escritora institui: 1) vozes narrativas múltiplas, justapondo o discurso histórico-antropológico ao ficcional; 2) jogo intertextual através da inserção de textos já conhecidos, além de trazer à tona 3) questões ligadas a conflitos étnicos e de gênero. A autora, através de uma escrita fragmentada e labiríntica, assume em suas produções uma dicção feminista, isto é, uma voz politizada, consciente da condição da mulher na sociedade androcêntrica e burguesa: “Acredito que, se não soubesse o lugar de onde escrevo – uma situação de mulher – seria alienada.” (IARARANA, 1999, p.6).

Em suas produções, Sonia Coutinho constrói as suas personagens no momento em que elas, na maturidade, evocam o passado num jogo memorialístico para entender a sua situação na sociedade e encontrar respostas para seus conflitos no presente. Na verdade, o passado (que não é o passado cronologicamente distante) encontra-se imbricado ao presente, enredando-se na memória da personagem e na sua prática de vida, provocando conflitos. O lugar da família, juntamente com a educação religiosa, permeará as reflexões das protagonistas que responsabilizam a sua formação pelos conflitos, pelas angústias e entaves vividos na maturidade dos quais não conseguem se livrar.

O espaço familiar corresponde ao lugar onde os papéis sociais são moldados e, no caso das personagens de Coutinho, imersos em uma rígida sociedade de lastro agrário, católico e patriarcal: “...o preconceito, as idéias passadistas, tudo que é produto da repressão sexual e do generalizado sentimento de culpa que nos foi transmitido por essa educação religiosa ainda nos moldes medievais ibéricos.” (COUTINHO, 1980, p.27).

Neste ensaio pretendo discutir como a questão das relações de gênero atravessa toda a narrativa de *O Jogo de Ifá*, mostrando como um mesmo aspecto é vivenciado pelo homem e pela mulher distintamente, através do modelo imposto pela sociedade. Embora o romance trate de duas personagens, que têm os mesmos conflitos e estão no mesmo impasse, sendo uma masculina – Renato – e outra feminina – Renata – pretendo centrar meu estudo na personagem feminina.

O romance apresenta o itinerário de personagens que enfrentaram os papéis pré-fixados pela sociedade burguesa, permeado pelos resquícios das relações familiares do clã, o qual caracteriza-se pela centralização da autoridade paterna e pela linhagem patrilinear como tronco principal para traçar a descendência comum, por isso está fixada a herança desta autoridade no sujeito masculino, que deveria *zelar* pelo nome de pertencimento que identifica o indivíduo àquela família. O patrimônio é passado pela linhagem masculina perpetuando e mantendo o poder, o econômico e a propriedade. Neste sentido, as mulheres estavam impedidas de usufruir do patrimônio familiar, já que, nesses casos, a herança

era transferida e administrada pelo marido. Exilada deste universo, as personagens de Sonia Coutinho rompem com os modelos de representação de esposa e mãe, questionados nos anos 60, quando os movimentos feministas, negro, pacifistas explodem o *establishment* e os valores do modelo burguês.

Os anos 60 assistiram inúmeras manifestações e movimentos, tensões em eixos ideológicos, conflitos étnicos e, na América Latina, à ditadura militar. Pensamentos como o existencialismo de Sartre e o feminismo existencialista de Simone de Beauvoir penetravam nas universidades, levando o sujeito a uma aventura para dentro de si, refletindo sobre a sua condição humana e, inevitavelmente, sua posição na sociedade. As protagonistas de Coutinho estão imersas nessa atmosfera, indagando-se sobre a questão humana e defendendo a idéia de que a constituição do *ser* está relacionada à escolha que a pessoa faz sobre a sua vida, como afirmava Sartre, e que Beauvoir articulou e aplicou à condição da mulher – a mulher enquanto sujeito responsável pelos seus atos e condutora de seu destino.

A protagonista de *O Jogo de Ifã* é uma jovem universitária que vivencia e atua sobre as mudanças e aberturas ocorridas ao longo da década de 60, protagonizadas pelos segmentos marginalizados na Europa, e repercutindo na América Latina.

Em um dos trechos de *O Jogo de Ifã*, a consciência de pertencer a uma comunidade cultural maior, a latino-americana, faz com que a personagem feminina, em seus momentos de auto-descoberta, se coloque dentro de uma herança social alicerçada na colonização católica ibérica. Em se tratando da mulher, as concepções religiosas incidiram sobre seu corpo, regulando-o, reprimindo-o e imprimindo-lhe mitos e preconceitos. No capítulo 7, do romance intitulado *Mulher e Latino-Americana*, a referência às marcas da colonização são claras e estão presentes na memória enquanto experiência coletiva e individual:

“Agora, parece incrível que fosse tão ingênua. Mas era ingênua sim, e crédula, e honesta e quadrada. Assim, o máximo que conseguiu fazer, em matéria de sexo, durante muito tempo – e se sentindo a criatura mais sórdida do mundo – foi se masturbar interminavelmente. Porque uma coisa tão feia só poderia ser praticada longe da vista de qualquer pessoa.” (COUTINHO, 1980, p.19).

Neste sentido, a voz narrativa se coloca como herdeira de um processo historicamente vivenciado pelas mulheres de países latino-americanos que buscavam, através de uma viagem interior, identificar os discursos que perpetuaram e mantiveram através dos tempos o controle sobre o seu comportamento, sobretudo no que se refere às suas emoções e à sua sexualidade. A construção dos papéis sociais está localizada dentro das instituições sociais e, no caso das personagens do romance, diretamente relacionada à religião, já que os protagonistas estudaram em colégios religiosos.

As personagens femininas de Sonia Coutinho, ao enfrentarem o modelo burguês, romperam com o papel preestabelecido e buscaram novos/outros caminhos, construindo suas próprias histórias de vida, negando não apenas o papel de companheira (presente no discurso oficial e quase distante das práticas sociais) e, algumas vezes, de mãe, mas rejeitaram e romperam com um legado de séculos e disseram não ao destino de mulher.

Em *O Jogo de Ilã*, as personagens Renato e Renata percorrem o mesmo caminho, sem com isso significar uma experiência individual simétrica,

“...no entanto, ambos estão no mesmo impasse, envolvidos numa crise existencial. Em um sentido geral, os dois personagens/narradores possuem uma história comum, mas a grande questão é por que apresentar essas experiências sob duas perspectivas, por um homem e por uma mulher?” (LEIRO, 1998, p. 215).

As duas personagens saem de uma cidade conservadora, Salvador, e partem para o Rio de Janeiro (cidade mais cosmopolita) em busca de melhores oportunidades. Apesar de terem o mesmo percurso de regresso à cidade onde nasceram e terem tido uma formação escolar e familiar semelhantes, as experiências de ambos são distintas, uma vez que os papéis internalizados pelas personagens determinarão a sua visão de mundo e a sua relação com o outro. O conflito se instala quando ambas as personagens não correspondem ao modelo de representação burguês exigido tanto para o homem quanto para a mulher. Ele não se tornou um profissional bem sucedido e não *construiu* uma família estável; ela, desquitada (de dois casamentos), mora sozinha e se mantém. A discussão de gênero perpassa ao longo da narrativa, sobretudo ao tratar de assuntos como *sexualidade e profissão*.

“Mas ela, embora não tenha concluído um curso universitário (ao contrário do irmão, encaminhado pela família neste sentido porque era homem, precisava preparar-se para a vida), fez por conta própria os seus cursos de línguas, de datilografia, tem condições de trabalhar e se sustentar.” (COUTINHO, 1980, p.55).

Este trecho nos remete ao livro de Virginia Wolf (1985), intitulado *Um Teto todo Seu*, no qual a escritora inglesa refere-se à possível existência de uma irmã de Shakespeare que, pela educação conferida à mulher dentro das construções e relações de gênero, não teria a projeção do *irmão*, já que lhe seriam tiradas todas as condições de desenvolver-se fora do espaço doméstico e alcançar destaque na esfera pública.

Uma das únicas profissões destinadas à mulher burguesa, desde o século XIX, o magistério, não causaria nenhuma instabilidade na ordem social, já que as atividades educacionais não alterariam o papel destinado à jovem pela sociedade,

isto é, de esposa e mãe, mas confirmaria e re-forçaria uma possível naturalização da mulher para o cuidado com as crianças. No romance, o título universitário é visto pelos familiares da jovem como um *lustre*, um *status* que garantiria um casamento promissor:

“...a família sempre fez questão de que ela se formasse, embora a profissão de professora, no entender deles [os pais], não devesse representar nada de significativo, para a sua vida conjugal, em termos econômicos ou quaisquer outros. Simplesmente, seria uma espécie de ornamento, enfeite. Um presente deles, como um dote – nossa filha é formada.” (COUTINHO, 1980, p.56).

Em relação ao protagonista, Renato, a estabilidade profissional é cobrada pela família, correspondendo a uma exigência da sociedade, no momento em que o pai o compara com os filhos de seus amigos, que conseguiram se destacar e notabilizar-se no seu meio como negociantes ou profissionais liberais. A falha do filho desnorteia o pai que busca a consolidação do *status* da família na sociedade, revelando a afirmação da estrutura patriarcal pelo controle econômico:

“ – Os filhos de Joaquim estão bem de vida – irrompe o pai, inesperadamente. – Paulo é dono de uma grande loja de tecidos, Manoel é engenheiro, tem convites para trabalhar até no exterior, ganha um ótimo salário. Os filhos de todos os meus amigos estão bem de vida. Você, meu filho, largou o curso universitário pela metade, decidiu virar jornalista e eu até pensei que fosse para a frente.” (ibid., p.60).

As diferenças na construção dos gêneros são percebidas também quando se trata da sexualidade. De Renata, a família exige a virgindade, representando uma marca de valor para a sociedade, condição que deveria ser mantida pela jovem e salvaguardada pela família, a fim de proporcionar-lhe um bom casamento. Na ótica da personagem, já na maturidade, a virgindade se tornou um estorvo e um trauma, na medida em que a sua idéia sobre sexo foi eivada pela concepção de pureza e pecado propagada pela educação católica, primeiro conflito no seu percurso de mulher casada:

“...o fato de ter permanecido virgem, praticamente, até os 25 anos – através de todo aquele primeiro casamento. Sim, em grande parte porque acreditou no que lhe disseram durante a infância e a adolescência inteiras, em casa e no colégio religioso, onde estudou: que era feio fazer sexo, que sexo é pecado, que uma mulher se conspurca, fazendo sexo. Isto tinha sido transmitido a todas as mulheres de sua geração, e não sabe como as outras reagiram (evitavam falar a respeito, mesmo quando íntimas suas). Mas ela, ah, ela acreditou. E então, mesmo quando deixou de acreditar, aquilo ficou indelevelmente impresso em algum recanto de sua mente.” (ibid., p.19).

No caso de Renato, a virgindade aparece como um problema a ser resolvido, já que, para a sociedade patriarcal e ocidental, a afirmação da masculinidade e inserção do jovem no mundo adulto perpassa pelo ritual das práticas sexuais, mais precisamente à prática heterossexual, na medida em que é em relação à mulher que o masculino se constitui, como mostra o seguinte fragmento:

“Você sabia que eu, até os 26 anos, não tinha conseguido trepar com mulher nenhuma, para valer? Já estava certo de que era impotente, quem sabe um veado enrustido, pensei até em suicídio, no fim acabei me conformando. Me achava o sujeito mais diferente e solitário do mundo, não teria coragem de partir realmente para a veadagem. Então, eu era meio gente.” (COUTINHO, 1980, p.76).

A personagem Renato internaliza os valores da sociedade, evidenciando, através de seu conflito, a violência de gênero, flagrada pela tentativa de suicídio, ao supor que seria impotente ou *veado*, duas marcas excludentes do *ser homem*, porque não se inserem no constructo masculino. Tratando-se de um personagem que teve uma formação católica e repressiva, sua escolha recai sobre uma mulher negra. Ao casar-se com uma negra, com quem tem prazer sexual, explícita as marcas sexuais estereotipadas pela cultura baiana, acabando por provocar e expor o racismo presente na sociedade, um racismo gendrado:

“Com a educação que teve, ah, ele precisava da sensação de estar Pecando. O Pecado em alto estilo. Não conseguiria fazer sexo com uma garota qualquer, boazinha, não ia fazer isso com ela. E o sexo, para ele [Renato] seria insípido como arroz sem sal. Sexo era uma coisa terrível, precisava ser cercado por um ritual diabólico – uma bruxa negra, alguém que se parecesse com as imagens que o excitavam durante a masturbação, na adolescência. A Mulher na Visão dos Padres. Oito anos de colégio religioso produziram seus frutos – ele foi preparado para um Anjo Mal.” (ibid., p.60).

Enquanto que para a sociedade burguesa a virgindade feminina significa um bem a ser preservado pela jovem para o casamento – através dos vários mecanismos de controle – para o homem a sua permanência sinalizava uma dúvida quanto à sua orientação.

Pelo percurso dos dois personagens, percebe-se que o romance oferece dois indivíduos que fracassam ante às expectativas que a sociedade burguesa estabelece para os distintos papéis representados por homens e por mulheres e que os sentidos acionados pelos sujeitos na sua leitura de mundo são construídos por lugares gendrados.

As experiências de mulheres nos textos de Coutinho, tanto no que diz respeito à sua sexualidade quanto ao trabalho profissional, questionam a naturali-

zação dos papéis sociais, rompendo com o modelo que limitava os seus espaços de ação. Algumas delas continuaram enredadas em vozes que se multiplicavam vigilantes e punitivas, enquanto outras transgrediram e experimentaram os desafios de uma nova forma de estar no mundo e assumiram as conseqüências de suas escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Sonia. **O Jogo de Ifá**. Salvador: Fundação Cultural do Estado, Ática, 1980.

IARARANA, Revista de Arte, Crítica e Literatura. **Entrevista com Sonia Coutinho**. Org. Aleilton Fonseca; Elieser Cesár; Carlos Ribeiro. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, p.5-7, ago. 1999.

LEIRO, Lúcia. A voz narrativa de O Jogo de Ifá. In: ALVES, Ivia; PASSOS, Elizete; MACÊDO, Márcia. (Orgs.). **Metamorfoses** – gênero na perspectiva interdisciplinar. Salvador: UFBA/NEIM, 1998. p. 215-229.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

NO CENÁRIO DA GUERRA: AS MULHERES E A LITERATURA

Lina Maria Brandão de Aras
Walney da Costa Oliveira

“A história da mulher é, antes de tudo, uma história de complementaridades sexuais, onde se interpenetram práticas sociais, discursos e representações do universo feminino como uma trama, intriga e teia.” (DEL PRIORE, 1994, p.13).

Os anos 70 marcam o crescimento da produção historiográfica em torno das mulheres, acompanhando os caminhos abertos com a inclusão de novos objetos e abordagens aos estudos históricos. Com isso, proliferaram as pesquisas e, conseqüentemente, as publicações em livros e revistas, ansiosos por divulgar a produção mais recente (SOIHET, 1997, p.275). Os estudos realizados nos séculos XVI, XVII e XVIII sobre as mulheres buscaram investigar questões referentes ao corpo e ao intelecto feminino, quando não buscavam o poder oculto creditado às mulheres (DEL PRIORE, 1997, p.78). No século XIX essas questões vão mais além, inserindo-se a mulher nas esferas do poder (PERROT, 1988, p.173).

De forma generalizante, podemos afirmar que a visão do feminino passava por adjetivos desqualificadores do sexo, passando esta visão a se constituir em desafios aos pesquisadores contemporâneos, pois esses adjetivos criavam estereótipos

que necessitavam de uma desconstrução imediata dos mitos criados em torno deles (PERROT, 1988, p.187). Para este estudo interessa a visão corrente na América Latina sobre a mulher. Pode-se, logo de início, identificar duas correntes de pensamento. A primeira entende a mulher enquanto um ser passivo, protegido e isolado da sociedade. A segunda, vê a mulher como uma pessoa decidida, capaz de gerenciar seus negócios (GABAI, 1996). Tomando como objeto de estudo personagens femininos, ressalte-se que seus perfis são construídos, muitas vezes, utilizando-se de uma e outra visão, dependendo do contexto e do local da mulher na hierarquia social em que estão situadas.

“ ‘É o seu lugar, a sua condição’, os *seus papéis* e os seus poderes, *as suas formas de ação*, o seu silêncio e a sua palavra que pretendemos prescutar, a diversidade das suas representações – Deusa, Madona, Feiticeira – que queremos captar nas suas permanências e nas suas mudanças.” (DUBY, 1990, p.7).

O panteão dos heróis da independência, momento fundador do Estado nacional na América Latina está relacionado diretamente com a presença marcante de homens poderosos. A referência a mulheres nesse momento é, ainda, restrita nos manuais tradicionais de história, entretanto, Maria Lígia Prado (1999, p.34) chama a atenção para o fato de que “as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos – soldados; além disso, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam – cozinhando, lavando ou costurando – em troca de algum dinheiro.”

A mulher soldado, que durante muito tempo foi vista com desconfiança por seus contemporâneos e também pelos historiadores, passou a se constituir em objeto de estudo a partir do momento em que elas deixaram de ser casos isolados e foram revelados inúmeros casos de suas participações nas forças armadas (ibid., p.38). O próprio libertador Simon Bolívar deu “testemunho da participação efetiva das mulheres na guerra pela independência na Venezuela” (ibid.). O presente trabalho, então, objetiva discutir os papéis femininos na obra *O general em seu labirinto*, de Gabriel Garcia Marquez, cuja primeira edição data de 1989.

“...existe, promovido pela história oficial, um certo culto a Bolívar que é apresentado como modelo universal dos venezuelanos. Esse modelo, entretanto, é montado a partir de um endeuamento, o que o transforma em força histórica e o culto individualista, em vez de estimular a ação, a inibe: ninguém ousaria se aproximar de um modelo tão superior. Ao comum dos mortais restaria ser expectador de uma glória que jamais lhe pertenceria.” (FIGUEIREDO, 1993, p.111).

Através de uma obra que trata dos últimos dias de um dos maiores personagens da América Latina – Simon Bolívar – podemos identificar as mulheres

que circularam no texto literário e na história retratada, isto porque García Marquez tem explicitado em suas obras perfis femininos que estão inseridos em seu estilo – o realismo fantástico¹ – e que encontram referenciais na historicidade de suas narrativas.

Assim, utiliza-se do realismo fantástico para construir seus personagens, ou mesmo, reconstruí-los, dilatando suas formas e perfis para poder fantasiá-los, transformando o mundo real em um sonho. Essa forma de retratar o mundo é enriquecida pela representação criada pelos europeus sobre a “América, como uma bela e perigosa mulher, tinha que ser vencida e domesticada para ser melhor explorada.” (DEL PRIORE, 1992, p.149).

A sua obra, de forma geral, reflete as suas próprias raízes de nascimento e suas preocupações nacionais, tendo tanto sua biografia quanto sua obra marcadas pela necessidade de compreensão do seu povo, tomando-o, sempre que possível, como referência, isto é, as estruturas sócio-político-econômicas, como também as mentais e ideológicas, fazendo com que os personagens ganhem corpo e marca do povo colombiano e sua história. Suas narrativas, muitas vezes, conseguem aproximar-se de fatos históricos correntes, fazendo com que o autor os tome para estudo e, a partir daí, construa mais um texto, buscando sempre superar a realidade, levando-o para o universo mágico que tanto preza.²

As mulheres desempenharam inúmeros papéis, como são os casos evidenciados por Gabriel García Márquez em sua obra em estudo. Eram, especialmente, mensageiras, levando informações aos patriotas, atividades bastante perigosas, tendo sido muitas delas mortas pelos realistas (ibid., p.13).

A visão construída em torno dessas mulheres, através de biografias espalhadas por toda a América Latina, reforçou a imagem tradicional, consolidada no imaginário coletivo através de representações de uma mulher devota, que reagiu em defesa da pátria, que apoiava causas caridosas. Eram esses valores que teriam estimulado essas mulheres a romperem com os padrões estabelecidos e participarem das lutas pela independência. Registramos que essas motivações são aceitas socialmente e, por isso, estavam excluídas aquelas mulheres que fizeram escolhas próprias.

Entretanto, encontramos, cada vez mais, um número maior de mulheres que optaram pela quebra das normas e das condutas estabelecidas pela sociedade, inclusive no seu momento mais andrógino que é a guerra. São essas mulheres que estimulam estudos como este em particular, pois a sua participação é destacada também neste continente, contrariando a perspectiva de que elas estiveram distantes dos processos políticos e, mais ainda, dos assuntos públicos.

O prolongado processo de luta ocorrido nas ex-colônias espanholas na América, isto é, quase trinta anos de batalhas, vitórias e recuos, contribuíram para um envolvimento cada vez maior das diversas categorias sociais e aí se deve incluir as mulheres, pois figuraram em movimentos diversos, reforçando a idéia de que elas estiveram presentes em diversos cenários das guerras.

HISTÓRIA E LITERATURA

Os historiadores estiveram por muito tempo prisioneiros das palavras, não só porque era sua obrigação escrever em nome de uma erudição peculiar ao seu ofício, mas também porque buscavam afastar-se o mais que possível da literatura. Tal situação fica bem demarcada quando nos atemos às discussões em torno das palavras “estória” e “história”. A primeira estava reservada aos literatos e, a segunda, aos historiadores. Tal definição tornou-se um dos pressupostos a serem vencidos pelas gerações de historiadores que se seguiram aos Annales que buscaram subverter a história, através do questionamento de seus paradigmas, terminando por libertar o historiador da maneira como se escrevia a História.

O movimento de aproximação da História com a Literatura para além da relação ciência/objeto trouxe um maior estímulo para que a História passasse a interessar a um público mais amplo e, com isso, chegasse ao mercado editorial enquanto uma mercadoria, cujo consumo encontrava-se em ascensão (DOSSE, 1992). As relações entre História e Literatura enquanto expressões das relações humanas podem ser evidenciadas também pelo lado da literatura, quando os contextos históricos e seus personagens são tomados pelos literatos para constituir-se em objeto de seu discurso (DUBY, 1993, p.10).

O general em seu labirinto tem um significado especial para os historiadores, pois na trajetória de elaboração do texto foi utilizado o resultado das pesquisas históricas realizadas pela equipe de apoio ao escritor. O trabalho foi realizado por especialistas, tendo recuperado, através de uma cronologia, aspectos da vida de Simon Bolívar, antes não revelados ou trabalhados por seus biógrafos, pois se trata de:

“época em que gradativamente se retira da vida pública, ficando casa vez mais restrito à dimensão familiar. Bolívar é aquele que está sendo retirado de cena: se a vida política tem muita teatralização, podemos dizer que se nega ao ‘Liberador’, no momento em que o romance o recria, um palco para atuar.” (FIGUEIREDO, 1993, p.113).

A escolha por este momento serviu para fazer emergir na narrativa os outros personagens que, por não representarem o mito, puderam através dele evidenciar a sua própria história. Personagens que representam categorias subalternas na sociedade vão ganhando espaço na narrativa a partir do momento em que o Libertador necessita deles para apoio e serviço, passando a depender e com isso evidenciar outros participantes no processo de independência vivido na América.

Quanto às mulheres, é importante ressaltar que a referência ao espaço geográfico de procedência não se deu de forma aleatória, como tampouco se

deve creditar esse aspecto à sua raiz histórica, mas ao fato de que na “América do Sul e, sobretudo, no Peru, o declínio da população masculina em função de doenças, guerras e revoltas colocou a mulher no front do cotidiano” (DEL PRIORE, 1992, p.13). Abrindo, dessa forma, espaços que foram sendo ocupados à medida que as mulheres eram convocadas a ocupar posições e desempenhar papéis, muitos deles masculinos.

Gabriel Garcia Marquez, quando trata de temas pautados em realidade histórica cronologicamente identificada, é fiel aos eventos; quando constrói uma obra atemporal parece poder encaixá-la em diversos contextos, locais e datas da história da América Latina.

O texto em estudo encontra-se inserido em uma e outra vertente, pois nele Garcia Marquez utiliza-se fielmente da informação histórica como também recorre ao seu realismo fantástico para criar cenários, para resignificar situações e fatos já existentes. O objetivo do romance é a narrativa dos últimos dias do libertador, em “todos os seus aspectos: devorado pela febre, consumido pela tuberculose, entregue a práticas de medicina pessoais e fantásticas, evocando em clarões de lucidez e de febre suas lealdades e conquistas, suas infidelidades e fracassos.” (MÁRQUEZ, 1989, p.1).

A narrativa trata daqueles que acompanharam o General Simón Bolívar, e também os mais próximos, durante o processo de declínio do poder desse homem até o seu último suspiro.

“Esse renascer da morte será um movimento constante no romance: alusão a uma América, que nasce da morte de culturas auto abortadas. O Bolívar, de Gabriel Garcia Marquez, antes de ser um herói da América, é a própria América Latina, com seus avanços e recuos e, por isso, mais próxima do labirinto do que da trajetória em linha reta que caracteriza os gloriosos.” (FIGUEIREDO, 1993, p.112).

Esta questão remete ao ponto inicial da construção do imaginário em torno da América que nasce feminina e, no século XIX, quando se rebela, toma-se por masculino, ocupando seus heróis o espaço e silenciando aquelas que juntamente com eles também envidaram esforços no sentido da liberdade.

A escolha dessa obra se justifica pelo fato de que o evento tratado e seus personagens ocupam em quase sua totalidade o universo masculino na América Latina. O personagem central é um símbolo, uma referência, talvez o homem mais biografado do século XIX para essa parte da América.

Os homens que compõem os personagens secundários são militares e seus companheiros de luta, que o acompanharam em sua trajetória de sucesso e declínio nas esferas de poder nas guerras de independência e na construção de alguns dos Estados nacionais formados da fragmentação das ex-colônias da Espanha na América do Sul. Identificar e destacar as mulheres no universo

masculino é a preocupação principal deste estudo, inclusive porque nos preocupamos com o modo como o autor constrói o contexto de inserção dessas mulheres e a sua participação na trama da narrativa.

A depender do aspecto que se queira trabalhar em relação às primeiras décadas do século XIX, essa obra se configura em texto privilegiado de estudo do processo de independência, como também das bases de formação do Estado nacional latino-americano, porque revela o intrincado do jogo político e as estratégias de conciliação entre os centralistas e os regionalistas. (MÁRQUEZ, 1989, p.249).

AS MULHERES E SEUS PAPÉIS

O olhar de Garcia Marquez sobre as mulheres foi desfilando pelo caminho do libertador, cada espaço foi sendo marcado pela presença do feminino e seus papéis, mesmo que a figura de maior destaque tenha sido Manuela Sáenz, isto porque através desta mulher, o literato foi estabelecendo relações e contraponto com outras mulheres e outros papéis, revelando as diversas facetas da mulher latino-americana no século XIX, mas a idéia vai além disso, pois através da presença de Manuela Sáenz, Garcia Marquez discute também o perfil psicológico do Libertador e sua relação com as mulheres.

A primeira delas, mãe que o deixara órfão; a segunda, sua esposa, que trazida da Europa para constituir família na América, acaba por morrer logo após sua chegada de doença desconhecida. De sua mãe tinha vaga lembrança quando a doença se agravava.

“O doente piorou ainda mais no fim de semana, por causa de um copo de leite de jumenta que tomou por sua conta e risco, escondido dos médicos. Sua mãe o tomava morno, com mel de abelhas, e assim lhe dava quando muito criança para aplacar a tosse.” (ibid., p.249).

E a proteção da mãe se fez presente mais uma vez na vida do general. “José Palacios entrara muito jovem para o serviço dele, por determinação da mãe do general, que era sua dona, e não chegou a ser emancipado de maneira formal.” (ibid., p.264).

A relação com a mãe e a esposa seria o caminho para a explicação da distância que Simon Bolívar mantinha, sempre que necessário, do sexo oposto, evitando maiores compromissos, como por exemplo, um segundo casamento, que poderia ser mesmo com a Manuela Sáenz. Interessa evidenciar como Garcia Marquez tratou a mesma questão em sua narrativa:

“- É cheiro de San Mateo – disse.

O engenho de San Mateo, a vinte e quatro léguas de Caracas, era o centro de suas saudades. Lá ficou órfão de pai aos três anos, órfão de mãe aos nove, e viúvo aos vinte. Casara-se na Espanha com uma bela moça da aristocracia criolla, parenta sua, e sua única esperança de então era ser feliz com ela enquanto aumentava sua imensa fortuna como senhor de vidas e fazendas no engenho de San Mateo. Nunca se soube ao certo se a morte da esposa oito meses depois do casamento foi causada por uma febre maligna ou por um acidente doméstico. Para ele significou nascer para a história, pois tinha sido um fidalgo colonial deslumbrado pelos prazeres mundanos e sem o mínimo interesse pela política, e a partir de então se transformou sem transição no homem que foi para sempre. Nunca mais falou da esposa morta, nunca mais tentou substituí-la. Quase todas as noites de sua vida sonhou com a casa de San Mateo, e muito sonhava com o pai e a mãe e com cada um dos irmãos, mas nunca com ela, pois a sepultara no fundo de um esquecimento estanque como recurso brutal para continuar vivendo sem ela.

(...)

- O nome dela era María Teresa Rodriguez del Toro y Alayza – disse de súbito.

O senhor de Mier estava distraído.

- Quem é? - indagou.

- A que foi minha esposa – disse ele, e reagiu de imediato: - Mas esqueça, por favor: foi um acidente de minha infância.” (MÁRQUEZ, 1989, p.252-253).

Vamos nos concentrar inicialmente em Manuela Sáenz, pois é ela quem dará o fio condutor de nossas análises, sem entretanto deixar de evidenciar outras mulheres. Ela é presença marcante por suas ações. Ela quebrava padrões, enfrentava uma sociedade conservadora e mestiça, onde ela própria foi uma delas. Sabia das infidelidades do general (ibid., p.156) e nem por isso deixou de estar ao seu lado, inclusive durante o período em que eles não mais tinham relações carnais, devido ao agravamento do estado de saúde do Libertador. Sobre ela, escreveu Maria Lígia Prado (1999, p.38-39):

“Em torno de Bolívar, gravita a história de outra mulher que ganhou notoriedade por sua coragem, iniciativa e desdém pelas convenções de sua época. Refiro-me a Manuela Sáenz, filha ilegítima de uma mestiça e um espanhol, que passou para a história como amante do líder máximo das lutas pela independência. Casada com um médico inglês, separou-se dele para acompanhar Bolívar, que conheceu em 1822, em Lima. A paixão não diminuiu até a morte de Bolívar em 1830. Muito se escreveu sobre sua independência, inteligência, sagacidade e iniciativa. Cuidou dos arquivos de Bolívar em sua estada no Peru, escreveu cartas que ele ditava e salvou-o, segundo testemunhos diversos, de duas tentativas de assassinato. Depois da morte do líder, teve que se sustentar com seu trabalho, não aceitando voltar para o marido, que segundo consta ainda a queria.”

A primeira aparição de Manuela Sáenz na narrativa já define o seu papel e importância junto a Simon Bolívar.

“A última visita da noite anterior fora a de Manuela Sáenz, a aguerrida quitenha que o amava, mas que não o seguiria até a morte. Ficava como sempre, com a incumbência de manter o general bem informado de tudo o que ocorresse em sua ausência, pois fazia muito tempo que ele não confiava em mais ninguém.” (MÁRQUEZ, 1989, p.13-14).

Quando o narrador revela que mesmo sendo a amada não o acompanharia até a morte, adianta-se um pouco na trama, pois eles separam-se quando o Libertador toma o caminho de Honda e daí para o exílio e ela fica. A despedida na saída do sítio de Quatro Esquinas é reveladora do formalismo que tomou conta do ambiente e das relações entre aqueles que ficavam e os que o acompanhariam até a morte. “Manuela Sáenz esperava a passagem da comitiva, sozinha e a cavalo, e acenou com a mão para o general, num último adeus. Ele respondeu de igual modo, e prosseguiu a marcha. Nunca mais se viram.” (ibid., p.47). Neste desfecho, o narrador expõe homem/mulher numa mesma posição, não fazendo distinção entre os sexos. O homem que parte em direção a outra batalha; a mulher que fica lutando em outro *front*. Afinal, a morte do Libertador não significou o fim, mas a existência de uma história preservada pela Manuela Sáenz através dos arquivos e que contribuiu para que a imagem do homem se firmasse, sob o olhar atento da mulher. A confiança que depositava nessa mulher, fazia com que ele lhe confiasse seus bens materiais e imateriais. “Deixava-lhe em custódia algumas relíquias sem outro valor senão o de terem sido suas, bem como alguns de seus livros mais apreciados e dois cofres com arquivos pessoais.” (ibid., p.14).

O amor não é unilateral, apesar do general dividir-se com outras mulheres. Talvez por isso, ele muitas vezes se angustiava com a presença de Manuela por mais tempo que o necessário a um general em campanha.

“No dia anterior, durante a breve despedida formal, lhe dissera: “Eu te amo muito, mas te amarei ainda mais se agora tivesse mais juízo do que nunca. Ela o tomou como uma homenagem a mais, das tantas que dele recebera em oito anos de amores ardentes.” (ibid., p.14).

Mas, é “como ter duas almas ao mesmo tempo.” (ibid., p.155-159).³ Enquanto descansava, ela zelava seu sono. Como também lhe atualizava das tramas tecidas pelos opositores do general.

“Só quando Manuela contou, na visita da noite, é que soube que era gente de seus inimigos políticos, do partido demagogo, como dizia, que andava pela rua

a excitar contra ele as corporações de artesãos, com a complacência da força pública.” (MÁRQUEZ, 1989, p.20).

Os papéis de Manuela Sáenz eram muitos, mas nesses dias de doença lia “para ele durante duas horas”. Estava muito acostumada à vida da guerra, andando de um lado para o outro acompanhando o Libertador, tomando ares masculinos.

“Fumava um cachimbo de marinho, e se perfumava com água de verbena, loção dos militares; vestia-se de homem e andava entre soldados, mas sua voz rouca continuava sendo boa para as penumbras do amor.” (ibid., p.15).

As notícias não eram boas e nem por isso Manuela deixara de comunicar ao general os acontecimentos e articulações que se faziam à sua volta, inclusive sobre a expectativa em torno de sua morte, pois segundo alguns a situação era a seguinte: “Não vai nem morrer”. Isto significa o quanto a existência do Libertador, mesmo na sua forma mais debilitada, impedia a anarquia que se instalaria logo depois pela Gran Colômbia.

Para mantê-lo bem informado, mas não crendo que o Libertador ocuparia outro cargo nas repúblicas por ele fundadas, mantinha sua rotina de espiã dos patriotas.

“Manuela continuava vivendo a poucos passos do palácio de San Carlos, que era a residência dos presidentes, com o ouvido atento às vozes da rua. Aparecia em Fucha duas ou três vezes por semana, ou mais em situações de urgência, carregada de maçapães e doces quentes dos conventos, e barras de chocolate com canela para a merenda das quatro. (...) Em troca lhe contava a miuçalha da política, as perfidias de salão, os diz-que-diz-ques dos bisbilhoteiros, que ele tinha de escutar com as tripas retorcidas embora lhe fossem adversos, pois era Manuela a única pessoa a quem permitia a verdade.” (ibid., p.31).

Longe do general, Manuela esteve presente no jogo político, o qual ela mesma já conhecia. Seu envolvimento nas tramas já fazia parte do seu cotidiano, mesmo antes de envolver-se com o Libertador e mesmo depois da morte dele.

“Um emissário especial do governador trouxe mais tarde um recado verbal de Manuela Sáenz: não lhe havia escrito porque os correios tinham instruções terminantes de não receber suas cartas. Mandara-o a própria Manuela, que na mesma data enviou ao presidente em exercício uma carta de protesto contra a proibição, o que deu origem a uma série de provocações de ida e volta cujo desfecho para ela foram o desterro e o esquecimento. Todavia, ao contrário do esperado por Posada Gutiérrez, que conhecia de perto os tropeços daquele amor tormentoso, o general sorriu à má notícia.”

A atitude de Manuela foi a da mulher que rompe e enfrenta as estruturas vigentes e com isso recebe como resposta o desprezo de uma sociedade conservadora e discriminatória. Ela, mulher e mestiça, cujo relacionamento amoroso com o general, ao contrário de trazer-lhe algum benefício, causava-lhe prejuízos, devendo arcar com as responsabilidades de seus atos. Ao enfrentamento encontrou a oposição, enquanto o general, acostumado ao jogo político, tal situação não merecia mais que um sorriso, como se aquela fosse a situação mais comum, na qual até mesmo o próprio general poderia ser a autoridade a proibir a circulação de correspondência entre seus inimigos políticos. Entretanto, a determinação de Manuela Sáenz continuou a incomodar aos golpistas e traidores da independência. Esquecendo os conselhos do general, Manuela assumira a fundo e até com júbilo excessivo seu papel de primeira bolivariana da nação, e travava sozinha uma guerra de papel contra o governo.

“O presidente Mosquera não se atreveu a agir contra ela, mas não impediu que seus ministros o fizessem. Manuela respondia às agressões da imprensa oficial com diatribes impressas que distribuía a cavalo na Calle Real, escoltada por suas escravas. De lança em riste, através das ruelas empedradas dos subúrbios, perseguia os que distribuía as papeluchas contra o general, e cobria com inscrições mais insultantes ainda os insultos que amanheciam pintados nas paredes.” (MÁRQUEZ, 1989, p.227).

Era uma mulher determinada, daquelas de quem falava Michelet no momento da Revolução Francesa. Suas ações ultrapassaram a guerra de palavras. Ao tomar conhecimento de que numa cerimônia os opositores iriam queimar uma caricatura do general, tomou atitude:

“Manuela e suas escravas levaram de roldão a guarda e destroçaram a obra com uma carga de cavalaria. O próprio alcaide mandou prendê-la, tirando-a da cama, por um pelotão de soldados, mas ela os recebeu com um par de pistolas engatilhadas, e só a mediação de amigos de ambas as partes impediu um transtorno maior.” (ibid., p.228).

Ao receber a notícia que o general encontrava-se nas últimas, partiu para Santa Marta, mas o destino que lhe estava reservado demonstrou como era difícil conciliar o inconciliável, segundo o próprio Bolívar dizia. “O general Santander, num dos seus primeiros atos de governo, a desterrou”, tendo ela seguido um caminho conhecido pelo Libertador, partindo para a Jamaica, daí para o porto de Paíta, no Pacífico, onde se dedicou a “trabalhos de tricô, os tabacos de arrieiro e os bichinhos de doce que fazia para vender aos marinheiros enquanto lhe permitiu a artrite nas mãos.” (ibid., p.260).

Do marido não conseguiu receber a herança que o mesmo havia-lhe deixado por testamento, na verdade, o valor exato do dote que havia levado ao casar-se. Para finalizar a passagem de Manuela Sáenz pela narrativa, Garcia Marquez lhe reservou um destino bem aproximado do Libertador.

“Já mais velha, inválida numa rede por causa de uma fratura da bacia, lia a sorte nas cartas e dava conselhos de amor aos namorados. Morreu numa epidemia de peste, aos cinquenta e nove anos, e sua casinhola foi queimada pela polícia sanitária com os preciosos papéis do general, entre os quais suas cartas íntimas.” (MÁRQUEZ, 1989, p.260).

A figura da mulher conselheira é um dos papéis de destaque nessa sociedade. O conhecimento e a vivência pessoal serviam de referência para aqueles que a ela recorriam em busca de uma orientação, especialmente em se tratando de problemas do coração, visto ser ela uma mulher que vivenciou experiências pessoais diversas.

A mestiçagem é um tema pontual presente na obra, mas que aponta a mulher como a responsável por tal processo. As mulheres estão sempre qualificadas, com descrições físicas e relações com outros grupos sociais. Ao apresentar José Palacios, seu acompanhante mais freqüente, o descreve assim:

“Era seis anos mais moço que o general, em cuja casa nascera escravo por *um mau passo de uma africana* com um espanhol, e deste herdara o cabelo cor de cenoura, as manchas na cara e nas mãos e os olhos de um azul pálido.” (ibid., p.99).

A área de atuação de Bolívar e de seus exércitos era a que possuía uma maior concentração de escravos africanos na América Espanhola, isto é, a Gran Colômbia, mas o autor traz essa questão à narrativa através de um caso amoroso entre uma escrava e o próprio general, dando como final do encontro a liberdade da escrava Maria Luiza e a sua negativa em seguir o general (ibid., p.55-57). Mais uma vez, uma mulher sai da vida do general após viver momentos intensos em sua companhia. Dessa vez, não é o general que se afasta dela mas é ela – a escrava – que não deseja seguir o general, invertendo uma situação consolidada no imaginário masculino, tanto na obra como na própria sociedade latino-americana. Tal situação não é amenizada nem pelo fato de que a personagem principal feminina – Manuela Sáenz – seja considerada uma transgressora dessa ordem.

A mulher que possui presença mais marcante no texto, além da própria Manuela Sáenz, é a cozinheira de Bolívar, denominada Fernanda Barriga.

“...a quem chamava Fernanda Sétima quando o fazia comer alguma coisa que não queria, se encontrava a bordo sem que ele soubesse. Era uma índia plácida, gorda, tagarela, cuja virtude maior não consistia no bom tempero da cozinha, mas em seu instinto para comprazer o general na mesa.” (MÁRQUEZ, 1989, p.92).

Ela era uma aliada de Manuela Sáenz, fato muito comum nas teias de solidariedade tecida pelas mulheres. Era um cargo importante e que era entregue a uma pessoa de confiança, visto que na situação de líder de um grande movimento de reordenação política, contando com uma série de inimigos entre aqueles que conjunturalmente o apoiavam, poderia ser uma alternativa para conter o seu ímpeto libertador, a sua morte através do envenenamento, o que não levantaria muitas suspeitas, visto que o general era um homem que circulava por toda parte, campos de batalhas, como também nos salões das lideranças regionais e locais.

Quando se aproximava o momento da sua morte, “Fernanda Barriga quis entrar” (ibid., p.262).

“ - Esse pobre órfão gostou tanto das mulheres na vida – disse – que não pode morrer sem uma no quarto, mesmo que seja velha e feia, e tão imprestável como eu.

Não deixaram. Então ela se sentou junto à janela, tratando de santificar com responsos os delírios pagãos do moribundo. Ficou à mercê da caridade pública, afundada num luto eterno, até a idade de cento e um anos.

Foi ela quem cobriu de flores o caminho e dirigiu os cânticos quando o padre da vizinha aldeia de Mamatoco apareceu com o viático no começo da noite de quarta-feira. Chegou precedido de uma fila dupla de índias descalças com batas de fazenda crua e coroas de lírios – dos incas que iluminavam o caminho com candeieiros de azeite e cantavam orações fúnebres em sua língua. Fizeram o percurso que Fernanda ia atapetando com pétalas na frente deles, e foi um instante tão comovedor que ninguém ousou contê-los.” (ibid., p.262).

Georges Duby nos recomenda pensar a mulher como aquela que se faz presente no local da morte, onde nesse espaço pode exercer as “duas funções da feminidade, materna e funerária, (...) a dama para reger as ‘obséquias’, os serviços que os ancestrais exigiam dos vivos.” (DUBY, 1993, p.21)⁴. Aí está também o resgate da presença da mulher índia que se faz presente, seja através da cozinheira, seja pelas outras mulheres que compõem o cortejo. Uma marca do exército do Libertador, era o fato de que, por onde passava, convocava a todas a lutarem pela libertação.

As mulheres acompanham os exércitos por seus percursos, mudando de local conforme o comando mandava a tropa. Elas os acompanhavam na retaguarda, inclusive porque uma parte de suas atividades era subsidiária. Assim, ao “por-dosol, desfilaram para sua terra de origem, seguidos por uma turbamulta de

mulheres de carga, com suas crianças e seus animais domésticos.” (MÁRQUEZ, 1989, p.19). Era o regresso, era o momento de retomar a rotina e reconstruir as suas vidas e lá estavam elas para, junto com seus homens, marcharem para casa.

O general é visto no livro como um exemplar do sexo masculino disputado pelas mulheres. Assim, muitas delas foram sendo relacionadas a ele ou a seus oficiais.

“As emoções da festa ficaram associadas à valsa, que tinha mandado repetir tantas vezes quantas fossem necessárias, para que nenhuma das damas de Lima deixasse de dançar com ele. Seus oficiais, com os uniformes mais deslumbrantes jamais vistos na cidade, secundaram o exemplo até onde lhes permitiam as forças, pois eram todos valsistas exímios, cuja lembrança perdurava no coração de suas parceiras muito mais que as glórias da guerra.” (ibid., p.80).

O prestígio do general entre as mulheres é destacado na obra. Ele é considerado um modelo de homem, pois faz parte do referencial mental do herói que o mesmo tenha uma postura masculina forte, marcante e nesta deve-se incluir o trato com as mulheres, como já fora explicitado, mas também atendê-las quando as mesmas recorriam a ele, mesmo que fosse para espioná-lo, buscar dele informações preciosas para o controle dos ingleses envolvidos no processo de independência e que apoiavam os patriotas.

“Pouco depois da meia-noite, quando voltou para casa, anunciaram-lhe que uma mulher o esperava na sala de visitas. Era elegante e ativa, e exalava uma fragrância primaveril. Estava com um vestido de veludo, de mangas até os punhos, e botas de montar do cordovão mais delicado e trazia um chapéu de dama medieval com um véu de seda. O general lhe fez uma reverência formal, intrigado pela forma e a hora da visita. Sem dizer palavra, ela pôs à altura de seus olhos um relicário pendente do pescoço por uma corrente comprida, e ele o reconheceu assombrado.

- Miranda Lyndsay! – disse

- Sou eu – disse ela -, embora já não a mesma.

(...)

Apesar da beleza inesquivável de Miranda, e do coração fácil do jovem proscrito, este se achava ainda por demais afundado em seus sonhos e preso a outra para reparar em alguém.

Ela o recordaria sempre como um homem que aparentava muito mais que os seus trinta e dois anos, ósseo e pálido, com suíças e bigodes ásperos de mulato e o cabelo comprido até o ombro.” (ibid., p.81-83).

Após esta exposição sobre a relação de Bolívar com Miranda, há um reforço à idéia da mulher que poderia ser Eva ou Maria, a depender da situação em que se encontrava. No momento em que ela aparece como aquela que salvara o Libertador de um atentado, confirma a crença de que as mulheres sabem dos

acontecimentos antecipadamente, pois elas possuíam o hábito de escutar as conversas e com isso podiam intervir nas histórias.

Para fortalecer o herói e o próprio perfil de macho, a narrativa vai revelando paulatinamente as mulheres que passaram por sua vida de forma rápida e furtiva. “O general não teve filhos em suas incontáveis noites de amor (embora dissesse ter provas de que não era estéril).” (MÁRQUEZ, 1989, p.63). Esta frase inaugura um leque de cenas, onde o autor passa a trabalhar com as mulheres avulsas que passaram na vida do general, além, é claro, de Manuela Sáenz. Este é, certamente, um reforço ao imaginário do leitor latino-americano, que não poderia aceitar ou mesmo acreditar que o Libertador fosse um homem comedido com as mulheres ou apenas galante, sem ter uma aproximação carnal com elas. Não vejo, neste trabalho, a idéia de um homem machista, conservador, mas um indivíduo que, pela posição que ocupava e pelo próprio perfil individual, despertou paixões como também apaixonou-se pelas belas mulheres que circularam nos ambientes em que esteve.

“O general sabia, sem dúvida, que nenhuma de suas travessuras galantes estava a salvo dos cochichos de seu séquito. Nunca fez alarde de suas conquistas, mas tinham sido tantas e tão ruidosas que os seus segredos de alcova eram de domínio público. (...) O escândalo o perseguia como outra sombra, e suas amantes ficavam assinaladas para sempre com uma cruz de cinza, mas ele cumpria o dever inútil de manter os segredos de amor protegidos por um foro sagrado.” (ibid., p.217).

Entretanto, o general não encontrou facilidades na efetivação das suas paixões. Para torná-lo um homem comum, Gabriel Garcia Márquez o expõe:

“Na plenitude da glória, Delfina Guardiola, a bela de Angostura, bateu-lhe com as portas de sua casa no nariz, enfurecida pela inconstância dele. ‘O senhor é um homem eminente, general, mais que qualquer outro’, disse. ‘Mas o amor lhe fica grande.’ Ele entrou pela janela da cozinha e ficou com ela três dias. Não somente esteve a pique de perder uma batalha como também a pele, até conseguir que Delfina lhe confiasse seu coração.” (ibid., p.219).

Outra mulher transgressora desafiou o Libertador. Josefa SAGRARIO, uma senhora da elite de Mompox que o desejou e não mediu esforços para tê-lo. Este comportamento contrariava as normas morais correntes, ainda mais porque ela havia ido encontrá-lo com um vestido do tipo “couraça feita com a fantástica ourivesaria local” e após passar a noite com ele, “lhe deixou o ouro.” “Para tuas guerras”, disse. Ele não usou por escrúpulo, achando que devia ser uma fortuna ganha na cama e portanto mal havida, e o deixou guardado com um amigo.” (ibid., p.120).

Ainda assim, o general é um vitorioso. Tal situação não poderia ser transposta para seus exércitos, pois as situações eram bastante diversas, mesmo com a

presença feminina constantemente próxima das tropas. As mulheres também se aproveitavam da situação da guerra para desafiar os soldados à sedução. “Numerosas canoas apareceram no ancoradouro, carregadas de mulheres alegres que provocam aos gritos os soldados da guarda, ao que estes respondiam com galanteios obscenos.” (MÁRQUEZ, 1989, p.42).

Nessa linha de análise de uma sociedade conservadora, as mulheres aparecem como representações do poder, neste caso elas são acompanhantes de seus maridos e servem para ostentar o poder dos mesmos, cujo cenário serve de momento para a exibição dessas senhoras. “No espaço público, as mulheres têm quase um dever de beleza, exercido pelas princesas das cortes européias.” (PERROT, 1998, p.22), que eram tomadas por exemplo pelas mulheres de elite na América Latina.

“A comitiva oficial estava formada pelo arcebispo da cidade e outros homens notáveis e funcionários de alta categoria com suas mulheres. (...) O general beijou o anel do arcebispo e as mãos das senhoras, e apertou sem efusão as dos cavalheiros, mestre absoluto do cerimonial untuoso, mas alheio por completo à índole daquela cidade equívoca, da qual dissera em mais de uma ocasião: ‘Este não é o meu teatro’.” (MÁRQUEZ, op. cit., p.41).

Na hora do jantar, seu prestígio foi mais uma vez evidenciado, pois “a dona da casa o convidou a ocupar a poltrona que lhe haviam reservado na cabeceira, mas ele declinou da honra e dirigiu a todos um sorriso formal.” (ibid., p.42). Nas despedidas, o general se viu obrigado a repetir o ritual; antes de ausentar-se, partiu para “apertar as mãos de todos e beijar as das senhoras.” (ibid., p.43).

Nas situações sociais, muitas vezes, o general foi prestigiado por alguma gentileza feminina, pois era uma forma de reconhecer o seu poder e, ao mesmo tempo, criar situações para aproximar-se dele, principalmente nos espaços públicos.

“Fernanda, viúva Benjumea, cuja beleza nativa fizera estragos na corte de Madri, tinha emprestado ao general seu leque de sândalo para ajudá-lo a se defender do torpor do ritual. (...)”

No final do te-déum, despediu-se da viúva Benjumea com uma reverência, e devolveu-lhe o leque. Ela tentou fazer com que o guardasse.

- Por favor, fique com ele como recordação de quem lhe quer bem – disse.

- O triste, senhora, é que já não me resta muito tempo para recordar – replicou ele.” (ibid., p.112).

A guerra havia demorado bastante e os combates haviam feito muitas vítimas e o olhar do narrador não deixa de registrar a presença de outras mulheres.

“No quarto dia de viagem o próprio José Palacios se deu conta de como haviam mudado as coisas, quando começaram a ver nas povoações ribeirinhas as longas filas de mulheres que esperavam a passagem das sampanas. ‘Aí estão as viúvas’, disse. O general apareceu e viu-as, vestidas de preto, alinhadas na margem como urubu pensativos sob o sol abrasador, esperando nem que fosse um aceno de caridade. O general Diego Ibarra, irmão de Andrés, costumava dizer que o general nunca teve um filho, mas em compensação era pai e mãe de todas as viúvas da nação. Seguiam-no por toda parte, e ele as mantinha vivas com palavras afetuosas que eram verdadeiras proclamações de consolo. Todavia, seu pensamento estava mais nele mesmo que nelas quando viu as filas de mulheres fúnebres nas aldeias do rio. (...) Recebeu no barco as filas de viúvas, os desvalidos, os desamparados de todas as guerras que queriam vê-lo” (MÁRQUEZ, 1989, p.102-103).

Essa imagem de viúvas é uma tônica que se repete em grande parte da obra de Gabriel Garcia Marquez. É constante a presença delas em diversas situações, inclusive em situações de mando ou de submissão. A viúva, poderíamos concordar com José Palacios, era a família do libertador. Ele próprio substituiria seus maridos e filhos perdidos em tantos anos de guerra. O fato de as mulheres vestirem preto é uma marca do aparato mental dessa sociedade, pois tal indumentária era sinônimo de recolhimento, sentimento de perda, respeito ao morto e mesmo um fechamento pessoal para o mundo.⁵

Gabriel Garcia Marquez não deixou de evidenciar o lado crítico e cínico da mulher, que aparecem no texto, apesar de aparentar uma certa solidariedade.

“A única alma que se compadeceu dele foi uma mulher da rua que disse ao vê-lo passar:

- Vai com Deus, fantasma.” (ibid., p.47).

Assim, mulheres desfilam na narrativa, dando ao leitor possibilidades de vislumbrar o universo da guerra, as relações estabelecidas entre mulheres e entre estas e os homens naquele momento, bem como identificar aquelas “rebeldes, insubordinadas, agindo fora das regras e das normas” (PRADO, 1999, p.51), contribuindo para evidenciar os perfis femininos inseridos em contextos os mais diversos, revelando um pouco de cada mulher presente nas guerras de independência na América Latina.

NOTAS:

¹ O realismo fantástico de Gabriel Garcia Marquez tem suas raízes na escola de cinema italiano, o Centro Sperimentale di Cinematografia em Roma, em sua estada na década de 1950.

² Mais recentemente, podemos observar a ocorrência dessa forma de trabalhar na elaboração da obra *Notícia de um sequestro*, pois a Colômbia está inserida numa crise onde o terrorismo e o narcotráfico lhe dão maior destaque na América Latina. Outra obra, *O sequestro*, confirma a tendência desse autor a utilizar fatos reais para composição de sua narrativa.

³ Registra-se nestas páginas como o general tratava de conciliar os seus amores: Manuela Sáenz e a América livre.

⁴ Mesmo que DUBY esteja trabalhando com um tempo distante, tal afirmativa cabe para o contexto da América Latina, na primeira metade do século XIX.

⁵ Em muitas outras ocasiões, as viúvas são apresentadas vestidas de preto; esta cor lhes dá distinção e um lugar de destaque junto a outras mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEL PRIORE, Mary. *Imagens da terra fêmea: A América e suas mulheres* In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino*. In: _____.

História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Campinas, São Paulo: Ensaio/UNICAMP, 1992.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**. Porto/São Paulo: Afrontamento/Brasil, 1990.

_____. **Heloísa, Isolda e outras damas no século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FIGUEIREDO, Vera Follain de. **Da profecia ao labirinto: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago/UERJ, 1993.

GABAI, Rafael Varón. **La ilusión del poder: apogeo y decadencia de los Pizarro en la conquista del Perú**. Lima: IEP/IFEA, 1996.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **O general em seu labirinto**. Rio de Janeiro: RECORD, 1989.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO, Maria Lígia. *A participação das mulheres nas lutas pela independência política na América Latina*. In: _____. **América Latina no século XIX**. Tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP/EDUSC, 1999.

SOIHET, Raquel. *História das Mulheres*. In: _____. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

PRESENÇA: REVISTA PARA MOÇAS – UM LUGAR PARA LEITORAS E ESCRITORAS DO PÓS-GUERRA

Ayêska Paulafreitas

Em abril de 1945, um grupo de estudantes universitárias lançou, em Salvador, *Presença; Revista para moças*. Essas jovens eram, em sua maioria, alunas da Faculdade de Filosofia e integrantes da JUC – Juventude Universitária Católica, segmento de um movimento leigo de grandes proporções no Brasil da época, chamado Ação Católica. A revista era impressa na Tipografia do Mosteiro de São Bento, que estava sob a direção de D. Rafael Wacker, um jovem monge alemão que, além de mentor da publicação e coordenador dos trabalhos, era líder espiritual do grupo.

Presença surgiu em um momento de efervescência na História. O mundo inteiro ansiava pelo fim da II Guerra Mundial. No Brasil – a Bahia inclusive – vivia-se um clima de inquietação política, e, por todo o país espocavam movimentos de resistência ao regime ditatorial do Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas

em 1937. Outra grande força, a Igreja Católica, tentava recuperar o poder arrefecido com a sua separação do Estado, por ocasião da República, e aumentar sua influência na sociedade. Para tanto, desenvolveu uma política de aproximação entre as hierarquias e leigos, que incluía o apoio a movimentos leigos e a publicação de periódicos, onde pudesse difundir seu ideário.

Em Salvador, a Faculdade de Filosofia estaria formando, no fim desse ano, sua primeira turma de professores licenciados para o ensino médio, o que causaria alterações no cenário da educação baiana. Na época, o ensino médio era exercido, na maioria, por profissionais liberais advindos das áreas de Direito, Engenharia e Medicina, tidas como territórios masculinos. No entanto, o funcionamento dessa nova faculdade, com um predomínio de alunas, fazia prever a inserção de um razoável número de mulheres no mercado de trabalho. A substituição dos bacharéis professores por essas novas profissionais suscitou desconfiança por parte de diretores de estabelecimentos de ensino, pais de alunos e intelectuais, por provocar uma interferência em um setor até então em mãos masculinas.

Essas estudantes universitárias tinham, portanto, uma grande batalha a enfrentar, e já no editorial do primeiro número da revista declaravam a intenção de absorver e produzir conhecimento científico; *Presença* não seria uma revista feminina nos padrões da época, com seções de moda, culinária ou puericultura. Já nos primeiros parágrafos, apresentam-se com uma postura crítica diante do momento histórico e refletem sobre uma estratégia largamente usada na II Guerra, em favor dos nazi-fascistas: a propaganda.

As editoras se voltam, também, para outro aspecto da sociedade moderna: a cultura livresca de pretensões puramente comerciais, sem compromisso com a qualidade, que elas se propõem a combater. Anunciam a disposição de separar o joio do trigo, combater os excessos e oferecer uma alternativa de boa leitura.

É clara a preocupação dessas moças: elas almejam, para si próprias e para outras jovens como elas, a oportunidade de crescimento pessoal através de uma instrução adequada, que inclui arte, ciência e literatura. Sutilmente, avisam que não vêm para agredir, mas para unir e guiar; e se apresentam como portavozes de um anseio que toma conta dos homens de todo o mundo: a paz.

No primeiro número do segundo ano, em editorial, reafirmam sua posição, apesar das queixas de algumas leitoras, que não compreenderam a proposta da revista e exigem aquilo mesmo que já lhes é conhecido. Dizem:

“Levaremos em conta os desejos de todas, enquanto possível, mas cremos que existem revistas e livros muitos que tratam exclusivamente das artes domésticas. Não há lacuna para encobrir neste ponto. O que falta a nós, moças modernas, é formação, cultura geral, conhecimento do nosso meio feminino e de suas necessidades. *PRESENÇA* quer suprir, ou, ao menos, fazer sentir esta falta.” (PRESENÇA, 1946, p.1).

As editoras se mantêm fiéis aos seus objetivos e cumprem o que prometem. *Presença* circulou mensalmente, de abril de 1945 a agosto de 1948, sob a direção de Maria José Nolasco de Carvalho (abr./set.1945), Dyrce Franco de Araújo (out.1945/abr.1948) e Maria Antônia Matos (mai./ago.1948). Integravam também o corpo editorial: Anete Nolasco de Carvalho e Estella Fróes. Dyrce Araújo era aluna da Faculdade de Farmácia; as demais, da Faculdade de Filosofia.

Os objetivos da revista, expressos no editorial do primeiro número, eram divulgar a boa leitura, dar aos moços baianos a oportunidade de divulgar suas produções literárias, artísticas, científicas e religiosas, assim como servir de elemento de ligação entre esses jovens.

Foram publicados 29 números, cada um com 24 páginas. Os textos abrangem várias áreas do conhecimento, não sendo, portanto, uma revista especificamente literária. No entanto, cerca de 48% do total são da área de literatura, com predomínio de textos críticos, incluindo-se as resenhas de uma seção permanente, intitulada *Livros*. As outras áreas do conhecimento mais visitadas são: religião, música, cultura e filosofia.

No campo da literatura, alguns temas são recorrentes, como o fortalecimento da espiritualidade e das forças morais, a busca de um ideal, a força poderosa e o mistério da vida, a alegria, o trabalho, a liberdade, a humildade e o perdão. Como na época alimentava-se a esperança de restauração das democracias, das sociedades e das cidades, o que só poderia ser realizado com base em um estado – a paz – encontram-se inúmeros poemas em que o desejo de paz é claramente exposto.

A preocupação com a formação e o comportamento adequados à mulher pontua todos os números da revista. O matrimônio e a maternidade são apontados como a sua vocação natural, salvo para aquelas chamadas à vida religiosa. Escritoras e outras grandes mulheres, algumas santas, são apresentadas como modelos, cujas ações, se não puderem ser imitadas, ao menos servirão de inspiração às leitoras.

Na área da religião, além de mensagens, sermões e artigos, encontra-se, na primeira página de cada número, uma crônica religiosa cujo tema coincide com uma data significativa do mês. Em alguns desses textos está nítido o modelo de mulher escolhido pela Igreja: dedicada aos filhos e submissa ao marido, assim como a Igreja o é a Cristo.

Divergências ideológicas também integram o elenco de preocupações dos autores. Há artigos abordando a oposição entre espiritualismo e materialismo, marxismo e cristianismo, regimes democráticos e estados totalitários, catolicismo e anglicanismo. Em carta dirigida aos universitários, o Papa Pio XII adverte quanto ao antagonismo entre ciência e religião e convoca os jovens da Ação Católica a

“pôr termo a esse divórcio, restabelecer os contatos, reatar os vínculos, assegurar a mútua penetração dos dois mundos do saber, alta ciência universitária e luz revelada por Cristo.” (PRESENÇA, 1947, p.155).

É Pio XII também o autor de um elucidativo texto dirigido especialmente à mulher. Em “Chegou vosso dia...”¹, o Papa aborda uma gama de assuntos: matrimônio, celibato, maternidade, vocação, participação na vida pública, educação e vida social e política. Pio XII reforça o discurso que distingue os territórios de atuação: a mulher, no espaço privado; o homem, no espaço público. À mulher que ultrapassou a porta da rua, fosse por uma “fictícia emancipação” ou por necessidade financeira, recomenda cuidados com “a deslumbrante promessa de uma liberdade sem peias”. Embora informada sobre os direitos civis das mulheres, a Igreja, na palavra do Papa, continua a estabelecer os “distintos campos de ação” e custa a admitir que aquela para quem foram reservados “os delicados problemas da vida doméstica e familiar” possa se dedicar à vida pública sem prejuízo para si e para os que a cercam.

Esse ideário é observado em vários outros textos. A circunscrição da mulher ao lar é relacionada à preservação do casamento, este apontado como processo de vida inteira, que se dá com unidade de almas, apesar de homem e mulher serem diferentes - o homem sendo mais racional, e a mulher, mais intuitiva.

No que se refere à autoria, observou-se que, ao contrário do que poderia sugerir a formação exclusivamente feminina do corpo editorial, a maioria dos textos (44%) é assinada por homens. Este fato é significativo e justificável já no subtítulo; afinal, trata-se de uma “revista para moças”, e não necessariamente uma revista produzida por moças. Como tem o patronato da Igreja Católica e a supervisão direta de um religioso, não se pode descartar uma intenção de controle dessas leitoras. Não por acaso, o autor mais assíduo é D. Rafael Wacker, colaborador de quase todos os números, com artigos e crônicas de temática religiosa e traduções.

A LEITURA EM PRESENÇA

A história da leitura se confunde em vários pontos com a história da Igreja Católica, por serem ambas alicerces da cultura ocidental, mas é importante ressaltar que se trata de uma relação de poder e de exercício do controle. A relação entre a mulher e a leitura, bastante estreita, foi sempre marcada pela presença da Igreja, que determinava o que a mulher deveria e o que não poderia ler.

Para se avaliar a extensão do controle exercido pela Igreja sobre a leitura dos fiéis, é interessante observar que o *Índice dos Livros Proibidos*, publicado em 1559, no qual a Igreja apontava os livros considerados perigosos para a fé e a moral, foi revisado ainda no século XX e teve a sua última impressão em 1966 (MANGUEL, 1997, p.320).

No Brasil, o frei Pedro Sinzig assumiu a voz da Igreja no controle da leitura: é considerado o fundador da imprensa católica no Brasil, com a criação do Centro da Boa Imprensa, uma organização católica com ramificações para todo o território nacional e, em 1915, publicou *Através dos Romances: Guia para as Consciências*, em que utiliza o critério moral para avaliar as obras.

Como a revista teve o patronato da Igreja Católica, é nítida a sua influência na seleção dos livros indicados a suas leitoras. Uma vez que as editoras pretendiam “divulgar a boa leitura, através de uma crítica imparcial e honesta” (*Presença*, 1945, p. 1), considera-se a seção *Livros* a mais importante da revista, por ser permanente e por apresentar um número considerável de resenhas. São 57 resenhas reveladoras das idéias, dos valores, comportamentos, sentimentos e gostos da época, pelo menos do grupo de editoras e escritores da revista.

É clara a preferência pelos textos críticos. Dos 61 livros resenhados, apenas 17 são obras de ficção, e esses números levam a crer que o estímulo à leitura oferecido às leitoras de *Presença* tivesse um propósito doutrinário.

Desde o século XIX, para bem educarem seus filhos, as mulheres foram estimuladas a exercitar a leitura. O aumento do público leitor feminino acabou interferindo na produção literária, provocando a expansão do gênero romance. Este fato não passou despercebido à Igreja, que desenvolveu estratégias para controlar essa leitora. Para moralizar a sociedade brasileira utilizando o crivo da moral cristã na produção literária, o primeiro passo foi controlar “essa produção perigosa – o romance – que, para atrair cada vez mais leitores, estava pronta a transgredir todos os valores morais.” (PAIVA, 1997, p.57).

Se, no manual de Sinzig, os livros foram divididos em três categorias – os recomendados, os recomendados com ressalvas e os perigosos –, em algumas resenhas da seção *Livros* ainda pode ser observada essa mesma classificação. Todos se encerram com uma espécie de veredito. Alguns resenhistas se preocupam mais especificamente em opinar se o livro é adequado ou não para as moças e se atende aos preceitos cristãos. Os livros também podem ser recomendados com reservas, sob condições ou até mesmo condenados.

A resenhista que assina com o pseudônimo Jucista, ao fazer a crítica de três romances da Sra. Leandro Dupré, os analisa sob os aspectos literário, psicológico e moral. A ela não bastam o tema, o estilo, a linguagem, aos quais tece comentários elogiosos; o mais importante é a finalidade do livro, e, se a intenção do autor é contar uma história, representar uma época, um tipo, uma sociedade, há que fazê-lo de modo que seja possível tirar “conclusões proveitosas”, sem as quais um livro não pode ser classificado como bom. Do seu ponto de vista, a literatura, para ser boa, tem que estabelecer valores morais, deixar claro o que é certo e errado, do contrário poderá exercer influência perniciosa nas leitoras. Para

Jucista, assim como para a Igreja, o aspecto moral é o mais importante porque a literatura se presta à educação das mulheres, que são as guardiãs da moral e dos bons costumes.

A moral cristã, como se viu, importa mais que a literatura, mesmo em obras de ficção, e o fato de ser o autor católico já inclina o resenhista a uma crítica favorável. Por outro lado, quando se tratava de catolicismo na década de 40, a sombra de seu extremo oposto se inseria.² Era aconselhável prevenir, especialmente nos meios universitários, onde o comunismo ganhava adeptos, embora ficassem mais no plano das idéias. Assim, a Rússia, seu povo, o comunismo e a igreja ortodoxa são temas de vários livros resenhados, alguns com depoimentos de pessoas que haviam se convertido ao catolicismo.

Se, de um lado, o autoritarismo do regime comunista se apresenta como uma ameaça, por outro, a propagada democracia americana exerce um fascínio que os resenhistas, de vez em quando, deixam transparecer. No entanto, percebe-se o receio de que a liberdade possa transbordar em excessos. Os Estados Unidos se tornaram um modelo de país no pós-guerra; no entanto, há uma preocupação com o *american way of life*, porque este demonstra uma “completa indiferença religiosa” e uma “moral fácil e cômoda”.

Quanto à autoria feminina, está muito pouco representada, sendo que não se encontra um só livro de autora baiana. Das 13 escritoras, apenas 3 são brasileiras: Sra. Leandro Dupré, cuja obra não foi bem aceita devido à sua pouca atenção aos valores morais, Emi Bulhões Carvalho da Fonseca e Maroquinha Jacobina Rabelo. As demais são: Gertrud von LeFort, Helen Nicolay, Monica Lavallet-Montal, Alia Rachmanova, Rose Franken, Helen Iswolsky, Pearl Buck, Gwen Bristol, Suzanne Labin e Nella Brady.

As biografias foram privilegiadas. De modo geral, são pessoas que têm uma vocação religiosa, que louvam e têm necessidade de união com Deus ou se converteram ao catolicismo. Essa preocupação em destacar a história de vida dos grandes nomes é um vestígio da literatura recomendada às mulheres no século XIX: a vida dos santos, histórias do evangelho, heróis bíblicos.

Na resenha de um livro de crítica literária, *Retrato de Eça de Queirós*, de José Maria Belo, explica-se o arcabouço formal do modelo de crítica utilizado, e que faz se assemelharem as resenhas: o autor, o homem, o meio e a época.

No terceiro e quarto anos, aumenta o número de livros sobre filosofia e religião, alguns deles abordando a relação entre as duas. Encontram-se, também, obras que tratam da arte e do artista católicos, e os autores que cuidaram do assunto são unânimes em afirmar que o que define a arte como cristã não é o tema, mas o artista.

Do mesmo modo que se apresentam críticas contundentes e preconceituosas, baseadas em critérios extraliterários, há também elogios fáceis, principalmente se o livro atende a algum princípio defendido pelo corpo editorial da revista. Esta, no entanto, não é uma prática estranha à imprensa. Publicações de todos os tempos e lugares estão carregadas da ideologia de seus editores, e se *Presença* recebia o apoio da Igreja, era previsível que navegasse no rio de sua moral e seus princípios. Não se estranhe, portanto, que valorizem o catolicismo, seus autores e títulos, e salientem os problemas do comunismo, adversário histórico da Igreja. O mesmo se diga dos conceitos emitidos sobre a mulher, o comportamento dela esperado, a leitura que lhe foi recomendada, porque estão de acordo com os valores católicos que lhe eram incutidos. Ler essas críticas permite pintar um quadro de um segmento da sociedade da época.

A AUTORIA FEMININA

Apesar de ser uma revista editada por mulheres e para mulheres, o número de autoras (36) com textos publicados nas páginas de *Presença* é consideravelmente menor do que o de autores (50). No entanto, é justamente nesse grupo feminino que reside a importância da revista, pelo fato mesmo de não se ter notícia de outra publicação, na Bahia da época, que fosse tanto dirigida, quanto direcionada a esse público específico.

Das 36 mulheres que atuam como autoras, tradutoras ou editoras da revista, duas são estrangeiras, duas brasileiras de outros estados³, 18 baianas⁴ e 14 de origem não identificada.

Na produção feminina, há uma predominância de textos ensaísticos, atendendo a uma linha editorial que privilegia o discurso científico. Afinal, as editoras eram jovens universitárias no exercício da sua intelectualidade e, antes mesmo da criação da revista, o grupo já se reunia no Mosteiro de São Bento para discutir questões ligadas às ciências.

Essa preferência, no entanto, não se dá por uma questão meramente intelectual. Sem encontrar espaço nos jornais da época, essas jovens foram procurar o apoio da Igreja, sob cujo patronato haveria uma chance de publicar seus escritos, desde que, naturalmente, não feressem os costumes e a moral da época. Além disso, a revista era sustentada financeiramente pela propaganda de produtos, de empresas e de profissionais liberais, quase todos homens, ou seja, para existir, a publicação dependia do poder econômico em mãos masculinas.

Em um estudo sobre jornais pernambucanos editados por mulheres, de meados do século passado ao princípio deste, Elizabeth Siqueira lembra que, numa sociedade sexista como a nossa, não se podia entrar em um campo de

dominação masculina, como a imprensa, e ir impondo novos valores. Era preciso, antes, assumir os valores estabelecidos, para, então, modificá-los. Lembre-se que, mesmo nessa época, eram raríssimas as mulheres que subsistiam de seus próprios recursos, e, se quase todas dependiam de um homem – pai ou marido – para sobreviver, imagine-se para financiar os custos de uma revista. Era preciso cuidar para não contestar, não agredir nem revolucionar, para não correr o risco de ficar sem patrocinador. Não se estranhe, portanto, que sejam pouquíssimos os textos literários, nem a nítida preferência pelos textos científicos, nos quais o autor deve, necessariamente, usar de objetividade, clareza e racionalidade. Publicando seus ensaios, as autoras estavam divulgando sua produção, tornando seus nomes conhecidos como escritoras, sem, no entanto, correrem o risco de devassar sua intimidade.

Esta preocupação fica bem clara se observarmos os poemas do livro *A Espera*, de Lavinia Machado, lançado em 1947, em plena circulação da revista *Presença*. Todos os poemas da autora publicados na revista integram o livro, mas na revista não se encontra nenhum dos que discutem temas mais contestadores, ou, pelo menos, provocativos, como a condição da mulher na sociedade e os papéis por esta reservados aos gêneros masculino e feminino. Havia, portanto, uma censura, que poderia partir do religioso coordenador do grupo, D. Rafael, mas também das próprias editoras e autoras, como recurso para preservar a sobrevivência da revista – que, afinal, resistiu por quatro anos.

Os textos de autoria feminina percorrem diversas áreas do conhecimento e abordam temas variados, mas alguns têm maior incidência, como os que tratam de religião e de mulheres.

São vinte textos, em prosa e verso, envolvendo o universo religioso: resenhas, comentários de passagens bíblicas, episódios da vida de santos, a influência da religião nas artes e na arquitetura. Lendas envolvendo Jesus e personagens do imaginário religioso, como os cavaleiros da saga arturiana, a história de Joana D'Arc, a resenha da biografia do papa Anacleto, todas impregnadas do viés religioso, sob o qual também são analisadas questões relativas a comportamento, divórcio e casamento.

As autoras percorrem ainda os territórios da psicologia, literatura, sociologia, educação e filosofia; tratam da oposição treva-luz, louvam a paz, a vida, a união, o trabalho e as virtudes como o amor, o perdão e o respeito à natureza; aguardam um novo tempo que virá depois da guerra. No que concerne ao universo feminino, defendem a maternidade e a preservação do casamento em benefício dos filhos, mesmo que necessário algum sofrimento. Divulgam vida e obra de escritoras, de outras mulheres que fizeram história e de santas; mas falam também de bibliotecas públicas, de manifestações culturais, de profissões.

Iza de Oliveira, que é a autora mais assídua, com uma dezena de poemas, dedica 7 deles a Deus e ao que o cerca e, nos demais, o coloca nas entrelinhas. O mesmo se dá na lírica de Estella Fróes. Satisfazer a vontade de Deus e esperar um novo tempo – atitudes marcadas pela passividade – são preocupações que aparecem na lírica de Lavinia Machado, embora sua relação com Deus seja diferente e não se baseie em dogmas, mas na transcendência.

Destaca-se a lírica de Lavinia Machado, que demonstra a consciência de estar passando por um processo de transformação, e reflete sobre a eterna busca da felicidade, mergulhada na angústia própria dos que estão insatisfeitos e querem a mudança, a renovação. A paz interior, incompatível com a inquietação de uma jovem que deseja ir além dos muros que a cercam⁵, que não se conforma com o fato de não poder ir estudar no Rio de Janeiro, como seus irmãos homens; que deseja cursar o Instituto Rio Branco e seguir a carreira diplomática, na época vedada às mulheres – essa paz é freqüentemente mencionada por Lavinia. Camuflada por uma linguagem que usa imagens religiosas, está latente a angústia da mulher que se encontra dividida entre o que deseja e o que lhe é permitido. Tudo é dito como quem não diz, um recurso utilizado por escritoras desde sempre, para que não as impedissem de dizer.

No que diz respeito à ficção, a temática pouco varia em relação à lírica. Há uma história que opõe a pequenez do homem à grandiosidade da natureza em uma situação dramática. Em outro conto, a autora utiliza o mesmo jogo dos contrastes presente na lírica para abordar o momento de crise existencial que vive a protagonista: a aparência bonita da moça não revela o íntimo; o riso esconde a amargura e o tormento na consciência, que é representada pela metáfora do porão escuro que só volta a ser limpo e iluminado quando Deus retorna.

Curiosamente, todas as poucas obras de ficção publicadas em *Presença* contêm um elemento trágico, sendo que a de maior carga é a biografia romanceada de Joana D'Arc, narrada por um escrivão, em que a autora conta, com detalhes, toda a trajetória da mártir guerreira que ouvia vozes premonitórias.

Quanto aos textos ensaísticos – ao todo 48 – a grande maioria trata de religião. Alguns são eminentemente doutrinários, mas encontram-se também artigos que discutem a influência da religião nas artes, que pretendem explicar quando a arte é verdadeiramente cristã ou apenas contar a história da arte e dos artistas cristãos na Bahia.

Vários ramos da ciência são visitados pelas autoras; muitos desses textos apresentados em conferências proferidas dentro e fora da Faculdade de Filosofia.

Dois discursos de formatura – o de Lavinia Machado e o de Marta Maria de Souza Dantas – tratam da função social de cada curso da faculdade e da importância desta para a sociedade em geral. Lavinia foi eleita a oradora da

primeira turma, formada em 1945, após acirrados confrontos entre os grupos de alunos ideologicamente opostos. Em tom conciliatório, que pretende situar os ideais da educação em um patamar acima das discussões políticas, ela apresenta o mestre como fonte de sabedoria e amor, faz uma crítica aos regimes totalitários e a defesa da liberdade e da paz. Afinal, eram tempos de tumulto não só na Faculdade de Filosofia.

Já Marta Dantas apresenta seu discurso como um “grito de atalaia ao desprestígio da cultura causado pela crise de responsabilidade” e o faz com um texto de forte cunho político, que situa a educação em um contexto mais amplo e turbulento, onde se dão a crise econômica e as disputas partidárias. Combate os regimes totalitários: a ditadura de Vargas que deixou rastros e o comunismo. O mesmo acontece com o capitalismo, mostrado como uma força que ancora no catolicismo para dele se aproveitar.

A preocupação com a espiritualidade é constante, embora as autoras variem o enfoque e apresentem a questão de forma mais explícita ou velada, como tema principal ou secundário dos textos. Algumas manifestações culturais tradicionais são abordadas, como os festejos natalinos e juninos, mas destaca-se um longo artigo de Zulmira Moscozo Barretto de Araujo, no qual a autora emite juízos sobre tradição e cultura popular, a mulher e a sociedade soteropolitanas, e critica o uso da imagem de Carmen Miranda como representação da mulher baiana. A autora distingue as culturas e as hierarquiza, valorizando a cultura erudita. A defesa da tradição de origem branca européia é fervorosa, a ponto de ignorar a existência de uma outra tradição, a de origem africana, coabitando em nossa cultura; só os indígenas foram incorporados, por terem aderido à fé dos jesuítas.

Esta, porém, não deve ser considerada uma posição pessoal, mas uma postura própria de uma classe à qual pertence a autora e as demais colaboradoras de *Presença*. A mulher que escreve na revista é jovem, branca, de classe média alta e universitária. É o que chamavam na época de “uma mulher moderna”, assim descrita por uma colaboradora:

“Na década de 40, a mulher moderna era aquela que ia pra faculdade. Tinha pouquíssimas. Em engenharia, eram Sinay Neves mais duas, no curso todo. Medicina tinha umas seis ou oito. Direito, o equivalente a medicina. Na Faculdade de Filosofia tinha mais. Essa mulher era aquela que galgou uma universidade, portanto, era considerada uma intelectual, porque era chamada de vez em quando para fazer palestras.” (JESUÍNO, 1999).

A mulher moderna a que muitas autoras se referem surgiu nos Estados Unidos, na década de 20, como fruto da intervenção americana na I Guerra Mundial e da expansão da tecnologia. Nessa época criou-se o estilo de vida

americano, que formou hábitos modernos de produção, consumo e lazer, como a fabricação de artigos em série, a compra a prestação, o aumento do uso de eletrodomésticos. Esse *american way of life*, amplamente difundido pela imprensa, o cinema, o rádio e a publicidade, foi exportado para toda a América.

Em troca dessas facilidades, exigia-se da mulher a perfeição nas tarefas do lar e uma grande dedicação à educação dos filhos, o que a obrigaria a ficar em casa, e não lhe deixava tempo para seguir uma carreira. A campanha pela permanência da mulher no âmbito doméstico só não teve pleno êxito porque ela já havia passado a freqüentar o curso secundário e o superior, aumentando, assim, a média de idade com que se casava e o número de mulheres que trabalhavam fora de casa. No entanto, havia sido criado um impasse, então chamado o “problema moderno”: ela precisava optar entre o casamento ou o emprego.

Tentando explicar o problema da mulher moderna para conciliar amor e trabalho, os especialistas das ciências sociais advertiram que “a mulher insensibilizada ou endurecida” pela vida profissional acabaria por “repelir os homens” (COTT, 1991, p.106), e quando Lavinia Machado escreve sobre as mulheres americanas, deixa entrever essa mesma preocupação: apesar de seduzida pela vida moderna, termina por sucumbir aos valores que lhe são incutidos por uma sociedade que receia perder o controle sobre a mulher.

“Não há dúvida de que a mulher na América tem, desde cedo, muito maiores possibilidades de desenvolvimento de certas capacidades individuais de independência, coragem, iniciativa no trabalho, de experiências valiosas e variado convívio humano nas distrações. Estas possibilidades, porém, por outro lado, fazem-nas perder em geral certo encanto feminino, tornando-as rígidas, desvoltas, um tanto mecanizadas e gastas. No trabalho, no estudo, em que muito se têm desenvolvido, tomam um aspecto frio, másculo, decidido.”

Essa suposta incompatibilidade entre uma vida profissional e a vida doméstica afligia as mulheres que buscavam a instrução superior com a finalidade de fazer carreira. As questões que preocupavam Lavinia provavelmente tiravam o sono de outras mulheres. No caso das autoras de *Presença* – moças que freqüentavam a faculdade e iriam, naturalmente, exercer atividades profissionais fora do lar – percebe-se um certo temor de que, ao se encontrarem no espaço público, acabassem fugindo aos seus deveres no espaço privado.

Como é possível observar em texto de Estella Fróes, havia, também, o receio de que não soubessem conciliar a profissão com os deveres religiosos.

“Você, jovem idealista, que pára no limiar da vida, ansiosa por descortinar o futuro nas linhas indecisas do horizonte, você menina moderna, que passa na

rua sobraçando uma pasta elegante, cheia de livros e cadernos e vai, de narizinho em pé, como quem desafia o mundo; você, que assiste à missa, usando o seu lenço fino e vaporoso à guisa de véu, e que durante a semana frequenta as aulas da Faculdade... será que em toda parte onde vai, elegante, apressada, tagarela, você leva a sua consciência cristã, você age de maneira que se o Cristo aparecesse repentinamente e a chamasse como um general chama um soldado, você poderia responder Presente?” (PRESENÇA, 1947, p.103)

Jucista, no artigo “Fim de ano”, lista os principais objetivos das moças – estudo, trabalho e casamento – e deixa claro o que se espera delas.

“E a nós mulheres cabe importantíssimo papel na sociedade. Sem feminismo exagerado: ‘da mulher depende a felicidade da humanidade. Ela é uma força silenciosa e poderosíssima que pode, pela inteligência e pelo coração, modificar a marcha de todos os problemas sociais’. Não queremos abordar agora o problema da igualdade do valor, dos direitos do homem e da mulher – ambos dotados de características próprias. Mas bem sabemos: ‘para a mulher existe algo infinitamente mais belo que ultrapassar os homens em todos os domínios: é criar homens, trazê-los, nutri-los, educá-los no sentido profundo do termo, e depois de os ter gerado para a vida da carne, gerá-los para a vida do espírito.’” (PRESENÇA, 1945, p.200-202).

Jucista carregava o medo de que a rotulassem de feminista, denominação construída com semântica pejorativa, e não quer opinar sobre a questão da igualdade de valores e direitos, mas joga sobre os ombros da mulher uma responsabilidade nada pequena: a felicidade da humanidade. Além de encarnar o amor, a abnegação e o altruísmo, o modelo de mulher por ela desenhado só tem duas alternativas de vida: o matrimônio e a maternidade.

Esse, no entanto, não era um modelo de Jucista ou das autoras de *Presença*. O papa Pio XII, em seu “Discurso à Juventude Feminina da Ação Católica” (SAFFIOTI, 1979), de 1943, já dissera que a vocação natural da mulher é a maternidade, e tudo o mais é secundário. Do mesmo modo, se os laços do casamento são indissolúveis para a Igreja, o são também para as autoras de *Presença*. Lavinia Machado reúne seu talento de escritora a uma flagrante diplomacia – carreira que viria a seguir mais tarde – para opinar sobre a questão. Em artigo intitulado “O divórcio”, ela expõe as duas correntes da época: divorcistas e antidivorcistas, sem se inserir em nenhuma. No entanto, deixa passar, nas entrelinhas, que justifica-se o divórcio como uma tentativa de encontrar a felicidade, ficando claro que essa busca é tão lícita para o homem quanto para a mulher.

A leitura dos textos produzidos por mulheres a respeito de outras mulheres também nos fornecem muitas pistas sobre seus modelos. Pelo que valorizam ou repudiam, é possível traçar um perfil do ideal de mulher aos olhos dessas jovens autoras. No caso de escritoras, a maioria dos textos vincula a artista

à mulher, a obra à experiência pessoal, e passa-se a buscar na biografia a origem da obra. A elevação moral, a valorização da família, o respeito à natureza, a fé em Deus e o patriotismo são valores enfatizados.

Há, ainda, uma outra face dessas autoras a ser destacada: a que revela a atividade de tradutora. Todos os textos traduzidos por mulheres são de autoria masculina, à exceção de lendas de Selma Lagerlöf. Tratam de episódios bíblicos, do amor matrimonial, da relação pecado-castigo e da presença de Deus. Em todos há, marcadamente, a intenção de doutrinar, sendo evidente a preocupação em orientar a mulher na sua vida afetiva.

Destaca-se, ainda, um artigo de Maria Helena Barreto Campos sobre Damiana da Cunha, uma índia caiapó que foi sacrificada em nome da civilização. Apesar de impregnado pela ideologia do branco europeu, o texto denuncia uma preocupação com os modos pelos quais a História vem sendo registrada, e a necessidade de se fazer uma revisão desses registros. Diz a autora:

“Quão pouco conhecida é a figura de Damiana da Cunha, verdadeira heroína da nossa História! Estou certa que a maior parte dos leitores teria dito ou pensado, ao encontrar no início deste artigo o nome de Damiana da Cunha: ‘Quem foi ela?’ ‘que teria feito de importante?’ ‘Certamente que nada fez de importante, senão seu nome seria conhecido’. Entretanto, o próprio leitor poderá julgar da importância do seu trabalho, na breve exposição que procurei fazer. O nome de Damiana é ‘um exemplo marcante de glória da mulher brasileira’. A História, entretanto, tem sido bem ingrata com Damiana, não reservando, em suas páginas, o lugar de destaque que ela merece ocupar.” (PRESENÇA, 1945, p.106-109).

Nesses parágrafos finais do artigo de Maria Helena Campos, que propositadamente foram deixados para o encerramento deste ensaio, resume-se uma preocupação atual de olhar nos interstícios da História oficial para trazer à superfície outras histórias que não foram contadas, como a de Damiana, a das mulheres que publicaram em *Presença* e de outras tantas que pensam não ter importância porque seus nomes não são conhecidos. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para reescrever essa mal contada História.

NOTAS:

¹ In: PRESENÇA. Ano II, n.1 (p.18-20); n.2 (p.40-41); n.4 (p.80-82); n.6 (p.137-138), Presume-se que tenham sido publicados outros fragmentos do discurso nos números 3 e 5, não localizados.

² Sabe-se que, na época da publicação de *Presença*, o comunismo andava em alta junto aos estudantes universitários, e a Igreja temia a adesão dos jovens. É histórica a participação de alunos da Faculdade de Direito nas manifestações promovidas pelo Partido Comunista. Na Faculdade de Filosofia, o corpo discente era dividido em comunistas e católicos, e, embora os comunistas ficassem mais no plano das idéias, havia uma cisão no grupo, que quase impediu a festa de formatura de sua primeira turma, em 1945. O impasse foi resolvido com a escolha de Lavinia Machado, aceita por ambos os lados, como

representante dos alunos.

³ As estrangeiras são Gertrud von Le Fort e a escritora sueca Selma Lagerlöf (1858-1940), prêmio Nobel de Literatura em 1909. A paulista é Irany Vidal Bastos, apresentada como delegada da JUC – Juventude Universitária Católica de Campinas, S.P., na abertura de sua longa conferência sobre a cristianização da cultura. Maria Olimpia Silveira é catarinense.

⁴ O grupo baiano, formado na sua quase totalidade por estudantes universitárias, é integrado por Anete Nolasco de Carvalho, Dyrce Franco de Araújo, Estella Fróes, Lavinia Machado, Lêda Ferraro, Leticia Fernanda Trigueiros, Lycia Margarida Alves, Maria Antônia de Mattos, Maria Thetis Nunes, Maria José Nolasco, Bernadete Sinay Neves, Antonieta Selmi Guimarães, Cândida Cerne de Carvalho, Iza Maria Moniz de Aragão, Maria Helena Barreto Campos, Marta de Sousa Dantas, Stella Maria Gamboa Pereira de Carvalho e Zulmira Moscozo Barreto de Araújo. Algumas não assinam textos, o que não elimina a hipótese de terem colaborado, anonimamente ou sob pseudônimo: são as editoras Dyrce, Anete e Maria José. Outra editora, Maria Antônia, assina apenas uma tradução.

⁵ Referência ao título de seu último livro: *O Campo Além do Muro é Verde* publicado em Portugal, pela editora Sol XXI, da Associação de Escritores e Poetas Portugueses, em 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTT, Nancy F. A mulher moderna; o estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres**. O século XX. Porto/São Paulo: Afrontamento/Ebradil, 1991.

JESUÍNO, Lêda Ferraro. **Entrevista**. Salvador, 18 jun. 1999.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 405p.

PAIVA, Aparecida. **A voz do veto**; a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PRESENÇA: Revista para Moças. Salvador, Tipografia Beneditina, 1945-1948. Mensal.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979. 384 p.

DEMANDAS URGENTES NA EXPERIÊNCIA POPULAR

Iracema Brandão Guimarães

APRESENTAÇÃO

As noções de cidadania e de direitos vêm sendo assimiladas e divulgadas atualmente através das metodologias de atuação de diferentes instituições (tidas como sucedâneos dos movimentos sociais), especialmente as Organizações Não Governamentais, os Conselhos de Participação e inúmeras instituições de políticas sociais que atuam com as mulheres, as crianças e adolescentes e outros segmentos organizados em torno de suas demandas coletivas, o que leva a uma experiência coletiva.

Algumas questões surgidas a partir dessa experiência nos levaram a buscar conhecer as formas de relacionamento entre gêneros e gerações que condicionam as práticas sociais desenvolvidas por mulheres nos setores populares. Para isso, partimos da abordagem das unidades domésticas (que incorporam famílias) como

uma organização estruturada a partir de redes de relações sociais estabelecidas entre indivíduos unidos ou não por laços de parentesco que partilham uma residência e organizam em comum a reprodução cotidiana. Nesse último aspecto, encontram-se os fatores que interferem no acesso às organizações comunitárias, para a obtenção de serviços públicos (canais formais) e também no acesso a outros mecanismos extra-domésticos, frequentemente utilizados pelas mulheres e seus grupos domésticos (canais informais).

Essa abordagem foi desenvolvida com base na mediação exercida por um dos tipos de instituição acima referida que introduz um discurso sobre direitos e cidadania junto a um amplo segmento de famílias residentes em três bairros populares da cidade de Salvador, Bahia. A localização das unidades domésticas e das mulheres que predominam nesse espaço, o acesso (ou falta de) acesso às organizações comunitárias, o relativo afastamento dos núcleos familiares em relação às suas redes de parentesco e, em certas condições, das redes de vizinhança, foram os temas abordados como parte das condições de vida das mulheres nesses setores sociais. As mudanças percebidas, remetem, portanto, a um rebatimento de outros fatores: de um lado, a crise social que se acentuou nas últimas décadas nas cidades, especialmente, o desemprego – muito acentuado em Salvador – a competição, o aumento da violência, a deterioração da qualidade de vida nesses bairros pobres; de outro, as configurações subjetivas que orientam as práticas cotidianas das mulheres, cuja presença é dominante nesse cenário focalizado.

Como pressuposto básico, entendemos que as experiências das mulheres diferem das experiências dos homens, o que deve fazer parte da reflexão – assim como as experiências de classe, de raça, de nacionalidade. Nesse sentido, as distinções de gênero nas sociedades atuais remetem a uma elaboração complexa, muitas vezes implícita em processos de homogeneização ou individualização.

“As desigualdades de gênero aparecem como uma consequência não-intencional da distribuição de capacidades individuais diferenciadas (...) entretanto, o gênero é relacional, envolve dimensões de poder, atravessando e estruturando o acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos.” (SORJ, 1993; SOUZA-LOBO, 1991).

Mas a noção de experiência também remete ao tema das demandas da sobrevivência imediata, ou reprodução cotidiana – e a sua transformação, através dos atores coletivos, em demandas políticas. Lembramos aqui brevemente os estudos voltados para a atuação dos “novos sujeitos sociais” que traziam um sentido de reapropriação dos espaços da vida cotidiana, como a habitação, a alimentação, a saúde, a educação e outros. Uma característica inovadora da sua atuação estava na busca de soluções, geralmente criadas a partir do espaço da moradia, para demandas cujo atendimento se buscava – estrategicamente – atra-

vés de pressões populares sobre a capacidade provedora do Estado (SADER, 1988; SCHERER-WARREN, 1987).

Alguns autores indicam posteriormente um refluxo dos movimentos sociais, cuja principal marca seria o contexto político, a partir de 1982, “quando se cria uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro.” (DOIMO, 1995, p.83). Devido à fragmentação (política) desse processo, não se poderia dizer que se criou uma nova relação com o Estado, mas sim que foram criadas novas formas de participação e de relacionamento com agências públicas. Assim, surgiram ao longo dos anos 80, os Conselhos de Participação: da mulher, do negro, da habitação, da saúde e, recentemente, o da criança e do adolescente e, também, os diferentes tipos de Ong’s – que são criadas a partir de “redes movimentistas, articuladas por diversos tipos de pessoas anteriormente atuantes em movimentos populares (...) assim, podemos vê-las, como a tradução formal dessa tendência de eclosão de movimentos de ação direta na sociedade contemporânea.” (ibid., p.152).

Barsted (1994, p.94), reconhece a distância entre um ideal de cidadania e as práticas políticas, sociais e econômicas existentes, indagando como combinar a cidadania – entendida pela autora como o direito à saúde, trabalho, educação, moradia, com as políticas recessivas que excluem enormes parcelas da população. Assim, movimentos com identidades já constituídas (como o movimento de mulheres) passaram a dialogar com o Estado, constituindo campos de poder, no período da redemocratização. Nesse sentido, redefine o fato do movimento de mulheres questionar, tanto as estruturas públicas de poder, como as estruturas privadas – a família e as relações entre os sexos. Segundo a autora (ibid., p.43):

“Ao longo de sua organização, o movimento de mulheres aprofundou duas questões básicas na ênfase das políticas públicas propostas: saúde/sexualidade e violência. Essas duas questões tinham como pano de fundo uma intensa mobilização para eliminar da legislação em vigor todas as formas de discriminação contra as mulheres, coerente com a Convenção das Nações Unidas em 1979 (...) esse amadurecimento foi possível a partir da superação das antigas hierarquias temáticas que privilegiavam as questões do trabalho feminino em detrimento da sexualidade e da consolidação de um consenso em torno de questões básicas.”

Entretanto, inúmeros obstáculos estão presentes à formação dessa cultura democrática, numa relação complexa entre respostas incertas (a constituição dos direitos, os novos sujeitos sociais e sua organização coletiva) e as demandas urgentes no plano da vida cotidiana de cidadãos comuns, cuja solução tende a ser frequentemente uma luta isolada, como no caso das mulheres focalizadas neste trabalho.

Entre os principais obstáculos à formação de uma cultura democrática, encontram-se as raízes históricas, anteriores ao período autoritário, que explicariam a vulnerabilidade da política social brasileira às injunções clientelistas. Telles (1994, p.91) por exemplo, propõe considerar a sociedade como um modo determinado de problematizar a questão dos direitos – uma vez que não se restringem às garantias inscritas na lei e nas instituições. Os direitos dizem respeito a:

“... formas de sociabilidade, reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas; operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida, através da atribuição mutuamente acordada (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um.” (ibid., p.92).

Em perspectiva diversa, Barsted (1994) enfatiza que o movimento de mulheres assume como ponto básico a denúncia da discriminação das mulheres e a luta pela igualdade de direitos, propondo-se a aprofundar questões culturais e a formar um campo político específico. Na trilha desse debate, como forma de sociabilidade e regra de reciprocidade, os direitos constroem então os vínculos propriamente civis entre indivíduos, grupos e classes.

OS CANAIS INSTITUCIONAIS E NÃO INSTITUCIONAIS NOS ESPAÇOS DE MORADIA

As práticas e estratégias de reprodução cotidiana são marcadas pelas relações entre as classes sociais e as permanências e mudanças que revelam, expressam, portanto, as formas de relacionamento entre gêneros e gerações. Os fatores que interferem no acesso das mulheres às organizações comunitárias e aos mecanismos extra-domésticos (canais informais, não institucionais), frequentemente utilizados para a sobrevivência imediata entre famílias pobres, refletem, por fim, mudanças que atravessam as redes de reciprocidade que provavelmente operam na interação presente no espaço de moradia (OLIVEIRA; SALLES, 1981). Para Jelin (1984), no caso das unidades domésticas dos setores populares urbanos, os recursos necessários à reprodução cotidiana podem provir de distintas fontes: o trabalho e o esforço direto dos seus membros, as transferências formais de instituições reconhecidas para esse fim, especialmente o Estado ou agências públicas e as transferências informais, baseadas nas redes de intercâmbio e ajuda mútua.

Nesse sentido, Castel (1998, p.30;48) distingue uma sociabilidade primária, abrangendo os sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Pode ocorrer uma desfiliação (social) diante da ruptura desse tipo de ligação ou pertencimento às redes de integração primária – correspondendo a um primeiro

“desatrelamento” das regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas nesse pertencimento comunitário. Assim, as redes primárias de solidariedade podem ser desequilibradas pela incidência de diferentes fatores externos (CASTEL, 1998, p.52). Distingue-se também uma sociabilidade secundária, tratando-se de sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho (ibid., p.57).

Trata-se então de uma quase exclusão, de tentar tomar a marginalização como processo e de compreender a situação dos indivíduos como resultado de uma dinâmica de exclusão que se manifesta antes que ela produza efeitos completamente dessocializantes. O fato novo, segundo o autor, seria uma retomada da vulnerabilidade, como conjunção da precarização do trabalho e da fragilização de apoios relacionais, configurando uma zona instável entre a integração e a exclusão. Esse aspecto, ou essa conjunção, nos permite dar continuidade à nossa reflexão.

CONDIÇÕES DE VIDA EM SETORES POPULARES

As alternativas encontradas pelas mulheres e seus grupos domésticos, a partir dos limites de classe, parecem ser relativamente diversas do contexto das estratégias familiares que foram estudadas no final dos anos 70 por diferentes pesquisadores. Para conhecer essa realidade, partimos de uma identificação e análise de grupos domésticos e famílias moradoras de três bairros populares da cidade de Salvador – Itapagipe, Coutos, Saramandaia. A estratégia metodológica adotada foi a seguinte: 1- A caracterização do espaço de moradia e a existência de canais formais – os apoios relacionais – como as instituições e a associação de moradores; 2 - A caracterização das formas de sociabilidade (como canais informais) desenvolvidas pelas moradoras, as mulheres que predominam nos setores populares estudados.

Segundo os autores mencionados, ao longo dos anos oitenta e nos seguintes, observa-se a criação de um amplo conjunto de instituições, especialmente as Ong's, Conselhos e políticas sociais orientadas por uma nova forma de participação e interação com as bases comunitárias e segmentos sociais organizados. A primeira instituição que nos permitiu o acesso aos bairros e às mulheres e suas famílias desenvolveu-se a partir de uma metodologia apoiada em novas concepções sobre o caráter e o tratamento a ser dado à questão da infância e adolescência pobre, orientada pela experiência de um outro programa anterior – o Projeto Axé – uma Ong que já acumulava cerca de cinco anos de atividade considerada exitosa com meninos de rua. Essas concepções implicam em considerar os meninos de rua como vítimas de um processo de exclusão, em decorrência de condições estruturais, e não como vítimas do abandono das famílias. Entre os seus objetivos iniciais, citava-se “a construção de uma ponte para a cidadania,

com base em princípios de igualdade, solidariedade, justiça, e a capacitação dos educadores” (CARVALHO, 1996). Essa metodologia era inspirada na proposta do “construtivismo” de Paulo Freire, considerando-se as crianças e adolescentes como sujeitos do seu próprio conhecimento, utilizando-se para isso as informações do cotidiano como motivações pedagógicas (ibid., p.94).¹

Alem disso, esse tipo de política social orientada por uma nova forma de participação e interação com as bases comunitárias e segmentos sociais organizados levam à interação com o Conselho de Moradores e outras organizações localizadas a partir dos espaços de moradia. A instituição inicialmente focalizada atende a cerca de 2.000 famílias nos três bairros observados, mantendo parcerias e a participação de instituições governamentais e privadas. Isso possibilitou o conhecimento das demais instituições atuantes em cada bairro e o acesso às mulheres e suas famílias. Para obter esse conhecimento, realizou-se uma coleta de dados nos cadastros existentes nas unidades de atendimento, elaborando-se uma amostra de 506 fichas de famílias e grupos domésticos de moradores dos três dos bairros, observando-se os arranjos familiares encontrados e outras informações sobre as mulheres e seus grupos domésticos.

Como se sabe, mudaram as condições de reprodução da população, os padrões de relacionamentos entre os membros da família, as relações de poder e autoridade estão em questionamento e, principalmente, viveu-se um período de profunda mudança na inserção da mulher na sociedade. Esses aspectos se refletem nos arranjos familiares encontrados nos bairros estudados:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

CATEGORIAS	NÚMERO ABSOLUTO	NÚMERO RELATIVO
FAMÍLIA NUCLEAR	220	43,5%
FAMÍLIA EXTENSA	86	16,6%
MÃE C/ FILHOS	105	20,2%
MULHER E PARENTES	76	15,4%
PAI C/ FILHOS	6	1,2%
HOMEM E PARENTES	7	1,4%
OUTROS	9	1,8%
TOTAL	506	100%

Fonte: Cadastro da FCC, famílias residentes nos bairros de Coutos, Roma, Saramandaia, 2000.

Como se pode observar, 43 % dos grupos domésticos encontrados são nucleares (casais com filhos), seguindo-se os grupos de mulheres residentes com seus filhos e mulheres com filhos e outros parentes que totalizam 35,6%. Encontra-se ainda uma proporção significativa de famílias extensas (16,6%).

Nesse total de grupos domésticos focalizados, a situação ocupacional das mulheres é a seguinte:

**OCUPAÇÃO FEMININA:
CHEFES DE FAMÍLIA E CÔNJUGES**

OCUPAÇÕES	ITAPAGIPE E COUTOS		SARAMANDAIA	
	ABSOLUTOS	RELATIVOS	ABSOLUTOS	RELATIVOS
DONA DE CASA	89	22,3 %	23	24,7%
LAVADEIRA	28	7%	1	1,1%
VENDEDORA	33	8,3%	5	5,4%
FAXINEIRA	15	3,7%	2	2,2%
DIARISTA	10	2,5%	5	5,4%
COZINHEIRA	4	1%	3	3,3%
SERVENTE	2	0,5%	1	1,1%
DOMÉSTICA	68	17%	18	19,3%
BISCATE	13	3,2%	2	2,2%
PENSIONISTA	20	5%	3	3,3%
SERVIÇOS GERAIS	7	1,7%	4	4,3%
OUTROS	49	12,3%	9	9,6%
NÃO TRABALHA	61	15,2%	17	18,2%
TOTAL	399	100%	93	100%

Fonte: Cadastro da FCC, famílias residentes nos bairros de Coutos, Roma, Saramandaia, 2000.

Nos grupos domésticos observados, existe uma inserção predominante no setor informal. Entre as mulheres, cerca de 17% nas famílias cadastradas, residentes em Itapagipe e Coutos, são empregadas domésticas e em Saramandaia elas correspondem a 19,3%, observando-se que esse percentual aumenta se agregarmos as atividades de diaristas, faxineiras, cozinheiras. Entre as demais ocupações mais frequentes nas primeiras localidades estão: vendedora, com o percentual de 8,3% e lavadeiras com 7%. Em Saramandaia, as ocupações mais exercidas são vendedora e diaristas, ambas com 5,4%. Entretanto, a maioria das mulheres nas áreas estudadas identificam-se como donas de casa, apresentando percentuais de 22,3% e 24,7% para Itapagipe/Coutos e Saramandaia, respectivamente. O universo de mulheres que não trabalham é de 15,2% em Itapagipe/Coutos e 18,2% em Saramandaia.

A participação masculina no mercado de trabalho não é informada por cerca de 60% das famílias cadastradas em Itapagipe. Entre aquelas que apresentam informação, encontram-se 13% de trabalhadores assalariados e apenas 1,5% é funcionário público, enquanto 2,2% estão desempregados. A maior parcela dos homens também está inserida no setor informal; cerca de 15% em Itapagipe exerce atividades temporárias, geralmente como camelôs ou atividades semi-qualificadas, como eletricitas, encanadores, mecânicos e outros. No bairro de

Saramandaia esse segmento é mais amplo, correspondendo a cerca de 26%, encontrando-se também outras atividades consideradas típicas do setor informal.

A precariedade e vulnerabilidade nesses domicílios remete, portanto, às condições de vida, constatando-se que a maior parte deles contam com uma renda de até dois (2) salários mínimos, sabendo-se que em um dos bairros citados, mais da metade das mulheres não informam sobre qualquer atividade exercida pelo companheiro. Na maioria das situações, as mulheres são as únicas responsáveis pela realização das tarefas domésticas, como parte das necessidades da reprodução cotidiana (alimentação, higiene, cuidado dos filhos) e, paralelamente, pela participação nas atividades econômicas.

O ESPAÇO DE MORADIA

O espaço de moradia – o bairro – permite a abordagem das práticas sociais empreendidas pelos agentes, sendo compreendido como um locus de intercessão entre o público e o privado, um espaço intermediário, onde interagem as perspectivas dos agentes. Nesse espaço, é possível ver representadas experiências das duas dimensões, que se reestruturam e se entrecrocaram, com significado próprio (CERTEAU, 1997).

O bairro constitui, então, o principal aspecto do cenário urbano, onde a população desenvolve as suas demandas da sobrevivência cotidiana. Os bairros aqui focalizados tiveram origem em invasões populares na cidade de Salvador, as primeiras com origem na década de 40, primeiramente em terrenos da Prefeitura.

A falta de infra-estrutura nos bairros, um indicador da qualidade de vida da população residente, é destacada na imprensa local:

“Buracos na Fazenda Coutos – Batizada com o nome do Pai da Aviação, a Rua Santos Dumont, na Fazenda Coutos II, em Paripe (subúrbio de Salvador), é realmente digna de um par de asas. Totalmente esburacada, apresenta uns poucos pedaços onde se pode colocar os pés. Quem tem carro não pode guardá-lo próximo de casa e, o que é pior, as transversais não estão em melhores condições. Há pouco mais de um ano, os moradores se uniram e fizeram uma repavimentação da rua, trabalho que deveria ser realizado pelo órgão competente da Prefeitura Municipal do Salvador. Agora, com as chuvas frequentes, esgotos a céu aberto e bocas-de-lobo entupidas, quem mora no local espera que seja dado a César o que é de César. ‘A prefeitura é quem tem de tapar estes buracos’, bradava ontem a comerciante Maria José Santos de Assis, 45 anos, há 17 residindo na área, casada com Aginaldo de Assis, um dos moradores que, em 1998, cansado de esperar por uma solução oficial, encampou uma restauração por conta própria. E, com a ajuda de outros membros da comunidade, tocou as obras.” (BANDEIRA, 2000a).

O depoimento de uma moradora entrevistada no bairro de Coutos confirma essa visão de um subúrbio da cidade:

“Não me sinto segura, sinto muita vontade de sair daqui, se você me dissesse hoje, vou te dar uma casa em tal lugar no interior, eu não penso duas vezes, tenho muita vontade de sair daqui, no interior é mais seguro, para criar um filho, no interior é bem melhor, dependendo do interior né, por que Camaçari, Candeias e Feira de Santana, a gente sabe, tá pior do que aqui. Mas existe interior tranquilo ainda.” (Lucia, 38 anos).

A imprensa local também destaca as condições de moradia no outro bairro estudado:

“O nome do bairro surgiu quando passava a novela de Dias Gomes, levada ao ar no início da década de 70. Mas por essa Saramandaia não circulam os personagens surrealistas – como dona Redonda – que explodiram no final da história. Pelo local, não menos explosivo, os personagens são outros que compartilham problemas reais, como pobreza, violência e baixa auto-estima e com raízes comuns em milhares de outras saramandaias que pipocaram nas últimas três décadas nos grandes centros urbanos brasileiros. Encravada entre o bairro de Pernambués e o Detran, a invasão de Saramandaia surgiu a partir da construção do então novo Terminal Rodoviário de Salvador, em 1975, direção tomada por retirantes que partiam para a capital à procura de novos horizontes. Deparavam-se com barreiras intransponíveis, permaneciam desempregados e decidiam instalar-se na porta de entrada da cidade, o Terminal Rodoviário. O modo de ser de Saramandaia é, basicamente, o mesmo do registrado no grande bolsão de miséria em que se transformou o miolo de Salvador, limitado pelo Subúrbio Ferroviário e a BR-324, onde vivem quase 850 mil pessoas.” (BANDEIRA, 2000b).

O terceiro bairro, conhecido como Roma, parte da área de Itapagipe, é ocupado por famílias de classe média e média baixa mas, principalmente, por uma grande área que se origina da antiga invasão de Alagados, que data de 1949. Essa área, um imenso charco, era parte da antiga Fazenda do Coronel, que se tornou propriedade do Patrimônio da União, sendo que a parte junto ao mar era da Marinha. A invasão resultou de uma longa disputa jurídica entre os antigos proprietários da fazenda original e os invasores, tendo ocorrido repressão violenta no ano de 1949 e, finalmente, a suspensão da intervenção policial pelo governo do estado, devido às repercussões políticas do conflito (CEAS, 1999, p.93).

A partir dessas condições de moradia, localiza-se o desaparecimento daquele modo de vida marcado pela tranquilidade e confiança, onde “as relações de vizinhança faziam com que as calçadas fossem extensões da própria casa e todos se conheciam.” (SADDER, 1988). Aqui, as mudanças remetem ao conjunto dos fatores da vida urbana, onde essas relações tendem a se modificar pelo rebatimento de outros fatores, como o crescimento da violência, o desemprego, a competição, a vida na cidade, um cenário dos anos 90 que se fixou nos anos seguintes.

AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

As novas formas de participação e interação com as bases comunitárias e segmentos sociais organizados, nas quais se baseiam diferentes instituições, constituiu um dos critérios para a escolha da instituição abordada, o que levou à interação com o Conselho ou Associações de Moradores e outras organizações atuantes, geralmente liderados pelas mulheres nos três bairros estudados.

Segundo uma presidente do primeiro:

“...era o Conselho de Moradores que indicava a criança que deveria fazer um curso na FCC, nós fazíamos o acompanhamento e escolhíamos as pessoas mais carentes, nós indicávamos e eles faziam a seleção lá dentro (...) quando precisava de alguém para trabalhar na limpeza, no lanche, nós indicávamos. A gente fez uma reunião para saber qual é a atuação do Conselho, também pedimos uma ajuda, todo mundo do Conselho estava desempregado, pedimos cesta básica, pedimos a legalização do Conselho.” (Sandra, presidente de Conselho de Moradores – Coutos).

Nesse aspecto, identificou-se situações diferenciadas nos três bairros estudados na cidade de Salvador. No suburbio (bairro de Coutos), as moradoras indicam pouco acesso a instituições no próprio bairro, devido à própria inexistência de equipamentos comunitários no espaço da moradia e à ausência de infra-estrutura, como foi destacado pela imprensa local. A FCC é a única instituição atuante, oferecendo algum serviço à população carente. Quanto à Associação dos Moradores, esta não tem sede própria, funciona precariamente na residência da própria presidente que utiliza o seu telefone particular para os contatos necessários, e não existe nem máquina datilográfica para redigir qualquer ofício, solicitando um serviço aos poderes públicos. A presidente da Associação esperava os contatos de candidatos a vereador para efetivar um esperado compromisso de ajuda ao bairro. Diante dessas condições, a Associação tem pouca articulação com a comunidade, como mostram esses depoimentos de moradoras: “Não me relaciono com a associação”; “não reconheço apoio nela, reconheço apenas a FCC como instituição no bairro”; “mas reclamo a necessidade de uma creche no bairro”; “Já ouviu falar de um ‘sopão’ que é oferecido na associação mas nunca foi buscar, quando fui buscar ajuda na FCC foi porque o marido estava desempregado, precisava encontrar onde colocar o filho para ter alguma coisa”; “Existe um padre franciscano que distribui pão no bairro. Antes, a associação criava favoritismo quando distribuía o leite”.

Existe lugar para todo tipo de improvisação, como o “Amaral” que oferece um serviço de ajuda, através de um caminhão que atende a chamados de

urgência, para desentupir esgotos, falta de água, chamar o serviço da Embasa, prestar pequenos serviços de drenagem nos casos de alagamentos das casas durante as chuvas. Esse serviço é mantido com a ajuda de um vereador e não há cobrança (financeira) pelo atendimento.

Situação diferente é encontrada no bairro de Roma, em sua continuidade com Itapagipe, onde foi criada uma articulação para desenvolver um projeto para Itapagipe. Uma das instituições, denominada Campi (Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe), visa a mobilização e articulação dos moradores de Itapagipe, conjuntamente com a Nai (Núcleo de Articulação Institucional), um espaço articulador das ações de apoio ao desenvolvimento local, visando dar unidade à intervenção das instituições que se encontram atuando na área, integrando-as às estratégias de desenvolvimento propostas pela comunidade. Encontra-se ainda presente a AR-II (região administrativa) que visa aproximar a população local do Governo Municipal, visando intervenções ágeis, estratégias locais e identificação dos problemas existentes. Segundo os responsáveis por essa experiência, as três estruturas propõem o desenvolvimento sustentável de Itapagipe e o reconhecimento do papel ativo da população, o que é indicado como uma base para a formulação de um modelo de gestão social para essa área da cidade.

A área já contava com organizações associativas nos mais variados campos de atividades, desde creches a organizações esportivas, passando por atividades de natureza religiosa e filantrópica e pelas tradicionais Associações de Moradores. Parte dessas organizações foi criada a partir do interesse em programas da LBA (Legião Brasileira de Assistência), deixando de ter um funcionamento real quando a instituição foi extinta. Outras continuaram funcionando, desenvolvendo atividades muito específicas, em geral ligadas à educação (creches). Em outubro de 1998, um grupo de 23 dessas organizações criaram a primeira entidade acima referida (Campi), que hoje conta com 30 organizações e já promoveu na área eventos como: a “Caminhada Itapagipe Mostra a sua Cara”, “Sessão Especial da Câmara dos Vereadores sobre Itapagipe”, “Oficina de Turismo e Cultura”, “Seminário sobre Alternativas para o turismo em Itapagipe”, inauguração da galeria de Autores e Ilustradores baianos na Biblioteca Edgard Santos, o “Ciclo de Debates Institucionais”, o “Tour Histórico de Itapagipe”, entre outras atividades. Essa entidade também tem estado presente nas lutas específicas de cada Associação, a exemplo da associação de Mangueira e da João Paulo II, no que diz respeito às ações destas junto à Conder (Governo do Estado).

A “identidade local” é o componente de mobilização nesse processo e como temos enfatizado, são as mulheres que tem presença predominante nessa articulação. Entretanto, pode-se pressupor a especificidade dessa mobilização, atentando-se para o fato de que “as moradoras”, ou seja, boa parte das mulheres que se identificam como “mães de família, donas de casa, trabalhadoras”, não são alcançadas pela mobilização, observando-se depoimentos como seguem.

Moradoras da área de Roma:

“Tem uma associação na rua [onde os filhos estudavam], mas acha que não trabalha pela comunidade (...) Ultimamente só tem servido para fazer reuniões com fins políticos”; “Tem aqui, a Sociedade 06 de Janeiro (...) O pau que dá agora é reunião com esses políticos né? Até candidato a vereador veio fazer reunião aí. Só isso, não tem mais nada”; “Quando tem problema na rua com o esgoto, são os próprios moradores que fazem o trabalho. Os moradores são muito unidos”; “Tem uma associação de moradores que não faz nada pela comunidade. Até um curso de datilografia que tinha parou. O Espaço Cultural dos Alagados é que de vez em quando promove cursos. Não acha os moradores unidos”.

Em contraste com o desinteresse pelo tipo de atividade política que a maior parte das Associações de Moradores desenvolve, ainda assim, sem continuidade, existe a atuação das diferentes Igrejas que parece despertar maiores interesses entre as moradoras:

Moradoras da área de Roma:

A) “Eu não ando em igreja, para falar a verdade. A igreja mais próxima é em Jardim Cruzeiro”;

B) “Tem um centro espírita na rua que distribui cestas básicas, sou católica mas e tem 2 filhos na igreja batista”;

C) “Tem a igreja dos Alagados... o trabalho dela é, se adoecer uma pessoa que frequenta a igreja e que elas conhecem, elas vão visitar. Se precisar de alguma ajuda, o padre faz uma campanha, sai pedindo, então os fiéis da igreja vai dando uma coisinha, vai dando outra e vai ajudando aquela pessoa. Mas, eu mesmo não participo porque eu não vou na missa assim direto, como vou dizer que sou de dentro?”;

D) “Há 37 anos congrega na Assembléia de Deus de São Domingos”;

E) “Sou bastante reservada, sou cristã da Igreja Universal do Reino de Deus, então aí procuraram lá, aí o pastor disse que tinha alguém na igreja que queria ir estudar, que ia ter escola, o AJA BAHIA (Alfabetização de Jovens e Adultos); “Eles ajudam os pobres, as pessoas, esses que vivem na rua, doente, aleijado (...) eles fazem cesta básica (...) ajuda assim, dá alimentação se a pessoa quiser, também eles diz assim: que a gente tem que lutar, que só o Senhor Jesus tem pra nos dar (...) então a gente faz as corrente, pede a Deus”;

F) “ Há 5 anos participo de um grupo de senhoras pra sair nas ruas falando de Jesus, convidando as pessoas pra fazer visita na igreja.”;

G) “Sou católica, freqüento as igrejas do Bonfim e dos Mares. Meu pai é da Batista (...) o grupo da igreja se ajuda muito (...) as ‘irmãs’ a ajudaram a comprar as lentes dos óculos, no valor de R\$ 70,00, e também fornece cesta básica”.

Assim, como se pode observar, uma diversidade de processos encontra-se em relação com as práticas que podem ser identificadas para a obtenção de bens e serviços que satisfazem as necessidades (as demandas urgentes da experiência popular). O modo como podem ser transformadas em lutas sociais, mobilizações, ações coletivas, depende de uma constelação de significados, prevalecendo “a identidade do grupo e a articulação entre objetivos práticos e valores orientadores.” (SADER, 1988).

Propomos distinguir em seguida, a interpretação das redes sociais através da atribuição de uma cultura, ou ética de ajuda mútua, ou de um princípio de reciprocidade que parece encontrar-se em mudança, no sentido de um crescente isolamento dos núcleos domésticos em relação às redes de parentesco e solidariedade. Na medida em que isso ocorre nesses segmentos ou setores populares, tende a aumentar o número de pessoas desprotegidas, podendo ocorrer o que Castel (1998, p.48) chama de desfiliação (social), um primeiro desatrelamento das regulações dadas a partir dos encaixes na família, na linhagem, no pertencimento comunitário. Trata-se, então, da conjunção entre a precarização do trabalho e a fragilização dos apoios relacionais.

As mudanças identificadas também apontam para uma maior formalização e institucionalização das relações sociais nos espaços de moradia observados, o que permite refletir sobre os fatores que interferem na constituição do princípio de reciprocidade e solidariedade, que sempre foram vistos como solidariedades constituídas.

AS MORADORAS : FAMÍLIAS E REDES SOCIAIS

Devido às condições de vida existentes nos bairros estudados, o reduzido espaço físico nas casas, o maior número de crianças, é frequente entre as mães entrevistadas o temor de que as crianças fiquem nas ruas, enveredem pela marginalidade, ou sejam vítimas da violência que impregna o cotidiano nesses bairros. Esses são alguns dos fatores que dão o tom de realidade à experiência popular aqui encontrada, impondo obstáculos ao exercício da cidadania e à difusão dos direitos. A busca do apoio institucional tende a se mesclar com as tradicionais práticas de clientelismo e favoritismo, tornando-se, assim, mais um instrumento na cultura de ajuda e submissão que marca os horizontes da pobreza brasileira com respostas incertas, como buscamos refletir nesse trabalho.

O tempo de moradia – Em média, as moradoras estão no bairro há mais de 10 anos; uma entrevistada reside no suburbio de Coutos há 17 anos, mas na área de Roma encontram-se as moradoras mais antigas – frequentemente, suas famílias de origem já eram moradoras no local. Ao estabelecer uma comparação com os anos anteriores de residência, a principal impressão que mencionam nesse primeiro bairro, é que as condições eram péssimas e melhoraram com a chegada de infra-estrutura (a água e a luz), o que levou as pessoas a melhorarem suas casas; houve uma melhoria geral da vida no bairro. Em função disso, as impressões são positivas, a mudança para o bairro se deu através de terrenos cedidos por algum parente ou conhecido, o que significou uma melhoria em relação ao seu padrão de vida anterior, quando pagavam aluguel. Em outros casos, (quatro entrevistadas) as famílias vieram após desabamentos, enxurradas, destruição do barraco onde moravam pelas chuvas que periodicamente atingem a cidade.

A violência e o cotidiano – Também é recorrente a referência das moradoras ao medo da convivência, à violência que hoje ameaça as pessoas nos bairros. Variando o grau de percepção, é uma referência comum, quando mencionam:

A) “Mas eles não mexem com a gente (...) Olhe, ninguém mexe com a gente, o pessoal respeita, mas os nossos filhos vão crescendo e vendo essas coisas, eu acho que influi no futuro deles.” (Lucia, 38 anos);

B) “A violência existe em todo lugar, acho que está calmo, às vezes tem uma correria, domingo teve.” [referindo-se a alguém correndo na rua, fugindo da polícia, ou de bandidos] (Edineide, 35 anos);

C) “A mãe deseja sair do bairro por causa da violência, constantes tiroteios, sei das atitudes dos bandidos mas não digo nada, tenho medo.” (Angélica, 32 anos);

D) Em outro setor do mesmo bairro, uma antiga moradora comenta: “agora está menos violento e se você olhar, as casas hoje estão de grades, apesar de ter 12 anos aqui, nunca vi cena de ficar assustada, dificilmente eu fico lá na porta, se passa alguma coisa na rua, eu entro logo, nem dá para ficar na janela.” (Fátima, 36 anos);

E) Outra moradora desse setor comenta: “houve um tempo em que botavam fogo nas casas” [referindo-se à presença de uma quadrilha de marginais há poucos anos no bairro] “mas isso melhorou” [a quadrilha foi desbaratada] (Josilene, 39 anos).

Pode-se perceber que as pessoas aprenderam a conviver com as ameaças da violência no bairro, com o medo que passa a integrar o seu cotidiano.

A perda de centralidade da família – Diante desse conjunto de fatores, a realidade vivida pelas famílias em situação de pobreza é mesclada por possibilidades que se colocam diferentemente nos contextos vividos. As redes sociais que dependem das relações familiares estão em mudança, já que no contexto de vida atual, especialmente na pobreza, a mediação da família como fator de proteção social se reduz – face ao conjunto dos fatores intervenientes, a sociedade global, os fatores estruturais. Mas isso também ocorre pela mediação de outras instituições sobre as tradicionais funções da família – desde a mídia até a escola, ou as instituições de política social, nos caso dos setores populares urbanos. E não menos importante é a própria mudança interna das configurações familiares.

Existe, portanto, uma articulação entre o acesso aos recursos materiais e não materiais necessários à satisfação das necessidades básicas; não existem apenas as configurações subjetivas, presentes em uma ética popular baseada em reciprocidades e criatividades, desenvolvidas nos setores populares na busca de soluções para os problemas da vida cotidiana. Trata-se de entender como essas relações de reciprocidade que estão na base das redes sociais de ajuda mútua operam, de fato, em decorrência do acesso aos recursos necessários a essa reprodução cotidiana; sabendo-se que o conflito é frequente, e o cotidiano é marcado pela carência total de recursos, a luta pela sobrevivência é, muitas vezes, individual e isolada.

Stolcke (1990, p.361), por exemplo, observa que a nova pobreza existente nas cidades tende a afetar as relações entre os trabalhadores e seus vizinhos, quando migravam para a cidade, diante das dificuldades materiais, não somente de oferecer mas também de retribuir ajuda, o que se tornava uma fonte de tensão sobre um princípio de reciprocidade que havia moldado no passado as relações sociais entre iguais. Assim, “o resultado seria uma tensão permanente entre a solidariedade como ideal e a realidade na qual a auto-estima das pessoas é constantemente ameaçada, devido à ausência de reciprocidade.” (ibid., p.365).

A sociabilidade presente nos bairros observados é primeiramente marcada pela reciprocidade e cordialidade; as moradoras tendem a afirmar, inicialmente, “todo mundo se dá”, “me relaciono bem com todos”, mas essa afirmação é confrontada com outros aspectos da vida privada.

Moradoras de Coutos:

A) “Todo mundo se dá, mas não conto muito com os vizinhos, não costumo conversar com vizinho sobre problemas pessoais.” (Socorro, 30 anos);

B) “O importante é saber se relacionar, se dar bem com todos, não é só na hora de uma emergência.” (Josilene, 39 anos);

C) “Não gosto muito de envolvimento com vizinho, é bom a gente cá e ele lá, achego na minha casa eu não gosto, nunca pedi ajuda, aprendi com a avó.” (Ieda, 43 anos);

D) “Eu aqui não vou na casa de ninguém, se alguém precisar de ajuda, eu dou, aí é diferente né, se precisarem eu ajudo.” (Jovelina, 45 anos).

Moradoras de Roma:

“Todos se dão bem, devido ao tempo de moradia”

A) “Ave Maria, porque aqui todo mundo em sua casa, todo mundo é a mesma coisa, desde criança, não tem problema, não tem gente de fora, é só mesmo a parte que foi desde pequeno.” (Raimunda, 37 anos);

B) “Me dou com todo mundo, dou bom dia, se precisar de uma assistência qualquer coisa, tiver uma dor, faz um chá, faz uma coisa. Pode contar com uma ajuda, posso sim, é só eu ter precisão.” (Jucelia, 42 anos);

C) “Gosto dos vizinhos, porém ‘eles lá e eu cá’, sempre vou de casa pra casa da mãe e, mesmo assim, meu nome está envolvido em conversas, os vizinhos ajudam, quando uma de suas filhas se envolveu em brigas na rua e houve tiroteio em sua casa, os vizinhos me socorrem.” (Maria Cristina, 50 anos);

D) “Porque eu não ando na casa de vizinho nenhum, só vivo dentro de casa, não tenho aproximação com ninguém assim da rua, tem gente aí que eu nem conheço na rua. A vizinha mais próxima, assim que tem pra mim, é essa daí. Essa aí pra mim é uma ótima pessoa, desde quando eu entrei aqui... ela me deu água... Ela é muito boa. Acho que não posso contar com ninguém em momentos difíceis.” (Celia, 39 anos).

Portanto, as moradoras estabelecem diferenças entre as relações de vizinhança e de amizade: “Não tenho amigos, converso sempre com o filho mais velho, tem uma amiga mas acho que as pessoas são falsas e espalham coisas... é difícil.” (Angelica, 32 anos). “Não tenho muita aproximação com vizinho, tenho apenas duas amigas com quem converso, uma delas uma vez emprestou um cheque.” (Fatima, 36 anos). “Tenho duas amigas no bairro, mantenho relação com os vizinhos mas tá cada um no seu canto, agora, se houver algum problema, na hora de um socorro, ninguém nega ajuda.” (Regina, 36 anos). O princípio de ajuda, baseado em relações de vizinhança, opera em momentos de emergência, necessidades de socorro, problema de saúde ou de violência.

A proximidade espacial com a vizinhança é confrontada com a distância da família, quando se compara entre as situações que implicam em pedir ajuda a um vizinho ou a um parente, e as moradoras tendem a enfatizar uma maior dificuldade de contar com a família em diferentes situações:

A) “Conto mais com vizinho, o vizinho está mais próximo do que o parente.”;

B) “Mantenho alguma relação de ajuda com vizinho, mas não espero nada em troca, pois os parentes estão longe, só posso contar mesmo é com vizinho, na hora da necessidade.” (Lucia, 38 anos);

C) “Converso os problemas com os filhos e com uma cunhada, a família mesmo é mais difícil, torna-se mais fácil contar com um estranho.” (Regina, 36 anos);

D) “Não conto com ajuda de vizinhos, nem de parentes, quando peço a um menino para comprar uma coisa, tem que pagar.” (Edilene, 39 anos);

E) “Procuro resolver tudo com o marido e os filhos, não recorro à família quando preciso, apesar de me relacionar bem com a família.” (Fatima, 36 anos);

F) “A ajuda funciona mais é com vizinho mesmo, já contei com a ajuda de uma senhora, D. Eulina, quando fiquei desabrigada, essa senhora foi quem conseguiu uma vaga para mim em um abrigo da Prefeitura.” (Jovelina, 53 anos);

G) “Conto mesmo é com alguns vizinhos e uma família de amigos que estão ajudando a construir a casa, depois que a chuva derrubou o primeiro barraco, lá na frente. [a parte do terreno onde estava a sua habitação anterior que caiu com a chuva] É mais fácil contar com vizinho.” [apesar de residir ao lado de uma irmã, a moradora afirma que é melhor contar com um bom amigo] “ter um bom amigo vale mais do que parente.” (Rosilene, 38 anos).

Essa tendência de mudança na constituição da rede social com base na família permite situar, por fim, um contexto das relações de gênero, a partir da experiência das mulheres nos setores populares, uma vez que as mesmas estão localizadas a partir de seus grupos domésticos e encontrou-se uma proporção relativamente elevada de mulheres chefes de família. Esse contexto se situa não apenas pelo fato das mulheres encontrarem-se na liderança das instituições focalizadas e encontram-se também à frente dos grupos domésticos, mesmo quando elas indicam a presença masculina. Não se pensa em uma simples substituição dos termos “mulher”

por “gênero”, mas entende-se que no contexto investigado, a assimetria que expressa relações de gênero surge da própria localização das mulheres na esfera privada, seus grupos domésticos, e se traduz na desigualdade das relações impostas, socialmente construídas, a partir das representações que as moradoras atribuem à sociabilidade experimentada no seu cotidiano, no espaço da moradia – as dificuldades de pedir e de retribuir ajuda expressam também mudanças na sociabilidade feminina, uma vez que as redes de parentesco ou vizinhança operam a partir das mulheres.

As condições de vida que enfatizamos nos cenários dos bairros pesquisados apontam para a dimensão da qualidade de vida. Sendo as responsáveis pela “gestão da vida cotidiana”, permanecendo por mais tempo no espaço da casa e do bairro, as mulheres (e as crianças) são mais afetadas pela ausência de infra-estrutura, pelas situações de risco ambiental, por ameaças à saúde e à segurança no local de moradia – convivendo, portanto, com esgotos a céu aberto, ruas esburacadas, acúmulo de lixo, além do medo e da violência, aspectos abordados por todas as mulheres focalizadas.

Por fim, como lembramos na introdução a este trabalho, na história dos movimentos sociais, as mulheres aparecem como um dos principais sujeitos constituídos na sociedade atual, como também estão presentes em diferentes lutas sociais, especialmente quando os espaços de moradia puderam ser transformados em eixos de reivindicações coletivas, pelas demandas urgentes da reprodução cotidiana – saúde, saneamento, moradia, educação, alimentação (GHON, 1988; 1995).

NOTAS:

¹ Fundada em 1994, a instituição abordada distingue-se da anterior por atender a crianças e adolescentes que possuem familiares ou responsáveis e encontram-se matriculados na educação formal. Entre os seus objetivos específicos, busca-se estabelecer um elenco de benefícios às populações carentes, “favorecendo as crianças e adolescentes, através da recuperação da sua auto-estima, reduzida pelas adversidades de um cotidiano em extrema condição de pobreza.” (CARVALHO, 1996). O atendimento se faz através da oferta de uma iniciação profissional, relacionada à formação para a cidadania, além da educação para saúde, esporte e lazer, cultura e acompanhamento psicológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Cláudio. Invasões. **A Tarde**, Salvador, 30 mai. 2000a.

———. Invasões III. **A Tarde**, Salvador, 27 mai. 2000b.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido. Mulher e políticas públicas no Brasil, 1983-1993. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 39, 1994.

- CARVALHO, Inaiá M. **A Fundação Cidade Mãe**. Relatório. Salvador, 1996.
- CASTEL, A. S. **Metamorfoses da questão social, uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular** - Movimentos sociais e participação política no Brasil Pos-70. São Paulo: Relume-Dumará, 1995.
- GHON, Maria da Glória. Luta pela moradia popular em São Paulo: Movimentos de moradia – 1975-1985. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, 1988.
- . **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.
- JELIN, Elizabet. Los pobres: Familia y vida cotidiana. **Cedes**, Buenos Aires, 1984.
- OLIVEIRA, Orlandina; SALLES, Vania. Introduccion. **Grupos domésticos y reproduccion cotidiana**, El Colegio de Mexico. Mexico, 1989.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena** – Experiências e lutas de trabalhadores na Grande São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos novos movimentos sociais. In: ———. (Org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na America do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SORJ, Bila. **Relações de gênero e teoria social**. Trabalho apresentado ao Encontro Anual da Anpocs, 1993.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos** – trabalho, dominação, resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90, política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ENTRE A EXCEÇÃO E A REGRA: A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NA POLÍCIA CIVIL BAIANA

Maria Cândida dos Anjos Bahia
Maria Aparecida Ferraz

“não sem razão as mulheres recusam as regras que são introduzidas no mundo, sobretudo porque os homens as fizeram sem consultá-las.”

Montaigne

A ORGANIZAÇÃO NO FEMININO

A organização é um espaço onde as questões relativas ao gênero são criadas e reproduzidas. As mulheres entram em organizações já estruturadas sob os princípios e valores masculinos, como é o caso da Polícia Civil. Grande número de delegacias em Salvador tem, em seu posto máximo, mulheres. Por que? O que faz com que dezenas de mulheres se interessem por uma atividade tipicamente masculina, desprovida, aparentemente, de atrativos, já que se trata de um trabalho em que o crime é seu objeto? Tentaremos identificar o que move essas mulheres e como elas transitam nesse mundo misterioso que é a Polícia Civil.

A seleção das entrevistadas foi realizada observando-se idades, tempo de serviço e o fato de desempenharem ou terem desempenhado a função de

delegadas. Buscamos contato com profissionais jovens, mas, principalmente, com as mais experientes, com aquelas que estão atualmente em delegacias e as que, hoje exercendo atividades burocráticas, já passaram pelas delegacias.

Nossa pesquisa, de caráter exploratório, baseia-se em entrevista semi-estruturada e na observação direta. Apesar da entrevista seguir um roteiro previamente formulado, buscamos explorar opiniões não previstas no questionário e estimular a expressão dos sentimentos das entrevistadas. Já o contato direto, permitiu-nos observar como organizam o espaço físico em que trabalham, bem como a “linguagem do corpo”; ou seja, não só o que foi dito, mas como foi dito. Segundo Feyereisen e De Lannoy (1992), a aparência física, os movimentos do corpo, os gestos, expressões fisionômicas, a fala, a voz, o olhar refletem um lado das pessoas, o que permite ao interlocutor captar uma característica que não foi dita e sim percebida. Os comportamentos não verbais são “linguagens dos gestos” e expressam emoções, estados afetivos, atitudes interpessoais, além de transmitir outras informações relativas ao *status* social, à competência, à auto-confiança, à sinceridade.

As entrevistadas ocupam, atualmente, funções diversificadas: titulares ou plantonistas de delegacias, docentes da Academia de Polícia, coordenadoras, chefes e diretoras em diversos setores da Polícia Civil baiana, mas todas têm histórico de trabalho em delegacias.

Este trabalho introduz-se por uma breve apresentação dos estudos sobre a condição feminina, situando a problemática do gênero no âmbito das organizações. Em seguida, passamos à contextualização do nosso objeto de estudo: a estrutura da organização em que as mulheres delegadas estão inseridas – a Polícia Civil baiana. Traçamos o perfil dessas mulheres segundo os indicadores de idade, estado civil, número de filhos e tempo de serviço, permeado por outros dados de observação direta. Em seguida, a partir dos relatos das entrevistadas, observamos como elas constroem a sua vida profissional: a escolha de uma atividade não considerada feminina, as dificuldades em relação à receptividade masculina no ambiente de trabalho, a compatibilização com a família, a atuação no trabalho e a realização pessoal. Em nossa conclusão, tendo como referência teórica o trabalho de Belle (1993), buscamos articular os diversos aspectos que caracterizam a criação de um paradigma feminino na Polícia Civil baiana. Paradigma este que parece fluir, espontaneamente, a partir da construção de uma nova identidade que, no caso da mulher delegada, reflete relações conflituosas, não apenas no âmbito do exercício profissional, mas no espaço privado de cada uma das entrevistadas, as quais, por sua vez, são um micro-espelho das relações sociais mais amplas.

EM FOCO: A MULHER

A busca da identidade feminina no âmbito organizacional contemporâneo reflete práticas sociais sedimentadas ao longo do processo civilizatório das sociedades ocidentais que direcionou a construção da cultura humana sobre a sujeição da natureza. Ao se impor como artífice do desenvolvimento humano, esse movimento instituiu uma racionalidade que promoveu a desnaturalização da vida, represando a manifestação das diferenças sob a hegemonia de uma visão totalizante que naturaliza o domínio político.

Essa racionalidade, como assinala Thomas (1988), ao traçar uma sólida divisória entre o mundo humano e animal, também trouxe repercussões importantes para as relações entre os “homens”¹. A separação, operada pela cultura, entre o que é propriamente humano e o que é animal funda-se na mesma lógica excludente que leva a considerar outros humanos como bichos ou bestas. O domínio humano sobre criaturas inferiores, argumenta o autor, forneceu a base mental ou o padrão arquétipo para estender esse domínio sobre outras etnias e, também, sobre a mulher, promovendo a soberania do homem. E todo este processo de naturalização do político, promovido pela ideologia dominante, muito tem feito para a constituição da “mulher invisível”.

A condição feminina será objeto de grande interesse a partir da década de 60, quando os movimentos sociais sacudiram valores e comportamentos. De mulher objeto a objeto de estudo, o tema é deslocado do plano biológico (sexo) à esfera social (gênero). Torna-se consenso nas pesquisas feministas a inutilidade de se buscar uma causa original da subordinação das mulheres e trata-se, então, de observar como essa subordinação “se construiu historicamente, nas práticas, nas culturas, nas instituições.” (SOUZA-LOBO, 1992, p.254).

O que tem interessado, sobretudo às estudiosas do tema, é “a busca dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero” (idem, 1989, p.187), que se configuraram de formas distintas nas diferentes sociedades. Provavelmente, em todas as sociedades, mesmo naquelas em que as mulheres desfrutavam de certo respeito e poder social, o domínio masculino sempre se sobrepôs ao feminino, e as mulheres sempre estiveram excluídas dos centros de decisão. Os antropólogos são unânimes em tratar o matriarcado como um mito: “ninguém viu (grifo nosso) uma sociedade onde a mulher possuía poder publicamente reconhecido e autoridade superior à do homem.” (ROSALDO; LAMPHERE, 1979, p.19). Embora o grau de subordinação feminina varie muito de uma cultura para outra, a dominação masculina constituiu-se, ainda hoje, um fato.

Em uma perspectiva crítica, os estudos sobre gênero indicam que essa categoria atravessa várias esferas da realidade social, necessitando, por isso, o aporte de diversas disciplinas para a construção desse campo do conhecimento. A sociologia terá papel preponderante, principalmente a sociologia do trabalho que, no enfoque sobre gênero e trabalho, tratará da interação entre o público e o privado, o pessoal e o político, produção e reprodução, destacando-se, ainda, na problematização das relações entre os sexos, os debates sobre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho. Se nos estudos sobre mulher e trabalho a atenção já esteve mais voltada a reivindicações de salário e tratamento iguais perante os homens, hoje, sob o enfoque do gênero, a discussão direcionou-se, também, para o humano, em termos de relações entre os sexos, “garantindo o reconhecimento do ser homem e do ser mulher” (CASTRO, 1992, p.94). É inegável que a sociedade tem dois sexos e cada um deles vivencia de forma própria a relação com o trabalho. Sendo esta uma relação social, traz embutida uma relação de poder entre os sexos, que é distribuído desigualmente, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização social.

A posição da mulher na divisão social do trabalho é prioritariamente definida a partir de suas funções biológicas, fazendo com que o trabalho feminino seja estigmatizado “pela diversidade e pela intermitência de entradas e saídas no mercado, marca registrada do frágil equilíbrio entre atividades produtivas e funções reprodutoras, mantidas a todo custo pela mulher para a sobrevivência e o bem-estar de todo o grupo familiar.” (BRUSCHINI, 1992, p.294).

O processo social e histórico constituiu-se sobre a idéia de soberania do masculino, reafirmando a construção social existente e hegemônica assentada sobre a instituição de um pólo dominador (o homem) e outro dominado (a mulher). Essa ordem social patriarcal perpetua-se no seio das organizações coletivas, mesmo quando a crítica do paradigma científico cartesiano tem transformado o “penso, logo existo” em um “existo, logo penso”, como expressa a maioria dos movimentos sociais, modernos e pós-modernos.

Em vista disso, a mulher, situando-se, hoje, na confluência entre os domínios do público e do privado, nos quais se consubstanciam, hodiernamente, os pressupostos da dominância do masculino, é o ser privilegiado dessa articulação. A racionalidade que caracteriza a esfera pública tende a excluir ou minimizar manifestações, ditas irracionais, como o desejo, a afetividade, sensibilidade e sentimentos construídos na experiência do mundo privado feminino, que são estendidas e incorporadas ao mundo público, em um processo que cria entraves e contradições à inclusão feminina. As mulheres se vêem diante do dilema de ter que abandonar sua identidade particular para se integrarem ao mundo universal (SORJ, 1992). Assim, a compreensão das marchas e contramarchas vivenciadas

por toda mulher, em seu processo de afirmação de uma identidade, é vital à proposta de construção de uma sociedade igualitária, constituída de seres humanos individualizados e autônomos. O direito à expressão das diferenças tem, na mulher, um estudo de caso privilegiado.

Neste sentido é essencial refletir sobre a ambivalência que até hoje permeia as atitudes, não apenas de mulheres, mas também de homens, procurando entender por que, mesmo quando as mulheres invadem o espaço público, afirmando uma espécie de ascendência social, este fato é considerado como uma exceção que reforça a regra do domínio masculino. Perguntado como se sentia ao ter uma esposa executiva de sucesso, um entrevistado do Fantástico respondeu, sem hesitar, “uma mosca azul”. No entanto, como nos aponta Belle (1993, p.197):

“Hoje já não existem mais espaços reservados, papéis atribuídos em caráter definitivo, separações estritas, muros intransponíveis entre o masculino e o feminino. Esta crise sócio-cultural de identidade sexual é reconhecida, mas o que é menos analisado é como esta modernidade se inscreve em nossas instituições, possibilitando assim sua eventual contestação.”

Apoiando-nos em Belle (ibid.), iremos identificar as *performances* que a experiência feminina, no cargo de Delegada, associa à atuação de mulheres e homens, visando apontar as dificuldades e os conflitos colocados em ambos os domínios dessa mesma experiência: o público e o privado. Nossa hipótese é de que tais conflitos e dificuldades são homólogos, já que ambos os espaços – profissional e familiar – estão permeados pelo mesmo denominador comum: a predominância dos valores masculinos sobre os femininos. Como tal predominância engendra-se a partir da cultura, os pressupostos imaginários da dominação masculina permanecem inalterados.

A perspectiva de inserir o tema gênero na questão organizacional está relacionada ao interesse de alguns teóricos de se concentrarem nas relações entre a cultura e a ideologia das organizações, e entre outras organizações e a sociedade como um todo. Esse âmbito de pesquisa, bastante promissor, firmou-se na década de 80, quando novos indicadores assinalaram a presença da mulher em cargos de gerência e direção como frutos de uma nova concepção do modo de gestão das empresas. Cherardi (apud COSTA, 1997, p.70) denuncia: “a cultura organizacional expressa um regime de gênero que sistematicamente desvaloriza tudo o que tiver ligação com o feminino.” O fato é que “as pesquisas sobre relações sociais, práticas sociais e culturais simplesmente ignoram as relações de gênero como parte constituinte de seus objetos”, argumenta Souza-Lobo (1989, p.190).

A resistência em aceitar a mulher em cargos de direção relaciona-se a dois aspectos fundamentais: a tradição cultural, que privilegia o espaço para a

mulher na esfera do doméstico, do privado, e não do público, e por considerá-la desprovida de atributos como combatividade, autoridade, dinamismo, objetividade e audácia, ressaltados como fundamentais ao exercício do poder, e sedimentados a partir do modelo racional burocrático de gestão organizacional. Analisar o acesso de mulheres a cargos de poder, livre dos esquemas tradicionais de submissão que ainda pesam sobre muitas categorias profissionais, significa, segundo Belle (1993, p.197), “compreender os mecanismos sobre os quais repousam a produção da diferença homem/mulher no mundo das organizações”.

A ausência de articulação entre o público e o privado leva à homogeneização do masculino e do feminino, relegando-se a segundo plano as diferenças entre os sexos, ou as propostas totalizadoras que reeditam a idéia de um conteúdo “verdadeiro e essencial que funciona como agente determinante de identidades fechadas e homogêneas (GARCIA, 1993, p.136). Por outro lado, Belle (op. cit.) insiste no fato de que a empresa precisa ser mais pesquisada, porque é nela que as mulheres estão marcadas pelo estigma sexual. Que este estigma se revela no seio das organizações é um fato incontestável, mas sabemos que ele não se restringe ali, sendo evidente que essa unidade social apenas espelha uma determinante cultural mais ampla, como até mesmo os estudos de Belle (ibid.) demonstram, quando revelam que mulheres executivas podem equacionar melhor sua divisão público-privado quando trabalham em empresas mais flexíveis, já que o modo como a mulher vive a sua condição, isto é “como mais ou menos compatível com (...) sua vida privada – é fortemente modulado pelo ambiente profissional” (ibid., p.230). Parece-nos ainda paradoxal que a mulher tenha que abdicar de sua condição de fêmea² e genitora para alçar-se a uma posição socialmente produtiva. Somente uma lógica avessa à vida e extremamente sedimentada nas relações de produção capitalista, que se baseiam exclusivamente na exploração do ser humano pelo ser humano, seja de qual sexo for, é que pode promover um discurso que opõe a maternidade à capacidade produtiva.

Observamos que as executivas pesquisadas por Belle (ibid.) tentam se adaptar ao modelo racional e patriarcal de gerência, mas este fato constitui, especialmente hoje, uma tarefa permeada por ambiguidades, pois, da mesma forma que a imagem que interiorizam do feminino está muito distante do modelo masculino, de forma culturalmente institucionalizada, essa mesma imagem está submetida ao homem. Além disso, quando mulheres ocupam um cargo de comando, diante da expectativa sobre o seu desempenho aproximar-se do comportamento masculino, elas muitas vezes são vítimas de rotulações. E também sofrem por privilegiar, por exemplo, o espaço profissional ao invés do familiar, sendo acusadas de mães ou esposas insensíveis e egoístas. Se a sua postura é de combatividade, são consideradas excessivamente agressivas; suspeitas são levantadas

sobre a forma de acesso a cargos superiores (PUPPIN, 1994). São dificuldades e preconceitos que acabam por inibir a capacidade competitiva das mulheres, por exigirem delas um esforço sobrenatural, não apenas com relação ao seu desempenho, mas também para a conquista, necessária, da confiança de todos. Estas são considerações que permeiam as atividades femininas e para as quais temos que considerar seu profundo enraizamento nas articulações entre as dimensões do público e do privado.

A ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

Segundo o IBGE, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina passou de 14,6%, em 1950, para 38%, em 1989. Nos 300 maiores grupos privados nacionais, somente 3,47% de mulheres ocupam cargos de direção (ibid.). Pelos dados do Ministério do Trabalho, de 1988, há uma sub-representação das mulheres em todas as categorias, com exceção do serviço público, onde existe uma concentração elevada nas três esferas: federal, estadual e municipal. E podemos arriscar algumas razões para a mulher priorizar o serviço público como mercado de trabalho, dentre elas o fato do ingresso nesse setor ser efetivado através de concurso, uma forma que limita os critérios discriminatórios de gênero; a possibilidade, na maioria dos casos, de combinar trabalho e maternidade; e, finalmente, o fato de permitir, a mulheres com formação universitária, a chance de crescimento profissional, que está relacionada, principalmente, ao fato de poder chegar a cargos de comando e funções de *staff*. Ora, é evidente que esse privilegiamento corresponde necessariamente a um tipo de cultura organizacional que parece mais flexível e aproximada dos fatores condicionantes da vida de uma mulher.

A Polícia Civil da Bahia é um órgão que integra a Secretaria de Segurança Pública do Estado e tem, como função, definida pela Constituição de 1988 (Art.144, § 4º), incumbir-se de, “ressalvada a competência da União”, “funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares”.

Este órgão é dirigido por Delegado(a) de Polícia de Carreira, ou seja, um(a) Bacharel em Direito, submetido(a) a concurso público e a curso de formação na Academia de Polícia Civil – ACADEPOL. Criada em 1944, a ACADEPOL tem o objetivo de ministrar ensino técnico-profissional às autoridades e funcionários da Polícia Civil, bem como às pessoas habilitadas que se candidatam aos cargos técnicos da Secretaria de Segurança Pública.

A partir de 1972, foi realizado o primeiro concurso público para o preenchimento do cargo de delegado(a) de polícia e o primeiro curso de aperfeiçoamento, no qual, dos 30 participantes, apenas quatro mulheres obtiveram o

certificado de conclusão. No entanto, a partir de 1986, quando 26 delegadas foram aprovadas em uma turma de 43 candidatos, a escalada das mulheres não parou de crescer. No último concurso, em 1994, 53% dos aprovados eram mulheres que já representavam 45% do total de delegadas. Essa ascensão culminou com a nomeação de uma mulher, neste ano de 1999, para ocupar o cargo máximo da Polícia Civil – a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

O cargo de delegado(a) de polícia abrange quatro classes, cujos critérios de ascensão estão ligados ao desempenho e ao tempo de serviço. Na 3ª classe estão os(as) plantonistas, por onde todos(as) passam. Nas 1ª e 2ª classes estão os(as) titulares, chefes, coordenadores(as), diretores(as); e, na classe especial, a cúpula, conhecida como “os 30 cardeais”. O quadro a seguir mostra a distribuição atual dos sexos em classes.

A DISTRIBUIÇÃO POR SEXO EM CLASSES

	Classe Especial	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	Totais
Masculino:	24 (80%)	46 (70%)	54 (54%)	120 (44%)	244 (52%)
Feminino:	06 (20%)	20 (30%)	45 (46%)	151 (56%)	222 (48%)

Fonte: ACADEPOL - 1999

Nota-se, pela leitura dos percentuais acima que, quanto mais próximo das funções de cúpula, a maior porcentagem de ocupação dos cargos está destinada aos homens, havendo uma quase equiparação nos penúltimo e último escalões, com uma ligeira supremacia feminina apenas no último. No entanto, revela-se, nos totais, uma pequena diferença do efetivo de homens sobre o de mulheres.

Esse quadro, quando conjugado ao fato de que a Polícia Civil se constitui em um órgão assentado na hierarquia, que é bastante valorizada em seu estatuto, nos revela uma estrutura de supremacia do masculino. Assim, de acordo com o estatuto do Servidor Policial Civil (Lei nº 3.334, de 30/01/75), “a função policial se fundamenta na hierarquia e na disciplina” (Art. 10); “a precedência entre os servidores policiais e civis será estabelecida basicamente pela subordinação funcional” (Art. 11) e, finalmente, “os funcionários policiais de padrão superior têm precedência hierárquica sobre os de padrão inferior”. Tal modelo hierárquico, aliado à superioridade numérica masculina nos cargos de cúpula, nos leva a indagar se, mesmo no caso da maioria feminina que se configura, sua dominância não estaria impossibilitada pelo nível normativo-operacional do sistema.

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Foram selecionadas sete profissionais concursadas da Polícia Civil, todas naturais de Salvador(Ba), e com o seguinte perfil, conforme quadro a seguir.

Idade	Formação	Tempo de Serviço	Estado Civil	Nº de Filhos
A. 29a.	Direito	3 anos e meio	casada	01
B. 43a.	Direito, Filosofia	17 anos	separada	02
C. 44a.	Letras, Direito	24 anos	casada	02
D. 45a.	Direito, Pós. Direito Penal	18 anos	casada	01
E. 48a.	Direito	13 anos	casada	03
F. 55a.	Pedagogia, Direito	21 anos	divorciada, 2ºcasamento	02
G. 57a.	Direito, Comunicação, Mestrado Profissional em Administração	22 anos	solteira	nenhum

Os itens elencados no quadro anterior correspondem às escolhas que fizemos. São profissionais, em sua maioria, com um tempo de serviço considerável (de 13 a 24 anos), o que nos deu uma maior amplitude de observação das barreiras enfrentadas, podendo nos indicar, também, mesmo que de forma tangencial, pelo fato de serem em sua maioria casadas, as dificuldades advindas da conciliação de atividades desenvolvidas dentro e fora do lar. O quadro geral delineado é de 70% de mulheres casadas com dois filhos, em média.

Com relação à formação, 100% cursaram Direito, que é uma exigência para o exercício da função, sendo que aproximadamente 60% têm outra graduação na área de Ciências Humanas. Todas são professoras da Academia de Polícia (ACADEPOL).

Quanto à situação funcional, a maioria das entrevistadas está classificada nas 1ª e 2ª classes, com exceção de uma (iniciante) que está na 3ª classe, como plantonista. Todas passaram por diversas delegacias em seu percurso profissional, algumas delas constituíram uma classe pioneira de mulheres a assumir a titularidade de delegacias até então reservadas aos homens, como a de Furtos e Roubos e a de Entorpecentes. Na verdade, o conjunto de entrevistadas constitui um quadro de desbravadoras de uma área de atuação que ainda é predominantemente masculina, e nos permite levantar, através de sua experiência profissional, em maior detalhe, os problemas enfrentados, além de delinear, através de atitudes e

valores que se auto-atribuem no exercício do cargo e marcam, segundo sua visão, um estilo de gestão diferente do desenvolvido por delegados.

Outros dados foram coletados pela observação direta do ambiente de trabalho e do comportamento e atitudes, refletidos ainda pelo modo de vestir e nos acentos diferenciais da fala. Consideramos que tais aspectos, embora possam estar comprometidos pela subjetividade das entrevistadoras, caracterizam um certo padrão que não pudemos desconhecer, por constituírem uma certa regularidade, não são uma simples soma de unidades independentes, mas refletem uma postura geral, que pensamos determinada pela cultura organizacional e pela sociedade.

Assim, a partir da observação direta e dos dados levantados até aqui, podemos antecipar algumas conclusões. São dados gerais: a forma de vestir, que adota um certo e mesmo padrão de elegância e um estilo feminino; há uma postura receptiva e afável, que busca a empatia com o interlocutor; a voz é firme e clara, transmitindo autoconfiança e segurança, o que, nem por isso, deixam de expressar emoção, especialmente quando diferenciam sua atuação da dos homens; e, todas declaram orgulhar-se da carreira de policiais. O ambiente de trabalho, em sua maioria, é constituído de mobiliário bastante usado (como bem cabe ao modelo brasileiro do serviço público); há uma relativa ordem em meio a muitos papéis espalhados pela mesa de trabalho; e, nas paredes, um crucifixo, um salmo bíblico ou uma mensagem “espiritual”, revelando a ligação milenar da mulher com a religião (re-ligar).

Apesar da carreira exigir muita dedicação e, por isso, pouco tempo disponível para a família, não obstante os possíveis problemas que possam advir desta situação, a maioria delas está casada e, portanto, o casamento se sustenta. No entanto, optaram por ter poucos filhos, confirmando as estatísticas que assinalam a tendência de que as mulheres que ingressam no mercado de trabalho têm dificuldades para compatibilizar a vida profissional e a maternidade.

Quase 60% delas fizeram outro curso na área de humanas, onde historicamente há uma concentração de mulheres. As delegadas com graduação em filosofia e em comunicação foram explícitas em justificar a escolha desses cursos como um aprimoramento necessário ao exercício da profissão de policiais, o que indica o interesse pela formação complementar motivado pela atividade profissional. Há entre elas uma forte identificação com a área da educação, uma atividade considerada milenarmente como de competência feminina, já que todas são professoras da ACADEPOL. Inclusive, essa Academia agrega um acentuado número de docentes do sexo feminino. Um aspecto bastante significativo desta atividade, apontado pela maioria das entrevistadas, é que além de se sentirem realizadas no exercício da docência, a sala de aula é um local onde podem trocar experiências com os homens sobre a realidade mais crua da atividade policial,

que são as rondas ou, como elas denominam, “o dia-a-dia das ruas”³. Insinua-se, em alguns depoimentos, que a docência promove o aprendizado mútuo da experiência de homens e mulheres, e há intenção deliberada, por parte destas últimas, de “formar os homens” segundo uma “visão feminina”. O depoimento de uma delas parece sintetizar esse sentimento:

“Gosto muito de ser delegada, mas gosto muito também de ser professora, principalmente dentro da polícia (...) de poder formar, de forma mais humana. E os homens preferem as mulheres para serem suas professoras, pois eles ficam mais soltos para perguntar. Mas o mais importante é que podemos dar a forma do que eles têm que fazer com a visão feminina, que é mais humanista. Ter o cuidado com o outro, o outro seu colega, o outro marginal, o outro cidadão (...) Mas é o outro. A sala de aula é também um laboratório – e nós aprendemos também, porque são eles que vão para a rua e o dia-a-dia da rua tem que ser discutido na sala de aula. É muito bonita e rica esta experiência!”

Tais aspectos somam-se, ainda, a outras questões pontuadas nos depoimentos. As entrevistadas fazem questão de reiterar que a profissão de policial não embrutece a mulher e não sacrifica sua feminilidade. Esconder a feminilidade e a emoção com receio de serem consideradas frágeis e passarem por inaptas para a vida profissional faz parte do passado, pelo menos para as delegadas entrevistadas. Finalmente, é importante ressaltar, ainda, que, para a totalidade das entrevistadas, desempenhar bem papéis profissionais, independe do sexo.

A ESCOLHA PROFISSIONAL

Uma das razões do grande número de mulheres exercendo a profissão de delegada, não só em Salvador como em todo o Brasil, está relacionada, na opinião das entrevistadas, ao fato da mulher estar ocupando cada vez mais os bancos das universidades, principalmente as escolas de Direito, o que favorece a profissionalização e a inserção em diversas áreas. “Se a mulher está disputando o mercado, o mercado é também a Polícia”. Para todas elas, no entanto, atuar como delegada foi um desafio que se impuseram, já que se trata de um ocupação historicamente ocupada por homens e caracteristicamente masculina, por estar “associada ao mito da força física”. O bom desempenho das primeiras delegadas, aquelas que desbravaram o caminho, serviu de estímulo e espelho para as demais.

Apesar de associarem à educação feminina a constituição de uma personalidade frágil, insegura, dependente, e a isso atribuir-se um certo prejuízo à atuação das mulheres como policiais, as entrevistadas afirmaram não conhecer delegadas

com esse perfil. Apontaram, ainda, as características ditas femininas como mais um motivo para o grande número de mulheres que persegue hoje essa carreira.

“A prática policial, para nós, está muito ligada ao sentimento de justiça que a mulher carrega, de poder realizar um trabalho na área social (...) para mim e minhas colegas, a atividade policial foi um pouco no sentido de humanizar esta área. A sociedade tem medo da polícia. Nós corríamos de guarda (...) nós aprendemos isto.”

Neste depoimento está expresso que o desafio de exercer uma profissão tipicamente masculina e malvista pela sociedade estimulou essas mulheres a tentarem realizar um trabalho no sentido de modificar a imagem da corporação que representam. E, segundo elas, é o que vem acontecendo, quase que naturalmente, como coloca uma das entrevistadas: “Por que a mulher está na polícia? Ou, por que a polícia está em nós?”

As questões biológicas, culturais, históricas, a educação diferenciada em relação aos homens, os ofícios da maternidade e da família, como um todo, realmente fazem da mulher um ser psicologicamente distinto e esta diferença acaba por repercutir na atuação profissional. Segundo as entrevistadas, essas diferenças são substanciais para a prática profissional.

O INGRESSO

O concurso público, que é uma forma de limitar a discriminação de gênero, não impediu que nossas entrevistadas deixassem de passar por situações constrangedoras e até vexatórias. As pioneiras sofreram todo tipo de preconceito, de uma forma muito mais acirrada do que as que chegaram mais tarde às delegacias e, portanto, estas últimas fazem uma avaliação mais branda. “As primeiras mulheres tiveram que ‘peitar’, pois eram uma ameaça. No entanto, abriram espaço para as demais. Hoje a coisa é mais sutil.” – afirma uma delegada jovem.

Após 22 anos de profissão e considerada pela corporação como uma das melhores delegadas da Bahia, uma das entrevistadas nos conta que sofreu, além da discriminação sexual, o preconceito racial, por ser negra. Quando passou no concurso, foi reprovada no teste de cooper, mas não se intimidou. Impetrou mandado de segurança e conseguiu “provar que, para ser delegada, não era necessário ser atleta”. Assim, embora considerem que a Polícia seja bastante “machista”, esta postura vem se modificando substancialmente. Segundo elas, devido ao número cada vez maior de mulheres “invadindo” as delegacias, o bom desempenho e a forma diferenciada de comandar, em comparação aos homens, está mudando muito o perfil da Polícia. “Antes, os melhores cargos sempre eram dos homens, como se

competência dependesse de sexo, mas, hoje, temos uma mulher ocupando o cargo máximo da Polícia Civil, que é a Secretária de Segurança Pública.”

Logo que assumem o cargo de delegada, enfrentam os agentes e comissários de polícia, em sua grande maioria composta de homens, que resistem a se subordinar a uma mulher. Para eles é difícil ter que aceitar ordens vindas de um sexo que historicamente sempre foi subalterno. “Você percebe que isso desce para eles de forma engasgada”, diz uma das entrevistadas.

Porém, apesar dos percalços, as mulheres foram tomando conta da Polícia e, aos poucos, segundo elas, “a psicologia feminina” e a vontade de quebrar preconceitos acabaram por conquistar seus colegas homens, que se tornaram, inclusive, bons amigos, apesar de algumas barreiras ainda persistirem: “quando eles têm um problema pessoal, nos procuram, mas quando as dificuldades são na área técnica, eles procuram o homem.”

No entanto, para elas, esse modo de agir não é exclusivo da corporação. Está presente também na família, que muitas vezes não aceita a carreira escolhida e, principalmente, na sociedade. “As pessoas, quando procuram a delegacia, surpreendem-se ao encontrar uma mulher no comando.” E, para a maioria das entrevistadas, os preconceitos são multifacetados. Vão desde considerar que “falta pulso” a uma mulher para resolver uma questão policial até o conforto, no caso dos detidos, por acharem que poderão “se safar de modo mais fácil, porque as mulheres são mais facilmente ludibriadas”. Para as delegadas entrevistadas, ao contrário do que se pensa, um grande número de mulheres está dando certo na Polícia baiana, e, pouco a pouco, mudando a mentalidade de todos. Está fazendo com que os homens, a sociedade e os próprios detidos prefiram se relacionar com o “sexo frágil”. “Eu sinto que os ‘marginais’, às vezes, me olham com esperança. Eles esperam da gente mais compreensão, mais benevolência.”

Parece claro, portanto, que todos os problemas atravessados por nossas entrevistadas não as fizeram desistir, ao contrário, encararam como um desafio. Hoje avaliam que o sacrifício valeu a pena, pois o resultado está nas mudanças que as delegadas afirmam perceber na Polícia Civil.

O PÚBLICO E O PRIVADO

Nossas entrevistadas têm muitas características em comum: a grande maioria é casada, tem poucos filhos, iniciou a carreira muito jovem, e está envolvida o suficiente com o trabalho a ponto de colocá-lo, na maioria das vezes, como prioridade. Sofreram muito com a discriminação sexual no início e consideram sua atuação fundamental para a construção de uma nova imagem da organização.

Se elas deixaram bastante clara sua opinião sobre a vida profissional, revelando falar quase a mesma língua, o mesmo não se dá quando o assunto diz respeito ao espaço doméstico. Não encontramos um denominador comum que não seja a diferença. No particular, nossas entrevistadas não falam de forma homogênea, mas dão-nos a impressão de que o mundo privado não as encanta tanto, pois demonstram muito mais entusiasmo quando falam a respeito de sua vida profissional.

As declarações sobre o domínio do lar e da família acabam sempre voltando ao assunto da delegacia, comprovando o que algumas chegaram a verbalizar, que a prioridade é o trabalho, pois é nele que elas se realizam como pessoas. Apesar de apenas algumas terem colocado dificuldades na relação com os maridos, que não aceitam uma autoridade pública dentro de casa, os filhos cobrarem suas presenças e o desgaste do casamento, esses fatores parecem constituir apenas o pano de fundo de uma realidade que, para elas, é mais fundamental: o trabalho. Vejamos como cada uma delas, através de seus depoimentos, revela, de forma plural, um mundo permeado por rotinas, antigas rotinas de mulheres, vivendo conflitos de difícil enfrentamento e que, portanto, são “resolvidos” em “contratos” muitos diferenciados.

“Não misturo trabalho com casa. Gosto de cozinhar, costurar e fazer feira (...) Perdi um noivo por me dedicar muito ao trabalho.”

“Às vezes meu marido reage: ‘você pensa que aqui é a delegacia, que eu sou seu soldado’. Ele também é policial e acha que eu concorro com ele. Mas eu sei que não é isso (...) Me considero uma policial em tempo integral (...) meus vizinhos não me deixam em paz.”

“Não tenho dificuldades. A profissão está em primeiro lugar. Meu marido é contador e pensa como eu. Em casa cumpro meu papel, mas não sou mãezona.”

“Meu marido também é policial, graças a Deus. Ele sempre me deu muita força. Não há disputa. Nós dividimos tudo, aliás é ele quem assume mais as responsabilidades domésticas, que faz a feira, o mercado, compra a carne... é um excelente pai, também.”

“Quando eu era casada não tive dificuldades. Ele também era policial e me ajudou muito. Já a dupla jornada é um problema, mas dá para administrar. Sempre contei com mãe, pai, irmã.”

“Às vezes acho que extrapolo, e aí então ele reage: ‘não sou seu agente de polícia’. Aí tenho que ‘manerar’. Como meu trabalho é prioridade e me dedico mais a ele do que à casa, encontrei uma saída que é dar liberdade total para meu marido, porque aí tenho a minha.”

“Meu marido não aceita minha profissão. Depois que me tornei delegada nossa relação vem piorando. Agora que tenho um filho, não dá para deixar certas coisas de lado. A reação de meu marido não é brigar, mas retaliar, pirraçar, boicotar, deixar as atividades domésticas para mim. Vou administrando conforme a prioridade. É um stress! Mas agora vou levando, fingindo que não ouço suas provocações.”

De fato, constata-se no âmbito do privado uma série de questões apenas anunciadas, mas que parecem indicar um campo fértil para estudos mais aprofundados. Se, para muitas mulheres, talvez ainda no passado, as contradições e culpas assumidas no momento de uma opção profissional eram transferidas a este âmbito, pela forma como as organizações concebem o trabalho como um domínio masculino, exacerbando muitos dos entraves existentes ao pleno desenvolvimento da mulher, hoje muitas dificuldades, embora difusas, parecem estar situadas na vida privada. Observamos nessa dimensão os ajustes resultantes das contradições vividas pelas mulheres que trabalham. Algumas parecem “barganhar” a sua opção pelo trabalho com os maridos, efetivando um contrato de “benefícios mútuos”. Outras assumem a sobrecarga total dos encargos, fora e dentro do lar, mas algumas já conseguem viver uma vida mais harmônica, pois contam com parceiros “compreensivos”. Existem ainda aquelas que, assumindo integralmente o ideal profissional, vivem em conflito constante com seus maridos. Estes dados nos levam a pensar que, embora ainda “vitimada” por uma situação desfavorável, dada pela dimensão cultural e moral dos entraves ao seu pleno desenvolvimento, a mulher hoje, aquela a quem alguns poderes e direitos são delegados, vive o “privilégio” de estar no centro de um conflito, de ser o elo de ligação entre um mesmo e um outro território entrelaçados.

Se no âmbito público os embates diários levam à construção de um campo de atuação próprio, no âmbito privado, como vimos, as coisas são diferentes. Aqui, as diferenças parecem exacerbar, ocasionando variadas formas de enfrentamento de conflitos que nos mostram mulheres múltiplas. Como delegadas, ao contrário, parecem ter uma única voz. De qualquer modo, em que pesem os perigos de uma generalização, arriscamos insinuar a idéia de duas imagens principais que se associam à mulher, em cada um desses domínios.

No mundo organizacional, no qual ela se afirma como transgressora, à medida que impõe um estilo e considera sua atuação um fator determinante de mudanças, no mundo doméstico, mesmo sem transgredir, é vetor de ameaça. Ameaça e desagregação, já que se faz às custas de seu duplo empenho: a mulher se veste, veste seu uniforme de campanha e assume a batalha diária junto e ao lado do homem; a mulher se despe, a mulher se despoja de seus hábitos de arrojo do dia e se volta, infatigável e com receio de “extrapolar”, para os afazeres

do lar. Entre esses dois mundos, duas mulheres habitam uma só: aquela que se investe de um compromisso social e, por isso, aceita as responsabilidades que lhes são impostas, às vezes com certo arrojo, às vezes conformada, e aquela que se submete. Em que momento, perguntamos, será forjada a nova mulher, fruto do feminino que se experimenta atualmente, e totalmente livre do feminino essência que lhe impuseram?

DIFERENÇAS DE ATUAÇÃO

Nos depoimentos das entrevistadas sobre as diferenças/semelhanças de atuação entre a mulher e o homem no cargo de delegado da Polícia Civil baiana, há uma expressiva identidade. Todas afirmaram que há diferenças de atuação, fruto da própria diferença entre os sexos, que está, na maioria das vezes, relacionada a questões culturais e de educação. Para elas, tais diferenças têm sido fundamentais à mudança da cultura da Polícia Civil, não só internamente, mas também em relação à sociedade.

Um fato marcante, refletido em seus depoimentos, deste novo direcionamento está no entendimento da função policial como um trabalho social e de equipe, coisa que caracterizam como característica feminina. “A mulher consegue agregar, agrupar. Nós nos ajudamos. É uma corrente entre as mulheres, enquanto o homem centraliza mais.”

Assim, dentre as características diferenciais essenciais, elencadas pelas mulheres delegadas, está o fato delas interagirem muito mais com o meio social, buscando, através de palestras, a conscientização da comunidade, enquanto os homens parecem adotar uma postura mais técnica e fria que, segundo uma depoente, “...cria uma barreira entre eles e a comunidade, pois ficam restritos à competência de sua delegacia, enquanto as delegadas atendem a tudo o que aparece.”; “Nós nos colocamos muito no lugar da mãe”, afirma outra, “buscando o tratamento mais humanitário do preso. Já o delegado, às vezes, nem sequer recebe a família – ‘não vou atender, é família de ladrão!’.”

Em comum, entendem existir apenas o comprometimento com a instituição e a competência técnica que, no entanto, se expressa de forma diferente na mulher. Esta, mesmo nos interrogatórios, segundo as entrevistadas, não usa de violência, embora possa ser dura, quando necessário. Mais paciente, a mulher “sabe ouvir porque quer ajudar”; “quer resolver o problema, enquanto o homem, mais indiferente e complacente com a violência, quer expor o problema.”

O tema da violência marca uma diferença essencial. Para muitas, a violência, assim como a corrupção, são comportamentos que ocorrem mais entre os homens e são inibidos quando a chefia está nas mãos de uma mulher. “O homem é mais impulsivo. Reage logo. Ele acha que a força física resolve tudo.” Além disso, assinalam, ainda, o fator sócio-cultural determinante de posturas diferenciadas: “Tanto o homem quanto a mulher têm sensibilidade, só que

ele não deixa aflorar. Pode até ser um ‘banana’ incompetente, mas só a sua presença já inibe, enquanto a mulher tem que mostrar a que veio, pois quando mulher erra é incompetente. O homem, não. Quando ele erra, foi um lapso.”

APAIXONADAS E ORGULHOSAS

Desde os primeiros minutos de nossas entrevistas, ficou claro que essas mulheres estão bastante satisfeitas com sua profissão e fizeram dela o norte de suas vidas. Algumas sonharam com outras profissões, quando estudantes, a promotoria, por exemplo. Mas o trabalho “envolvente” da delegacia as deixou “absolutamente apaixonadas” pelo ofício. “Me inscrevi no concurso para delegada, apesar de não gostar de polícia; queria seguir a carreira de promotora. Hoje não penso mais nisso. Gosto muito do que faço.” – diz uma das veteranas.

Elas também foram unânimes na escolha do trabalho na delegacia ao invés do trabalho burocrático. “Hoje, nesta atividade (a burocrática), tenho mais tempo para os meus filhos, mas eu prefiro a delegacia (...) o contato diário com as pessoas, suas dificuldades, poder ajudar (...) isso é uma grande escola”, afirma uma coordenadora de um departamento da Polícia que já atuou em diversas delegacias.

Através de seus discursos observamos que a realização profissional está bastante vinculada à possibilidade, segundo elas, de poderem modificar a Polícia baiana, no sentido de humanizá-la, não só por sua atuação na delegacia, mas como professoras da ACADEPOL.

Nossas entrevistadas frisaram seu orgulho do papel social que desenvolvem, fazendo-nos reportar à vinculação histórica que a mulher tem com a educação e as atividades sociais: “A função da Polícia é social, pois ela lida com pessoas necessitadas e com o lado sujo da sociedade.” Dentro desta preocupação elas expressaram sua visão sobre justiça: “Ele roubou, então vai responder por isso, e não mais que isso”, numa alusão à violência, aos maus tratos que os detentos recebem dos policiais.

Apesar de, em sua maioria, não se considerarem feministas, mas apenas simpatizantes, avaliando que a delegacia não é espaço para militância, e sim um local de proteção da mulher contra o crime, segundo elas, “nossa atuação é, também, o exercício de uma militância”. Por considerarem que conquistaram uma grande fração do mercado, que são respeitadas como profissionais e, principalmente, que estão provocando mudanças substanciais, acreditam que a atuação da mulher delegada irá se refletir na sociedade como um todo.

CONCLUSÃO

Lemos reiteradamente na imprensa os resultados de pesquisas que mostram que as organizações, em geral, começam a valorizar características conside-

radas tipicamente femininas no recrutamento de seus funcionários: trabalhar em equipe, ter visão ampla, percepção apurada, motivar seus subordinados. Estes dados são apenas o reflexo de uma mudança que pode estar ocorrendo a passos pequenos, mas o que talvez essas pesquisas estejam querendo dizer é que o modelo masculino de gestão está sendo questionado, não só pelas mulheres, que não se adaptam a ele, mas pelas organizações.

Quando as delegadas afirmam que a diferença fundamental entre a atuação de mulheres e homens na Polícia Civil, não está na técnica, mas na forma e “que esta forma é a forma de ser da mulher”, elas assinalam que a mulher delegada não pretende ter como referência o estilo de gestão do homem, ao contrário, ela nega qualquer tipo de identificação que não seja em nível profissional e técnico.

Como nossa pesquisa, nesta primeira etapa, se limitou a ouvir uma das partes – as mulheres delegadas – não podemos concluir que os seus discursos coadunam com suas práticas. Claro está que o desejo dessas mulheres é diferenciar o estilo de gestão feminino do estilo masculino. Elas apontam, na prática ou no desejo, para um estilo próprio, que as diferencie e que se reflita em mudanças positivas para a corporação e para a sociedade.

Assim, a identidade feminina como algo que se constrói enquanto *modus operandi*, articula-se ao social, em múltiplos aspectos. É uma construção à qual se confere o poder de promover mudanças, não apenas pessoais, mas na sociedade como um todo e, portanto, tem caráter militante, embora denegado; reflete a crise da modernidade, promovendo um questionamento do mundo patriarcal e, finalmente, o conflito extrapola a organização e vai acentuar as diferenças no âmbito do privado, do particular, em que o ‘ser mulher’ e ‘não a forma’ se questiona.

O discurso dessas mulheres policiais não deixa de ser uma denúncia do quanto foi prejudicial a exclusão da mulher da vida pública e dos centros de decisão. E embora se possa argumentar que o maior beneficiário do acesso ao espaço público ainda seja a mulher, na (re)conquista da auto-estima, da confiança e de uma identidade como ser autônomo, o fato é que se a diferença de comportamento em relação aos homens for real, haverá também reflexos na sociedade.

Creemos que as possibilidades históricas que favoreceram a entrada da mulher no mercado de trabalho abriram espaço para o questionamento de um modelo de hegemonia patriarcal e que este questionamento, embora busque a afirmação de uma outra proposta modelar, não se encerra nisto, mas reflete, acima de tudo, a crise dos ideais de justiça e igualdade do processo civilizatório que atravessamos.

Quando, através da fala das mulheres delegadas, transpira a preocupação com o outro, com o diferente, o marginal, vislumbramos a possibilidade da construção de algo novo. Quando elas advogam o papel social da polícia, insinua-se uma militância que extrapola a própria organização e que prepara o terreno para os sempre renovados embates que colocam em cena a crise do projeto moderno,

como assinala Garcia (1993), acentuando as tensões entre o geral e o particular em uma proposta que busca, contraditoriamente, congrega o autônomo e o individual ao universal.

Observamos, assim, que a diferença no meio organizacional pode estar sendo implodida. Assentada nos pressupostos do positivismo e do racionalismo científicos, a burocracia foi o modelo de gestão das organizações que prevaleceu, marcado pela centralização, pela submissão à hierarquia e pelos procedimentos de controle. Nesse território produziu-se a diferença, já que a prevalência masculina nos postos de comando sufocou as relações de gênero. Assim, quando adentram o mercado de trabalho, as mulheres vêm-se condenadas a vencer, e são confrontadas por uma imagem de referência masculina que ainda simboliza a potência e o sucesso das organizações. No entanto, no seio dessa diferença, podem promover uma alteração substancial, não apenas em suas próprias posturas, mas na forma de gestão, configurando mudanças. Porém, no nosso caso, não sabemos até que ponto é possível um aparelho da super-estrutura do Estado capitalista – a Polícia Civil – órgão essencialmente repressor, humanizar-se, como querem as mulheres delegadas entrevistadas.

Por outro lado, observa-se, quando adentramos seu espaço privado, que a vida se polariza. E aquilo que se explicita e se reformula no âmbito da corporação invade o lar, de forma, porém, diferenciada. Nesse espaço, a mulher não faz mais do que conciliar ou barganhar, como se estivesse se “desculpando” pelas “transgressões” efetivadas durante o expediente. E o lado doméstico ainda é aquele em que a mulher, à antiga, cumpre o seu destino “essencial” de mãe, de esposa, cozinheira e vizinha solidária, gerenciando o impossível.

Estudos antropológicos sobre as relações de gênero nas sociedades primitivas observam que as mulheres são mais oprimidas e desvalorizadas quando são confinadas

“...às atividades domésticas, separadas de outras mulheres e do mundo social dos homens. Elas adquirem poder e um sentido de valor quando são capazes de transcender os limites domésticos, tanto penetrando no mundo masculino, quanto criando uma sociedade entre elas mesmas.” (ROSALDO, 1979, p.59).

Há a construção de uma identidade, fundada em um processo de afirmação e auto-estima. Mas por que esses dois mundos se apresentam tão assimétricos? Se, no lado público, as mulheres exalam combatividade, capacidade argumentativa, preocupação social, espírito comunitário, o que, no doméstico, as intimida?

Belle (1993) parece insinuar a resposta. Quando constata, na trajetória de mulheres executivas, transições e ajustes na construção de uma identidade que nem sempre é submissa, mas também não é radical (tanto no sentido de identifi-

cação com o padrão masculino quanto na criação de um novo modelo) e que também não se fundamenta sobre a renúncia a todo poder, aponta para um dilema central.

Nas entrevistas realizadas com as mulheres em atividade na Polícia Civil de Salvador, ficou claro que elas parecem estar mais voltadas à construção de uma identidade profissional própria, mas que, no entanto, esbarram, ainda, nas tentativas de realizar adaptações entre os dois pólos de sua vida. Ao definir a mulher como a que media o direito, mas não detém o poder, Beauvoir (1980) parece estar caracterizando algo peculiar ao papel feminino, que se expressa pela acomodação a uma atuação pendular, quando a mulher se vê confrontada pelas “imposições” de sua dupla jornada de trabalho.

As vantagens que a carreira oferece, faz com que elas se sintam integradas e suportem a carga horária, que é excessiva, e assim, escamoteiem os problemas domésticos. Elas se sentem ao mesmo tempo “realizadas” e “felizes”, mas “cansadas”, “estressadas” e conformadas com a situação doméstica. As razões que lhes tornam realizadas profissionalmente são as que causam problemas com o parceiro, com os filhos e com sua situação enquanto donas de casa. Os bons salários, a não discriminação sexual, a autonomia, “as alegrias do poder que cada um à sua maneira desfruta, de uma forma ou de outra, a seu nível, amenizam as dúvidas, os escrúpulos morais que possam nascer; fazem com que se suportem os conflitos inerentes ao sistema psicológico, a angústia permanente, o vazio interior, a pobreza da vida particular e das relações pessoais.” (PAGÉS et al, 1993, p.29).

As possibilidades históricas que favoreceram a entrada da mulher no mercado de trabalho abriram espaço para o questionamento de um modelo de exclusão do feminino. Esse questionamento, no entanto, embora passe pela afirmação de uma outra proposta modelar, não se encerra nisto, mas reflete, acima de tudo, a construção de um novo processo civilizatório que, necessariamente, não poderá se constituir em uma perspectiva totalizadora. Estamos vivenciando essa transição. Nas tensões de uma nova identidade que se firma e se recusa, o que não constitui, necessariamente, um caminho pleno de retrocessos.

Queremos advertir para o fato de que as mesmas idéias que advogam o direito à emancipação feminina não podem, *ipsis facto*, fundar outra identidade fechada e homogênea. Não podemos negar que esse processo está pleno de contradições e permeado por contramarchas conservadoras, mas vislumbramos, neste momento, que o “exército de reserva feminino”, por ter estado “alijado” da construção hegemônica da organização capitalista, acabou por desenvolver um modo de ser e pensar, ou mesmo de se submeter e aceitar, que implode na cena social não apenas como “o contrário” ou “o diferente”, mas como uma potência que busca se afirmar pela soma, pela “sutílização” das diferenças e pela

construção de um igual comum e, portanto, comunitário. Apontamos para esse fato porque o conflito central sofrido pelas mulheres que trabalham fora de casa é conciliar o público com o privado, a vida profissional com a vida familiar, principalmente com a maternidade, que é o que caracteriza mais profundamente a especificidade feminina. E, conseqüentemente, a manifestação dessa diferença não pode suprimir o direito à igualdade, que é de todos.

A organização social do trabalho até então legou à mulher quase total responsabilidade sobre a vida familiar, a ponto de levá-la a interromper suas atividades profissionais e a abandonar o investimento na carreira profissional pelas obrigações familiares. Segundo Belle (1993), a família, muitas vezes é para a mulher fator preponderante de equilíbrio entre a vida privada e profissional. Se a carreira profissional não deve colocar em risco esse equilíbrio, as possibilidades de investir nesse campo ficam bastante comprometidas. Se abdica da família, carrega a culpa; se prioriza, se sente mutilada. Este é um processo de crise vivido pela mulher entre suas obrigações e desejos. Obrigações que descaracterizam porque submetem, conformam, domesticam. E desejos que deslumbram, porque potencializam, elevam e confirmam, em sua atuação pública, o conhecimento do outro, como um objeto de compaixão e ação. Entre esses dois pólos, a mulher (con)vive com as diferenças, (co)respondendo à imagem social, seja como exceção, promovendo a transgressão, ou submissa, confirmando a regra.

NOTAS:

¹ O autor se refere à humanidade. Nós não cometeremos este vício linguístico, pois ele oculta o feminino ao mesmo tempo que valoriza o masculino, o que não deixa de expressar uma forma de poder. Quando citarmos “homem” estaremos nos referindo a pessoa do sexo masculino.

² É interessante verificar alguns dos sentidos atribuídos a esta palavra, no Dicionário Aurélio: 1. Qualquer animal do sexo feminino. 2. Mulher (sentido que é remetido a concubina e meretriz). 3. Mulher sensual. (FERREIRA, 1975, p.623).

³ A fala das entrevistadas encontra-se diluída no texto. A fim de identificá-la usaremos aspas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELLE, Françoise. Executivas: quais as diferenças na diferença? In: CHANLAT, Jean-François. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1993. v. 2, p.195-231.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.289-309.

CASTRO, Mary G. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**, Salvador, n. 17, p. 80-105, jul./dez. 1992.

COSTA, Delaine Martins. Abordagens sobre gênero e cultura organizacional. In: COSTA, D. M.; VERGARA, M. R. (Orgs.). **Gênero e ONGs: propostas para o fortalecimento institucional**. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP, 1997. p.65-79.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FEYEREISEN, Pierre; DE LANNON, Jacques. Linguagem do corpo, gestualidade e comunicação. In: CHANLAT, J. F. (Coord). **O indivíduo na organização, dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1992. v. I. p.17-38.

GARCIA, Sylvia G. Antropologia, modernidade e identidade: notas sobre a tensão entre o geral e o particular. **Tempo Social**, São Paulo, v.5, n.1/2, p.123-143, 1993.

PAGÈS, Max et al. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.

PUPPIN, Andréa Brandão. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, Bila. (Orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1994. p. 13-35.

ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise. Introdução. In: _____; _____. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.17-32.

ROSALDO, Michelle Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: _____; LAMPHERE, L. (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 33-64.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In. COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.15-23.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **Os usos do gênero**. In: SEMINÁRIO Relações de Sexo, Relações de Gênero. São Paulo: Codac/USP, 1989. p. 184-191.

_____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 252-265.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

A TRAJETÓRIA DE LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA DE SALVADOR PELA CRIAÇÃO DA DELEGACIA DE PROTEÇÃO À MULHER

Silvia de Aquino

“Reivindicar uma ação governamental específica contra a violência à mulher não é passar o atestado de inferioridade como ser que precisa de tutela. É atentar para o fato de que, no caso, o que via de regra se violenta é um corpo e um estatuto de cidadã. Não é um objeto que se rouba; é uma integridade que se atinge.”¹

Neste artigo, propomos refletir sobre a institucionalização da Delegacia de Proteção à Mulher (DPM) de Salvador. Pretendemos demonstrar que a proposta dessa política pública foi elaborada e reivindicada por um movimento social – o feminista – e que este desejava, para além da absorção de sua proposta, a construção de uma relação mais permanente com o Estado no que se refere ao combate à violência. Este texto baseia-se na dissertação de mestrado *Cidadania como estratégia política: resgatando e refletindo sobre a trajetória de luta do movimento feminista de Salvador pela criação da Delegacia de Proteção à Mulher*, da qual foram extraídos, também, os depoimentos citados².

A criação da delegacia especial de Salvador, em 1986, está intimamente relacionada ao contexto no qual o movimento feminista repudia a tese da legítima defesa da honra, problematiza a naturalização da violência contra a mulher, forçando um deslocamento da discussão do espaço privado – lugar socialmente construído

para a questão – para o espaço público. As feministas colocam em xeque representações sociais a respeito da violência contra a mulher, identificadas tanto no tratamento dado pela sociedade, como na atitude complacente do judiciário em relação aos assassinatos de mulheres por maridos e ex-maridos, ocorridos em vários estados do Brasil.

“Nosso nome é Ângela, Cláudia, Araceli, Maria de tal, a infinita legião de Marias anônimas que todo dia aparecessem (sic) esfaqueadas, baleadas, assassinadas, em crimes que a justiça rotula de ‘passionais’ e até com simpatia. Somos metade da população brasileira e sentimo-nos, mais do que nunca, ameaçadas de execução sumária por parte de honrados cavalheiros que sairão da aventura enaltecidos e reconfirmados em sua posição de justiceiros.” (FOLHA, 1979)³.

A citação acima faz parte de nota distribuída à imprensa do Rio de Janeiro em novembro de 79, em protesto ao veredicto do primeiro julgamento de Raul Fernando (Doca) Street, no qual foi absolvido. A movimentação das feministas para acompanhar o caso é um dos momentos marcantes da luta pela publicização da violência contra a mulher.

O direcionamento dos interesses de pesquisas para o campo da violência contra a mulher vai ocorrer justamente nesse período, se intensificando com a criação das delegacias especiais. A política pública concebida e reivindicada pelo movimento feminista torna-se uma espécie de laboratório, uma vez que possibilita uma visibilidade da violência através das estatísticas criminais. Há uma necessidade “represada” de se conhecer o fenômeno e a delegacia emerge como *locus* de apreensão de dados para as pesquisadoras⁴.

Consequentemente, as perguntas e as possíveis respostas ao fenômeno da violência contra a mulher têm percorrido números e histórias a respeito dos crimes registrados. Longe de se configurar em aspecto negativo, o caminho desbravado pelo movimento feminista e por pesquisadoras, há cerca de 20 anos, proporciona as condições para que nos direcionemos para a nossa proposta de reflexão: a trajetória de luta do movimento feminista de Salvador pela delegacia especial.

A revisão bibliográfica aliada à pesquisa documental e análise de relatos indicam todo um processo de mobilização do movimento feminista em torno da criação de uma delegacia especializada no atendimento a mulheres em situação de violência. A socióloga Heleieth Saffioti (1987, p.140) fala da DDM como “...uma grande conquista feminista”, localizando sua análise em São Paulo. Moreira e Costa (1992) também vão na mesma direção, quando dizem que a criação da delegacia é fruto da mobilização do movimento feminista e de outros movimentos sociais, falando a respeito de Belo Horizonte. Percebemos a mesma perspectiva

nas colocações de Marlise Silva Vinagre (1992, p.78), que relaciona a institucionalização da política pública a “... pressões dos movimentos de mulheres e feministas...” tomando por base os acontecimentos vividos no Rio de Janeiro.

Ponto em comum com Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, no final da década de 70, o movimento de mulheres de Salvador impulsionou e levou a termo uma trajetória que teve seu início não na concepção da proposta da delegacia, mas no trabalho de forçar a publicização da violência contra a mulher, de inserir a problemática no cenário político como uma preocupação social. Ponto diverso das capitais brasileiras acima relacionadas, Salvador não passou pela fase da constituição de SOS's.

A criação dos SOS's se deu em um momento anterior à idéia de uma delegacia especializada. A partir de interesses compartilhados, diversos grupos de mulheres aliaram-se para concretizar o SOS de São Paulo, por exemplo. O SOS Mulher de São Paulo, criado em outubro de 80, foi viabilizado a partir da parceria entre cerca de trinta grupos de mulheres. Dentre estes, a Associação das Donas de Casa, a Associação de Mulheres, a Frente de Mulheres Feministas, o Movimento de Luta por Creches, a Ação Lésbico-Feminista. O início das atividades se deu no contexto das mortes de Esmeralda Dias e Anne Hélène Armichaud, assassinadas por seus maridos.

Em agosto de 1980, é lançado o Centro de Defesa da Mulher de Belo Horizonte, iniciativa tomada após os assassinatos das mineiras Eloísa Ballesteros Stancioli e Maria Regina de Sousa Rocha, também mortas pelos maridos. Cerca de 100 mulheres participaram da primeira reunião.

Em dezembro de 1981 é inaugurado mais um SOS Mulher, o do Rio de Janeiro. Apesar de contar com um número limitado de voluntárias – cerca de 30 pessoas – o SOS propunha-se a oferecer orientação jurídica a mulheres vítimas de violência.

Através dos números e experiências provenientes dos atendimentos, os SOS's tornaram-se uma primeira referência para se conhecer e divulgar “dados concretos” sobre a violência contra a mulher e, conseqüentemente, de reflexão sobre como intervir no fenômeno. O movimento feminista de Salvador estava inserido nesse processo de mobilização em torno da publicização da violência contra a mulher e em contato com as experiências vividas pelas feministas de outros estados.

A percepção das falhas nas promessas de igualdade e cidadania, por parte do Estado, investiu os grupos de mulheres de força para exigir a inclusão da temática “violência contra a mulher” na arena política institucional. A tarefa auto-imputada pelo movimento feminista de “luta contra o patriarcado, que está vinculada à luta mais geral pela transformação da sociedade”⁵ compõe o eixo

comum que impulsionou a aglutinação de grupos de mulheres, excluídos social e politicamente, na forma de movimentos sociais. De acordo com Pedro Jacobi (1987), movimentos sociais podem se organizar “a partir da percepção de carências”. Sentindo-se afetados em seu “modo de vida”, grupos podem vir a se conformar em torno de uma “coletividade possível”.

“Os movimentos populares urbanos têm tornado manifesta uma identidade que se concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos que, relacionada diretamente com a ampliação do espaço da cidadania, dá lugar ao reconhecimento público das carências.” (Ibid., p.13).

Foi pautado por um ideal de concretização da cidadania que se desenvolveu o processo de organização e discussão sobre políticas públicas de combate e prevenção à violência contra a mulher, o que implicou, em primeiro lugar, no reconhecimento público de que existe uma violência específica e de que esta é uma questão de cunho social. Como queria Zahidê Machado Neto (s.d.): “a violência específica contra a mulher (...) é o resultado do próprio processo discriminatório e opressor de uma sociedade que chamamos patriarcal e androcêntrica”. O que expressa bastante bem a perspectiva analítica que subsidiava o discurso político que trouxe a público a violência contra a mulher enquanto problema social, objeto de estudo e categoria de ação política.

Em abril de 82, Marize Maria Chojinski Trindade, de 27 anos, é morta pelo marido, um comerciante. Podemos dizer que este fato marca o envolvimento do movimento feminista de Salvador na luta contra a tese da legítima defesa da honra. O grupo Brasil Mulher envia uma carta à imprensa local posicionando-se em relação ao tratamento dado ao assassinato de Marize. Distribui nota para “entidades, grupos e pessoas interessadas na luta pelos direitos da mulher”. Anexa um dossiê sobre o caso, pedindo o envolvimento na questão afim de que se rejeitasse o que chamaram de “mais um processo onde a vítima começava a ser colocada no banco dos réus”.

“...fica evidente a impunibilidade dos autores dos crimes de violência contra a mulher que, no caso específico de assassinatos, são via de regra absolvidos sob argumentos injustificáveis, como a legítima defesa da honra.” (CORREIO, 1985).

A citação acima remete a um trabalho de mobilização, que envolveu grupos de mulheres diferenciados entre si. De acordo com Remi Lenoir (1996), esse trabalho de mobilização também se constitui em um passo importante para o reconhecimento e a legitimação de um problema social. Demanda o que o autor qualifica como uma “instrumentação social elaborada”: criação e, acres-

centamos, envolvimento de grupos que dividam e desenvolvam as tarefas necessárias à realização dos objetivos propostos, através das quais uma nova categoria de percepção do mundo chega à sociedade.

“a gente panfletou, a gente foi pra tribunal, nós chegamos a aparecer, sermos primeira página de alguns jornais aqui na Bahia (...). A gente panfletava no bairro, na porta das mulheres vítimas (...) a gente chegou a provocar uma discussão na sociedade.” (Emília)

A construção de um problema social demanda um *trabalho social* que passa, fundamentalmente, por uma etapa de *reconhecimento*, o que significa dar visibilidade a determinada situação. Requer a existência e atividade de “grupos sociais” que tenham por objetivo comum construir uma “nova categoria de percepção social do mundo”, com a intenção de provocar mudanças na realidade. No caso do processo que enfocamos, os grupos sociais interessados são os grupos de mulheres. Atuando conjuntamente, eles assumem uma outra forma de organização: movimento feminista.

Para legitimar um “problema social”, é necessário que os grupos sociais interessados trabalhem em uma “operação de promoção”, afim de que o tema seja incluído no “campo das preocupações sociais. A enunciação e formulação públicas” exigem uma arregimentação para que o problema não só se torne público como também seja integrado no debate político (LENOIR, 1996).

Ouvir os relatos das mulheres que reivindicaram a Delegacia de Proteção à Mulher trouxe a possibilidade de reconstruirmos a trajetória de enunciação e formulação públicas, processo que, até então, se constituía em algo incipiente no que diz respeito a Salvador. Trajetória que constrói o fenômeno violência contra a mulher como um *problema social*, cria e publiciza uma “nova categoria de percepção do mundo” que, por sua vez, carrega uma “concepção de justiça social” (ibid.).

Portanto, para chegar à proposta de uma delegacia especializada, uma visibilidade social da violência necessitou ser construída. Foi preciso romper com os limites impostos pelos muros que protegem o espaço doméstico. Denunciando assassinatos de mulheres por maridos e ex-maridos, questionando a tese da legítima defesa da honra, o movimento feminista tirou o véu da neutralidade de um interesse social. Vejamos a citação abaixo do Código Penal Comentado:

“Agressão no lar: Em incidente doméstico, no qual o agente agrediu a companheira causando-lhe levíssimos ferimentos, mas voltando o casal a viver em harmonia, aconselha o *interesse social* a sua absolvição, em vez de uma condenação que poderia acarretar a separação do casal (...). Contra: Se houve outras agressões anteriores ou se o fato teve *intensidade e repercussão...*” (grifos nossos). (DELMANTO, 1986, p.217).

Os grupos de reflexão, o acompanhamento de casos de violência, passando pela procura dos grupos pelas vítimas e familiares de vítimas, constituem-se em elementos que proporcionam às mulheres que participavam de grupos, associações, partidos políticos e entidades classistas a perspectiva de que se estava à frente de uma violência específica. A idéia de que a família deve ser preservada, a despeito de *incidentes domésticos* ocorrerem, na verdade, camufla o caráter social das relações desiguais entre homens e mulheres. Camufla a própria violência intrafamiliar.

“nossa idéia era (...) uma delegacia (...) com um perfil próprio, com uma característica própria para aquele assunto (...) uma compreensão maior do que era aquela situação, mais específica da violência contra a mulher.” (Valdecir)

“a gente começou a pensar o seguinte: se a violência contra a mulher é uma coisa específica, porque a violência contra a mulher ela é diferente da violência contra o homem, teríamos que ter um lugar específico pra essa mulher.” (Maria do Carmo)

A relação com os movimentos feministas de outros estados, principalmente com o paulista, alavancou e reforçou a necessidade de se institucionalizar um serviço de atendimento às mulheres em situação de violência. Delineia-se uma crença de que é papel do Estado dar conta da questão. O movimento feminista acreditava na necessidade de o Estado intervir, de reconhecer o fenômeno enquanto um problema social: “o Estado tem que assumir a questão da luta pela igualdade de direito” (Gisélia), como nos relata uma das entrevistadas.

Há temores nessa aproximação com o Estado, pois era uma questão em aberto “a maneira como as reivindicações políticas específicas de gênero [seriam] incorporadas” (ALVAREZ, 1988, p.317), mas o diálogo com as instâncias governamentais é iniciado. Se o Estado está caminhando para a redemocratização, deve “assumir a redefinição de suas atribuições” (BARSTED, 1994). O movimento de mulheres acreditava que seria em um cenário democrático que poderiam concretizar o ideal de cidadania, de vivenciar a concepção de justiça social pela qual lutavam.

“...todos os outros grupos que já tinham passado por essa fase de estabelecer casas de apoio (...) eles também colocavam a questão do Estado assumir (...) já acenavam pra essa necessidade (...) Como não passamos por essa fase a gente foi diretamente para que o Estado assumisse...” (Neuza)

Diante da experiência acumulada pelos SOS's, das dificuldades em garantir uma estrutura que suprisse as demandas que envolvem intervir no fenômeno violência contra a mulher e julgando ser responsabilidade do Estado assumir seu papel de “garantir a segurança física das pessoas e administração da justiça” (GOMEZ, 1999), os grupos de mulheres vêem como indispensável uma instituição que não só funcione como um espaço de denúncia, mas que também esteja imbuída de um “poder de punir” os agentes de violência.

“um aparelho repressivo do Estado era fundamental como voz repressiva sobre a situação de dominação masculina. Um instrumento de freio para uma sucessão de atos violentos” (Anailde)

A delegacia da capital paulista em funcionamento, primeiro instrumento de freio criado em ressonância às exigências do movimento feminista, alcançou uma visibilidade inesperada. Reportagem do Jornal da Tarde de 16 de agosto de 85 diz que a Secretaria de Segurança Pública paulista se surpreendeu com a procura pelos serviços da delegacia em sua primeira semana de trabalho. A política pública foi manchete dos periódicos New York Times e Sunday News (JORNAL, 1985). Consequentemente, o ano de 1985, quando foi inaugurada a primeira delegacia da mulher do país, foi o período de trabalho mais intenso para o movimento feminista de Salvador, que organizou e desenvolveu atividades que visavam a absorção da problemática pelo debate político, ou seja, enunciar e formular o fenômeno publicamente.

No dia em que foi inaugurada a primeira delegacia especial do país, a deputada estadual Abigail Feitosa enviou um documento dirigido ao governador do Estado – João Durval – no qual apoiou a criação da delegacia especial na Bahia. A deputada indicava como razões para a institucionalização da política pública os números referentes aos crimes contra a mulher, o constrangimento por que passam as vítimas ao relatarem o ocorrido para policiais homens em delegacias comuns, principalmente quando se trata de crimes sexuais, e a repercussão que tem tido o trabalho desenvolvido pela delegacia criada em São Paulo⁶.

No dia 10 de setembro, o departamento Feminino da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) realizou um debate com o tema *A violência contra a mulher*, cujo objetivo era discutir a criação da delegacia da mulher em Salvador. Participaram além de advogadas, representantes do movimento feminista⁷.

Em outubro de 85, outro assassinato mobiliza o movimento feminista de Salvador. Vilma Góis é morta pelo ex-marido, um fazendeiro. Duas semanas depois, a família de Vilma, advogados e as entidades União de Mulheres, Brasil Mulher e o Comitê de Anistia e Direitos Humanos deram uma entrevista coletiva na qual a mãe e a irmã da vítima afirmaram que o crime foi premeditado – o ex-marido ameaçou Vilma de morte na manhã do dia do crime – e pediram justiça⁸ (TRIBUNA, 1985).

Nesse mesmo ano, um grupo de mulheres baianas esteve em São Paulo para conhecer o trabalho desenvolvido pela primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do país. Na volta, a experiência gerou a publicação do artigo *Delegacia da Mulher, uma necessidade inadiável*, escrito pela então presidenta do Departamento Feminino da OAB, Maria do Carmo Menezes (1985), publicado em 18 de novembro, na Tribuna da Bahia:

“...motivadas pela urgente criação de uma Delegacia de Defesa da Mulher, estivemos em São Paulo a fim de conhecer, de perto, a delegacia ali instalada, constatando como esperávamos, o grande e eficiente atendimento às mulheres paulistas que já dispõem de um órgão específico para denunciarem as violências de que são vítimas.”

Em 19 de novembro de 85, o movimento promove debate sobre o tema “Violência contra a mulher”, desta vez com a presença de Rosmary Correa – primeira delegada titular de uma Delegacia da Mulher – e do juiz de direito da 2ª vara privativa do júri de Salvador, Moacyr Pita Lima (JORNAL, 1985).

A luta pela criação das delegacias especiais vai ter um aliado circunstancial em Fernando Lyra, Ministro da Justiça, que envia carta-circular para todos os secretários de segurança pública do país, na qual sugere a criação de Delegacias da Mulher. Nessa carta também incentiva a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) nos processos de institucionalização da política pública (REVISTA, 1985).

Entretanto, para que a institucionalização aconteça, é necessário que haja um projeto do que deve ser implementado. O movimento feminista responde a essa necessidade através do projeto “Por uma delegacia de defesa da mulher,” produto de um trabalho desenvolvido pelas integrantes de uma Comissão que não apenas absorveram a proposta de São Paulo, mas procuraram construir um projeto para a realidade de Salvador. Brasil Mulher, União de Mulheres de Salvador, Departamento Feminino da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) da Universidade Federal da Bahia, Pastoral da Mulher Marginalizada, Itapoã Mulher, mulheres negras do MNU (Movimento Negro Unificado) formavam o grupo mais permanente que se organizou em torno da concepção e reivindicação de uma delegacia especial, através da Comissão contra a Violência contra a Mulher.

No Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher – 25 de novembro – os grupos de mulheres entregam o documento “Por uma Delegacia de Defesa da Mulher” à Secretaria de Segurança Pública (SSP) da Bahia cobrando a institucionalização da delegacia.

“...reivindicamos uma Delegacia de Defesa da Mulher. Ela não se justifica apenas pelo que demonstram (ou deixam de demonstrar) os índices oficiais de

estupro, sedução, espancamento, assassinato. Ela se justifica porque diante de uma violência tão específica, o poder público precisa desenvolver mecanismos específicos de orientação, atendimento, encaminhamento, combate.”

As estatísticas oficiais podem justificar ou não a criação da delegacia, pois são “pálidos reflexos de uma situação muito mais grave”, de acordo com o documento. Os números obtidos através dos registros dos boletins de ocorrência vão confirmar essa suspeita do movimento feminista: a invisibilidade da violência é reforçada pela falta de números que representem, da forma mais próxima possível da realidade, a situação dos crimes contra a mulher. O que pode ser demonstrado através dos seguintes dados. Em março de 1986, a diretora do Instituto Médico Legal – Maria Tereza Pacheco, divulgou o registro de 360 casos de lesões corporais entre os anos de 1984 e 1985, em Salvador (REVISTA, 1985). Em 1995 foram registrados na delegacia especial 1.477 casos de lesões corporais e, no ano seguinte, este número aumenta para 1.708 registros, somando um total de 3.211 casos nesses dois anos. Entre 1987 e 1997 foram realizados 101.059⁹ registros na DPM.

O constrangimento pelo qual passam as vítimas ao procurarem as delegacias comuns constitui-se em um dos elementos que acabam por dificultar a denúncia das agressões e, por sua vez, o registro e publicização da violência. Constrangimento que cresce quando o agressor é alguém de significado afetivo. Levando em consideração o tratamento dado aos casos de assassinatos de mulheres por maridos e ex-maridos, e as notícias a respeito dos atendimentos em delegacias comuns de casos de espancamento e crimes sexuais, as feministas afirmam que, ao denunciar, a vítima “corre o risco de ser transformada em ré”. A conseqüente impunidade dos agressores leva a uma descrença de que a denúncia junto à instância policial vá realmente solucionar os problemas.

O movimento feminista rejeita a idéia de que a criação da delegacia teria o significado de atestar uma subalternidade da mulher, como se esta necessitasse de *tutela*. Discorda dessa idéia, baseando-se na argumentação de que a violência contra a mulher é uma violação do direito da mulher de ser cidadã e essa violência deve ser tratada como tal. Em carta dirigida à imprensa ainda por ocasião do dia 25 de novembro, o movimento continua a discutir a importância dessa política pública.

“...queremos a instalação de uma delegacia voltada exclusivamente para assistir as mulheres vítimas de violência sexista, apurar os casos e dar encaminhamento na justiça.” (JORNAL, 1985b).

Ao fornecerem os elementos a serem contemplados pela política pública proposta, o movimento indica de que forma o Estado deve intervir para alterar o quadro da violência contra a mulher e, nesse sentido, forçar uma redistribuição de poder.

A partir da perspectiva de como o movimento entendia que deveria ser desenvolvido o trabalho da delegacia, as feministas também incluem no projeto entregue à Secretaria de Segurança Pública sugestões de como oferecer um atendimento mais amplo. Por exemplo, designar à Divisão de Assistência Policial do Departamento de Prevenção Criminal ou à própria delegacia a tarefa de promover apoio, orientação e proteção, assistenciais e jurídicas, às mulheres em situação de violência. O texto publicado no Diário Oficial contém essa idéia, mas transfere para a delegacia o papel de se articular com órgãos – não define quais e nem como – que possam oferecer os serviços de apoio, orientação e proteção.

A Comissão contra a Violência à Mulher insere a proposição da delegacia especializada no contexto da Nova República, no qual o governo chamava a sociedade civil para integrar um “Mutirão contra a violência”. Dessa forma, a violência contra a mulher também deve ser combatida coletivamente, mas tendo sempre em conta as características que fazem dela uma violência específica.

Argumentam, ainda, que a implantação da delegacia especial não é *onerosa*, pois é possível usar equipamentos já existentes. Sugerem, inclusive, formas pelas quais o Estado poderia viabilizar financeiramente a institucionalização da política pública: através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) obter um financiamento do governo federal a fundo perdido e fazer um aproveitamento de profissionais da Divisão de Assistência Social da Secretaria de Segurança Pública.

Em termos de metas a serem atingidas, podemos dizer que as expectativas que o movimento de mulheres nutria a partir da criação da delegacia da mulher eram as seguintes:

1. O movimento queria que a mulher em situação de violência não fosse tratada como ré.
2. A vítima deveria ser atendida por um conjunto de profissionais devidamente sensibilizado e capacitado para trabalhar tendo em conta as características desse tipo de violência e preparado para empregar em seu trabalho uma interpretação que levasse em consideração o *status quo* das relações de gênero.
3. Os processos referentes a esses casos deveriam ter uma continuidade, refletindo a preocupação com a impunidade dos agressores. Nesse sentido, o ideal seria a existência de uma forma de se realizar um acompanhamento dos julgamentos.
4. Acreditavam que o registro das agressões poderia gerar números que proporcionassem informações a respeito do fenômeno. O que seria fundamental para uma intervenção mais qualificada e, assim, estruturar outras propostas. As estatísticas serviriam, também, para que o próprio movimento femi-

nista tivesse a oportunidade de “se reposicionar” (Neuza) em relação à política pública que reivindicou.

Depoimentos de feministas indicam a permanência de uma identidade que ainda liga as militantes treze anos depois da implantação da DPM. Essa identidade é marcada por elementos como: uma noção de direitos, que trouxe à tona a violência contra a mulher e que, a partir das características desta, qualificou-a como uma violência específica, que demanda uma intervenção do mesmo caráter; a percepção de que a criação da delegacia é resultado de um processo iniciado e levado a termo pelo movimento feminista; e, finalmente, um sentimento de insatisfação em relação à delegacia especial que aí está.

Identificando e criticando as representações sociais sobre as relações entre homens e mulheres, as feministas instrumentalizaram a idéia do socialmente construído e, assim, da mutabilidade dos papéis sociais masculino e feminino. Esse processo tendo lugar em um contexto de transformações das relações entre sociedade e Estado, qual seja a abertura política.

Questionando os limites das esferas pública e privada e proclamando a interdependência entre essas dimensões da vida, o movimento feminista demanda uma ampliação do espaço da política. Amplia esse espaço promovendo a emergência da violência contra a mulher como uma preocupação pública e alcançando o reconhecimento pelas instâncias estatais através da criação da delegacia especializada. Porém, vê-se frustrado quanto a um projeto mais amplo: estabelecer e manter uma interlocução com o Estado, a partir da criação da DPM. Há a intenção de que a institucionalização da proposta não implique no desligamento do movimento. Pelo contrário, as feministas nutriam uma expectativa de que iriam continuar dialogando com o Estado, após a implantação da delegacia. Um indicativo dessa expectativa é a sugestão de que fosse constituída, juntamente com a criação da delegacia da mulher, uma Comissão Especial, que acompanharia o desenvolvimento do trabalho da DPM e faria o papel de intermediária entre a política pública conquistada e o movimento social que a concebeu e reivindicou.

O movimento feminista de Salvador afirma, no projeto “Por uma delegacia da mulher”, que sabe que a criação da DPM não muda radicalmente a situação das mulheres vítimas de violência e a mentalidade da Secretaria de Segurança Pública. Entretanto, permeia o relato das entrevistadas, ao avaliarem o funcionamento da política pública, uma insatisfação em relação à delegacia implantada. Acreditamos poder afirmar que o elemento desencadeador dessa insatisfação foi a forma como foi oficializada a criação da DPM. A assinatura do decreto n° 33.038 de 28 de abril de 1986 se deu sem qualquer comunicação ao movimento

de mulheres, que ficou sabendo pelos jornais. Esse fato parece marcar a não-identificação entre feministas e a política pública implantada, gerando um afastamento entre movimento social e a delegacia.

“não foi a forma que a gente propôs, não era a forma ideal, a delegacia, na verdade, era um aparelho (...) de realização de uma política pública, óbvio, a gente não tinha identidade com essa política que estava no governo (...) eu acho que isso ajudou a nos afastar.” (Lena)

O Estado não cede espaços de poder que possam proporcionar a integração da sociedade civil organizada no processo de institucionalização e acompanhamento do serviço a ser prestado. A partir desse acontecimento, outras expectativas em relação à delegacia se frustram. As feministas pretendiam manter um contato com as instâncias governamentais, acompanhando o trabalho realizado pela delegacia, participando da escolha da primeira delegada titular, por exemplo.

A delegacia em funcionamento não tem correspondido ao que foi projetado pelo movimento de mulheres. Ainda há notícias de atendimentos precários a mulheres que chegam em busca dos serviços da DPM, o que reforça a preocupação sobre a necessidade de sensibilização e capacitação dos funcionários. O atendimento mais amplo não foi concretizado plenamente – atualmente duas assistentes sociais compõem o quadro de profissionais – e, mesmo com inúmeros trabalhos de pesquisa realizados, baseados nas ocorrências da DPM, não se tem, ainda, um quadro completo dos atendimentos prestados que permita o acompanhamento e avaliação do trabalho.

Entretanto, há que se reconhecer que a questão da mulher foi “institucionalizada dentro do Estado, com a criação de organismos especiais, e na sociedade com a proliferação de organizações não-governamentais”. “Programas governamentais” que tenham em conta a perspectiva do movimento de mulheres tem o significado de relação/diálogo com o Estado (BARSTED, 1994a, p. 53).

Se a delegacia não é o que desejavam as militantes que a conceberam, acreditamos que não cabe um discurso do tipo apocalíptico, qual seja o de que a delegacia não resolve nada, deve acabar. A falta de acompanhamento dos atendimentos prestados por parte do movimento feminista tem, na verdade, o significado de uma falta de espaço de interlocução entre movimento social e Estado que beneficie funcionários e público da delegacia. Esse hiato entre sociedade civil organizada e instância governamental denuncia uma correlação de forças desigual entre Estado e movimento, marcada pela fragilidade deste e a resistência do primeiro em ceder espaços de poder.

Fragilidade por parte do movimento significando uma dificuldade de mobilização para a realização de trabalhos coletivos em torno de objetivos tam-

bém construídos em conjunto. E resistência em ceder espaços de poder, por parte do Estado, como dificuldade para ampliar “mecanismos de consulta e informação – para tornar o aparelho estatal mais permeável às pressões dos setores mais organizados” (JACOBI, 1987). Existe uma resistência a descentralizar, o que poderia ser feito através da ampliação da competência e da implantação de setores intermediários mais próximos das demandas e propostas da sociedade civil.

Exigir da delegacia – nas pessoas das delegadas e funcionárias – que ela desenvolva o trabalho conforme projetado inicialmente, não resolve o problema. Este tipo de postura coloca a sociedade civil em uma ponta e o Estado na outra, atuando como dimensões excludentes, antagônicas e como se fossem, cada uma, homogêneas. Esquecendo, ainda, que política pública, como garantia social, tem como objetivo forçar uma redistribuição de poder em determinado campo. Pode ajudar no processo forçoso de reforma social e do aparelho estatal, mas apenas como elemento mediador das transformações almejadas. Não se constitui, por si só, na resolução da problemática inicial, qual seja a de desconstruir uma organização social baseada em relações hierarquizadas entre os sexos.

Para Alvarez, (1988, p.318) a “real democratização (...) necessariamente implicaria o fim do sexismo institucionalizado”. Parece-nos que a “real democratização”, a experiência cotidiana de cidadania demanda, para além do reconhecimento público e institucional, uma transformação nas próprias representações sociais das quais nos nutrimos socialmente e as quais construímos quotidianamente.

A história da delegacia em funcionamento talvez possa exemplificar o desafio diante do qual estão não só movimentos sociais, mas a sociedade como um todo. Uma vez que a institucionalização foi alcançada, ou seja, a demanda foi inscrita no campo dos direitos, através de uma interação com o Estado, o desafio que se impõe é o de garantir que esses setores organizados mantenham-se como interlocutores junto às instâncias estatais, para que as proposições atendam, efetivamente, o público alvo. O discurso e prática do movimento feminista desnudaram as lacunas do igualitarismo, exigindo não só uma ampliação da cidadania para sujeitos políticos até então excluídos, mas o exercício efetivo dessa cidadania. A mudança no campo das práticas e mentalidades, das representações sociais, certamente ainda está caminhando.

NOTAS:

¹ Trecho do projeto elaborado pelo movimento de mulheres “Por uma delegacia da mulher”.

² A dissertação foi defendida em dezembro de 1999, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Agradeço as críticas e sugestões oferecidas pela banca, composta por Ana Alice Alcântara Costa (orientadora), Luiza Bairros e Maria Augusta Rosa Rocha. Os depoimentos citados neste artigo foram extraídos da dissertação.

- ³ 31 feministas ligadas às entidades Centro da Mulher Brasileira (seções Rio e Niterói), Sociedade Brasil Mulher, Sociedade Nós Mulheres, Movimento Feminino pela Anistia, Coletivo de Mulheres e a deputada Heloneida Studart assinam a nota.
- ⁴ São alguns exemplos de trabalhos de pesquisa realizados dentro das delegacias especiais: AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. SP: Cortez, 1985. FUNDAÇÃO SEADE, Conselho Estadual da Condição Feminina. **Um retrato da violência contra a mulher**: 2038 boletins de ocorrência. SP: SEADE, 1987. MOREIRA, Maria Ignez C.; RIBEIRO, Sônia; COSTA, Karina F. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. Artigo extraído da pesquisa "A violência contra a mulher na esfera conjugal: produção e enfrentamento". Belo Horizonte, 1989, mimeo. DIAS, Acácia B. et al. Maria das Dores: vítima ou cúmplice? Relatório de Pesquisa, Salvador, 1991. VINAGRE, Marlise Silva. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** SP: Cortez, 1992. GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993. SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. SOARES, Luiz Eduardo et al. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. OLIVEIRA, Dijaci David de; GERALDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de. **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Brasília: MNDH, 1998. BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC, Ed. 34, 1998. p.51-84.
- ⁵ Brasil Mulher. Contribuições – Núcleo Salvador. Congresso de 1980.
- ⁶ Carta escrita pela deputada Abigail Feitosa, datada de 06/08/85. Fonte: arquivo pessoal de Maria do Carmo Menezes.
- ⁷ Ofício/convite emitido pelo Departamento Feminino da OAB. Fonte: arquivo pessoal de Maria do Carmo Menezes.
- ⁸ Na época, a imprensa trouxe informações sobre o julgamento do acusado pelo assassinato de Marize Trindade. O julgamento aconteceu em início de 85, três anos depois do ocorrido. O ex-marido da vítima foi condenado, mas entrou com recurso e estava em liberdade.
- ⁹ Quadro Anual de Estatísticas da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.
- BARSTED, Leila de A. L. Em busca do tempo perdido. Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 38-54, 2. sem.(out.) 1994a.
- _____. Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. **Cadernos CEPIA**, Rio de Janeiro, 1994b.
- CORREIO da Bahia. Feministas protestam: violência. Salvador, p. 04, 13 abr. 1982.
- DELMANTO, Celso. **Código Penal comentado**. São Paulo: Freitas Bastos, 1986. p. 214-221.

FOLHA de São Paulo. Feministas acham que resultado é farsa judiciária. São Paulo, p. 13, 01 nov. 1979.

GOMEZ, Patricia Laura. **Mujeres y políticas publicas**: un matrimônio feliz? Buenos Aires, Argentina: Centro Municipal de la Mujer de Vicente López, mar. 1999. p. 13-16.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11-23.

JORNAL da Bahia. Delegacia de Mulher, sucesso internacional. Salvador, 19 nov. 1985a.

JORNAL da Bahia. Violência contra a mulher. Salvador, 24 nov. 1985b.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLIÉ, Dominique et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 59-106.

MACHADO NETO, Zahidê. **Violência contra a mulher**. [s.l.: s.n., s.d.].

MENEZES, Maria do Carmo. Delegacia da Mulher, uma necessidade inadiável. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 18 nov. 1985.

MOREIRA, Maria Ignez; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 169-189.

REVISTA Panorama da Bahia. O medo de amar. Salvador, p. 10-18, 10 mar. 1985.

SAFFIOTI, H. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p.105-158

TRIBUNA da Bahia. União de Mulheres repudia assassinato de Vilma Góis. Salvador, 25 out. 1985.

VINAGRE, Marlise Silva. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

VISIBILIZANDO O “INVISÍVEL”: A PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (1960-1969)

Zelinda Barros

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia, atualmente Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da UFBa., caracterizou-se desde a sua fundação, em 1941, pela presença majoritária de mulheres. No presente trabalho, ao focalizar o curso de Ciências Sociais na década de 60, mostro como estavam articuladas as categorias raça/gênero no processo identificatório das estudantes negras dessa instituição. Para isso, utilizei alguns dados obtidos na pesquisa que resultou em minha monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, cujo título é o mesmo deste artigo.

A construção da identidade, processo que tem lugar entre pessoas que estão imersas num sistema de relações sociais, nem sempre traz em si a possibilidade de seu reconhecimento por parte dos indivíduos que dele fazem parte. É assim que, muitas vezes, os indivíduos partilham um determinado sistema de crenças,

aderem a ele, mas, muitas vezes não percebem o seu caráter extremamente ideológico. Refiro-me particularmente ao que se dá com relação às identidades “racial” e de gênero, pois nem sempre um indivíduo percebe-se como “naturalmente” ligado a este(a) ou aquele(a) sexo”.

Na Bahia, a naturalização da subordinação feminina, aliada às linhas demarcatórias que impediam a ascensão do negro, fizeram com que as mulheres negras tivessem menos participação em instituições de ensino superior comparativamente às de outra raça/etnia. Podemos verificar esse dado ao tomarmos como exemplo a instituição em estudo, onde somente conseguimos identificar cinco estudantes negras em toda a década.

Ao analisarmos a mulher negra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, podemos ver que apesar de ainda não haver discussão a respeito das desigualdades de gênero no cotidiano da instituição, insinua-se uma quebra da postura submissa tradicionalmente exigida às mulheres. No que se refere à formação educacional, nota-se um avanço em relação ao restante da população feminina, pois 67,8% das mulheres baianas não eram então alfabetizadas.

A procura das mulheres pela Faculdade de Filosofia pode ser interpretada não somente como a expressão de um desejo individual de escolarização e inserção no mercado de trabalho, mas também como uma busca de transformação de suas próprias vidas como mulheres, quebrando assim os padrões que já se afiguravam incômodos.

Na década de 60, o curso de Ciências Sociais, assim como a Faculdade de Filosofia, caracterizou-se por uma presença majoritária de mulheres. Somente nos anos de 1960 e 1962, a presença feminina foi inferior à masculina, com 100% e 53% de homens matriculados, respectivamente.

No caso em estudo, vimos que as alunas do curso de Ciências Sociais, apesar de não se ocuparem somente com “esperar marido”, de certa forma reproduziam o tipo de conduta socialmente exigida às mulheres ao participarem menos ativamente das atividades políticas de cunho público. Algumas apontam como motivo da menor participação o medo devido à repressão e a influência do pai ou do namorado. De acordo com uma ex-aluna:

“...essa coisa de se dizer assim: ‘Fulano é de direita’, é muito mais uma coisa de homens, né, quer dizer, que assumia publicamente uma postura de se declarar contra aquela percepção de mundo que a gente tinha, que a gente dizia que era de esquerda”. (Aluna de Ciências Sociais, 1965-69, negra)

Essa fala parece corroborar Simone de Beauvoir (1980, p.368), que dizia que pelo fato de a mulher não ter ainda experimentado a liberdade, não acreditava na libertação, nem ousava desafiar o que estava posto. É justamente esse traço que

marca a participação das mulheres não militantes na Faculdade de Filosofia: preocupadas em negociar o seu acesso ao ensino superior, não ousavam romper com o estabelecido. Na maioria das vezes, era o marido, o namorado ou o pai quem decidia em última instância sobre o que fazer (BARROS, 1998).

No que diz respeito à “raça”, podemos ver que a mesma referência à “natureza” apoiava as distinções entre os diversos grupos raciais. Brancos e não-brancos na sociedade baiana eram identificados como portadores de especificidades que os faziam distintos e justificavam as posições sociais desiguais ocupadas pelos referidos grupos.

Na Faculdade de Filosofia, o tema raça/etnia, apesar de constar no programa da 1ª série da disciplina Antropologia do curso de Ciências Sociais, não era percebido como algo que fizesse parte do cotidiano dos estudantes. De acordo com o relato de uma ex-aluna: “... a gente estuda muito a questão étnica, é uma questão central que a gente estuda, mas a gente não enxerga ela como vivência, entendeu...” (Aluna de Ciências Sociais, 1962-66, branca).

No curso de Ciências Sociais, como na Faculdade de um modo geral, não havia, de acordo com os relatos, negros, sendo caracterizado como um curso “moreno”: “Olha, mulato tinha, feito eu assim. Negra, mulher negra, negra, sem miscigenação, eu não me recordo de nenhuma naquela época.” (Aluna de Ciências sociais, 1962-65, negra). É bastante comum na fala dos entrevistados a referência à inexistência de estudantes pertencentes a essa raça/etnia: “Na minha turma não tinha negro, negro.(...) alguns havia na escola, mas era pontuais, pontuais. Quer dizer, dava pra contar, talvez, em duas mãos. Tinha mulatos, muitos mais mestiços do que o negro, negróide.”(Aluna de Ciências Sociais, 1962-65, negra).

Essa invisibilidade que tinha o negro enquanto o grupo ao qual pertenciam alguns estudantes da Faculdade pode ser interpretada como produto do tipo de contato estabelecido. Privilegiando-se apenas os traços que os unificavam enquanto grupo estudantil, desprezavam-se as diferenças que em outras esferas significavam desigualdades.

Igualmente frequente é a referência ao negro como aquele que tinha um fenótipo característico, dando-se especial importância à cor escura da pele como um traço que definiria a pertinência a esse tipo racial. A consideração de uma origem social comum não era utilizada para integrar num mesmo grupo os negros que frequentavam a instituição e os outros, os “pretos”, como eram considerados na época aqueles socialmente considerado negros. De acordo com uma ex-aluna negra, na Faculdade de Filosofia, “... as pessoas negras viviam aí fazendo de conta que não eram negras.” (Aluna de Ciências Sociais, 1962-65, negra). Nesse sentido, é importante assinalar que ainda não havia emergido dentro de tal contexto a consciência étnica como discurso político, o que explica o fato dessas pessoas não verem a si mesmas como negras.

“Não... essa coisa de eu ser negra, eu não sabia, é uma tristeza, porque eu tentei me lembrar como é que eu me via, eu não me via com cor, eu não me via como nada, é um negócio absolutamente louco, né, hoje eu digo que é louco, na época, era um padrão normal pra todo mundo.” (Aluna de Ciências Sociais, 1962-65, negra).

Na década de 60, a problemática que envolvia a questão racial estava subsumida à luta política na Faculdade de Filosofia. O pensamento marxista, bastante em voga na classe estudantil durante o período em estudo, contribuiu, segundo Guimarães (1995) para a conformação da ideologia racial brasileira. De acordo com as doutrinas informadas pelo marxismo, questões como raça e gênero eram consideradas secundárias. Em consequência disso, as contradições resultantes dessas relações foram encobertas. Dessa forma, no projeto político da esquerda, em voga no período, não foram levadas em consideração as diferenças étnicas, o que contribuiu para a crença de que no Brasil tais grupos não existem, havendo somente grupos de cor (ibid.).

De acordo com os dados coletados, no conceito de oprimido construído na época não havia a consideração do caráter específico da opressão a que o negro estava submetido. Os estudantes, que tradicionalmente colocavam-se como “porta-vozes do povo”, não incluíam em suas reflexões aquela que dizia respeito à identidade étnica como algo que tivesse uma existência que pudesse ser pensada em separado da desigualdade de classe.

O estudante negro, em particular, não havia percebido essa especificidade justamente pelo fato de não perceber a sua negritude: “Eu acho que tinha como a sociedade via e como a gente se via, ou seja, a sociedade via o negro como o negro se via.” (Aluna de Ciências Sociais, 1962-65, negra). Muitas vezes, de acordo com o relato de ex-alunas, não havia a reflexão sobre a questão do negro enquanto grupo devido à falta de identificação dos próprios alunos negros com este grupo étnico/racial. Segundo uma ex-aluna de Ciências Sociais, que hoje identifica-se como negra:

“...eu mesma, se você dissesse negra, eu era até capaz de tomar um susto, vocês imaginem, eu sou parda, você tá entendendo? Quer dizer, e como não aparecia no discurso a questão racial, não era fácil, não era fácil. Não existia dentro do discurso, na construção das nossas reflexões sobre a realidade brasileira, baiana, local ou o que for, não havia. Não havia, era um discurso que não havia.” (Aluna de Ciências Sociais, 1962-65, negra).

Confrontando os depoimentos com o que era expresso pelos jornais da época, vemos que há uma aparente incoerência na fala das entrevistadas, pois, apesar de não reconhecerem a questão racial como algo que tivesse relevo na

época, constatamos que várias foram as notícias que diziam respeito ao tema, principalmente no início da década de 60. Esta possível incoerência se dissipa ao analisarmos com mais cuidados essas notícias dos jornais.

O movimento estudantil, assim como a sociedade em geral, de acordo com o que verificamos nos jornais, chamava a atenção para a questão da existência de raças e do racismo, mas permaneceu nos depoimentos a insistência em retratar o período como se esse fato não implicasse a ocorrência de conflitos raciais na Bahia. Isso pode ser interpretado como sendo reflexo da ideologia igualitária que envolvia os estudantes na época, fruto, principalmente, do clima de asfixia política propiciado pelo regime autoritário. O racismo atacado era o racismo norte-americano, o russo e o sul-africano; não se falava em racismo brasileiro. A idéia do Brasil como sendo “o paraíso das raças” ainda estava bastante presente e embotava a percepção para o racismo que existia no país.

Ao analisarmos os dados obtidos nas entrevistas, mais detidamente, percebemos que o reconhecimento da “raça” como conceito classificatório implicaria no reconhecimento da existência do preconceito racial, o que não seria coerente com o discurso da época, nem com a idealização do passado que ainda persiste por parte dos que viveram a década de 60.

De acordo com os depoimentos de alunos, alunas e professores da década de 60, a Faculdade de Filosofia era um local onde a diferenciação étnica entre os estudantes não era percebida, o que num primeiro momento nos faz acreditar na “democracia racial” brasileira. O preconceito racial na Faculdade de Filosofia, de acordo com uma ex-aluna, não era explícito:

“Eu nunca senti. Se havia, era camuflado ali, mas eu não sentia não. Porque eu acho que a gente, é só descoberto quando você não se impõe, quando você não se respeita, talvez não se valorize, eu acho que é isso. Tenho assim, grandes amizades, colegas brancos, me tratam muito bem até hoje.” (Aluna de Ciências Sociais, 1965-69, negra).

Segundo o censo do IBGE de 1960, os “pretos” e os “pardos” representavam 71,7% da população baiana. As mulheres incluídas nessas categorias representavam 37% da população do Estado, que no início da década de 60 era de 5.918.872 habitantes. Como explicar essa invisibilização do negro na Faculdade de Filosofia? Como justificar a inexistência de um segmento considerável da população dentro de uma instituição de ensino superior pública?

Podemos dizer que na Faculdade de Filosofia existia o que na sociedade norte-americana Jones (1973, p.117) vai chamar de “racismo institucional”. Segundo ele, esse tipo de racismo é um conjunto de:

“...práticas, leis e costumes estabelecidos que sistematicamente refletem e provocam desigualdades raciais na sociedade norte-americana. Se há consequências racistas das leis, das práticas ou dos costumes institucionais, a instituição é racista, independentemente do fato de os indivíduos que mantêm tais práticas terem, ou não, intenções racistas.”

Considerando o conceito proposto por Jones, vemos que o tipo de racismo existente na Faculdade de Filosofia era o “racismo institucional não-intencional”, em que mesmo que expressamente não fosse preconizada a desigualdade entre brancos e negros, ela era mantida. Num dos depoimentos torna-se explícito esse tipo de racismo: “Aqueles que conseguiram chegar à Faculdade, passaram no vestibular, que conseguiram ser alunos, iguais aos outros.” (Professor da Faculdade de Filosofia do período em estudo).

Azevedo (1996), ao estudar a sociedade baiana do período, concluiu que o *status* que o indivíduo possuía nessa sociedade era resultante de fatores como o nascimento – ou seja, a origem de classe – e o tipo físico. Apesar de passíveis de serem modificados “pela fortuna, pela ocupação e pela educação”, eles teriam preponderância sobre os demais condicionantes do processo de mobilidade vertical e decidiriam sobre até onde chegar. Sendo assim, a ascensão do negro somente ocorreria após grande esforço e era conseguida em condições bastante desiguais. A existência de barreiras ao negro e a desigualdade advinda da diferenciação racial na década de 60, em Salvador, são percebidas por uma aluna do período:

“Barreiras em termos de trabalho, em termos de ocupar um determinado cargo, entendeu. Você vai perceber, inclusive, que num banco você dificilmente via um negro trabalhando num banco. Quando você via isso você fazia um, era um espanto! Numa loja, por exemplo, vamos imaginar *Sloper*, uma loja grande daqui, quando você via um negro, era uma coisa do outro mundo, mas não tinha porque não botavam.”

Mesmo reconhecendo a existência do racismo à época, vemos que a entrevistada não admite a ocorrência de práticas discriminatórias dentro da instituição. Podemos considerar que a “proximidade” que caracteriza as relações raciais na sociedade brasileira (DA MATTA, 1981) contribuiu para ocultar as contradições existentes entre os distintos grupos raciais na Faculdade de Filosofia, e mesmo considerado o problema, os estudantes ainda estavam bastante influenciados pelo mito da “democracia racial”. É comum, nos depoimentos, o reconhecimento do racismo como algo que existia na sociedade, assim como a referência à inexistência de atitudes racistas dentro da instituição:

“Eu não via, eu não senti racismo na Universidade, *no meu tempo* (grifo nosso). Sei que existia, sei que existe, deve ter tido alguns casos, mas comigo, não. Você sabe que eu nunca me senti discriminada?”

A instituição, pelo que podemos perceber, era tida como uma “ilha de excelência” no que se refere à questão racial, mas, apesar da referência à inexistência de racismo e sexismo na Faculdade de Filosofia, através dos relatos podemos perceber que o sexismo, quando ocorria entre indivíduos “racialmente” diferentes, somava-se ao racismo. A condição de negra era encoberta em determinadas situações, e para isso havia a consideração do seu desempenho como estudante a fim de igualá-la aos outros e assim impedir a confirmação dos estereótipos tradicionalmente associados à mulher negra. O destaque intelectual faria com que a universitária negra não fosse tão facilmente confundida com “a empregada doméstica” ou “a amante” em ambientes extra-universitários.

Entre os alunos de Ciências Sociais, assim como em todo o corpo discente da Faculdade, era sempre muito marcada a diferenciação entre “nós” e “os outros”. A afinidade político-ideológica unia os alunos em variados grupos, havendo distinções, por exemplo, entre os que se diziam “revolucionários” e os “alienados”, constituídos “outros” pelo grupo anterior, e vice-versa.

Se o olhar que é lançado pelas ex-alunas negras sobre a década de 60 não considera o preconceito como um problema que fizesse parte do cotidiano delas na instituição, é comum nas falas a atribuição do preconceito às famílias dos colegas. O problema é referido por elas, assim como pelo movimento estudantil da época, como algo que deveria ser combatido, mas que não estava presente no corpo discente.

“Acontece que a gente vivia no que eu chamo de ‘espaço segregado e privilegiado’ (...) eu não andava pela Bahia inteira, eu andava em alguns espaços, que eram espaços dessa construção política, que era muito pequeno e que não havia maiores problemas, quer dizer, podia até ter a família do cara, mas o jovem etc. que tá nessa luta política, por essa coisa não passava.”

Apesar da “modernização” nas idéias e comportamentos dos estudantes universitários desse período, o que se conseguiu criar na Faculdade de Filosofia foi um espaço onde os estudantes puderam se manifestar mais livremente, sem que isso significasse a adoção desses novos padrões comportamentais por pessoas que estivessem alheias ao ambiente universitário. Dessa forma, a família dos discentes muitas vezes representava o que era convencionalmente partilhado na sociedade, o “arcaico” frente ao “novo”, representado pela categoria estudantil.

As estudantes, apesar de cultivarem algumas idéias contrárias às dominantes na época, tinham um espaço de irradiação dessas idéias muito restrito, não havendo ainda uma interação entre as intelectuais e a sociedade em geral que possibilitasse a legitimação desses comportamentos de um modo mais amplo. Essas idéias conflitantes ainda diziam respeito a uma política em nível macro, que lidava com conceitos como *anti-imperialismo*, *nacionalismo*, *revolução socialista*, ainda não contemplava questões atinentes às individualidades num sentido mais estrito.

A partir do que foi exposto, podemos inferir que a presença de mulheres negras na Faculdade de Filosofia na década de sessenta, além de escassa, foi encoberta pelo discurso vigente à época. A percepção de si mesma como negra era embotada pela definição rígida que se tinha do negro como aquele que estava inferiormente situado na escala social. Sendo essa uma instituição que tradicionalmente acolhia membros das classes média e média alta, os negros que lá ingressavam passavam a se identificar com os valores do grupo dominante, que não destacava o elemento racial como algo relevante. As mulheres negras, ao ingressarem na Faculdade de Filosofia, nela não encontravam um ambiente que confirmasse a existência de preconceito específico contra o negro, passando a compartilhar a idéia de que as diferenças sociais entre brancos e negros eram resquícios do passado escravista e fruto das desigualdades de uma sociedade de classes.

Questões como gênero e raça permaneceram latentes no cotidiano da instituição até a década de 70, quando irromperam os movimentos reivindicatórios dos direitos políticos de negros e mulheres. A Faculdade de Filosofia, que consolidara-se como um reduto onde eram asseguradas as liberdades individuais, somente nesse período afigura-se como um *locus* onde essas questões passaram a ser tratadas criticamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão & Classes sociais e grupos de prestígio.** 2. ed. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996. 186 p. (Coleção Cinquentenário).

BARROS, Zelinda. A participação feminina no movimento estudantil (1960-1969): Faculdade de Filosofia. In : SIMPÓSIO BAIANO DE PESQUISADORAS(ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 4., out. 1998, Salvador. **Anais...** Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas-UFBA, Salvador, p. 159-164.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. 6. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1980. Volume 2.

DA MATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: _____. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1981. p. 58-85.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A 'Raça', racismo e grupos de cor no Brasil. **Estudos Afroasiáticos**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 45-63, abr. 1995.

JONES, James M. **Racismo e preconceito**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Edgar Blucher/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 148 p.

GÊNERO, AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

Sylvia Maria dos Reis Maia
Sabrina Uzeda Cruz

Este trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa mais ampla. Busca entender como se processa a relação de gênero dentro de uma proposta de desenvolvimento sustentável que vem sendo conduzida pelo projeto Jupará, uma ONG localizada em Ilhéus-Bahia, que vê, semelhante a outros grupos que trabalham na mesma direção, a agricultura familiar como “uma garantia de preservação do meio ambiente e de possibilidades de utilização de tecnologias alternativas...” (NOBRE, 1998). É um projeto com ênfase em gênero, porque, dentre outros fatores, entende que “as relações de gênero definem os direitos das pessoas, suas responsabilidades, o manejo dos recursos, na organização da família e da comunidade.” (DOCUMENTO, 1999). O texto está organizado em quatro partes. 1) algumas considerações sobre relações de gênero e meio ambiente; 2) apresentação sumária do projeto Jupará; 3) o estudo de caso; 4) considerações finais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E MEIO AMBIENTE

A questão concernente a relações de gênero e meio ambiente tem sido abordada de diferentes formas. Uma das correntes que trata do tema é o ecofeminismo. “O histórico desta corrente vem de uma vertente dentro do ambientalismo, influenciada pelas feministas que vêem uma estreita associação entre as mulheres e o meio ambiente, sendo ambas dominadas e exploradas pelo homem.” (STOREY, 1998, p.58). Storey (ibid., p.76) diz que, teoricamente, o ecofeminismo, ao fazer essa associação, conseguiu abrir significativas discussões sobre a opressão das mulheres, mas os argumentos dessa corrente levam a considerar o gênero um fenômeno natural.

Entretanto, é amplamente sabido que este é um conceito social e culturalmente construído e somente através dele pode-se chegar a uma análise de relação de gênero teoricamente satisfatória (SAFFIOTI, 1992). Nobre (1998, p. 16), ao tratar desse conceito no âmbito da agricultura familiar, o vincula à divisão sexual do trabalho, mostrando que esta se dá a partir da aceitação de que o homem produz e a mulher reproduz. Para ilustrar esta questão, ela lança mão, dentre outros, do trabalho de Heredia (1984) que mostra a oposição roçado/casa associada a trabalho e não-trabalho, respectivamente. Na roça, o homem trabalha e a mulher “ajuda”; na casa não se trabalha, desenvolve-se atividades reprodutivas, tais como: cuidado dos filhos, da cozinha, do artesanato, etc. O ganho monetário proveniente daí, quando existe, é invisível. Outros tantos estudos chamam também a atenção para a subordinação, invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino (PAOLI, 1991; SPINDEL, 1986; CASTRO; LAVINAS, 1992).

A divisão sexual do trabalho, diz Nobre (op. cit.), leva, por sua vez, ao conceito de relações de gênero; um dos aspectos a considerar nessa análise é a relação de hierarquia prevalecte entre os gêneros, que tem sua origem no processo de socialização que atribui diferentes papéis a homens e mulheres. Para confirmar sua reflexão, através dos trabalhos de Woortman e Carneiro, ela mostra que, além da questão econômica, a cultura, ideologia e tradição são fatores que contribuem fortemente para a desigualdade entre os gêneros.

Nobre (ibid., p.23) conclui dizendo:

“Essas análises nos fazem refletir sobre as questões estratégicas envolvidas no fortalecimento das mulheres enquanto agricultoras. O fundamental é ter sempre presente as mulheres como sujeitos que, por sua ação política definem quais questões adquirem formas estratégicas para mudar as relações de gênero.”

Em artigo anterior (MAIA; FERNANDES, 1997, p.163), mostramos que uma dessas possíveis formas pode ocorrer através dos movimentos de mulheres,

os quais podem contribuir decisivamente para retirá-las de contextos obscurantistas em que via de regra estão imersas, reconhecendo-as como atores que contribuem para a construção da sociedade.

Os cadernos do III Fórum de Educação Ambiental (SARRENTINI; TRAGBER; BRAGA, 1995) mostram, entre outras questões, a preocupação dos estudiosos com os Movimentos Sociais e o meio ambiente. Carvalho (1995, p.61), por exemplo, aponta em seu texto para a importância fundamental do papel dos movimentos sociais na definição do problema ecológico. Ela argumenta que os movimentos sociais são agentes de disputa de uma gestão democrática do meio ambiente.

Nesse mesmo Caderno, Diniz (1995, p.64) reforça a importância da participação dos movimentos sociais na conservação do meio ambiente. Lembra a instalação do Fórum das ONGs brasileiras, que propiciou uma articulação entre os movimentos sociais voltados para problemas sociais e ambientais. Para ele, o processo aberto pelo Fórum fortaleceu as ações dos movimentos, ensejando-lhes condições para evitar, entre outras coisas, prejuízos causados, por exemplo, a trabalhadores rurais afetados por agrotóxicos.

Já Viezzer (1995) traz para a discussão a necessidade de se buscar um eixo para novas relações a serem estabelecidas por homens e mulheres nas sociedades, e relações das sociedades com a natureza. Para ela, essas novas relações só podem se concretizar procedendo-se a uma revisão nas estratégias dos Movimentos Sociais. Essas estratégias, diz ela, são “dicotômicas, binárias e fragmentadas”. A questão de gênero e meio ambiente, continua a autora, deve ser tratada interdisciplinarmente, revendo papéis sociais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres, refletindo, dessa forma, na modificação da “teia social” e, conseqüentemente, do cotidiano, como, por exemplo, “a maneira de criar as devidas interfaces com outros atores que interferem na qualidade do ambiente e na qualidade de vida” (ibid., p.73-74). Pacheco (1998, p.46) sugere a necessidade de “um diálogo voltado para a construção de uma agenda política comum, com pontos consensuais básicos entre o movimento ambientalista, de um lado, e o de mulheres de outro, em torno da defesa de uma agricultura sustentável.”

A experiência em andamento nas comunidades Cajueiro I, Cajueiro II e Fortaleza, localizadas no entorno da reserva biológica de Una, associada ao projeto Jupará, certamente está nesse caminho como será ilustrado a seguir.

O PROJETO JUPARÁ

O Jupará é uma ONG oriunda do Departamento de Pequenos Produtores do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Cacau que, em 1991, juntamente com outras entidades (Polo Sindical, CPT e CIMI), criou o Coletivo de Entida-

des com a finalidade de unificar recursos (materiais e humanos) e ações para apoiar comunidades camponesas (indígenas, tradicionais e assentadas) do Sul da Bahia.

Ao longo desse processo, patenteou-se a necessidade de criação de uma entidade voltada especificamente para a agricultura familiar com base na agro-ecologia. Surgiu, dessa forma, em 1995, o Jupará, voltado para o desenvolvimento sustentável de comunidades de pequenos agricultores da região cacauceira da Bahia, buscando com isso contribuir também para a conservação da Mata Atlântica. Seu objetivo principal é promover, através da educação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais, fortalecer os mecanismos de participação social, e contribuir para a viabilidade econômica, social, cultural e política dessas comunidades.

Essa Organização iniciou seu trabalho junto às famílias de pequenos agricultores no ano de 1995 e, hoje, abrange 35 comunidades localizadas em 16 Municípios da região cacauceira do sul da Bahia. Dentre estes, está o de Una, onde encontra-se o maior remanescente da Mata Atlântica, denominada Reserva Biológica de Una. Por este motivo, em parceria com a WWF-World, Wide Foundation para conservação do Ambiente, o projeto Jupará tem centrado seu apoio técnico em três comunidades localizadas no entorno dessa reserva, a saber: Cajueiro I, Cajueiro II e Fortaleza. As ações do Jupará envolvem práticas agroecológicas e associativas. As duas estão estreitamente vinculadas através de instrumentos que buscam praticar o desenvolvimento sustentável, fortalecendo a organização comunitária e o processo de inclusão social (DOCUMENTO, 1999).

Das práticas associativas criadas pelo Jupará, com a participação ativa de mulheres e homens, voltados para agricultura familiar, estão a RACAA-Sul-Rede de Associações Comunitárias de Assentados e não Assentados do Sul da Bahia, e a COOPASB-Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia. A RACAA-Sul foi “criada a partir de um processo de amadurecimento de uma articulação de 25 associações comunitárias, acompanhadas pelo CPT e pelo Jupará. A rede representa a concretização de uma política de desenvolvimento sustentável para a região e um modelo de assentamento com o mínimo de impacto ambiental.” (DOCUMENTO, 1999, p.14). A COOPASB – criada pelo RACAA e o MMTR-Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – tem como objetivo principal comercializar os produtos não madeireiros produzidos em sistemas de florestas agro-ecológicas.

O terceiro grupo existente dentro do projeto Jupará é o MMTR local, vinculado aos âmbitos regional e estadual. A trajetória desse Movimento deve ser apreciada no âmbito de um projeto maior que vimos desenvolvendo e que é utilizado como referencial para mapear as trabalhadoras rurais do Estado da Bahia, dando-lhes visibilidade dentro de uma perspectiva socio-econômica e cultural. As mulheres do MMTR, juntamente com seus maridos, foram, dessa forma, os/as principais informantes deste estudo de caso.

O ESTUDO DE CASO

A) AS FAMÍLIAS E A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

As famílias objeto deste estudo, antes de serem assentadas, enfrentaram uma crise aguda de desemprego, gerada pela praga da vassoura de bruxa que atacou o cacau na região. Os grandes fazendeiros optaram pelo desmatamento para formação de pastagem, intensificando a situação de pobreza entre os pequenos agricultores na região. Sem terra para trabalhar e casa para morar, as famílias passaram a ocupar terras abandonadas, sem muitas perspectivas de fixação nelas. Essa situação de insegurança causou o êxodo rural intensificando a perda de moradia e de terras, sobretudo para cultivos de subsistência. Com a consequente migração dos maridos em busca de trabalho, foi imputado à mulher maior responsabilidade. Esse quadro vem-se transformando após o assentamento em terras desapropriadas pelo governo.

Os assentamentos Cajueiro I, Cajueiro II e Fortaleza, doravante denominados comunidades, são formados por 159 famílias de pequenos agricultores assentados em terras desapropriadas pela reforma agrária, e estão localizadas no entorno da Reserva Biológica de Una, na Região cacauceira. Elas ocupam uma área de 3.003 ha., sendo 44,94% remanescentes da Mata Atlântica, 21,97% de culturas perenes, 25% de agricultura intensiva de baixo impacto, e 8,09% de benfeitorias, estradas e riachos. A história da luta dessas famílias pela posse dessas terras certamente pode vir a ser tema para um outro artigo.

A agricultura familiar, como diz Nobre (1998, p.62), para aqueles que a estudam, “aparece como base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais.” Daí a busca de mecanismos que a tornem ao mesmo tempo eficiente e capaz de resistir ao mercado.

As 159 famílias que vivem nas três comunidades localizadas no Município de Una seguem esse modelo. São famílias nucleares e extensas, que possuem em média 08 filhos. Produzem para subsistência e para o mercado, como veremos a seguir. São, em sua maioria, originárias de regiões próximas, situadas dentro do perímetro da Mata Atlântica, que por muito tempo trabalharam em fazendas de cacau como assalariadas. Assentadas a partir de 1995 pelo Incra, desde então vêm tendo uma orientação voltada para a conservação ambiental.

Essa conservação, já posta em prática, evita o desmatamento, as queimadas, substitui o uso de adubos químicos por orgânicos, utiliza métodos de conservação da terra para evitar erosão (tais como barra de retenção, curva de nível) e aproveita insumos naturais, além de diversificar os produtos cultivados.

A família nessas comunidades constitui a unidade de produção e também de consumo, e assim está sendo considerada neste estudo. O milho, o feijão, verduras, frutas e a mandioca são os principais cultivos de subsistência, sendo que 80% vai para o mercado, exceto as frutas, que raramente são vendidas. A mandioca é o cultivo de tradição, como dizem os informantes, “é o socorro da gente”, “é a reserva da gente quando chega a paradeira na roça”. Muitas famílias possuem também criação de animais de pequeno porte para consumo interno. Além disto, plantam em roças individuais e coletivas, para destinar ao mercado, guaraná, pimenta do reino, cravo, urucun, seringueira, piaçava e cacau.

O cacau continua apresentando dificuldades em seu cultivo devido à vassoura de bruxa, fato que não tem desanimado os pequenos agricultores; os demais cultivos permanentes têm obedecido a uma programação com bons resultados.

A questão é que essas comunidades, semelhante ao que ocorre com a maioria de pequenos produtores espalhados pelo Brasil a fora, têm dificuldades de colocar seus produtos no mercado, por isso estão sujeitos à ganância dos atravessadores, situação que está sendo contornada pela criação de uma cooperativa. Sabemos todos que isso não é suficiente, pois é suposto geral que para superar esta e outras dificuldades é necessária a implantação de uma infra-estrutura, a saber: melhores escolas com professores qualificados, postos de saúde, saneamento básico, energia e, sobretudo, estrada e transporte para escoamento dos produtos. As estradas não são asfaltadas e estão deterioradas, dificultando o acesso do transporte até o portão das roças.

Atendidas essas exigências básicas, e à luz da experiência em curso nas três comunidades observadas, é possível supor que a agricultura familiar, bem acompanhada, tanto no processo de produção, quanto no de comercialização e, sobretudo, na conservação ambiental, possa usufruir de bons resultados, ou seja, tornar-se socio-economicamente eficaz, resistir às “intempéries” do mercado e propiciar o bem-estar social aos agricultores. Não resta dúvida, que o ecossistema onde estão inseridas essas famílias é privilegiado, se comparado com o semiárido e outras regiões secas da Bahia. Ali, encontra-se água em abundância de córregos perenes, chuvas periódicas e solo fértil, se bem tratado. Entretanto, esses recursos seriam vãos se não houvesse uma conscientização voltada para a conservação desse ecossistema e a capacidade dessas famílias de construir uma organização comunitária.

A partir desse modelo comunitário, práticas ecológicas e associativas têm sido colocadas em ação com o apoio dos técnicos do projeto Jupará, tais como: roças comunitárias, mutirões entre famílias e capacitação de práticos ecologistas. Estes têm demonstrado uma excelente capacidade de absorção dos conheci-

mentos transmitidos. Do mesmo modo, tem havido, em boa parte, tanto de homens quanto de mulheres, um grande senso de responsabilidade pelo desenvolvimento de sua comunidade e pela conservação ambiental.

As três comunidades em estudo participam da RACAA-Sul e da COOPASB, cujos objetivos já foram acima mencionados. Ambos os programas possibilitam que as ações sejam coletivizadas e estabelecem um vínculo intercomunitário que evita o isolamento. Além disso, os seus líderes vêm marcando presença em reuniões com representantes do governo, sobretudo com o INCRA, nas discussões e decisões sobre a reforma agrária na região.

Portanto, essas 159 famílias de pequenos agricultores vêm promovendo um desenvolvimento local sem degradar o ambiente, ao tempo em que os gêneros compartilham responsabilidades extensivas às crianças, dando ênfase à imbricada relação existente entre gênero e conservação do ambiente.

B) A ATUAÇÃO DO MMTR NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Nos discursos e nas ações, tanto dos homens, quanto das mulheres das famílias observadas, sobretudo aqueles engajados no RACAA-Sul-Rede de Associações Comunitárias de Assentados e não Assentados do Sul da Bahia e no MMTR-Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, observa-se uma preocupação pelo crescimento do grupo como um todo, levando a crer que é possível construir relações de gênero menos desiguais.

O caso em exame suscita, no que a isso concerne, algumas questões, a saber: será que esse processo de relações intergêneros menos assimétricas, aí observadas, dever-se-á à valorização conferida pelo Projeto Jupará à mulher? Ou devem ser encaradas como uma conquista delas? Ou que a luta conjunta pela posse da terra teria ensejado um consciência de solidariedade intergêneros? Cremos que todas essas ações contribuíram para esse processo, umas mais do que outras. Mas, a organização das mulheres e homens em um Movimento único, provavelmente foi de extrema importância. Apoiadas na experiência do MMTR, fundamentaremos nossa posição de que uma das estratégias para transformar positivamente as relações de gênero em um contexto sócio-econômico, como no caso em análise, é a participação em Movimento organizado.

Das mulheres engajadas no MMTR, apenas uma, com 21 anos, não tem filho, por decisão própria. Optou por estudar, está concluindo o 2o grau e quer fazer vestibular. Recentemente, foi selecionada pelo programa Solidariedade Comunitária, através da Pró-Reitoria de Extensão da UESC, para alfabetizar adultos e crianças na área rural. Nega-se a trabalhar na roça, mas faz parte do grupo de saúde, criado dentro do Movimento. Também por decisão própria, ela vive

separada do marido, com quem se encontra em semanas alternadas, nas casas dos respectivos pais. “Muitas pessoas daqui acham que a gente não se gosta por causa desta forma que a gente vive mas eu tenho que buscar o melhor para mim.” Os pais, envolvidos no projeto Jupará através da RACAA-Sul e do MMTR, apoiam a atitude da filha.

Essa jovem mulher, ao falar sobre a mulher rural e si própria diz que “na roça a mulher não tem liberdade, não tem nem mesmo documento. De um tempo pra cá esta situação está mudando por causa do MMTR que veio mudar o modo de pensar da mulher, mostrando que ela também é cidadã.”

Dentre as demais mulheres encontra-se Eunice Pereira, carinhosamente chamada de Nice pelos companheiros. Ela é Coordenadora do MMTR/BA e representante da Bahia na ANMTR-Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nice é uma mulher dinâmica, que sabe o que quer e em vários momentos de seu depoimento é possível apreender-se o processo de transformação pelo qual vem passando, numa constante busca de conhecimento e liberdade. Além disso, possui um senso de responsabilidade e solidariedade admirável. Ela e suas companheiras situam suas vidas em dois momentos: antes e depois do Movimento.

O MMTR fortaleceu a luta das mulheres, como mostram as várias falas das informantes: “Eu sempre lutei por liberdade, hoje é que descobri que sempre enfrentei dificuldades por minha liberdade e não sabia, aprendi no Movimento”; “Antes eu sofria violência até mesmo para ir ao médico.”; “Os homens não aceitavam que a mulher falasse em nada. Hoje, quando vai fazer qualquer acerto eles busca a mulher para dar opinião”; “Até no comportamento dentro de casa o homem mudou muito”; “Hoje existe um respeito na casa e também nas assembleias, que antes a gente nem falar podia, hoje a gente fala e vota.”

Os depoimentos dessas mulheres evidenciam que o Movimento ensejou uma mudança em suas vidas. Na convivência com os maridos, no trabalho nas roças, nas decisões pessoais, na gestão da conservação do meio ambiente e na geração de renda da família estão presentes e respeitadas. Por outro lado, órgãos, como INCRA, IBAMA, Prefeitura também têm dado prova do reconhecimento da existência dessas mulheres.

De fato, a mobilização delas demonstra sua luta por autonomia e valorização, pois elas têm conseguido ser reconhecidas tanto no espaço privado quanto no público. Esse reconhecimento está evidenciado, por exemplo, na participação de Nice numa reunião, em Brasília, com os diretores da WWF. Conforme informações, sua participação foi ativa e suas sugestões acatadas.

A participação dessas mulheres na agricultura familiar tem sido fundamental para a sustentabilidade da área. Sob a orientação de técnicos do Jupará, um grupo de sete mulheres deu início à prática de agroecologia através de mutirão

no trabalho de suas roças, que obedecia a um revezamento semanal para plantar, roçar e colher. Até então, o uso de mutirão era observado somente na raspagem da mandioca.

Devido, entretanto, à longa distância entre as roças, algumas das quais exigiam deslocamentos de até duas horas, elas desistiram, optando por uma outra forma de reciprocidade, que foram as roças coletivas. Nestas, semelhante ao que faziam nas individuais, não fazem queimadas, não desmatam, usam faixas de retenção e adubo orgânico. As roças, em número de quatro, passaram a ser demonstrativas e usadas também como escolas para os homens e as crianças. Grupos internacionais e nacionais já vieram ver a experiência. O produto dessas roças é vendido e o arrecadado, depois de deduzidos os custos, é dividido entre as mulheres.

Além dessas roças coletivas, as mulheres que fazem parte do grupo de saúde cultivam plantas medicinais e até mesmo fabricam medicamentos naturais, tais como xaropes e pomadas, que vendem na comunidade. Paralelo a isso, transmitem os conhecimentos sobre saúde, adquiridos em cursos específicos organizados pelo Jupará. Ensinam, por exemplo, às mulheres, a desenvolverem a percepção dos próprios corpos; aos jovens, sobre doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar; e noções de primeiros socorros, a todos.

Foram também as mulheres as primeiras “clientes” do Banco de insumos sob a responsabilidade do Jupará. Sementes, substâncias para a preparação do adubo orgânico e ferramentas são comprados através de um fundo de capital rotativo¹.

Ao mesmo tempo que atuavam na conservação do ambiente, as mulheres conseguiram envolver os maridos no programa das roças em mutirão. Aos poucos, disse uma das informantes, “fui envolvendo meu marido e daí um dia ele convidou os companheiros e passaram então a usar as práticas ecológicas em forma de mutirão”. Os homens resistiram em aceitá-las porque achavam que essas práticas tardavam em dar resultados e roubariam seu tempo. Mas, as mulheres insistiram, argumentando que cuidar da terra é preservá-la não só para o presente, mas, sobretudo, para o futuro. Como bem expressou uma delas: “temos que deixar a terra viva para nossos filhos.” Recentemente, em assembléia na comunidade Cajueiro I, foi deliberado a organização de uma roça coletiva trabalhada por homens e mulheres.

As mulheres comercializam os produtos de suas roças nas feiras em Ilhéus e Una. Numa visita a uma das feiras de Ilhéus, tivemos a oportunidade de ver, conversar e fotografar mulheres vendendo verduras, farinha (junto com marido e filho), frutas e beijú². A barraca, nessa feira, é alocada à mulher pela Prefeitura através de um documento emitido em seu nome. As mulheres das comunidades em estudo estavam vendendo somente beijú. Com o dinheiro

arrecadado com a venda desse produto, a mulher contribui, quando é necessário, para a despesa da “feira” semanal da família e, do restante, dispõe como quer. Como disse uma delas: “neste eu mando”. O beijú é confeccionado a partir de um subproduto da mandioca que é a goma. É uma tarefa árdua, que requer muitas horas de trabalho. Observamos duas mulheres confeccionando 310 beijus desde a raspagem da mandioca até o produto final, o que requereu um dia e meio em todo o processo. Os dados precisos sobre o tempo gasto, custo de produção e lucro, serão analisados e apresentados em um outro trabalho, que tratará da efetiva participação da mulher na geração de renda da família.

Por outro lado, o trabalho na casa de farinha para o processamento da mandioca e de seus subprodutos – goma e tapioca – é feito por homens e mulheres trabalhando lado a lado. A divisão de trabalho neste espaço se dá no momento de torrar a farinha e confeccionar o beijú. Ambos são feitos no forno a lenha. Mas os homens, conforme informações, são tradicionalmente os encarregados de torrar a farinha, devido à energia exigida no desempenho dessa tarefa. Torrar a farinha requer muitas horas de pé e em frente ao forno de alta temperatura. Enquanto as mulheres, durante a confecção do beijú gastam menos horas e têm mais aptidão para essa atividade. Apesar disso, foi observado homens e crianças ajudando a fazer beijú.

Nessas comunidades, o espaço doméstico já está, aos poucos, sendo também ocupado pelo trabalho do homem. Presenciamos em três famílias esse fato. O primeiro, cuidando da casa e dos filhos menores porque a mulher estaria fora durante três dias, fazendo tratamento de saúde. O segundo, porque a mulher viajara para representar a comunidade durante dois dias no Encontro da RACAA-Sul e, o terceiro, porque a mulher estava trabalhando na casa de farinha.

Questionadas sobre a postura de outras mulheres que não atuam no movimento com referência à relação com seus maridos, recebemos a seguinte resposta de uma delas:

“Ainda é complicada. O nosso objetivo não é impor às mulheres que mude, mas despertar nelas a necessidade de mudança, porque elas mudando os homens também muda. Eu sinto como se nós tivesse uma ferida interior que precisa ser tratada. Isto toma tempo, a transformação é um processo. Além disto, a relação de gênero tem que ser tratada com cuidado. Não podemos ensinar às mulheres que pra elas crescer e ter seu trabalho e ela própria reconhecida tem que reprimir o homem. Isto não é uma competição, é uma conquista. É importante mostrar ao homem e a mulher a nossa importância e a importância deles no relacionamento homem/mulher. Este é o nosso trabalho no Movimento e estamos conseguindo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, esta não é uma conclusão. A pesquisa ainda está em andamento e tomou um outro rumo. Como foi dito antes, as comunidades examinadas estavam anteriormente acampadas e não possuíam terras nem uma organização comunitária, ao passo que hoje estão assentados em terra desapropriada, com lotes demarcados.

Como vimos na parte introdutória deste artigo, o ecofeminismo assemelha a mulher e o meio ambiente à natureza, transformando, dessa forma, a relação entre gêneros num fenômeno natural. Essa postura trata a mulher como um ser apolítico, quando elas, conforme vimos, são ativas e desempenham um papel preponderante na conservação e transformação do ambiente. Homem e terra estão sendo estimulados por elas. Por outro lado, tanto elas quanto seus pares estão conscientes de seus papéis na sociedade, que longe de serem um fenômeno natural são “uma construção cultural produzida conjuntamente por homens e mulheres.” (DE BARROS LIMA, 1994, p.76).

Tratar a questão da relação entre gêneros do ponto de vista biológico não é suficiente, por isso, tentamos buscar uma explicação lançando mão do conceito de gênero que, por se constituir em um conceito culturalmente construído, oferece possibilidades para diferentes interpretações. Uma delas é a de que mulheres e homens são sujeitos sociais e, portanto, seres aptos para procederem à escolha das estratégias mais adequadas ao tratamento das relações entre eles. A estratégia predominante, segundo estudos indicados e confirmados pelos dados coletados, é a organização em Movimentos Sociais.

Partindo desse ponto, mostramos como a participação da mulher no MMTR, e de ambos no RACAA-Sul está contribuindo para construir uma relação de igualdade entre gêneros.

Por outro lado, o estudo de Pacheco (1998) nos deu luz para entendermos a relação entre gênero e desenvolvimento sustentável, e termos consciência de que é necessário trazer para o debate outros conceitos; ao mesmo tempo, ela também enfatiza a necessidade da organização em torno de um movimento social.

Se os dados ainda não traduzem todas as contradições que poderão estar subjacentes à questão, afinal de contas, a maioria dos estudos aponta para outra direção; a observação *in loco* demonstrou que a busca por uma relação de igualdade entre homem e mulher, está presente nas reuniões das Assembléias, no trabalho das roças, no trabalho da casa de farinha, na postura das mulheres que participam do MMTR. Como dizem elas: “antes eu pedia a meu companheiro para viajar e participar dos Encontros, hoje eu comunico.”

Contradições devem existir, e outras estratégias, além do Movimento, devem ser identificadas e utilizadas para superá-las. A verdade é que estamos trabalhando com um projeto em andamento que poderá, ou não, servir de modelo para outros grupos de agricultores familiares, pois não podemos esquecer das especificidades de que se reveste cada um deles. Como diz Pacheco (1998, p.47), “é necessário questionar a visão homogeneizadora, que negligencia as diferenças de ecossistemas e de populações.”

Estamos, portanto, diante de um desafio que é estimular esses homens e mulheres a irem adiante na sua caminhada na construção de uma igualdade entre os gêneros. Sem competição, porque, como diz Nice, “isto é uma conquista”.

NOTAS:

¹ Fundo de capital rotativo é utilizado sob a forma de empréstimo desburocratizado, porém com critérios de participação, para agilizar o processo de implantação de roças demonstrativas, dos projetos de beneficiamento e comercialização, banco de insumos, criação de animais de pequeno porte.

² Sobre a tradição da confecção e consumo do beiju pelas mulheres Wayana, cf. Velthem (1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, M.; LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, E.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-253.

CARVALHO, I. Movimentos Sociais e política de meio ambiente. A educação ambiental aonde fica? In: SARRENTINI, M.; TRAGBER R.; BRAGA T. (Orgs.). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. p. 59-62.

DE BARROS LIMA, N. R. L. Gênero e Meio Ambiente: é possível uma relação transformadora? In: DE BARROS LIMA, N.R.L. et al. (Orgs.). **Mulheres e meio ambiente**. Maceió: EDUFAL, 1994. p. 63-92.

DINIZ, N.S.M. O ambiente no meio dos movimentos sociais. In: SARRENTINI, M.; TRAGBER R.; BRAGA T. (Orgs.). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. p. 62-65.

DOCUMENTO do Projeto Jupará, Ilhéus - Bahia, 1999. p. 1-15.

HEREDIA, B. M. et al. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas In: AGUIAR, Neuma. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 29-44.

MAIA, S.M.D.R.; FERNANDES, J. M. Notas sobre movimentos sociais de mulheres rurais da Bahia: fluxo e refluxo. In: ALVARES, M.L.M.; SANTOS, F. S. (Orgs.). **Desafios de identidade-espço tempo de mulher**. Belém: CEJUP, 1997. p. 161-178.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: MENASCHE, R.; NOBRE, M.; QUINTELA, S.; SILIPRANDI, E. (Orgs.). Gênero e agricultura familiar. **Cadernos Sempreviva**, SOF, Rio de Janeiro, p. 15-23, 1998.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar: Um olhar de gênero. In: MENASCHE, R.; NOBRE, M.; QUINTELA, S.; SILIPRANDI, E. (Orgs.). Gênero e agricultura familiar. **Cadernos Sempreviva**, SOF, Rio de Janeiro, p. 45-53, 1998.

PAOLI, M.C. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. **Novo estudo CEBRAP**, Petrópolis, p. 57-75, 1991.

SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 182-214.

SARRENTINI, M.; TRAGBER R.; BRAGA T. (Orgs.). **Cadernos do III Forum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.

SPINDEL, C. La invisibilidad social del trabajo de la mujer en la agricultura brasilena In: LEON, M.; DEERE, C. **La mujer y la política agraria en America Latina**. Bogotá: Sdiglo XXI, 1986.

STOREY, C. Gênero e educação ambiental na Amazônia. In: NOAL, F.O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H.de L. (Orgs.). **Tendências da educação ambiental Brasileira**. Sta. Cruz do Sul, R.S.: EDUNISC, 1998. p. 55-78.

VIEZZER, M. A Educação ambiental na ótica das novas relações sociais de gênero. SARRENTINI, M.; TRAGBER R.; BRAGA T. (Orgs.). **Cadernos do III Forum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. p. 69-76.

VELTHEM, L.H.V. Mulher Wayana, seus espaços de transformação e fabricação In: ALVARES. M.L.M.; DÍNCAO, M.^a (Orgs.). **A Mulher existe?** Uma Contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995. p. 51-56.

ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO

André Luiz Queiroz Sturaro

INTRODUÇÃO

Comemorando os 50 anos da Obra *O Segundo Sexo*, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM, da Universidade Federal da Bahia, realiza o V Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações Sociais. O tema proposto – assédio sexual no trabalho – que aqui será abordado mais sob a ótica do Direito que das Ciências Sociais, guarda estreita relação com a temática do evento, sobre o qual há extrema necessidade de reflexão e formulação, já que no campo legislativo nada há de construído ainda, mas em construção, o que torna o momento propício para a sua ampla discussão, pois, neste caso, as formulações teóricas em cotejo com as situações da vida real é que darão suporte a toda e qualquer tendência de regulação do problema pelo Estado em face da sociedade, através da produção legislativa.

A proposta deste pequeno estudo é localizar o assédio sexual no contexto das relações sociais, destacando-o como nova modalidade de violência quando vista sob a égide das relações de trabalho propriamente ditas, passando por uma avaliação da inserção da mulher no “mundo do trabalho”, para, a partir de então, analisando seus aspectos jurídico-trabalhistas, propor uma definição de assédio sexual, que melhor se coadune com uma possível forma de regulação estatal do assunto. Essa preocupação surge porque a problemática do assédio sexual nos dias de hoje é secundarizada no campo das relações de trabalho, seja talvez pelos padrões e costumes sexuais latinos que levam à banalização do fato pelas partes envolvidas, seja pelo fato de que, em geral, o assédio parte do superior hierárquico em face do subordinado, o que afeta diretamente o topo da pirâmide empresarial, o próprio poder potestativo do empregador. A questão é, que em plena época da chamada “revolução tecnológica”, onde é cada vez mais galopante a diminuição dos postos de trabalho, o assédio sexual desponta como conduta rudimentar e grosseira de opressão nas relações de trabalho.

Tocou-se, ainda, que o exame enfatizaria a ótica do Direito, mais pela vertente da abordagem que pela necessidade de utilização de conceitos das Ciências Sociais, sem a qual este estudo não se faria possível. Importa, entretanto, delimitar a noção de Direito a que se refere este texto, a qual, nem de longe se aproxima à idéia de Direito Positivo, pelo qual a lei é a fonte primordial, que emana do Estado e está sempre ligada à classe dominante, já que o Estado, como ente que regula as condutas da sociedade politicamente organizada, encontra-se quase que invariavelmente sob o controle dos comandantes do processo econômico, proprietários dos meios de produção.

Fugimos dessa concepção de Direito, pois essa identificação com a lei decorre do repertório ideológico do estado, que tenta a todos convencer de que cessaram as contradições, pregando a conciliação, no que não pode haver consenso. Conforme diz Lyra Filho (1982, p.10-11):

“...se o Direito é reduzido à pura legalidade, já representa a dominação ilegítima, por força desta mesma suposta identidade; este ‘Direito’ passa, então, das normas estatais, castrado, morto e embalsamado, para o necrotério duma pseudociência, que os juristas conservadores, não à toa, chamam de ‘dogmática’.”

Mas, uma autêntica ciência não pode estabelecer-se em dogmas; muito pelo contrário, tem de estar aberta e atenta ao “contínuo de transformações” existentes na Natureza e na Sociedade, que não podem ser vistas isoladamente. Numa perspectiva ontológica dialética, o Direito é sempre um “vir a ser”, que tem de ser buscado no interior da cadeia incessante de transformações.

ASPECTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS

Tecidas essas considerações, podemos ingressar no assunto propriamente dito, para dizer inicialmente que, na prática, a maior dificuldade encontrada sobre o assédio sexual no campo do direito no Brasil, é o que antes denominamos de “banalização” do fato. Com efeito, existe no nosso cotidiano uma liberalidade explícita da sexualidade, que nem sempre corresponde aos valores implícitos incutidos pelos padrões culturais da educação judaico-cristã, predominante em nossa sociedade. Esse argumento, usado por muitos que praticam o assédio, em verdade, justifica o silêncio da vítima, a falta de denúncia e enfrentamento do fato, diante de dois temores, dentre outros, que são: 1) a vergonha da exposição de sua imagem em público e; 2) o risco de perder o emprego.

O assédio sexual no trabalho é uma modalidade de violência, é autêntico desregramento da conduta humana, que deve ser olhado também, e primeiramente, pelas lentes das denominadas “relações sociais de gênero”. Tradicionalmente, operou-se a distinção entre sexo e gênero, para designar aquele como o conjunto de componentes biológicos, anatômicos, fisiológicos, etc., que diferenciam o homem e a mulher, classificando-os como macho e fêmea. Já a expressão gênero, separa homens e mulheres pelas exigências sociais da heterossexualidade, fazendo-se, agora, a distinção entre o masculino e o feminino, que impõem a dominação do primeiro em relação ao segundo.

Esta análise é importante para a compreensão jurídica do fenômeno do assédio sexual, pois nos dá a exata noção de que ele decorre de uma forma de violência que tem início no dominador, não no dominado. Nesse sentido, o psicólogo Stoller, citado por Millet (s.d., p.11), diz: “o gênero é tão arbitrário que pode chegar a opor-se à base fisiológica.”

As relações sociais em geral, por seu turno, numa perspectiva marxista que não pode ser desconsiderada, consistem naquelas relações interpartes, as quais se estabelecem para a produção e reprodução das condições materiais de existência. Em tais relações, é sempre presente a dominação de uma parte pela outra, de uma classe pela outra, o que não é diferente nas relações entre homem e mulher.

No particular, entre homem e mulher, esta situação de opressão pode ser expressada pelo binômio dominação-subordinação, que se dá entre os gêneros masculino e feminino e perpetua-se ao longo do processo histórico da humanidade, diferindo, contudo, das demais formas específicas de exploração e desigualdade existentes nas demais relações sociais, mas presente em todas elas. O problema da subordinação portanto, é universal e, segundo Viezzer (1989, p.112):

“...está nas pretensas formas de organização e de convívio, isto é, de exploração e dominação criadas, mantidas e atualizadas pelas sociedades que, através dos tempos, legitimam a ‘superioridade’ e a conseqüente dominação dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros e índios, e da classe dominante sobre a classe popular.”

Assim é que, para efeito deste estudo, as relações sociais de gênero devem ser entendidas como

“...aquelas ocorridas num sistema social e econômico que visa a produção e reprodução das condições materiais de existência, marcado pela subordinação do gênero feminino ao masculino, em decorrência da histórica divisão sexual que separa homens e mulheres pelas exigências sociais da heterossexualidade, impondo uma dominação sexual masculina e uma subordinação sexual feminina.”

Historicamente, em todas as classes sociais, as mulheres sofrem os efeitos da dominação-subordinação, agravados em certos casos, de acordo com a classe social que ocupam, pois esta, por si só, já significa uma forma de dominação. Por sua vez, os papéis confiados a homens e mulheres nas esferas da reprodução humana e na esfera da reprodução de bens – a biológica, a da força de trabalho, e a social – nos fazem compreender as desigualdades existentes nas relações sociais de gênero.

Por *reprodução biológica* temos a geração e criação de filhos, sua alimentação e saúde. Já a *reprodução da força de trabalho* compreende a manutenção cotidiana dos trabalhadores e de manutenção e formação dos futuros trabalhadores, a exemplo da escolarização. Por fim, temos a *reprodução social*, que se refere à produção de condições que sustentam o sistema social, o que envolve transmissão do acesso e do controle de recursos econômicos de uma geração a outras.

A partir da reprodução biológica, na qual o homem participa com certa isonomia até o momento da fecundação, os papéis do homem e da mulher tornam-se distintos, competindo a ela um papel coadjuvante da atividade produtiva, cuja função periférica não é considerada como trabalho no sentido formal.

Essa divisão sexual, que também se dá no trabalho, baseia-se na atribuição de papéis diferenciados para cada sexo, resultando na alocação do gênero masculino prioritariamente no setor da *produção*, e do feminino prioritariamente na esfera da *reprodução*. Os papéis confiados a homens e mulheres na esfera da reprodução humana e na esfera da produção e reprodução de bens, nos fazem compreender as desigualdades existentes nas relações de trabalho, que são autênticas relações sociais de gênero.

Reunidas essas premissas, tem-se que o problema do assédio sexual no trabalho inicia-se justamente no momento histórico em que a mulher, rompendo

esse bloqueio cultural, começa a circular na esfera de atuação anteriormente confiada com exclusividade ao homem, atitude ainda não aceita com a naturalidade que a situação requer. Abstraindo-se as questões individuais e de caráter, que levam à sua prática, o assédio constitui forma de dominação de um gênero em relação ao outro, do chefe em relação ao subordinado, constituindo, em geral, prática do homem contra a mulher. E assim o é, talvez, pois a própria tentativa e consumação do assédio consiste num ato de dominação, de conquista, podendo ser forçada ou consentida, mas nunca desejada.

Assim, como afirmam Robertella e Pastore (1998, p.66), “toda sorte de abusos pode resultar dessa situação de clara inferioridade do empregado, como o atesta a evolução histórica do trabalho.”

O ASSÉDIO SEXUAL E O DIREITO DO TRABALHO

Ingressando no campo do Direito propriamente dito, é necessário demarcar de logo, que este estudo dirige-se à conduta *assédio sexual*, apenas no que diz respeito às relações de trabalho. Por esta razão, distinga-se de logo, o assédio sexual laboral, daquele que podemos intitular de assédio sexual extralaboral, muito embora ambas as modalidades consistam em formas de abuso sexual. É, portanto, o assédio sexual, espécie do gênero abuso ou violência sexual.

A violência sexual física e outras formas de abuso, seja no campo do trabalho, das relações familiares, etc., já tem tratamento legal previsto no campo do Direito Criminal, que impõe suas respectivas penas aos infratores, o que, entretanto, não será objeto de análise, valendo apenas ressaltar que, o tratamento dado ao problema e os procedimentos legais necessários à tutela do ofendido, nesta esfera do Direito, em nada contribuem para atenuar a incidência do assédio sexual nas relações de trabalho, o que não retira seu valor, embora uma revisão dessa legislação penal já se faça necessária, pois como a trabalhista, é datada da década de 40 (quarenta).

Para Rubinstein (1992), o “assédio sexual é um termo novo para descrever um velho problema”. Segundo o mesmo autor, a denominação *sexual harassment* foi adotada nos Estados Unidos em 1975, quando o problema passou a ser apreciado enfaticamente pelos poderes estatais. Equivale, terminologicamente, a *acoso sexual* na língua hispânica, *não querida intimidação* na Holanda, *molestamento sexual* na Itália, *chantagem sexual* na França, e foi objeto da Resolução sobre Proteção da Dignidade da Mulher ou do Homem, editada pelo Conselho de Ministros das Comunidades Europeias, datada de maio de 1990.

A referida resolução define o assédio sexual como uma conduta não desejada, de natureza sexual, ou outra conduta baseada no sexo, que afete a dig-

nidade da mulher ou do homem no trabalho. Tal definição, embora seja um marco no Direito Internacional, pois impõe o seu combate por todos os países integrantes da União Européia, revela-se demasiadamente genérica, posto que poderá haver, no âmbito do trabalho, condutas sexuais não desejadas que não impliquem em assédio sexual, mas em violência sexual, a exemplo do estupro¹.

Ainda quanto à delimitação do tema, encontramos em Mackinney apud Drapeau (1991), a qualificação do assédio sexual em duas espécies distintas, quais sejam: a) o assédio sexual *quid pro quo*, ou de contrapartida, onde ocorrem trocas de favores sexuais por favores ligados à relação de emprego e; b) o assédio sexual “clima de trabalho”, também conhecido como assédio sexual ambiental, numa referência àquela modalidade onde o assédio decorre da “contaminação” do ambiente de trabalho, no qual passa a imperar um clima sexista, libidinoso, incompatível com a atividade profissional e, o que é pior, compartilhado com a coletividade dos trabalhadores daquele ambiente ou setor, sem que isso constitua um consenso.

No dizer do jurista baiano, o Professor Luiz de Pinho Pedreira da Silva (1998, p. 90-91), constituem assédio sexual ambiental, os seguintes fatos:

“...abuso verbal ou comentários sexistas sobre a aparência física do empregado; frases ofensivas ou de duplo sentido e alusões grosseiras, humilhantes ou embaraçosas; perguntas indiscretas sobre a vida privada do trabalhador; separá-los dos âmbitos próprios de trabalho para maior intimidade das conversas; condutas “sexistas” generalizadas, destacando persistentemente a sexualidade em todos os contextos; insinuações sexuais inconvenientes e ofensivas; solicitação de relações íntimas, mesmo sem exigência do coito, ou outro tipo de conduta de natureza sexual, mediante promessas de benefícios e recompensas, exibição de material pornográfico, como revistas, fotografias ou outros objetos, assim como colocar nas paredes do local de trabalho, imagens de tal natureza, apalpa-delas, fricções ou beliscões deliberados e ofensivos; qualquer exercício de violência física ou verbal.”

Talvez, seja esta a modalidade de assédio de que menos se ocupam os estudiosos mas, em contrapartida, seja a que mais ocorre no âmbito das relações de trabalho e, na maioria das vezes, é desprezada pelas próprias vítimas iminentes, que assim denominamos pois embora este ambiente lhes cause desconforto, tendem a banalizar esta situação pois as vivenciam em casa, em rodas de amigos, etc. Não é por isso, contudo, que o assédio sexual “clima de trabalho” passa a ter menor importância que o *assédio sexual direto*, aqui tido como aquele que ocorre entre duas pessoas, patrão e empregado, chefe e subordinado.

Neste outro sentido, *o assédio sexual no trabalho surge de tentativas de trocas não desejadas, de favores funcionais por favores sexuais*, que se dá pelo controle comportamental

da vítima, razão pela qual tornou-se lugar comum dizer que o assédio sexual pressupõe, sempre, uma relação de poder. A referida conceituação, respeitando opiniões diversas, enseja um equívoco, pois falar-se em relação de poder pode supor uma condição de legitimidade do agressor, que jamais ocorrerá. Parece pois, mais indicado dizer, que o assédio sexual pressupõe uma relação ou atitude de opressão, do mais forte frente ao mais fraco.

Assim, não é errado dizer que, tanto no assédio sexual direto como no assédio sexual ambiental, constatar-se-á, sempre, que a conduta importa em ofensa à dignidade, liberdade e intimidade do trabalhador, implicando na formação de ambiente de trabalho desarmonioso e improdutivo.

Mencionou-se, anteriormente, que o assédio sexual pressupõe relações de troca não desejadas, mas eventualmente consentidas, diante da fragilidade da vítima. Fora disso não é assédio, é abuso, que geralmente ocorre de forma conjunta ou seqüenciada; mas vale ressaltar que, para a configuração do assédio, há que estar presente o elemento da falta de desejo, ainda que a relação de troca seja consentida. Neste sentido, Robortella e Pastore (1998, p. 70) são enfáticos quando dizem que “a mera tentativa de sedução no trabalho não pode ser confundida com a perseguição sexual. Isto porque é impossível afastar a libido, o interesse sexual, das relações de trabalho, como, de resto, de quaisquer outras relações; trata-se de impulso vital, inerente à natureza humana.”

A posição supra merece análise cautelosa, pois este limiar entre os impulsos da libido e a utilização deles como instrumento de ultraje da dignidade do trabalhador é o manto sob o qual se encobre grande parte dos assediadores, diante da dificuldade da vítima em provar a existência do fato em si e a intenção de quem o pratica. Essa dificuldade, é bom que se diga, tem levado boa parte da jurisprudência estrangeira à inexigência de prova absoluta, sendo necessárias, por vezes, as circunstâncias, os indícios, como nos informa Drapeau (1991).

Com efeito, tais condutas atentam contra a dignidade dos trabalhadores, sejam eles homens ou mulheres, em que pese sejam elas as vítimas em potencial. Vale enfatizar, que poderá ainda configurar-se o assédio entre pessoas do mesmo sexo, estando presentes os traços da subordinação ou dependência.

Por seu turno, o Direito do Trabalho agasalha o princípio da isonomia, que consiste no tratamento de iguais de formas iguais. Tal princípio é corolário do princípio da igualdade e da não discriminação, previstos nos arts. 3º, 5º e 7º, XXX Constituição Federal, que proíbem a distinção de pessoas em razão da cor, raça, sexo e idade. Sendo assim, o assédio sexual no trabalho é um ato atentatório dos direitos humanos.

De tal forma, constituindo o assédio sexual uma prática predominante do homem contra a mulher e do superior frente ao subordinado – sendo a

situação inversa a exceção que confirma a regra – é certo dizer que a geração de um ambiente de trabalho nocivo constitui uma ofensa ao princípio da igualdade, no momento em que põe como desiguais homens e mulheres, diante das relações de trabalho. Para lastrear essa afirmação, recorreremos à Suprema Corte Americana que, lembrando-se da discriminação racial, em brilhante exercício de analogia, no caso *Vinson* reconheceu como assédio sexual também aquele que cria “um ambiente de trabalho ameaçador, hostil e ofensivo”, como ensina Pe-dreira da Silva (1998, p. 91).

Diz o acórdão *Vinson*:

“...o assédio sexual que cria um ambiente de trabalho hostil e ofensivo constitui um obstáculo arbitrário à igualdade dos sexos, no local de trabalho, na mesma medida em que o molestamento racial constitui um obstáculo à igualdade das raças. Certamente, [diz a Suprema Corte] forçar um homem ou uma mulher a sofrer todas as espécies de comportamentos sexuais abusivos para ter o privilégio de trabalhar e ganhar sua vida pode ser tão humilhante e desconcertante quanto lhe infligir os epítetos raciais mais duros.”

A esta altura, vê-se que a prática do assédio pressupõe a existência de pelo menos três sujeitos: a vítima, o assediante e a empresa. Para a vítima, as conseqüências são registradas desde os aspectos psicológicos e emocionais até o físico, não apenas nos casos em que o assédio é seguido de violência corporal. Garmendia (1991) discorre que:

“comprovou-se também o dano que o assédio sexual produz na saúde emocional e física das trabalhadoras, provocando quadros de angústia, temor, depressão, diminuição da auto-estima, etc. (...) causando menor rendimento e falta de motivação, absenteísmo, abandono de trabalho.”

Seguem-se, ainda, outras conseqüências desastrosas para a vítima, consistentes em formas mais graves de tensão, ansiedade e depressão. Estudos da Confederação Internacional de Organizações Sindicais concluíram que as vítimas podem apresentar ainda dores de cabeça, pescoço, estômago e costas, diminuição apreciável da concentração, manifesto desinteresse pelo trabalho, insônia, indiferença e depressão. Como visto, para a vítima, o assédio sexual atinge a sua liberdade e dignidade como pessoa humana, com efeitos devastadores que podem descarrilar para o desequilíbrio da própria família.

No âmbito do trabalho, as conseqüências para a vítima são, na maioria das vezes, negativas, contraditoriamente. A tendência de relativização do problema por parte do empregador é comum, além do descrédito com que são tomadas as denúncias formuladas, o que gera represálias, transferências e até mesmo a

despedida, sem que sejam adotadas quaisquer medidas contra o ofensor. Daí por que, é reduzido o número de trabalhadoras que se dispõem a tornar pública a situação, o que consiste, talvez, na pior das conseqüências.

Para Pedreira da Silva (1998, p.96-97):

“Se o assediante é o próprio empregador incorrerá em responsabilidade civil, inclusive por dano moral. Se for um seu empregado, quer represente-o ou não, a responsabilidade será dividida entre ambos (...) Ainda pode partir o assédio de um cliente ou credor da empresa, como até mesmo de um familiar ou amigo do empregador que a freqüente.”

Ainda quanto às conseqüências para a vítima, poderá ela pleitear indenização por danos morais e materiais e requerer judicialmente a rescisão do seu contrato de trabalho por justa causa do empregador, o que lhe dá direito a receber em dobro, o valor da indenização decorrente da despedida sem justa causa.

No caso de empregados assediantes, a responsabilidade é repartida, pois, para a empresa, o ato parte de prepostos seus e só o empregador tem a possibilidade de impedir o assédio sexual no trabalho, falhando na sua obrigação de manter um ambiente de trabalho moralmente sadio.

Aos ofensores, impõe-se, a despeito das sanções criminais coercitivas da liberdade, sobre as quais não trataremos, além da sua responsabilização no plano indenizatório, exemplar punição disciplinar, que poderá variar da despedida por justa causa, se empregado, até sua exoneração, se detentor de cargo de confiança.

Já as conseqüências para a empresa, atingem diretamente sua imagem perante o mercado e a própria produção, decorrentes da contaminação do ambiente de trabalho, onde, de um lado, haverá aqueles que produzem mal por estarem dispersando suas energias com a libidinagem e, de outro, os que perdem sua concentração, faltam ao trabalho ou adoecem face a pressão do assédio direto ou do clima de trabalho, que se torna hostil e até ofensivo. Por outro lado, os custos decorrentes dos efeitos do assédio no trabalho são expressivos. O absentéismo e a menor produtividade podem ser notórios, de tal modo que, para se ter idéia, nos Estados Unidos, só no ano de 1998, 160 grandes empresas perderam por este único fator, em média, 6.700.000 dólares. Isto sem se falar nos custos decorrentes das demandas judiciais e pagamentos de indenizações, além da perda de tempo e custos com investigações, o que aconselha sejam adotadas rigorosas medidas de prevenção.

As referências que podemos citar na legislação brasileira não podem ser consideradas como fontes de direito, pois, das leis em vigor, questiona-se sua constitucionalidade, já que editadas na esfera do poder legislativo estadual, que não tem competência para legislar sobre a matéria que é exclusiva da União. No mais, o

que há ainda em gestação são projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, dentre os quais podemos destacar o Projeto de Lei nº 143, de 1995, da então Deputada Marta Suplicy, que ainda não foi votado e já foi piorado pelo substitutivo do Senador José Bianco. Louvadas as iniciativas, essas, contudo, não serão capazes de inibir a prática, pois cingem-se a tipificar as condutas caracterizadoras do assédio sexual, estabelecendo as punições correspondentes, todas elas restritivas da liberdade, enquanto o problema situa-se no campo da impunidade.

No Brasil, as secretárias e trabalhadores de baixo grau de instrução são os alvos prediletos dos assediadores. Levantamento feito pelo Sindicato das Secretárias de São Paulo, em 1996, estima que 24% das secretárias já foram vítimas de assédio sexual no trabalho. Outras estimativas apontam ainda, que das mulheres assediadas, apenas 1% denuncia e, o que é pior, desse reduzido número de casos, menor ainda é o percentual que é apurado até o final.

No plano do Direito Internacional, temos como dito antes, destacam-se a Resolução da Conferência de Ministros das Comunidades Europeias, de 1990, a Conferência de Nairobi, de 1985 e as recomendações de janeiro e março de 1992, das Nações Unidas. Tais normas, que se dirigem também ao Brasil, não têm força coercitiva, pois é necessária a ratificação desses atos pelo governo brasileiro, que deverá, ainda, adotar políticas específicas de prevenção e repressão, as quais são ainda inexistentes.

O problema enfrentado pelos profissionais do Direito, por sua vez, reside na dificuldade da prova do assédio, imprescindível para a punição judicial do assediante. É de se reconhecer que, hoje, a grande dificuldade de provar o assédio tende a inibir a vítima, dado o quadro atual, recessivo e de aumento do desemprego, unido aos constrangimentos a que as vítimas se submetem, expondo sua intimidade e privacidade, pondo em risco a sua imagem. Mas, ao contrário, é esta situação que deverá encorajar o ofendido a não hesitar no exercício da sua cidadania, pois só a resistência reiterada poderá ser capaz de inibir essa distorção comportamental odiosa.

Por isso, importa retomar aqueles conceitos primeiros deste estudo, segundo os quais a concepção do Direito não pode prescindir da sua inserção num processo histórico mutável. Nessa linha, sendo o direito *um vir a ser enquanto vai sendo*, de nada servirá uma legislação punitiva rigorosa, moderna, se não são dados à vítima instrumentos para o exercício desses direitos, o que turva a perspectiva de atenuação dos índices existentes.

Talvez, e esta é a nossa proposta, o momento histórico indique a necessidade de os poderes constituídos lançarem medidas legais que assegurem à vítima garantias para a realização de denúncias, encorajando-as a fazê-las diante da certeza de que poderão revelar o molestamento, sem que sofram mais discriminação, descrédito, sofrimento e represálias no âmbito do trabalho.

Se não forem adotadas políticas públicas de prevenção e conscientização, e as propostas legislativas não assegurarem às pessoas assediadas garantias mínimas como a realização dos procedimentos e julgamento dos casos sob o chamado segredo de justiça, a garantia no emprego contra a despedida durante os procedimentos de investigação, apenas para citar exemplos, decerto que qualquer iniciativa estatal não ultrapassará o limite da retórica, fazendo com que os índices de ocorrência de assédio sexual no trabalho não regridam mas, ao revés, em poucos anos, será constatado o aumento, a proliferação de mais esta chaga social.

NOTAS:

¹ A afirmação não autoriza concluir que, do assédio sexual possa derivar a prática do estupro, o que não é incomum como desfecho mal sucedido da iniciativa do agressor, diante da resistência da vítima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRAPEAU, Maurice. **L'harcèlement sexuel au travail**. Cowansville, Quebec: Les Editions Yvon Blais, 1991.

GARMENDIA, Marta Marques. Notoria mala conducta configurada por acoso sexual. **Derecho Laboral**, Montevideo, t. 36, n. 170, abr./jun. 1991.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MILLET, Kate. **Teoria de la política sexual**. Peru: Flora Tristán - Centro de la Mujer Peruana, [s.d.].

PEDREIRA DA SILVA, Luiz de Pinho. **Ensaio de direito do trabalho**. LTr., 1998.

ROBORTELLA, Luiz Carlos A.; PASTORE, José. **Assédio sexual no trabalho** – O que fazer? São Paulo: Makron Books, 1998.

RUBINSTEIN, Michael. Dealing with harassment at work: the experience of industrialized countries. **Conditions of Work Digest**, v.11, n. 1, 1992.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

A NOVA ÉTICA DO NASCIMENTO NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Maria Renilda Nery Barreto

“A Medicina é a chave proprietária do thesouro da sabedoria, e como a natureza ella tem seo céu, seus mares, sua terra (...) O homem verdadeiramente Médico, é o homem verdadeiramente sabio, é o homem anjo, ou o anjo homem.”
(XAVIER,1850)

A Bahia do século XIX enfrentou o grande desafio de inserir-se no mundo *civilizado*, onde o homem deveria se portar conforme a nova ordem a ser estabelecida. Para tanto criou-se uma série de padrões sociais, políticos, econômicos e de saúde dentre outros. Assim, entende-se, para este momento, a palavra civilização como sinônimo de refinamento dos comportamentos sociais, específicos de uma elite que tinha neste padrão o marco distintivo das diferenças sociais (ELIAS, 1994).

A missão civilizadora coube em grande parte aos advogados e médicos baianos que viviam na cidade de Salvador no século XIX. Neste estudo, trataremos especificamente da emergência do saber médico e de sua marca na viabilização do projeto civilizatório, visto que os médicos consideravam-se homens ilustrados e patriotas exemplares, portanto, talhados para essa tarefa num Brasil que buscava a

formação do Estado Nacional e o reconhecimento internacional, rompendo com o passado colonial e com elementos que o caracterizassem como uma nação *atrasada*.

A Escola de Medicina foi, durante o século passado, centro disseminador de novas idéias políticas, sociais e filosóficas, ancoradas no cientificismo oitocentista. Nasceu em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, fato que gerou diversas alterações nas instâncias políticas, administrativas e sociais, dentre elas, a saúde. Funda-se, por Carta Régia, em 18 de fevereiro de 1808, o Ensino Médico na Bahia, sediado no Hospital Regional Militar, localizado no Terreiro de Jesus. Em 1815, o curso sofre a sua primeira reforma curricular, com cinco anos de duração e funcionamento na Santa Casa de Misericórdia. Só em 3 de outubro de 1832 é que as academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e Bahia foram transformadas em *Escolas ou Faculdades de Medicina do Império do Brasil*.

A Escola de Medicina da Bahia herda da escola francesa seus princípios basilares, mais precisamente da École de Medicine de Paris. Com o Iluminismo e a Revolução Francesa, a medicina transformou-se em uma atividade pública revestida de um caráter nacionalista, e o médico, guardião da saúde, em lugar de anunciar a morte, procurava debelar as doenças e epidemias, contribuindo assim para transformar os espaços nacionais em locais de civilidade. Na Bahia do século XIX, a formação dos futuros médicos, oriundos da Faculdade de Medicina, seguiu esse viés, como afirma João José Reis (1994, p. 248).

“Eles tinham se formado sob influência do nacionalismo iluminista, encarando a história como progresso, um movimento de distanciamento em relação à barbárie e à superstição, rumo à civilização e ao predomínio do pensamento racional. (...) Para eles, só o saber especializado do médico levantaria o Brasil à altura da civilizada Europa. (...) Esses médicos (...) acreditavam-se capazes de realizar o ‘progresso da pátria porque detinham o saber para fazê-lo’.”

É importante lembrar que a Bahia foi atingida, ao longo do século XIX, por uma série de moléstias epidêmicas que provocaram um número elevado de óbitos, o que contribuiu para ampliar e fortalecer o saber e o poder médico nessa província. Esse poder é refletido no desempenho de cargos políticos e administrativos na Bahia e em outras partes do Império. Antes da fundação da Faculdade de Direito, era a Escola de Medicina o grande centro propulsor de idéias sociais, filosóficas, políticas e científicas.

Nessa sociedade oitocentista, emerge da elite baiana uma grande preocupação com a condição feminina, pois cabia à mulher a educação das futuras lideranças da Nação. Para tanto, era preciso controlar a educação moral e física da mulher, papel que a Igreja e os médicos desempenharam com eficácia. En-

quanto a Igreja centrava sua ação no combate às idéias *perniciosas* do liberalismo e nas novas formas *mundanas* de socialização urbana, típicas do século XIX, tais como saraus, teatros, bailes, folhetins, romances filosóficos e o vestuário à moda francesa, os médicos abraçavam o discurso higienista, abominando todo e qualquer hábito que ameaçasse o corpo e a alma feminina, e, conseqüentemente, o casamento e a maternidade (REIS, A.,1988). A possibilidade da mulher não cumprir o seu papel social de esposa e mãe preocupava os representantes do sexo masculino, temerosos de qualquer ruptura na ordem social vigente.

A importância da mulher na sociedade e o desempenho de seu papel na família levou à elaboração de livros de conduta doméstica desde o século XVI. Esses livros demonstram a necessidade que a sociedade tinha em relação ao controle do desempenho da mulher, daí a necessidade de educá-las como pessoas encarregadas de cumprir um papel, seja casando e constituindo família, ou como responsáveis pela procriação, manutenção da família e criação da prole.

“É a mulher um dos membros da grande sociedade; por tanto a sua educação deve merecer toda a atenção do nosso governo, por isso que d’ella pode dimanar muitas vantagens á mesma sociedade, e a sua falta provir-lhe immensos prejuizos.” (SILVA,1848, p.14)

Ainda tratando da normatização do comportamento feminino no espaço doméstico, temos a obra polêmica do Dr. José Lino Coutinho, publicada na Bahia, em 1849 – *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo Moral, Político e Religioso*¹ – que foi um marco na história da educação feminina no Brasil, coerente com o projeto de modernização e civilização da sociedade brasileira através da educação *higiénica* para a mulher: esposa e mãe.

As orientações didáticas do Dr. Lino Coutinho(1849) não mudavam o papel social da mulher, mas inovavam nos meios para atingir esse fim. Ele pregava a necessidade de ilustração feminina em algumas áreas do saber, tais como aprendizado de História e Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Francês, além, é claro, das prendas domésticas. A educação física, os banhos frios e a leitura eram hábitos que deveriam fazer parte do cotidiano da jovem Cora. Essas últimas idéias chocaram a sociedade baiana e não foram poucas as polêmicas travadas em torno dessas novas práticas, inclusive dentro da própria Faculdade de Medicina, onde alguns médicos se opunham e outros apoiavam as idéias do Doutor José Lino Coutinho. Em contrapartida, o ideal de corpo saudável e fecundo, casa asseada, vestuário sempre limpo e alinhado, encontrou partidários na Bahia do século XIX.

A preocupação médica também marcava o mundo do trabalho, pois algumas atividades femininas eram consideradas imorais, demonstrando a

necessidade de regular todos os espaços onde houvesse riscos de transgressão aos valores instituídos. Tomemos o exemplo da nota publicada na Gazeta Médica a respeito da influência das máquinas de costura sobre a saúde e a moral das mulheres:

“Parece que não são sem razão as censuras ultimamente feitas contra o uso das machinas de costura. O Dr. Guibort, médico do Hospital de S^a Louis, apresenta, como refere o Medical Record, casos de doentes que attribuiam a leucorrhœa, menorrhagia etc..., ao uso destas machinas.

Algumas confessaram que, durante o trabalho, tinham às vezes uma excitação venerea produzida pelo atrito das coxas, e que ás vezes, lhes era preciso suspender este acto. Estas idéias tão razoáveis, e demais, comprovadas pelos factos, merecem seria attenção, e seria conveniente, como suggere o Sr. Guibort, que se empregasse n'estas machinas com outra força motriz que não essa produzida pela acção alternada dos pedaes.” (Gazeta Médica da Bahia, 1867).

Entretanto, foram as parteiras, as profissionais mais criticadas no discurso em defesa do saber médico. Proprietárias da arte de benzer, curar e partejar desde tempos imemoriais, essas mulheres passaram a representar o atraso moral e científico na Bahia *higiénica* do século XIX.

Para o Brasil colonial, o exercício da medicina oficial era uma arte de poucos, pois não existiu na colônia qualquer instituição de ensino superior durante três séculos. Até 1808 – data da criação da Escola de Medicina – a cura de enfermidades era permitida aos práticos, que tinham suas atividades fiscalizadas pelos cirurgiões-mores do Reino. Entretanto, levando-se em conta a dimensão territorial do Brasil e a quantidade ínfima de profissionais de saúde autorizados oficialmente, pode-se compreender a dimensão da atuação de curandeiros herbalistas, herdeiros das tradições indígenas e africanas, assim como a presença das mulheres na assistência à população, seja como parteiras, curandeiras, rezadeiras ou benzedeadas.

A legislação referente à profissão de parteira no Brasil data de 1521, e determinava que os que desejassem exercer a “arte de partejar” deveriam solicitar as “cartas de examinação” (JORGE, [s.d.]). Em Salvador, no século XIX, a existência da legislação era conhecida, mas pouco obedecida. As pesquisas realizadas até o momento apontam para um número muito pequeno de parteiras regulamentadas: apenas sete entre 1811 e 1826². Esse dado carece ainda de novas pesquisas, pois muitas foram as questões levantadas em torno deles, ainda não respondidas.

A partir de 1832, as mulheres brasileiras que desejassem exercer essa profissão deveriam matricular-se no Curso para Parteiras, ministrado pelas Faculdades

de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro – esse ano representa o marco da construção de uma nova *ética do nascimento*, perpetrada pelo discurso médico-científico. Na província baiana, durante todo o século XIX, diplomaram-se apenas duas parteiras: Joana Maria Vieira (1843) e Maria Leopoldina de Souza Pitanga (1847)³. Diante de tal escassez de profissionais regulamentadas e diplomadas, resta-nos, pelo silêncio das fontes, inferir que a atuação das parteiras práticas era rotineira na cidade de Salvador⁴, uma vez que os médicos baianos só se ocuparam com a obstetria no final do século XIX, início do XX.

A Faculdade de Medicina, através do discurso médico, depreciava o saber da parteira e condenava sua atuação profissional. Mas a sociedade em geral aceitava o conhecimento empírico sensorial dessas mulheres, que não cumpriam as normas instituídas pelas autoridades, mas continuavam partejando em todas os segmentos sociais.

Discurso ilustrativo desse contexto é o do jovem médico Pedro Joaquim Rosa que, ao defender na Escola de Medicina sua tese, em 1899, afirma ter sido a parturição apanágio quase exclusivo de mulheres sem nenhuma instrução literária ou técnica, geralmente oriundas das classes mais baixas da sociedade, sustentando imerecidamente o nobre título de parteiras e praticando os mais clamorosos absurdos (ROSA, 1899).

O já conhecido Dr. José Lino Coutinho (1849, p. 143-144) recomendou a sua filha Cora que, no momento do parto, chamasse um sábio e circunspecto parteiro e não uma inábil parteira que, por imperícia e mal procedimento, levava à morte muitas mães de família.

Diante dessa outra normatização do nascimento que desponta na Bahia oitocentista, investiga-se a possibilidade das mulheres baianas recorrerem à Santa Casa de Misericórdia na busca do atendimento especializado e gratuito, devido à estreita relação entre o Hospital da Misericórdia e a Faculdade de Medicina, pois tanto médicos-professores como estudantes prestavam serviços nas enfermarias da Santa Casa. Todavia, parece que a perspectiva não era animadora, a julgar pelas descrições das teses médicas e da Gazeta⁵. Por certo que o atendimento nas enfermarias femininas da Santa Casa de Misericórdia estava reservado às mulheres escravas, desvalidas ou presidiárias⁶.

O número de parturientes era ínfimo, como se pode observar nos relatos da Santa Casa de Misericórdia:

“Na Enfermaria de partos entraram 15 mulheres, sahiram curadas 11, falleceram 3, existe por parir 1. Nasceram 12 crianças: mortas 3 e vivas 9, destas falleceram horas depois 6 e sobreviverm 3, das quaes duas sahiram com as proprias mães e uma foi levada á roda do Asylo dos Expostos”⁷

Na ausência do médico devido a circunstâncias adversas, ou por opção, as mulheres baianas preferiam o diagnóstico e cura das enfermidades realizados por outra mulher – a parteira. Esse fato levou o Dr. J. Cândido a acusar as “comadres”⁸ de agravarem o estado de saúde das mulheres na cidade de Salvador, pois estas, ao invés de procurarem o auxílio médico, recorriam à “indigna comadre” que ordinariamente agravava o mal das enfermas⁹.

Para Maria Lúcia de B. Mott de M. Souza (1998, p.15), houve uma intensa colaboração entre médicos e parteiras no Brasil do século XIX. É possível, pois, após um século, Hildegardes Vianna (1988, p. 10), quando recolheu depoimentos de aparadeiras e sendeironas¹⁰, revelou que Clotilde Serapiana das Virgens, a Sinhá Coló, teve um curto aprendizado ao lado do Dr. Jambeyro, que clinicava na cidade de Castro Alves, interior da Bahia. Ainda diz que um velho médico (infelizmente não revelou o nome por não estar autorizada), com muitos anos de rotina clínica em cidades pequenas, defendia as aparadeiras, dizendo que elas “ouvem o galo cantar e sabem aonde foi” (ibid., p.6), expressão que conferia credibilidade aos conhecimentos da parteira prática.

No entanto, o discurso médico envolvendo o nascimento na Bahia do século XIX demonstra que havia uma relação pouco amistosa entre médicos e parteiras. Estas são colocadas na posição de mulheres ignorantes, alcoviteiras, capazes de provocar abortos e infanticídios, como acusa Theodoro de Britto Pontes (1898, p.29), ao discorrer sobre o aborto criminoso na Bahia em 1889. É compreensível que, com a emergência do saber médico acadêmico na Bahia oitocentista, haja uma oposição cerrada às práticas seculares de assistência à saúde, ministradas por outros sujeitos que não aqueles diplomados pelo centro do saber científico – as faculdades.

Nesse exercício de normatização do comportamento feminino nos padrões de civilidade desejável, os médicos não pouparam fôlego, e seus olhares higiênicos também voltaram-se para o vestuário feminino. O espartilho, os coletes para modelagem do busto, cintura e quadris foram duramente criticados. O primeiro proibia a circulação torácica e abdominal, empurrando para a cavidade pélvica o útero e as vísceras do abdômen (BAHIA, 1885, p.13). Essas peças, que mais pareciam o “trabalho de um ferreiro que o de uma modesta costureira” (VIANA, 1853, p.29), foram tidas como causas de abortamento (RIBEIRO, 1883, p.4-5), doenças nervosas, além da esterilidade. O Dr. Rosalvo Rego (1896, p. 45) faz um apelo pungente para as representantes do “sexo amável”:

“ D’aqui lanço, pois, um brado de condenação ao uso do espartilho, ao mesmo tempo que um de censura ás gentis representantes do sexo amável, cuja ambição de beleza as leva, não contentes com a bellezza dos seus rostos, a procurarem, embora por um meio prejudicial, a belleza de seus corpos.”

Para cumprir o seu papel de mãe e esposa civilizada, as mulheres grávidas deveriam fugir dos prazeres excessivamente venenosos, do ócio, das leituras de romances, dos bailes e teatros, pois esses hábitos poderiam provocar o desgaste físico, levando ao abortamento espontâneo (RIBEIRO, 1883, p.4-5). Para as donzelas e viúvas, esses entretenimentos também eram nocivos à saúde física e moral, uma vez que as expunham a toda sorte de corrupção dos bons costumes, levando-as a sofrer de ninfomania, histeria e hipocondria (CASTRO, 1996).

Pode-se considerar que, na cidade do Salvador, a saúde da mulher foi tema amplamente discutido na segunda metade do século XIX pela comunidade médica. O interesse pelo corpo feminino está revestido de ideais normatizadores, identificados como desdobramento da “missão civilizadora” da nação brasileira, projetando, assim, outros padrões de comportamento feminino, quer no espaço doméstico, quer no de lazer ou no de trabalho.

NOTAS:

- ¹ Sobre esse tratado para educação feminina temos o trabalho de CASTRO, Dinorah d'Araújo Berbert de, *Cartas sobre a educação de Cora do Dr. José Lino Coutinho*. Salvador: Coleção Cardeal da Silva, UCSal, 1977. Também a dissertação de Adriana Dantas Reis (1988).
- ² Arquivo Nacional, Fiscatura Mor do Reino, 1808-1828, Cxs 476 e 473; Arquivo Municipal de Salvador, Livro de Exames de Cirurgia e Sangria – 1825/1828 e Registro de Cartas de Exames – 1832-1873.
- ³ Memorial de Medicina da Faculdade da Bahia, Índice Geral de Graduados, p 114-115, 165-166.
- ⁴ Segundo Maria Lúcia de Barros Mott de M. Souza (1998, p 38-39), existiam cinco tipos diferentes de parteiras: as *práticas*, que exerciam o ofício sem autorização; as *ocasionais*, que atuavam em momentos emergenciais; as *licenciadas*, que possuíam experiência e exerciam o ofício com autorização legal; as *examinadas*, que prestavam o exame depois de comprovar experiência; e as *diplomadas*, que fizeram o curso de partos no exterior ou no Brasil.
- ⁵ Gazeta Médica da Bahia, Anno XI, janeiro de 1879, no. 1, Volume IV, p. 6; SOUZA JUNIOR, Custodio Moreira de. *Últimos melhoramentos introduzidos na construção dos hospitais e maternidades*. These apresentada na Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador : Imprensa Econômica, 1886, p. 3.
- ⁶ Sobre *atendimento médico às mulheres na cidade do Salvador – Bahia* ver LYRIO, Luzinete Barbosa. Projeto apresentado ao Mestrado de História da Universidade Federal da Bahia, 1999.
- ⁷ Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia - Mapa Estatístico Nosológico do Hospital da Caridade durante o anno findo a 30 de junho de 1886.
- ⁸ O termo “comadre”, muito utilizado nas comunidades rurais da península ibérica e do Brasil, designa parteira prática, sem diploma. Percebe-se que no discurso médico baiano de final de século XIX, a expressão é nitidamente depreciativa.
- ⁹ O Athenêo: Periódico Científico e Literário, Bahia, 1850, p. 45.
- ¹⁰ A autora define aparadeiras e sendeironas como parteiras práticas, sendo que as primeiras “se deixam ficar no limite da sua ignorância e pouco ou nada evoluem”, enquanto as segundas tem maior expressão social no meio em que atuam (Cf. VIANNA, 1988, p. 5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Boaventura da Silva. **Considerações acerca do abortamento.** These defendida na Escola de Medicina da Bahia. Salvador: Imprensa Econômica, 1885.

CASTRO, Dinorah B. **A mulher submissa.** Teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Salvador: Press Color, 1996.

COUTINHO, José Lino. **Cartas sobre a educação de Cora,** seguidas de um catecismo moral, político e religioso. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1849. p. 143-144.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA, Anno I, n. 24, p. 287, 25 jun. 1867.

JORGE, Dilce Rizzo. **Evolução da Legislação Federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteiras) no Brasil.** [s.d.]. Tese apresentada para o concurso de Docente Livre na Escola de Enfermagem Ana Neri da UFRJ, Rio de Janeiro.

PONTES, Theodoro de Britto. **O aborto criminoso.** These defendida na Escola de Medicina da Bahia. Salvador: Litho-Typo e Encardenação V. Oliveira & C, 1898.

REGO, Rosalvo. **Da esterilidade da mulher.** These defendida na Escola de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia e Encardenação do “Diário da Bahia”, 1896.

REIS, Adriana Dantas. **Um tratado para a educação de Cora: novos critérios de conduta social para a elite feminina na Bahia oitocentista.** 1988. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Bahia, Salvador.

REIS, João José. **A morte é uma festa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, Manuel Caludino. **Considerações acerca do abortamento.** These defendida na Escola de Medicina da Bahia. Salvador: Imprensa Econômica, 1883.

ROSA, Joaquim Pedro. **Do mecanismo do parto nas apresentações da frente.** These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia Passos, 1899.

SILVA, A. L. Ferreira. **O Atheneo.** 1848.

SOUZA, Maria Lúcia de B. M. de Melo. **Parto, parteirae parturiente** – Mme Durocher e a sua época. 1998. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIANA, Joaquim Telésforo Ferreira Lopes. **Breves considerações sobre o aleitamento**. These defendida na Escola de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia de Epifânio Pedroza, 1853.

VIANNA, Hildegardes. **As aparadeiras e as sendeironas** – seu folclore. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988.

SOBRE OS AUTORES

- **ALDA BRITTO DA MOTTA** – Professora do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia.
- **ANA ALICE ALCÂNTARA COSTA** – Professora do Departamento de Ciência Política e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia.
- **ANDRE LUIZ QUEIROZ STURARO** – Advogado Trabalhista e Assessor Jurídico de entidades sindicais de trabalhadores.
- **AYÊSKA PAULAFREITAS** – Escritora e Mestranda em Literatura Brasileira na Universidade Federal da Bahia.
- **CECILIA M. B. SARDENBERG** – Professora do Departamento de Antropologia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia.

- **ELIZETE PASSOS** – Professora do Departamento de Filosofia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia.
- **HELEIETH SAFFIOTI** - Professora Aposentada da UNESP-Araraquara e Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica-PUC de São Paulo.
- **HELIANA OMETTO NARDIN** – Professora do Departamento de Artes Plásticas da Universidade Federal de Uberlândia – MG.
- **IRACEMA BRANDÃO GUIMARÃES** - Professora do Departamento de Sociologia e Pesquisadora da Universidade Federal da Bahia.
- **ÍVIA ALVES** – Professora do Departamento de Letras Vernáculas e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia.
- **JACIARA GOMES DOS SANTOS** – Licenciada em Filosofia na Universidade Federal da Bahia.
- **JACIARA SENA BRANDÃO** – Estudante de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia; bolsista na pesquisa Gênero e Cidadania Política da REDOR.
- **LINA MARIA BRANDÃO ARAS** – Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.
- **LÚCIA TAVARES LEIRO** – Professora substituta da UNEB ; Pesquisadora associada ao NEIM.
- **MÁRCIA QUEIROZ DE CARVALHO GOMES** – Professora da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia e Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia.
- **MARIA APARECIDA FERRAZ** – Jornalista pela ECA/USP; Professora Assistente do Departamento de Comunicação da FACS; Mestranda em Administração na Universidade Federal da Bahia.
- **MARIA CÂNDIDA DOS ANJOS BAHIA** – Bacharel em Administração pela Universidade Mackenzie/SP; Mestranda em Administração na Universidade Federal da Bahia.
- **MARIA RENILDA NERY BARRETO** – Mestranda em História na Universidade Federal da Bahia.
- **NANCY RITA VIEIRA FONTES** – Mestra em Literatura Brasileira pela Universidade Católica do Salvador.
- **RAIMUNDA BEDASEE** – Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

- **SABRINA UZEDA CRUZ** – Graduanda em Ciências Sociais e Bolsista do PIBIC/UFBA.
- **SILVIA AQUINO** – Professora substituta do Departamento de Ciência Política e Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia.
- **SILVIA LÚCIA FERREIRA** – Professora do Departamento de Enfermagem Comunitária; Pesquisadora do NEIM e do Grupo de Estudos sobre a saúde da Mulher – GEM.
- **SILVIA MARIA DOS REIS MAIA** – Professora do Departamento de Antropologia e Diretora da Faculdade de Filosofia.
- **VERA LÚCIA COSTA SOUZA** – Professora do Departamento de Saúde de Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS.
- **WALNEY DA COSTA OLIVEIRA**- Historiógrafo da Universidade Estadual de Feira de Santana.
- **ZELINDA BARROS** – Bacharel em Ciências Sociais pela UFBA; coordenadora do Centro de Documentação do NEIM.

